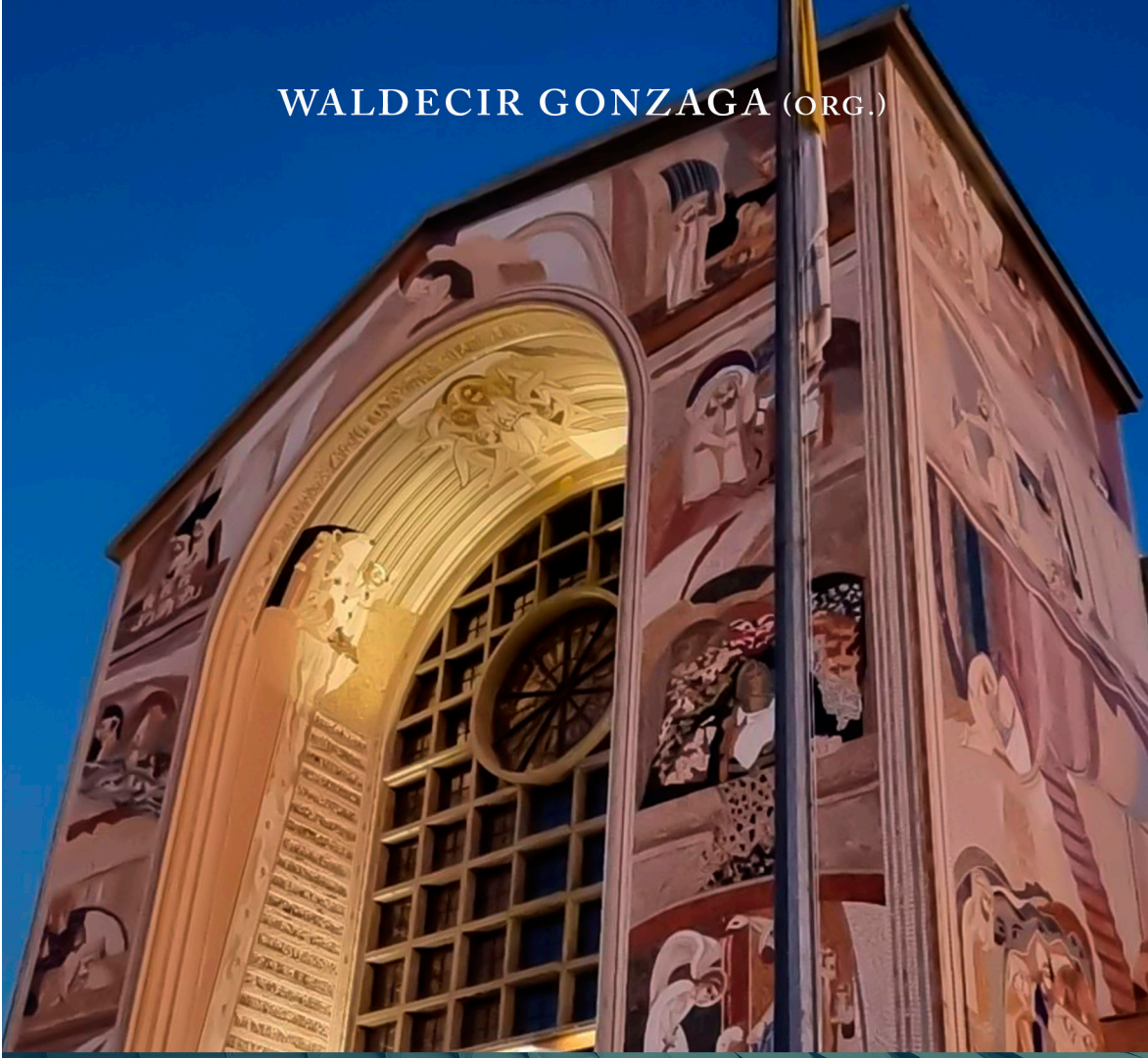
WALDECIR GONZAGA (ORG.)



APARECIDA

15 ANOS DEPOIS

À LUZ DO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO

INTERSEÇÕES
EDITORA PUC RIO

WALDECIR GONZAGA (ORG.)

APARECIDA

15 ANOS DEPOIS

À LUZ DO MAGISTÉRIO DE FRANCISCO

INTERSEÇÕES
EDITORA PUC RIO

Editora PUC-Rio/Interseções
©Selo Interseções, Editora PUC-Rio
Em parceria com o Decanato de Teologia e Ciências Humanas/PUC-Rio

©Editora PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225, casa V, Editora
Campus Gávea/PUC-Rio
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22451-900
Tel.: +55 21 35271838
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Capa
Guilherme Xavier

Diagramação
SBNigri Artes e Textos

Edição impressa em parceria com:
©Letra Capital Editora
Av. Treze de Maio, 13, Gr. 1301
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-901
www.letracapital.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada por qualquer forma e/ou em quaisquer meios sem permissão escrita da Editora PUC-Rio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Aparecida 15 anos depois [recurso eletrônico]: à luz do magistério de Francisco / organizador Waldecir Gonzaga. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, c2023.
1 recurso eletrônico (248 p.). – (Coleção Interseções)

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 15 de ago. de 2023
Inclui bibliografia
Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader

ISBN (e-book): 978-85-8006-294-6

1. Igreja Católica - Magistério. 2. Francisco, Papa, 1936-. 3. Congresso Continental Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco (2022). 4. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (5.: 2007: Aparecida, SP). I. Gonzaga, Waldecir. II. Série.
CDD: 262.8

Elaborado por Sabrina Dias do Couto – CRB-7/6138
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

SUMÁRIO

7 Introdução
Waldecir Gonzaga

19 Prefácio
Carlos Ignacio Man Ging

25 Mensagem ao Congresso sobre os 15 anos de Aparecida
Cardeal Dom Paulo Cezar Costa

29 Aparecida, 15 años después
Monseñor Miguel Cabrejos Vidarte, O.F.M.

39 Aparecida, 15 anos depois
Dom Walmor Oliveira de Azevedo

43 Capítulo I – Memórias da Assembleia de Aparecida
Dom Dimas Lara Barbosa

51 Capítulo II – O DNA de Aparecida
Proposta de uma chave de leitura para todo o Documento
Dom Joel Portella Amado

67 Capítulo III – Un concepto-imagen de misión en Aparecida (15 años después) Hacia nuevas re-conexiones integrales y sanadoras
Roberto Tomichá Charupá

85 Capítulo IV – A opção pelos pobres na Conferência de Aparecida e no Magistério do Papa Francisco
Paulo Fernando Carneiro de Andrade

109 Capítulo V – Movimientos populares y Aparecida
La cultura de la vida, la cultura de la muerte y la cultura del encuentro
Emilce Cuda

127 Capítulo VI – Da comunhão à sinodalidade
O diálogo ecumênico a partir da Conferência de Aparecida
Marcial Maçaneiro

153 Capítulo VII – A concepção de catequese que brota de Aparecida
Abimar Oliveira de Moraes

175 Capítulo VIII – El antes, el durante y el después de la VCG de Aparecida desde la Comunicación
Susana Nuin Nuñez

183 Capítulo IX
Balanço Pastoral da produção no Brasil envolvendo Aparecida
Geraldo Luiz De Mori

211 Capítulo X – Después de 15 años... ¿Donde está la mujer?
Maria Clara Lucchetti Bingemer

221 Capítulo XI – La dignidad de las mujeres: Algunos desafíos actuales, reflexiones desde el Magisterio Pontificio y las teologías hechas por mujeres
Virginia R. Azcuy

241 Posfácio
Fernando Soler

Introdução

Waldecir Gonzaga[1]
Departamento de Teologia da PUC-Rio
Presidente da COCTI

A V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho
é novo passo no caminho da Igreja,
especialmente a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II.
(DAp 9)

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2022, foram realizados o Congresso Continental e a Assembleia Regional do CICT/COCTI (*Conferência das Instituições Católicas de Teologia*) Latino-americana e Caribenha. Esta tem sido uma prática comum para o agir da COCTI no continente, procurando colocar a Assembleia junto a outro evento na Instituição que a acolhe, a fim de melhor aproveitar o tempo para a convivência, a troca de experiências entre os participantes do continente e o fazer teológico na América Latina e no Caribe. Em cada ano se tem crescido no sentido da criação de uma rede de trabalho comum, sobretudo pensando os eixos de cooperação traçados

1 Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, Itália) e pós-doutorado pela FAJE (Belo Horizonte, Brasil). Diretor e professor de Teologia Bíblica do Departamento de Teologia da PUC-Rio. Criador e líder do Grupo de Estudos Análise Retórica Bíblica Semítica, credenciado junto ao CNPq. E-mail: waldecir@hotmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9171678019364477 e ORCID ID: https://orcid.org/0000-0001-5929-382X.

pela Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium*, do Papa Francisco, de 2018, pensando na graduação e na pós-graduação, como assumimos desde a Assembleia Regional PUC-Rio 2019.

No final de 2021, a pedido de Dom Paulo Cezar Costa, atual Cardeal Arcebispo Metropolitano de Brasília (Brasil) e presidente do INAPAZ (Instituto Nacional de Pastoral Padre Alberto Antoniazzi), iniciamos o trabalho de construção de um Congresso Continental Latino-americano e Caribenho, que envolve as Universidades do continente, com suas Faculdades de Teologia, a fim de refletir sobre a V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho, em comemoração dos 15 anos de sua realização, após ter sido celebrada a Assembleia Eclesial para o continente (2021), em seguida ao Sínodo dos Bispos para a região Pan-Amazônia (2019) e em vista do Sínodo dos Bispos sobre a *Sinodalidade*, que já iniciou seu processo de consultas e trabalhos, que culminará com os encontros sinodais de 2023 e 2024, sempre no mês de outubro, no Vaticano.

Foi-nos pedido um evento que pudesse congregar teólogos e teólogas que ajudassem a refletir sobre as conquistas, os desafios e as lacunas de "Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco", o qual não apenas participou do evento, mas coordenou os trabalhos de secretaria e redação do documento final, enquanto Cardeal Arcebispo de Buenos Aires (Argentina), sucessor de Bento XVI e atual Pontífice, eleito aos 13/03/2013, após a reunúncia de Bento XVI.

Diante do pedido, escolheu-se a data (12-14/09/2022) e o tema norteador para o evento ("Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco" – "*Aparecida, 15 años después, a la luz del Magisterio de Papa Francisco*"). Ao mesmo tempo foi decidido que a Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC Chile) nos ajudaria na questão da organização e na assessoria técnica; que o evento seria virtual (remotamente, pela plataforma Zoom); que seriam

convidados teólogos e teólogas de diversas Instituições do continente, indicando alguns temas a serem revisitados na proposta do Documento de Aparecida, especialmente à luz do convite a uma "conversão pastoral" e da "mudança de época", procurando, em tudo, ver a acolhida, a recepção e a implementação ou não das indicações e linhas pastorais do Documento de Aparecida para a Igreja no continente, a partir das arqui/dioceses e países.

Outro pedido foi de que se olhasse com especial carinho o envolvimento da comunidade acadêmica, a partir das Faculdades de Teologia e Universidades Católicas do continente, na América Latina e no Caribe. Um olhar especial deveria ser dado sobretudo à produção acadêmica: livros, artigos, conferências, congressos, simpósios, seminários, semanas e encontros teológicos, *lives*, *webinars* etc., inclusive neste período de pandemia do coronavirus (Covid-19), o que foi feito com maestria ao longo dos três dias de Congresso e Assembleia da COCTI.

O Congresso e a Assembleia foram tomando corpo e as coisas foram sendo delineadas e decididas. Desenhado tudo, havia ainda outra questão: o fuso horário entre os mais distintos países do continente e o uso linguístico. Diante disso, continuou-se com a prática comum de ser bilíngue (espanhol e português) e se assumiu como horário continental a parte da tarde, das 16h às 19h. Decidido isso, apresentou-se uma boa opção para o Brasil: aproveitar também a parte da manhã, com o mesmo esquema, procurando teólogos e teólogas do continente que pudessem refletir sobre os mais diversos temas propostos por Aparecida, seja a nível de Brasil seja de América Latina e Caribe.

A metodologia decidida foi por conferências e, em seguida, possíveis perguntas e debates. Assim desenhado, as duas Universidades Pontifícias envolvidas em vista da parte técnica do evento iniciaram seus trabalhos, PUC Chile (continente) e PUC-Rio (Brasil). Como

previsto, foram convidados teólogos e teólogas do continente que pudessem trazer colaborações aos mais variados temas propostos. Sob a presidência da COCTI e com o suporte e apoio técnico da PUC Chile e da PUC-Rio, o evento contou com a parceria e colaboração de Universidades de todo o continente, do CELAM, do CEBITEPAL, da CNBB, do INAPAZ, da *Ecclesia in America* e da INSeCT.

No que tange ao Brasil, a modalidade também foi pela plataforma Zoom e no horário da manhã, das 8h30 às 12h, com três conferências – sendo duas do Brasil e uma de outro país – para se ter olhares voltados para a realidade do acolhimento de Aparecida nas Igrejas locais do Brasil e nos demais países do continente. Aos poucos, se foi constatando que, de fato, "a Igreja é morada de povos irmãos e casa dos pobres" (DAp 8) e muitos são os sinais de esperança neste sentido.

Seguindo as Conferências anteriores do Episcopado Latino-americano e Caribenho – Rio de Janeiro (1952), Medellín (1968), Puebla (1979) e Santo Domingo (1992) –, Aparecida (2007) recolheu os frutos das outras Assembleias, bem como da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a América (1997), e se propôs "a repensar e a relançar com profundidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais" (DAp 11), tendo como meta "confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo" (DAp 11), indicando que isso "não depende tanto de grandes programas e estruturas, mas de homens e mulheres novos que encarnem essa tradição e novidade, como discípulos de Jesus Cristo e missionários de seu Reino, protagonistas de uma vida nova para uma América Latina que deseja reconhecer-se com a luz e a força do Espírito" (DAp 11).

Diante das ameaças para a evangelização (DAp 12), Aparecida convida a todos e todas para que olhemos para o maior tesouro que a

Igreja Católica tem oferecido ao continente desde sua chegada: "a fé no Deus de Amor" (DAp 13); pois "o amor recebido do Pai" (DAp 14) constitui-se em um distintivo de sua identidade e seu grande tesouro: "não temos outro tesouro a não ser este" – o amor do Pai (DAp 14). Ao longo de todo o Documento final de Aparecida, com seus 554 números, existe um grande, constante e renovado convite para saber ler "os sinais dos tempos" (GS 4), neste tempo que se constitui em uma "mudança de época" (DAp 44), com tantos desafios para a evangelização, que foram agigantados ainda mais pela pandemia do coronavirus (Covid-19), como o aumento da pobreza, da miséria, da violência, das drogas etc.

Recordo que na *Mesa de Abertura* do Congresso e da Assembleia, saudando e agradecendo a todos e todas, procurei fazer memória dos eventos anteriores da COCTI e do especial valor do atual, tendo em vista a temática. Agradeci ao Comitê Regional da COCTI Latino-americana e Caribenha nas pessoas do prof. Carlos Man Gin (PUC Equador) e do prof. Fernando Soler (PUC Chile), por aceitarem o convite que nos foi dirigido pelo Cardeal Arcebispo de Brasília. Aliás, reitero nossos maiores e mais sinceros agradecimentos ao prof. Fernando Berríos, decano da Faculdade Eclesiástica da PUC Chile, e à sua equipe, por todo o apoio e carinho em vista da realização do evento. Durante o congresso, por várias vezes enfatizei o quanto era bonito e importante ver tanta gente interessada na temática: decanos, diretores e delegados das Instituições de Teologia de nosso querido e amado continente; tantos teólogos e teólogas, que muito têm trabalhado na tarefa e missão do *fazer teológico* (*del quehacer teológico*), dando uma grande colaboração à *Teologia hoje*, para a *Igreja* e a *sociedade*, especialmente nas áreas de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, publicações, convênios, intercâmbios, cotutelas, consultorias e assessorias das mais diversas; isso sempre que solicitadas pelas Igrejas locais, pelas Conferências de cada país,

pelo CELAM, e inclusive pelas Congregações Vaticanas e pelo Santo Padre; contamos igualmente com alunos e alunas das mais diversas Instituições de Teologia do continente.

É sempre bom lembrar que outros Congressos e Assembleias da COCTI também foram realizados virtualmente nestes tempos da pandemia do coronavirus (Covid-19), com tantos infectados e mortos em cada um dos países do continente e no mundo. Neste evento, seguindo a modalidade virtual, visto facilitar e muito a participação a partir de cada um dos mais distintos e diversos países da América Latina e do Caribe, sem deslocamentos e grandes custos, por meio deste *campus virtual* nos encontramos, vimos e ouvimos irmãos e irmãs que nos ajudaram a refletir sobre "Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco", analisando o presente, mantendo o passado diante dos olhos e mirando o futuro da Igreja no continente, com todo o caminho já trilhado até hoje, em cada uma das Conferências antes de Aparecida, bem como os passos do Sínodo da Amazônia e os avanços da Assembleia Eclesial, sempre a partir da visão de uma "conversão pastoral" e de uma "Igreja em saída" (EG 24), como nos pede o Papa Francisco.

Sim, em 2022, por ocasião do evento, 15 anos já se tinham passado desde que o Episcopado da América Latina e do Caribe tinha se reunido em Aparecida, Brasil, em maio de 2007. Para celebrar este momento, é que o Congresso Continental propôs a temática indicada acima, como geral: "Aparecida, 15 anos depois, à luz de o Magistério do Papa Francisco". O evento debruçou-se sobre os mais variados temas presentes no Documento de Aparecida, tratando de ver como os resultados desta Conferência foram recebidos e praticados pela Igreja no continente, quais são os desafios e as dívidas que ainda temos em relação às indicações pastorais e acadêmicas que Aparecida nos deu.

Como é do conhecimento de todos, e já foi recordado acima, a Conferência de Aparecida ocorreu sob o pontificado do Papa Bento XVI, e teve como protagonista do Documento o então Cardeal Jorge Mario Bergoglio, seu sucessor e atual romano Pontífice. Aparecida marcou profundamente a vida da Igreja no continente. Com o pontificado do Papa Francisco, o Documento de Aparecida adquiriu, inclusive, uma dimensão universal, já na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, bem como em outros documentos, como: *Laudato Si'*; *Querida Amazônia*; *Fratelli Tutti*; *Praedicate Evangelium* etc., e em vários de seus pronunciamentos. O Papa Francisco, de fato, levou Aparecida para o mundo. Seus principais pontos foram refletidos neste Congresso, procurando ver contribuições, perspectivas e desafios, tais como: o método "ver, julgar e agir"; conversão pastoral; paróquia, comunidade de comunidades; mudança de época e as grandes mudanças que estão acontecendo no mundo; missão, discípulos missionários e renovação missionária das comunidades; iniciação à vida cristã; ecologia e questão socioambiental; animação bíblica pastoral; piedade popular, lugar de encontro com Jesus Cristo; centralidade de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida; Igreja em saída; dignidade humana, opção preferencial pelos pobres, povos originários, excluídos e pobres; neopentecostalismo etc.

Ao longo de todo o processo de preparação e da realização dos dois eventos – Congresso e Assembleia da COCTI –, buscou-se responder aos desafios e pedidos que o Papa Francisco também coloca às Faculdades de Teologia, no *Proêmio* da Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium*, n. 4, e segue nos indicando em seus documentos e pronunciamentos, para que sejamos capazes de trabalhar em *rede* e criar *rede de redes*. Este congresso foi, sem dúvida, uma demonstração de que isso é possível e produz frutos muito positivos, tanto na dimensão da amizade pessoal como na institucional, na colaboração acadêmica e pastoral, nas assessorias,

parecerias e convênios etc. em vista do crescimento acadêmico--teológico no continente, sobretudo se considerarmos os quatro critérios que Papa Francisco nos propõe: 1) a "contemplação e a introdução espiritual, intelectual e existencial ao Evangelho de Jesus", coração do *Kerigma*; 2) o diálogo em todos os níveis, por este ser "uma exigência intrínseca para experimentar comunitariamente a alegria da Verdade e para aprofundar seu significado e suas implicações práticas"; 3) "a inter- e a trans-disciplinariedade exercidas com sabedoria e criatividade à luz da Revelação"; e 4) "*criar redes* entre as distintas instituições que, em qualquer parte do mundo, cultivem e promovam os estudos eclesiásticos, e ativar com decisão as oportunas sinergias também com as instituições acadêmicas dos distintos países e com as que se inspiram nas diferentes tradições culturais e religiosas".

Com certeza, muitas vezes é mais fácil realizar trabalhos entre as *pessoas* do que entre as *instituições*. Porém, não se pode perder de vista a questão institucional, como pede o Papa Francisco. Que assumamos compromissos comuns, que miremos as conquistas e que tenhamos presentes os desafios e os caminhos a serem trilhados e trabalhados entre nós e nossas instituições.

Não tenho dúvidas, o Congresso Continental, com o tema "Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco", deu-nos a possibilidade de visitar uma vez mais o Documento de Aparecida, ver as conquistas, os desafios, as lacunas, as dívidas etc., o que praticamos e o que ainda não praticamos; foi possível ver como as Igrejas no continente receberam e viveram as indicações de Aparecida neste momento de "mudança de época", para que sejamos uma Igreja pobre com os pobres, uma Igreja missionária e "em saída" (*Evangelii Gaudium*), sempre cuidando da "casa comum" (*Laudato Si'*) e vivendo "a amizade e a fraternidade" entre os povos e as culturas (*Fratelli Tutti*).

Já de início, previa-se a publicação das intervenções e conferências que estariam acontecendo na mesa de abertura e na fala de cada um/a dos/as conferencistas. Isso revela, ao mesmo tempo, a riqueza do magistério e beleza teológica dos teólogos e teólogas do continente, daquilo que se é produzido na pastoral e na academia, nas investigações e publicações a partir dos temas e desafios indicados por Aparecida. O Congresso e a Assembleia da COCTI 2022 nos abriram portas para um crescimento como teólogos e teólogas na amizade pessoal e institucional no "Fazer Teológico", na graduação e na pós-graduação, bem como nos abriram horizontes pastorais. Oxalá a publicação dos textos possibilite mais pessoas a ler e refletir sobre os aportes de cada fala e dos diálogos.

Agradeço a todos e a todas que prepararam e participaram do evento. Mas aqui, em vista da publicação, quero agradecer especialmente aos que nos possibilitaram a publicação de seus textos, cedendo os direitos para que a Editora PUC-Rio pudesse publicar e lançar este livro nos dois formatos: *e-book* e impresso.

Nesta monumental e continental obra acadêmica, fruto de muitas mãos, como era de se esperar, deparamo-nos com textos em língua portuguesa e em língua espanhola, a depender de como foi feita a intervenção. Isso já reflete a beleza e a riqueza, a diversidade e a pluralidade que temos no continente, em todos os campos e sentidos, mas com uma Igreja que deseja estar a serviço e em vista do bem comum, na edificação do Reino de Deus.

Como se constata, pelas mensagens dos arcebispos, temos os textos inicias que trazem as falas do Cardeal de Brasília e presidente do INAPAZ (Dom Paulo Cezar Costa), do presidente do CELAM (Dom Miguel Cabrejos Vidarte) e do presidente da CNBB (Dom Walmor Oliveira de Azevedo). Em seguida, temos os capítulos que tratam dos mais variados temas a partir da Conferência e do Documento de Aparecida: iniciando pela memória da Conferência de

Aparecida (Dom Dimas Lara Barbosa); passando pelo DNA de Aparecida (Dom Joel Portella Amado) e indicando o conceito-imagem de missão em Aparecida (Roberto Tomichá Charupá); a opção pelos pobres na Conferência de Aparecida e no Magistério do Papa Francisco (Paulo Fernando Carneiro); os movimentos populares e Aparecida, em vista de uma cultura da vida e do encontro (Emilce Cuda); um olhar sobre a comunhão, a sinodalidade e o diálogo ecumênico a partir de Aparecida (Marcial Maçaneiro); uma mirada sobre a concepção de catequese que brota de Aparecida (Abimar Oliveira de Moraes); um olhar sobre a presença da Igreja no Areópago da Comunicação a partir de Aparecida: o antes, o durante e o depois da VCG de Aparecida a partir da Comunicação (Susana Nuin Nuñez); um balanço pastoral da produção no Brasil envolvendo os temas da Conferência de Aparecida (Geraldo De Mori); uma reflexão sobre a temática da mulher na Igreja latino-americana, 15 anos depois de Aparecida (Maria Clara Lucchetti Bingemer); e, por fim, uma colaboração sobre a dignidade das mulheres: alguns desafios atuais. Reflexões a partir do Magistério Pontifício e as teologias produzidas por mulheres (Virginia R. Azcuy).

Além destes textos e temas apresentados nesta belíssima obra, outros temas também foram abordados, como: crises de abusos de poder e sexual, crises de governabilidade, reestruturação da Igreja desde Aparecida, realidade sociopolítica continental, clero e sua formação, sinodalidade e temas eclesiais, missão e crise vocacional, gênero e situação da mulher. Aconteceram igualmente momentos culturais e feira de apresentação de produções acadêmicas (livros, coletâneas e revistas) em algumas das diversas universidades do continente.

A obra que temos em mãos é fruto deste congresso sobre "Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco", a qual colhe e recolhe boa parte de sua riqueza, que, sem dúvida, foi muito

mais ampla e envolvente quando aconteceu "ao vivo e a cores", ainda que em um *campus* virtual, pela plataforma Zoom. Aliás, a riqueza de nenhum evento consegue ser "contida ou aprisionada" em uma única obra, como é o caso aqui. Desejo a todos e todas uma ótima leitura das colaborações presentes nela, pois ela oferece uma memória do evento, compartilha sonhos e lança *insights* para futuros estudos e pesquisas neste campo.

Por falar em sonhos e *insights*, permanecem os desafios para que continuemos trabalhando em *rede* e em *rede de redes*. Que venham novos congressos e que gerem novas publicações acadêmicas! Pensemos em tudo o que é possível trabalhar e cooperar para o bem da Teologia no continente e no mundo, em tudo o que é possível sonhar e desenvolver juntos, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. Voemos mais alto, como nos pede a *Veritatis Gaudium*, em seu Proêmio, especialmente no n. 4! Busquemos ampliar ainda mais nossa atuação e colaboração nas diversas áreas da graduação e da pós-graduação em Teologia na América Latina e no Caribe!

Muitos são os espaços que ainda podemos crescer, como na realização de contatos e encontros pessoais e institucionais. Pensemos nos trabalhos do Comitê Regional e nas Assembleias Regionais da COCTI, nos intercâmbios e cotutelas, na investigação e nas publicações em conjunto, na melhora e indexação das Revistas de Teologia etc. Aproveitemos os espaços que temos, como o site da COCTI, os encontros e eventos pelas plataformas virtuais, as bases de dados, como a SELADOC (PUC Chile) etc. Nossa graidão ao CTCH (Centro de Teologia e Ciências Humanas) da PUC-Rio pelo apoio e patrocínio da obra e à Editora PUC-Rio pela publicação da mesma.

Ampliemos nossas colaborações, compartilhemos nossas ideias e renovemos nosso compromisso com o diálogo como forma de construção do saber teológico e do trabalho em rede, de serviço à Igreja e à "casa comum". A construção da fraternidade e da justiça social

espera por nossa colaboração. Assumamos ainda mais o desafio do *Pacto Educativo* do Papa Francisco, como Igreja e Teologia em saída! Um diálogo de forma *inter* e *trans*disciplinar, com todos os saberes e ciências, em vista da construção do bem comum.

Não tenhamos dúvidas: com isso, a COCTI cresce e ganha mais espaço de atuação, sai sempre mais fortalecida, vai se expandindo e se revitalizando, no continente e no mundo. Nossas Faculdades de Teologia vão igualmente redescobrindo e fortalecendo sua função e razão de ser, no serviço à Igreja e ao mundo, em fidelidade à Boa Nova de Jesus Cristo. *Alea iacta est!* Mãos à obra! Que os clamores de Aparecida, em prol de uma "conversão pastoral", neste tempo de "mudança de época", continuem ressoando e nos desafiando a produzir novas respostas diante das novas perguntas que vão surgindo a cada dia e que esperam por novas e atualizadas respostas.

Como indica o Papa Francisco, no Proêmio da *Veritatis Gaudium*, n. 3, que a regra de São Vicente de Lérins continue sendo atual: o bom teólogo e o bom filósofo mantêm um pensamento aberto, ou seja, incompleto, sempre aberto ao *maius* de Deus e da Verdade, sempre em fase de desenvolvimento, segundo aquela lei que São Vicente de Lérins descreve da seguinte forma, um pensamento que seja: "*annis consolidetur, dilatetur tempore, sublimetur aetate* / consolidado ao longo dos anos, expandido com o tempo, amadurecido com a idade" (*Commonitorium primum*, 23: *Patrologia Latina* 50, 668).

Prefácio

Carlos Ignacio Man Ging
Pontificia Universidad Católica del Ecuador
Vicedelegado continental de la COCTI

El texto que usted lee es un tributo de admiración y esperanza al celebrar el paso de tres lustros de reflexión y acción pastoral a raíz del acontecimiento eclesial de América Latina acaecido en el Santuario Nacional de Nuestra Señora de Aparecida. Para destacar este aporte de los pastores y el pueblo de Dios se llevó a cabo en el año 2022 el Congreso Continental y la Asamblea Regional de la Conferencia de las Instituciones Católicas de Teología en América Latina y el Caribe. La Exhortación Apostólica *Veritatis Gaudium* ha iluminado con sus orientaciones este trabajo académico en el que se destaca como elemento novedoso la génesis del documento de Aparecida y su recorrido bajo la inspiración del Espíritu en sintonía con la teología de apertura del camino sinodal.

La sabiduría del libro del Eclesiastés confirma una vez más que la madurez del tiempo implica el saber acompañar las intuiciones, tensiones y horizontes teológicos que surgen de una propuesta con sentido profundo eclesiológico-pastoral (Ecl 3,1-10). La postpandemia nos invita a releer con esperanza este Documento a fin de buscar la innovación bíblica profética como discípulos misioneros que redescubren su vocación bautismal. Este ejercicio exige un proceso

personal de conversión para centrarnos en Jesucristo Maestro y Pastor, quien opta por los pobres del mundo, amigos del Rey eterno.

Las intervenciones, alocuciones y escritos presentados por sus autores contextualizan la recepción del don precioso del Concilio Vaticano II como soplo del Espíritu en sociedades marcadas por la desigualdad y el anhelo de justicia y democracia. Este clamor sigue vigente en la fe cristológica que impulsa la conciencia eclesial de compromiso con los pobres y personas en situación de vulnerabilidad, así como la preocupación por la casa común. La experiencia del desborde del Espíritu sigue actuando en cada comunidad de fe que implica el encuentro, la comunión, la participación y la misión, características que marcan un movimiento profundo sinodal para la vida de los pueblos cristianos como Iglesia en salida, en misión programática con ardor evangelizador.

La escucha activa de los pastores hacia el pueblo se ha vuelto el mejor antídoto de un clericalismo acendrado en nuestras estructuras pastorales y formativas. De ahí que la renovación a la que invita este congreso suponga una superación responsable de todo abuso de poder, manipulación y falta de acogida y equidad en la Iglesia. Aparecida nos señala en esta dimensión grandes aportes, deudas y cosas nuevas a las que debemos abrirnos con humildad, gratitud y esperanza. Temas ineludibles como el rol de participación de la mujer en la Iglesia, la acogida de la diversidad, la pastoral de los pueblos originarios y afrodescendientes, y el compromiso con una cultura del cuidado y respeto nos siguen marcando la agenda de los próximos años a fin de testimoniar la gracia de Dios en la comunión, participación y misión.

El recuerdo de las memorias de la celebración de esta quinta Conferencia del Episcopado Latinoamericano se condensa en la imagen típica de colchas de retazos pues su escritura a varias manos ha dejado una huella de heterogeneidad que respeta la diversidad de

opciones pastorales, así como de propuestas audaces para tiempos de cambio. Este rasgo permitió evidenciar la polémica de los documentos enviados y retornados desde Roma y que causó gran revuelo en la redacción final del mismo texto.

El Documento de Aparecida ganó identidad cuando, después de promulgado, las diversas diócesis se apropiaron del mismo bajo el lema de tener vida en abundancia, como deseo de Dios para sus discípulos misioneros que peregrinan en esta tierra latinoamericana. El método ver-juzgar-actuar se vio repotenciado en la puesta en práctica de una Iglesia que discierne los signos de los tiempos y se encuentra comprometida con los cambios profundos del continente. La Iglesia entra así en diálogo permanente y honesto con la cultura y la sociedad.

El impulso misionero de la Iglesia brota de las misiones trinitarias que comunican la vida y amor de Dios a los pueblos. Esta comunicación de la comunión trinitaria refleja el amor como familia divina que se dona a la manera de iguales en la diferencia. El Misterio de Dios acompaña toda realidad humana a fin de referirse en las diversas estructuras y relaciones eclesiales como una comunidad que sana y recrea la vida desde su propia esencia de comunión. La "ecología integral" brota de esta posibilidad de reconexión con la realidad y la integración de las culturas, saberes ancestrales, imágenes y pensares que siguen impulsando a vivir según el Espíritu y la fascinación por la persona de Jesús.

La simplicidad evangélica de la "Iglesia de los pobres" busca el desarrollo integral de la persona humana mediante una lucha decidida contra la miseria y la exclusión, inserta en Cristo para alcanzar vida en plenitud, pues fue quien dio ejemplo al hacerse pobre y enriquecernos con su pobreza. Esta opción está unida a las virtudes de la fe, esperanza y caridad, con una perspectiva de liberación, promoción y justicia en la iglesia de los pobres para los pobres. En

íntima unión a esta temática se encuentra la vida de los movimientos populares que claman por mejores condiciones de desarrollo para sus miembros: derechos humanos, salud, educación, familia, identidad, migración, periferia, entre otras. Son las Comunidades Eclesiales de Base las que tradicionalmente se han identificado y puesto, sin miedo a la política, al lado de los más pobres, y en muchas ocasiones en un sentido eclesiológico de comunión y de diálogo ecuménico.

La vocación de diálogo al interior de la Iglesia implica la *koinonía* bautismal y eucarística, social y espiritual, histórica y escatológica. El camino de conversión y reconciliación sigue la coherencia del Espíritu que nos invita a buscar la unidad al modo de la íntima unión trinitaria: pueblo de Dios, cuerpo de Cristo, templo del Espíritu Santo.

La iniciación cristiana y la catequesis fortalecen la misión evangelizadora de la Iglesia mediante la escucha de la Palabra, y el anuncio del Reino en el desborde místico al que desemboca una vocación cristiana vivida en plenitud. Es el seguimiento de Cristo el que permite hacer gradualmente un proceso de amistad personal con el Hijo, en el Espíritu. Este proceso de madurez cristiana incorpora las diversas dimensiones de la vida de la persona y no excluye ningún área de interés pues todo lo humano es connatural a la divinidad. Así la formación y crecimiento de los discípulos misioneros será un camino de fe desde las edades más tempranas para el desarrollo de la fe recibida en el bautismo y en el seno de la comunidad.

Las alegrías y esperanzas, los dolores y tristezas que enunciara *Gaudium et Spes* permiten descubrir el germen de la búsqueda del Reino de Dios desde los desafíos que la Iglesia latinoamericana reconoce en este tiempo convulsionado de cambios. Los más importantes se relacionan con los jóvenes, las víctimas de las injusticias sociales y eclesiales, la participación activa de la mujer en los ministerios, gobierno y discernimiento eclesiales, la promoción y defensa de la

dignidad de la vida, la formación para erradicar el clericalismo, la participación de los laicos, los pobres y descartados, la formación en los seminarios, ecología integral y pueblos originarios y afrodescendientes.

Un capítulo especial y delicado es el tema relacionado con la presencia y el rol de la mujer en la Iglesia. La violencia de género, la precariedad y la pobreza en la que viven muchas mujeres hace reflexionar a la Iglesia en su compromiso de promoción, defensa y justicia de la mujer para evidenciar que todavía en el siglo XXI hay situaciones de gran postergación, explotación, feminización de la pobreza, discriminación e invisibilización. La Iglesia Católica quiere acompañar este camino al reconocer diversas situaciones que todavía exigen decisión política para afrontar tanto dentro como fuera de las estructuras eclesiales. Los dones de la feminidad, maternidad y dignidad de la mujer son destacados por Jesús cuando habla con ellas, las sana y las elige como primeras testigos de la resurrección para comunicar la buena noticia a la comunidad. La dignidad de la mujer enraizada en la fe cristológica supone reconocer con dolor el sometimiento cultural y eclesial a lo largo de la historia. De ahí que se hace imperativo el fortalecimiento de espacios de formación, discernimiento, común dignidad bautismal, y el ejercicio de su apostolado en el seno del gobierno y pastoral de la Iglesia.

Agradecemos este gran esfuerzo editorial y ejercicio académico de difusión teológica. Sin duda que la persona imbuida de la lectura encontrará muchas claves de aproximación a los valiosos aportes de la Conferencia de Aparecida del año 2007 y su repercusión en el camino eclesial latinoamericano después de 15 años de profunda reflexión y experiencias pastorales diversas. La voz de teólogas y teólogos latinoamericanos resuena con fuerza en el concierto internacional y de esta forma se vuelve un aporte humilde pero imprescindible a la hora de orientar el diálogo intra, inter y extraeclesial.

Mensagem ao Congresso sobre os 15 anos de Aparecida

Cardeal Dom Paulo Cezar Costa
Cardeal Arcebispo Metropolitano de Brasília, Brasil
Presidente do Instituto Nacional de Pastoral Padre Alberto Antoniazzi (INAPAZ)

Saúdo os participantes do Congresso Teológico promovido pelas Universidades Católicas associadas à CICT/COCTI (Conferencia das Instituições Católicas de Teologia) da América Latina e do Caribe. Vocês refletirão sobre: *Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério de Papa Francisco.* Como discípulos missionários, reconhecemos que grandes mudanças aconteceram no continente e que foram aceleradas pela pandemia de Covid-19: uma maior pobreza de nossos povos, crescimento do número dos pobres e excluídos, aguçamento da crise de sentido. A questão ecológica tornou-se prioritária. Há uma grande mudança religiosa no continente, com o crescimento dos evangélicos e principalmente do neopentecostalismo.

O Documento de Aparecida é uma referência teológica pastoral para a Igreja da América Latina e do Caribe, pois ele se centra no coração da nossa fé: Jesus Cristo. Já no seu discurso inaugural, Bento XVI, meu predecessor, propôs a centralidade de Jesus Cristo na vida dos povos latino-americanos e caribenhos e o enraizamento em Jesus Cristo como condição para a missão, para o discipulado missionário.

Ele afirmou: "A Igreja tem a grande tarefa de custodiar e alimentar a fé do povo de Deus, e recordar também aos fiéis deste continente que, em virtude de seu batismo, estão chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo. Isso leva a segui-lo, viver em intimidade com Ele, imitar seu exemplo e dar testemunho". É a partir do encontro pessoal com Cristo, que nos colocamos no seu segmento.

É preciso, a partir da riqueza da Conferência de Aparecida, olhar para frente. Às vezes nossa tendência é querer buscar respostas para desafios novos em ideias fossilizadas ou até importadas de outras realidades culturais, sociais e globais. É preciso olhar para frente com esperança, olhando aquilo que o Espírito suscitou e realizou em nossas Igrejas nestes 15 anos. A América Latina tem uma forma toda própria de viver, professar, celebrar e testemunhar a fé. Aparecida captou este tom alegre da forma como o povo latino-americano e caribenho vive a sua fé: a alegria. Alegria que se fundamenta "no amor do Pai, na participação no mistério pascal de Jesus Cristo que, pelo Espírito Santo, nos faz passar da morte para a vida, da tristeza para a alegria, do absurdo para o sentido profundo da existência, do desalento para a esperança que não engana (n. 17). "A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus Cristo" (EG 1).

O Documento de Aparecida apontou a urgência da *Conversão Pastoral*. Esta requer "que as comunidades eclesiais sejam comunidades de discípulos missionários ao redor de Jesus Cristo, Mestre e Pastor. Daí nasce a atitude de abertura, diálogo e disponibilidade para promover a corresponsabilidade e participação efetiva de todos os fiéis na vida das comunidades cristãs..." (DAp 368). É preciso continuar a renovar as estruturas eclesiais, como condição para que a Igreja exerça a sua missão com fidelidade a Jesus Cristo. Renovação que precisa chegar à base da pirâmide, onde está o nosso amado povo: renovação das paróquias, tornando-as comunidades de comunidades,

capazes de se articularem, conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo e em comunhão fraterna. Na *Evangelii Gaudium*, Papa Francisco afirma que "a paróquia é a Igreja no meio do povo". É nela que o povo experimenta e vive a Igreja em sua concretude.

A América Latina e o Caribe já vivem uma experiência bonita de sinodalidade, onde os leigos e leigas se envolvem na vida das comunidades e paróquias, se sentem corresponsáveis através da participação nas pastorais, movimentos, associações, comunidades eclesiais missionárias, novas comunidades etc.

A opção pelos *pobres* foi colocada no centro da vida da Igreja. Todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação "sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade". Neste caminho, Aparecida propõe uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral, que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada (cf. DAp 401). Hoje, não se pode fazer Pastoral Social sem o compromisso com a ecologia integral. A pandemia do coronavirus aumentou ainda mais a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Como nos recorda São Paulo, em Gl 2,10, eu o retomei na *Evangelii Gaudium*, n. 195, o cuidado para com os pobres é "critério-chave" para uma autêntica e frutífera vida eclesial cristã.

A América Latina é, ainda, um continente *jovem*. É preciso levar adiante a "opção preferencial pelos jovens". A Igreja tem que inserir os jovens na sua caminhada, deixá-los viver e expressar sua fé como jovens. A Igreja vai se envelhecendo sem a sua face jovem. A fé precisa ser-lhes companheira em suas alegrias, desilusões e esperanças. Também é fundamental o rosto feminino de nossa Igreja latino-americana e caribenha, que conta com um grande protagonismo de

mulheres em nossas comunidades. As mulheres são, de fato, a grande maioria na catequese, nas pastorais e nos movimentos.

Agradeço a todos os envolvidos nesta bela iniciativa de fazer memória dos 15 anos de Aparecida à luz do Magistério do Papa Francisco, principalmente às Universidades Católicas envolvidas a partir da CICT/COCTI. Aparecida tem uma riqueza inesgotável, aprofundemos esta riqueza agora, à luz de tudo aquilo que o Espírito Santo, através do magistério do Papa Francisco, suscitou na Igreja. Olhemos para frente, a Teologia tem a bela missão de ajudar a Igreja a responder às necessidades da evangelização e da missão hoje. Sejamos sempre e cada vez mais "uma Igreja em saída e de discípulos missionários" (EG 24).

Aparecida, 15 años después

Monseñor Miguel Cabrejos Vidarte, O.F.M.
Arcebispo Metropolitano de Trujillo, Perú
Presidente de la Conferencia Episcopal Peruana
Presidente del Consejo Episcopal Latinoamericano (CELAM)

Hermanos y hermanas

Agradezco profundamente la invitación a participar de este Congreso Continental que nos hacen las Facultades de Teología 2022. Es una oportunidad para reflexionar sobre la Conferencia de Aparecida, 15 años después de celebrado este histórico encuentro episcopal. Es una oportunidad para revisar sus propuestas, ver los avances, honrar las deudas y reconocer los nuevos desafíos que han surgido en los años siguientes y demandan nuestra atención hoy.

No cabe duda que entre las Conferencias Generales de Santo Domingo y Aparecida se hizo patente el llamado cambio epocal. Fue por esta profunda mutación que, en 2003, por mandato de la Asamblea del CELAM, se pidió al Papa Juan Pablo II que convocara a una nueva Conferencia General del Episcopado Latinoamericano y Caribeño. Más tarde, ya con el Papa Benedicto XVI, se insistió que se realizara en América Latina y no en Roma, como sugería entonces parte de la curia vaticana.

El Papa accedió y dispuso que se realizara en el Santuario de Nuestra Señora de Aparecida. En el discurso inaugural, fue el propio

Papa Benedicto XVI quien amplió el espacio de discusión que estaba contenido en el Documento de Síntesis que sistematizó la amplia participación de los diversos episcopados y sus iglesias nacionales.

La diversidad de miradas – contó un observador de otra iglesia hermana – hacía prever que no se lograrían acuerdos significativos. Sin embargo, a partir de la vigilia del día de Pentecostés (27 de mayo de 2007) y bajo la conducción del Cardenal Jorge Mario Bergoglio, empezó a florecer el documento conclusivo.

¡Qué duda cabe!, el Santo Espíritu facilitó el encuentro y el documento conclusivo de Aparecida emergió con una visión renovada, retomando la tradición de Medellín, Puebla y lo mejor de Santo Domingo.

Tiempo de crisis

Aparecida asume una crisis que venía desarrollándose por décadas. Casi tan pronto como concluyó el Vaticano II – en diciembre próximo se celebrarán 60 años de ello –, en Europa se asiste a la Revolución de Mayo, la revolución de los estudiantes de Paris que se extendió al mundo trayendo inseguridad a muchos. Algunos iniciaron la búsqueda de refugio en las instituciones tradicionales. Mientras que en América Latina y el Caribe el Concilio era recibido con optimismo y entregaba, en especial a los jóvenes universitarios católicos comprometidos con la reforma, un sustento sólido para sus debates en los claustros académicos, donde no pocos creían que los cambios debían afirmarse en las propuestas de la Revolución Cubana.

Vinieron luego otras crisis: el petróleo en los años 1970, tiempo en que también aparecieron grupos guerrilleros y dictaduras militares, con las secuelas que todos conocemos; en los años 1980 la deuda pública marcó hondamente nuestra historia continental, que se unió al paso de un capitalismo productivo a otro financiero, especulativo; al final de la década de los 1980 y en los albores de los años 1990 se desmoronaron los socialismos reales.

Llegó la globalización que adquirió carácter eminentemente económico neoliberal: se abandonó el trabajo por el "estado de bienestar social" y las utopías colectivas, mientras se desregulaba el Estado y se privatizaban empresas públicas.

Así como también se consolidó el retorno a la democracia en nuestro continente. También es cierto que los cristianos no tuvimos la capacidad de agregar contenidos éticos a la globalización cultural (valores de solidaridad, bien común, cuidado de la Creación). América Latina y el Caribe vieron aumentar la violencia, el desempleo, la pobreza. Junto con la desigualdad, la corrupción y el narcotráfico.

En un documento reciente del CELAM, señalamos que se manifestaron varias crisis de manera simultánea: sostenibilidad ecológica, exclusión y violencia, daño en valores éticos, pérdida de identidad cultural y subjetiva, y por cierto crisis de la solidaridad, aunque también se dieron en muchos lugares grandes muestras de solidaridad desde los pobres y excluidos.

Aportes de Aparecida

En este contexto, y confirmando que un tiempo de crisis puede ser también un tiempo de gracia, si se discierne adecuadamente, podemos decir que el primer aporte de Aparecida es la recuperación del sentimiento de una Iglesia con características propias, que desde esa originalidad es capaz de aportar a la Iglesia universal.

Abrazando el discurso inaugural de Benedicto XVI – "la opción preferencial por los pobres está implícita en la fe cristológica" –, renueva creativamente las líneas pastorales de las grandes Conferencias Generales del CELAM: caminar con los pobres y las personas vulnerables y cuidar de la naturaleza, nuestra casa común.

Aparecida también invita a transitar hacia la conversión pastoral, asumiendo la dimensión comunitaria, superando el rasgo intimista, porque seguir a Cristo con fidelidad evangélica no es posible

sin Iglesia y sin comunidad. Desde allí, asumir la misión de anunciar el Reino, vivir la fe *en salida*, superar el encierro, ser discípulos misioneros, nos debe llevar a dar la vida en abundancia a otros y otras. La vida que surge del encuentro con Cristo, que se comunica por desborde de alegría. Así están íntimamente relacionados evangelización y promoción humana integral.

Esta invitación lleva a reafirmar el carácter samaritano, solidario, cercano, acogedor, de compañía en el camino y de abogada de los pobres que asume la Iglesia latinoamericana y caribeña. También con un rol en la sociedad, acompañando a los pueblos en los desafíos sociales y ambientales, que incluyen la defensa de la vida desde la concepción hasta la muerte natural, pasando por el cuidado de la tierra. Además, asume el rol compartido de hombres y mujeres en la Iglesia como co-protagonistas de la evangelización.

Todo esto se expresa junto a una serie amplia de preocupaciones: la animación bíblica, la centralidad de la Eucaristía, un estilo pastoral cercano, la necesidad de reformar las estructuras, y la necesidad de promover y acompañar el compromiso de la Iglesia en la vida pública, desde la fraternidad y la amistad social que ahora afirma la Encíclica *Fratelli Tutti* del Papa Francisco.

Deudas con Aparecida

Quince años después es tiempo suficiente para valorar lo realizado y lo pendiente. Más aún cuando el Papa Francisco nos dice que antes de llamar a una VI Conferencia General del Episcopado deberíamos saldar nuestras deudas con Aparecida y para ello realizar una Asamblea Eclesial que congregue a la participación de miembros representantes del Pueblo de Dios. Entonces surge la pregunta: ¿Cuáles son esas deudas?

Un análisis sereno lleva a afirmar que hemos avanzado en todos los ámbitos, sin embargo, esta respuesta no la damos para quedar

tranquilos sino para ver cuál es la parte vacía todavía de nuestros compromisos. Porque hemos avanzado es que sabemos lo que necesitamos y podemos ir más allá. En esta ocasión observaremos cinco de nuestras "deudas".

Entre nuestros desafíos están la misión y el estado de misión. Hubo confusión entre realizar una Misión Continental, como un evento, y asumir un *estado de misión permanente*, que es todo un proceso. Dicho de otra manera, hubo confusión entre *misión paradigmática* y *misión programática*.

Aquí tenemos una tarea crucial que debemos asumir. Para él, debemos reconocer que el mundo cambió, que ya no vivimos en tiempos de cristiandad, sino en una sociedad plural.

Para vivir el estado de misión, es necesario recuperar el ardor misionero con identidad discipular, que se expresa en la valoración del mundo actual y promover la fe inculturada; ir al encuentro de las personas como amigas, amigos y huéspedes, no como colonizadores; estar al lado del que sufre; dialogar con el mundo de la política, de lo social, con la empresa y el trabajo; evangelizar también en el espacio digital y la cultura.

Otra deuda es la necesidad de *profundizar en la conversión pastoral*. Hemos asumido el discurso, pero es necesario avanzar a una praxis que nos permita el ejercicio efectivo de la sinodalidad como estilo de vida. La Iglesia debe salir de sí misma para ampliar los horizontes hasta donde debe llegar con el Evangelio, para lo cual debe asumir esos nuevos espacios. Tener capacidad de acoger a las personas en su diversidad.

Ello implica asumir el desafío misionero y las necesarias modificaciones en las estructuras, vivir la unidad y abandonar cierta división y polarización. Comprender la eclesiología del pueblo de Dios y vivirla, evangelizar con nuevos lenguajes que sean significativos para

los interlocutores, crecer en identidad latinoamericana y caribeña, y acompañar a las comunidades para asumir la dimensión sinodal.

La tercera "deuda" que deseamos relevar, es la *reforma de las estructuras caducas*, lo que al mismo tiempo es expresión de la conversión pastoral.

Es necesario activar los consejos pastorales y económicos; discernir sobre el tamaño adecuado de las parroquias, hacer de la periferia el centro; discernir la estructura de cada conferencia episcopal para permitir el desarrollo de su misión pastoral y profética; así como continuar con el proceso de renovación del CELAM.

En cuarto lugar, y muy ligado a la necesidad de una práctica sinodal, es urgente *superar el clericalismo*. Esto, bien sabemos, es responsabilidad del clero, pero también de los laicos que no viven de manera madura su fe. Para avanzar en este plano es importante fortalecer la formación en el discipulado misionero; fomentar la escucha, el diálogo, el discernimiento y la corresponsabilidad eclesial; formar para las distintas responsabilidades ministeriales; y esforzarse por identificar y erradicar todo modo de actividad pastoral que fomente el clericalismo.

Por último, es necesario avanzar en el *cuidado de la casa común*. No se trata de una postura ecológica "de moda". Lo que está en juego es la fidelidad al cuidado de la Creación, dejarla disponible y fértil para las generaciones futuras.

El uso abusivo o irresponsable del medio ambiente ha puesto en riesgo el espacio vital para el ser humano. *Laudato Si'* y *Querida Amazonía* reafirman con claridad este desafío ya planteado por los obispos brasileños en Aparecida, y que el Papa Francisco ha hecho suyo, con el respaldo de la comunidad científica internacional.

A esta dimensión es necesario integrar la formación de los discípulos misioneros, laicos y consagrados, que esté en la agenda del diálogo ecuménico e interreligioso, que sea profundizada en sus alcances

teológicos y pastorales, y sea articulada con las iniciativas de la Economía de Francisco y el Pacto Educativo Global.

Las "cosas nuevas"

También entre Aparecida y el tiempo actual han surgido "cosas nuevas" (*res novae*), que la V Conferencia de Aparecida no alcanzó a vislumbrar completamente.

Quiero reseñarlas e invitarlos a darle profundidad teológica. En primer lugar, *una cuestión antropológica*: hay un cambio en la identidad básica del ser humano que requiere ser entendido y/o atendido para dar una respuesta pastoral adecuada. Estamos pasando de la deshumanización al transhumanismo, que tiene graves efectos sociales, económicos, políticos y religiosos.

En otro plano, está la *sinodalidad*. Sobre todo como desafío que está asumiendo la Iglesia latinoamericana, caribeña y universal, con fuerza creciente. Es también recuperar la eclesiología del pueblo de Dios del Concilio Vaticano II (cf. *Lumen Gentium*). Es vivenciar la dignidad bautismal de cada persona. Es corresponsabilizarse de la vida eclesial y trasladar este estilo a la vida social.

Sin duda que otro desafío posterior a Aparecida es la *participación de la mujer* en la Iglesia y en la sociedad. Su protagonismo es necesario para enriquecer la vida de la Iglesia, pero antes es un derecho de las mujeres. Hay muchos ejemplos de caminos positivos, pues hay muchas evidencias del protagonismo de las mujeres en la Iglesia de América Latina y el Caribe, pero todavía no es una actitud generalizada en nuestra Iglesia latinoamericana y caribeña.

Con dolor y vergüenza debemos decir que son algo nuevo, ocurrido antes, pero expresado después de Aparecida: los *abusos eclesiales de poder, de conciencia y sexuales*. El daño y el dolor causados son inmensos. Nuestra solidaridad con las víctimas, la búsqueda de verdad, justicia y reparación, son indispensables.

La prevención, la promoción de formas sanas de relacionarnos y la promoción del buen trato en los ambientes eclesiales son una responsabilidad ineludible e impostergable. Naturalmente estos hechos han redundado en cuestionamientos, alejamientos de muchos creyentes y pérdida de credibilidad en la Iglesia. La coherencia en el seguimiento a Jesucristo está en juego. Como efecto también complejo, ocurre la pérdida de autoridad para hablar sobre otros temas.

Quiero destacar igualmente la *acogida a la diversidad*. En esta materia es necesario también mayor investigación y discernimiento, para asumir los caminos pastorales más adecuados en la perspectiva, maternalmente, como Iglesia, de recibir a tantas diversidades. Entre ellas la situación de sacerdotes casados y las distintas modalidades de familias que se constituyen en la actualidad.

También es un desafío dentro de las *nuevas realidades de América Latina y el Caribe*: el justo reconocimiento de la cultura y sabiduría de nuestros hermanos y hermanas de los pueblos originarios; así como de muchos millones de afrodescendientes que requieren de una atención pastoral especial; teniendo en cuenta el creciente proceso de urbanización que ya suma al 80% de la población viviendo en ciudades de más de 50 mil habitantes.

Tener en cuenta el surgimiento de nuevos movimientos populares que no se sienten representados por partidos ni por sindicatos; en fin, también la necesidad de evaluar los ritos litúrgicos de nuestra Latinoamérica y Caribe.

La expresión de la caridad a través de la *política*, forma privilegiada en el magisterio de varios santos padres, requiere igualmente de nuestra atención y acompañamiento. Dejar de lado, postergar esta dimensión de la vida humana, es un verdadero pecado de omisión, y para América Latina y el Caribe un daño enorme.

Como lo plantea el Papa Francisco en *Fratelli Tutti*, nuestra Iglesia debería promover estas vocaciones como una manera de contribuir

a la construcción del Reino. Lo mismo en el plano de la *economía*, que al autonomizarse de la ética y centrarse en la sola maximización de la ganancia, termina por dañar la dignidad de la persona humana, la solidaridad, generando múltiples problemas sociales.

Ya casi al finalizar, queridos hermanos y hermanas, quiero también señalar los desafíos que nos agregan la *ciencia* y la *tecnología*. El ser humano aporta su inteligencia y sus manos para seguir perfeccionando la Creación divina.

Reconociendo su importante aporte, se hace necesario abordar el discernimiento de su aplicación en sociedad, para aprovecharlas para el bien. Integrarlas en una mirada *ecológica integral* que reúne no sólo la cuestión del medio ambiente y la naturaleza, sino también la realidad del desarrollo humano dentro de ella, en una convivencia respetuosa.

Por último, deseo plantear la necesidad del diálogo ecuménico e interreligioso, como una necesidad urgente de nuestro tiempo, en fidelidad a nuestro Señor. En este espacio hay mucho que avanzar, especialmente en el servicio común de aportar al Reino de Dios que se manifiesta entre nosotros.

Queridos hermanos y hermanas, creo que esta reflexión puede ser un aporte a una mirada serena sobre Aparecida, 15 años después. Sin duda es profético el querer del Papa Francisco: es necesario releer el Documento conclusivo de esa Conferencia General del Episcopado, porque aún tiene mucho que entregarnos y que debemos asimilar.

La reflexión teológica de ustedes puede ser un aporte tremendo a la tarea pastoral de la Iglesia en toda América Latina y el Caribe.

Muchas gracias por el interés en reflexionar sobre Aparecida en una perspectiva de profundización y proyección de este magisterio para un mejor servicio al pueblo de Dios.

Estimados hermanos y hermanas, los invito a renovar la pasión por Jesús, por su Evangelio, y por su pueblo. El Señor los bendiga y

la Virgen Santísima, Nuestra Señora de Aparecida, nos hermane más y los colme de ternura.

¡Paz y Bien!

Aparecida, 15 anos depois

Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Brasil
Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
(CNBB)

Era 13 de maio de 2007. No Santuário Nacional – casa da Mãe Aparecida –, iniciava-se a V Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe. Quase três semanas de espiritualidade e reflexões fecundas. Ungido o ambiente pela singular, amorosa e sincera presença de milhares de peregrinos. Dias de bênçãos e de iluminação para o horizonte missionário da Igreja. O povo orante e confiante na intercessão materna e discipular da Mãe Maria, por força espiritual invisível e imensurável, inspirava os pastores e seus assessores ali congregados a dimensões essenciais da vivência autêntica da fé cristã católica: todos discípulos e discípulas missionários no seguimento de Jesus Cristo, Mestre e Senhor, Crucificado e Ressuscitado. Na riqueza da participação dos congregados na Conferência Geral, há de se destacar a presença amorosa do Papa Bento XVI – depois Papa emérito –, que inaugurou a Conferência de Aparecida, e a singular dedicação do então Arcebispo de Buenos Aires, Argentina, hoje o Papa Francisco. Na atualidade, o Santo Padre reafirma a importância e o potencial evangelizador do Documento de Aparecida, fruto da Conferência, publicado no dia 29 de junho de 2007.

O Documento de Aparecida, na festa de seus 15 anos, é um tesouro para impulsionar as forças missionárias da Igreja Católica, interpelada a oferecer novas respostas ante os desafios do mundo contemporâneo. As linhas mestras de Aparecida são uma resposta atual e essencial dentro dos parâmetros do Concílio Vaticano II, especial acontecimento vivido de 1962 a 1965, e que preparou a Igreja para evangelizar na contemporaneidade. Assim, o Documento, fruto da Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho, reúne entendimentos e indicações concretas para o caminho desafiador deste terceiro milênio. Diferentemente das vozes que alardeavam interpretações equivocadas, difundindo que o evento de Aparecida correria o risco de ser um retrocesso no caminho eclesial e missionário, indicações da Conferência permanecem como um desafio pastoral, urgindo efetivações assertivas de respostas na vivência do discipulado e nas exigências evangélicas do seguimento de Jesus Cristo.

Incontestável é a afirmação que vem do coração do próprio Papa Francisco: a Igreja é desafiada a oferecer novas respostas a partir do horizonte da Conferência de Aparecida, neste tempo de grandes mudanças. Muito atual, o Documento de Aparecida afirma que o caminho da Igreja na América Latina e no Caribe tem lugar em meio a luzes e sombras deste tempo, que traz aflições. Sublinhe-se o processo de redação do Documento, que envolveu momentos de impasse, mas foi permeado pela ação do Espírito Santo de Deus, o guia da Igreja. O Espírito Santo gestou caminhos corajosos e inspirações proféticas, trazendo à luz o conjunto de indicações do Documento de Aparecida – interpelação à Igreja latino-americana e caribenha, irradiando inspirações para a Igreja em todo o mundo. As contribuições da Conferência de Aparecida fortalecem a Igreja na missão de formar discípulos e discípulas de Cristo, Caminho, Verdade e Vida, para que todos os povos tenham vida. As contribuições são especialmente singulares porque contam com a inspiração e proteção da Mãe Maria,

perfeita discípula e pedagoga da evangelização, ensinando sempre a fazer o que Ele, Cristo Jesus, indica.

As indicações do Mestre são essenciais para cultivar as grandes riquezas dos povos, a fé no Deus amor, a tradição católica na vida e na cultura – lembrando-se sempre das raízes católicas que inspiram a arte, a linguagem e estilos de vida, tecendo identidades, originalidade e unidade na realidade histórico-cultural latino-americana e caribenha. Uma realidade marcada pelo Evangelho de Cristo, que não pode abandonar Deus por comportamentos viciosos, opressão, violência, ingratidões e misérias. Esses cenários de desolação precisam ser debelados pela graça da vitória pascal. O atual período da história, marcado por desordem generalizada, crises sistêmicas variadas, turbulências sociais, políticas e ecológicas, urge por indicações preciosas e testemunhos, sublinha o Documento de Aparecida.

A Igreja é chamada a repensar profundamente as suas dinâmicas, a relançar com fidelidade e audácia a sua missão, considerando as novas circunstâncias mundiais, realça o Documento. Trata-se da preciosa indicação de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho de Jesus – sempre a partir d'Ele, viver a missão de fazer despertar discípulos missionários. Esse avanço almejado não se efetiva pela dependência de grandes programas ou estruturas, mas pelo encontro com Ele, Cristo. Depende, pois, de homens e mulheres que encarnam essa tradição e novidade, missionários do Reino de Deus, protagonistas de uma vida nova. A celebração dos 15 anos da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho é convite para revisitar o Documento de Aparecida, com indicações concretas, para efetivar o que é próprio de uma Igreja Sinodal: alicerçada na autenticidade e na formação permanente, na vivência e no testemunho de discípulos e discípulas missionários, para fecundar vidas a caminho do Reino de Deus.

CAPÍTULO I
Memórias da Assembleia de Aparecida

Dom Dimas Lara Barbosa
Arcebispo Metropolitano de Campo Grande, Brasil

Com minha cordial saudação[1] a todos e todas que participam deste seminário "Aparecida, 15 anos depois, à luz do Magistério do Papa Francisco", agradeço de modo especial ao Pe. Waldecir Gonzaga, responsável deste evento, pelo convite que me fez para participar, fazendo memória da Assembleia de Aparecida.

As Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano e Caribenho não comportam a participação de todos os bispos de cada Conferência Episcopal. Isto vale especialmente para o Brasil. Se considerarmos o grande número de bispos brasileiros, aí incluídos os coadjutores e auxiliares, seríamos em número maior que todos os bispos das outras Conferências da América Latina juntas, exceção feita à Conferência Episcopal do México. Sendo assim, participam representações cujos membros são definidos pelas próprias Conferências Episcopais.

Recém-eleito para a Secretaria Geral da CNBB, fui também indicado para participar da Conferência de Aparecida. Ficamos

1 Minha exposição neste Seminário foi feita de forma espontânea. A mesma foi gravada, e o seu teor resgatado a partir da gravação. Embora o tenha revisado, o texto conserva as características da oralidade original. Assim, não segue as normas estritas de um trabalho acadêmico.

hospedados nos diversos hotéis de Aparecida, visto que nesse tempo as Assembleias Gerais da CNBB ainda eram realizadas no Mosteiro de Itaici, Indaiatuba-SP, porque ainda não dispúnhamos da estrutura que hoje o Santuário oferece, com dois hotéis – o Rainha do Brasil e o Rainha dos Apóstolos, além do Centro Poliesportivo Pe. Vitor Coelho, que é também um Centro de Convenções. Para a realização da Conferência de Aparecida, foi utilizado o subsolo do Santuário, mesmo local utilizado hoje para as reuniões reservadas das Assembleias Gerais da CNBB.

Participaram não apenas bispos, mas também representantes religiosos de várias congregações, das Conferências Nacionais de Religiosos e Religiosas, como é o caso da nossa CRB da CLAR, que é a Conferência Latino-americana de Religiosos; a presidência do CELAM; membros da Cúria Romana (estavam presentes todos os principais Dicastérios) e o Papa Bento XVI. Como presidente da Comissão de Redação estava o Cardeal Jorge Mário Bergogio, na ocasião Arcebispo de Buenos Aires, Argentina.

Os membros da recém-eleita presidência da CNBB, Dom Geraldo Lyrio Rocha, presidente, Arcebispo de Mariana, Dom Luiz Soares, vice-presidente e Arcebispo de Manaus e eu tivemos a bênção de dar início aos nossos trabalhos justamente com a recepção do Papa Bento XVI no aeroporto de Guarulhos. Participamos da canonização do Frei Galvão, almoçamos com o Santo Padre no mosteiro de São Bento e seguimos para Aparecida. Uma curiosidade: minhas primeiras semanas à frente da Secretaria Geral da CNBB aconteceram usando orelhão e celular, dadas as dificuldades de comunicação por estarmos no subsolo da Basílica da Aparecida, e assim íamos trabalhando à distância.

A preparação para a V Conferência contou com as mais diversas mobilizações nos mais diversos países. Posso citar as contribuições das escolas católicas na preparação de subsídios sobre a educação

católica e educação geral; subsídios preparados pelas CEBs – Comunidades Eclesiais de Base; diversos movimentos que registraram suas realidades específicas; a Catequese Nacional, as juventudes, as Universidades Católicas.

Antes da realização da Assembleia e enquanto Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, pude contar com o apoio da fundação Adenauer para a realização de um simpósio com diversos especialistas, com o objetivo de refletir sobre temas que mereciam atenção, especialmente pela ausência desses temas em outras instâncias, como por exemplo Antropologia Cristã, Evangelização e Cultura, Defesa da Vida e a relação entre Fé e Ciência. A síntese deste simpósio foi de grande relevância para o trabalho da Subcomissão sobre Cultura, da qual participei na Assembleia de Aparecida, além das importantes contribuições do Pe. Joel Portella Amado, que na época era o coordenador de Pastoral da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

A diretoria do CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano – apresentou uma nova metodologia para o instrumento de trabalho, desconsiderando o já clássico método ver-julgar-agir. A Assembleia, porém, exigiu a volta desse método. Com isso, decidiu também rejeitar integralmente o instrumento de trabalho que tinha sido preparado pelo CELAM. Desta forma, a estrutura de trabalho precisou começar praticamente do zero. Na realidade, foram vários dias, aproximadamente dez, discutindo qual deveria ser a estrutura do Documento de Aparecida. Assim, a primeira etapa foi construir o projeto do que deveria ser o Documento. A seguir, dividiu-se a Assembleia em grupos de trabalhos, deixando a cada delegado a escolha do grupo em que gostaria de contribuir. A partir daí, começaram a surgir os primeiros textos, que foram encaminhados à equipe de redação.

A primeira redação do Documento de Aparecida foi elaborada em um único dia! Era visível o fato de ter sido escrito a várias mãos,

donde a falta de homogeneidade na sua redação. O Documento é uma verdadeira colcha de retalhos: foi escrito em mutirão. Não existe, em linha geral, um estilo único de redação.

Quanto aos temas, saliento alguns que marcaram as discussões:

Questão Ecológica. Alguns delegados traziam o entendimento de que a Amazônia seria uma questão somente de alguns países, não de todos; no entanto, com a força discursiva dos bispos da região amazônica, principalmente dos Bispos do Brasil, a Assembleia acolheu a dimensão ecológica por sua importância não apenas para a América Latina, mas também para todo o planeta. Posso mencionar aqui o que o Para Francisco já disse algumas vezes sobre sua conversão pessoal no sentido da responsabilidade pela casa comum. Sua célebre Encíclica *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum foi um desdobramento, uma consequência das reflexões acontecidas em Aparecida. Nesta mesma linha sobre a ecologia, acrescentou-se também a questão da Antártida, que é um dos desafios específicos do continente americano.

Outro tema que trouxe discussão foi a divisão entre *Movimentos e CEBs – Comunidades Eclesiais de Base*. Isto porque alguns delegados, representantes de movimentos, desejavam que a Conferência se debruçasse mais sobre seus respectivos carismas. Por outro lado, eram vários os bispos cujas dioceses eram organizadas em CEBs, hoje consideradas uma das formas especiais das chamadas Comunidades Eclesiais Missionárias. E novamente houve a significativa contribuição do Brasil para mostrar que não existiam divergências. É muito importante em uma Diocese e no trabalho do bispo saber favorecer todos os carismas. O bispo não tem a síntese dos carismas: ele tem o carisma da síntese, o que é bem diferente. Ele não é dotado de todos os carismas, mas cabe a ele discernir e ajudar a discernir sobre a eclesialidade de todas as iniciativas, canalizadas para um trabalho conjunto.

A *Pastoral Urbana* também foi uma bonita contribuição brasileira, graças particularmente à participação como assessor do nosso estimado Pe. Joel Portella Amado, hoje, Dom Joel, Secretário Geral da CNBB. Na ocasião, o Pe. Joel era integrante do INP – Instituto Nacional de Pastoral da CNBB. Tanto o INP enquanto Instituto, quanto o Pe. Joel, por sua experiência pessoal, tinham já uma boa bagagem de reflexões em torno desse tema.

Posteriormente, quando em visita ao Papa Francisco, como membros da presidência do CELAM, pudemos ouvir do Santo Padre seu depoimento de que, em sua opinião, o Documento de Aparecida foi um milagre, considerando as posições divergentes presentes na Conferência. Apesar dessas divergências, conseguimos uma bonita síntese de reflexão para o nosso bom povo.

Já quase ao final da Assembleia, Dom Claudio Hummes apresentou uma proposta muito desafiadora. Era preciso que os delegados saíssem da Assembleia com um renovado ardor missionário. Foi aí que ele propôs a "Grande Missão Continental", segundo a qual todos sairíamos com o compromisso de um verdadeiro mutirão missionário. Embora não se tenha acolhido o qualificativo "grande", a Conferência aprovou o teor da proposta: a realização de uma "Missão Continental". Todos saímos com o desafio de incentivar a missão em nossas igrejas particulares.

O Papa Francisco, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, em um de seus pronunciamentos aos bispos do CELAM, no Rio de Janeiro, mencionou das duas dimensões da missão, que muito me marcaram: a dimensão programática (programas elaborados, cursos, envio de missionários *ad gentes* etc.) e a dimensão paradigmática (enculcar nas pessoas a dimensão missionária do próprio batismo, ou seja, todas as iniciativas pastorais devem ter uma marca missionária. É o que mais tarde o Papa chamaria de construir uma Igreja em saída).

Sem dúvida, foi de extrema importância o discurso de abertura de Papa Bento XVI, que realmente deu o tom à V Conferência. Sua insistência na necessidade de levar as pessoas a um encontro pessoal com o Cristo é uma das marcas de seu Pontificado. Particularmente importante foi seu posicionamento acerca da opção preferencial pelos pobres. De fato, havia delegados que manifestavam reticências quanto a essa conquista das Conferências anteriores, mas o Papa Bento XVI declarou que ela é intrínseca à nossa fé cristológica. E mais: a Igreja não cresce por imposição, mas por atração. Somos chamados a anunciar o rosto bonito, atraente, da Igreja fundamentada no Evangelho do Senhor Jesus.

Para concluir, partilho uma situação que, para mim, foi bastante delicada na ocasião. Trata-se do documento final elaborado na Conferência de Aparecida, e que foi enviado a Roma para sua aprovação. No entanto, o texto que voltou de Roma não era o mesmo que tinha sido aprovado em Aparecida. Foram, realmente, feitas alterações no documento. Quando esse fato se tornou público, as reações foram muito fortes. Como Secretário Geral, recebi muitos abaixo-assinados, provenientes de diversas partes do Brasil, bem como de diversos segmentos da Igreja, pedindo que a CNBB publicasse o documento original na íntegra. E a pergunta era: Quem teria "falsificado" o documento de Aparecida? Uma acusação muito séria. O fato é que Roma não aprovou propriamente o Documento de Aparecida, mas autorizou a sua publicação como um documento do magistério colegial dos Bispos da América Latina e do Caribe. A própria presidência do CELAM manifestou-se no sentido de que algumas modificações foram feitas aqui mesmo, justamente pela falta de consenso dentro da Assembleia. Confesso que até hoje não sei quem exatamente foi o responsável por essas alterações. O fato é que a recepção de Aparecida foi muito grande, graças a Deus. As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, elaboradas logo a seguir, trouxeram as

conclusões de Aparecida com bastante clareza e até hoje Aparecida é citada nos documentos da CNBB.

Eu fiz questão de dizer, pessoalmente, ao Santo Padre, lembrando dessa nossa convivência em Aparecida, que é preciso resgatar a riqueza do Documento da V Conferência. Recentemente o CELAM pediu que fosse realizada a VI Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho. O Santo Padre negou, justificando que Aparecida ainda não deu tudo o que poderia dar. O que não pode acontecer com Aparecida é cair no esquecimento. E este nosso seminário é uma ótima oportunidade para resgatar e aplicar na realidade do hoje da nossa história as conclusões de Aparecida. Aliás, essa é uma iniciativa que o próprio Papa Francisco tem tomado nos seus documentos. Lembro-me que numa Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, realizada poucos anos depois de Aparecida, havia a proposta de se elaborar novas Diretrizes, para inserir as novidades que o pontificado do Papa Francisco, ainda nos seus começos, já começava a trazer. Na ocasião, insisti que mantivéssemos as Diretrizes anteriores, fortemente calcadas nas conclusões de Aparecida, uma vez que o próprio Papa vinha se servindo dessas mesmas reflexões nos seus pronunciamentos, conferindo, agora, a sua autoridade pontifícia e dando seu estilo próprio e não apenas como redator, mas como autor.

Que o Senhor nos abençoe e que Nossa Senhora, Estrela da Evangelização, seja nossa companheira e guia de caminhada. Um bom trabalho a todos.

CAPÍTULO II
O DNA de Aparecida
Proposta de uma chave de leitura para todo o Documento

Dom Joel Portella Amado
Bispo auxiliar da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, Brasil
Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Esta não é a primeira vez que abordo este assunto.[1] Com outros nomes, tenho buscado me referir ao que seria a chave de compreensão para o documento resultante da V Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho. Permaneço com este enfoque e, mais ainda, com o conteúdo que lhe tenho dado, por acreditar que estamos diante de uma questão central para a ação evangelizadora católica. Refiro-me ao que já inúmeras vezes mencionei como *mudança de época*, expressão bastante usada em alguns setores da reflexão

1 AMADO, Joel Portella. A Igreja num mundo em mudança, Conferência no Primeiro Congresso Brasileiro de Animação Bíblica da Pastoral. In: CNBB – Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética. *Animação Bíblica da Pastoral*. Brasília: CNBB, 2012. p. 17-28; AMADO, Joel Portella. Mudança de época e conversão pastoral: Uma leitura das conclusões de Aparecida. *Atualidade Teológica*, ano XII n. 30, p. 301-316, set./dez. 2008; AMADO, Joel Portella. Uma Igreja em mudança de época. Pontos relevantes para a compreensão da Igreja na segunda década do século XXI. *REB*, v. 70, n. 279, p. 564-579, 2010.

teológico-pastoral, porém carente de consequências pastorais mais consistentes.[2]

As etapas de um evento e de um documento

Sabemos que o Documento de Aparecida, assim como todos os demais documentos do mesmo tipo, passou por um processo em três etapas: preparação, construção e apropriação. Para nós, importa considerar a terceira das etapas, aquela que, após a promulgação do Documento, permanece até hoje, impulsionando-nos a voltar inúmeras vezes ao Documento, a fim de ratificar intuições, retificar conclusões e descobrir novos aspectos.

Para essa apropriação, o primeiro passo diz respeito à relação das expectativas com as quais a própria Conferência foi realizada e, por consequência, também o seu documento resultante. Havia, como sabemos, uma tendência a seguir o que podemos chamar de eixo Medellín-Puebla, com a questão, por exemplo, de uma Igreja cada vez mais voltada para os pobres e interagindo vivamente com a dimensão social. Havia igualmente uma tendência de seguir mais um eixo de perfil predominantemente cultural, não tão afeito às questões sociais. O impacto se manifestou, durante os primeiros dias da Conferência, no método a ser seguido, pois, a depender dele, os resultados seriam distintos.

A escolha, explicada no número 19 do Documento de Aparecida, mostrou a lucidez dos delegados à V Conferência, os quais não só não renunciaram ao método ver-julgar-agir, como também firmaram a base sobre a qual este método deveria ser colocado em prática: ver a realidade a partir especificamente do lugar do discípulo missionário

---

2 HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. O referencial teológico do Documento de Aparecida. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, p. 319-336, set. 2007; CALIMAN, Cleto. A Eclesiologia de Aparecida, Implicações para a pastoral e a catequese. Disponível em: https://ccaliman.wordpress.com/2010/11/03/a-eclesiologia-de-aparecida/. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

de Jesus Cristo, para que, como indicado no lema da V Conferência, os povos tenham vida e vida em plenitude.[3]

Além disso, não podemos deixar de recordar que não se trata de um documento produzido por um único autor nem por um grupo de peritos devidamente alinhados pelo trabalho em comum há longo tempo. É um documento de bispos, cuja experiência é a de sentir a realidade e discernir, na comunhão, os caminhos a serem seguidos. Em consequência, aspectos redacionais que poderiam ficar mais claros se o documento tivesse percorrido outro caminho, acabaram não se fazendo presentes, como é o caso do eixo transversal, isto é, o DNA de Aparecida.

Os temas daquele momento estão todos no Documento: a opção preferencial pelos pobres, a família, o trabalho, as paróquias, o ministério ordenado, o laicato e o ecumenismo. Outros temas ganharam destaque no conjunto de preocupações pastorais do continente, sendo posteriormente amadurecidos ao longo destes 15 anos, com a ajuda, por certo, do pontificado do Papa Francisco. Dentre esses temas, podemos mencionar a questão ecológica com a preocupação pela Amazônia (DAp 83-87, 470-475) ou do fenômeno urbano (DAp 509-519), só para permanecer com dois exemplos.

Por certo, leituras pontuais, ou seja, a partir de um enfoque específico podem ser feitas de documentos no estilo do que brotou da Conferência de Aparecida. Ali é possível encontrar diversos assuntos, pois, enquanto um evento preocupado com a ação evangelizadora no continente, uma Conferência Geral deve se manifestar sobre as principais questões ligadas a essa ação. Importa, no entanto, identificar a partir de que prisma essas questões são tratadas, pois, se essa identificação não vier a ser feita, corre-se o risco de um documento de repetição do que já vinha sendo dito antes, o que Aparecida definitivamente não

---

3 STANOVINIK, Andrés. El método ver-juzgar-actuar em Aparecida. In: CELAM – Secretaría General (org.). *Testigos de Aparecida*. Bogotá: CELAM, 2008. p. 103-135.

foi, ou pelo menos de uma acolhida repetitiva, sem a novidade que justificaria até mesmo a realização da Conferência.

O fio condutor

Consequentemente, podemos e devemos afirmar que o Documento de Aparecida possui um fio condutor, um DNA, que lhe fornece identidade, peculiaridade e novidade. Aparecida não foi mera repetição das Conferências anteriores. Ela foi fiel ao tempo em que aconteceu. Manteve-se, ao mesmo tempo, em linha de continuidade e descontinuidade com as Conferências Episcopais Latino-americanas anteriores. A continuidade se manifesta, por exemplo, já na finalidade da Conferência, qual seja, a de compreender a realidade para com ela dialogar. Manifesta-se igualmente, outro exemplo, na sensibilidade da Igreja latino-americana em relação às situações de sofrimento dos povos do continente. O fato é que os temas estão presentes no Documento de Aparecida, mas cabe perguntar qual o papel que ocupam: se o de chave interpretativa do conjunto ou se temáticas sempre presentes na vida da Igreja, lidas, porém, à luz de uma específica chave interpretativa.

Como resposta a essa questão, defendo que a novidade de Aparecida, o seu DNA, não se encontra em nenhum desses temas em particular, estando, porém, ligada ao contexto em que esses temas deveriam ser assumidos e colocados em prática. Se, para Medellín, era a aplicação do Concílio Vaticano II em uma América Latina marcada por pobreza excludente, se para Puebla, esta realidade permaneceu vigente, agravada pelos regimes políticos de exceção, se para Santo Domingo, a realidade se manifestou como desafio sociocultural em face de transformações sentidas na vida dos povos latino-americanos e sua relação com a fé, em Aparecida, podemos encontrar o DNA na já mencionada *mudança de época*. E isso se pode captar a partir do próprio texto conclusivo da V Conferência.

Um DNA captado do texto de Aparecida

Sabemos que eventos do tipo da V Conferência partem do que é percebido no cotidiano pastoral, em busca de discernimento a respeito dos motivos e indicação de pistas para a ação evangelizadora. Nesse sentido, o segundo capítulo do Documento de Aparecida é indispensável. Com o título de "Olhar dos discípulos missionários sobre a realidade", este capítulo parte da contínua e irrenunciável preocupação eclesial de cumprir a missão evangelizadora da Igreja, com forte sensibilidade pelos que estão sofrendo, na busca pelas causas dos sofrimentos e, mais ainda, no tipo de presença eclesial que permita a superação de tantas dores. É o que Aparecida chama de "discernir os sinais dos tempos à luz do Espírito Santo", conforme é indicado no parágrafo com que se inicia este segundo capítulo (DAp 33).

Já na primeira frase deste segundo capítulo encontramos a afirmação do que apresento como o DNA de Aparecida: "Os povos da América Latina e do Caribe vivem hoje uma realidade marcada por grandes mudanças que afetam profundamente suas vidas" (DAp 33). No parágrafo seguinte, a percepção se aprofunda: "A novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global, que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro" (DAp 34). "Nesse novo contexto social – continua o texto de Aparecida –, a realidade para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa" (DAp 36), trazendo "inseparavelmente uma crise do sentido" (DAp 37), que não se refere "aos múltiplos sentidos parciais, mas ao sentido que dá unidade a tudo o que existe e nos sucede na experiência" (DAp 37).

A tradição religiosa dos povos do continente, forte em outros tempos, como fator de resistência, "começa a se diluir" (DAp 38), sendo este "um dos fatos mais desconcertantes e originais que vivemos no presente" (DAp 39). Diante desse quadro, Aparecida conclui

afirmando que "vivemos uma *mudança de época* e seu nível mais profundo é o cultural" (DAp 44). É, desse modo, aqui, neste conjunto de textos do início do capítulo 2, que se pode encontrar o elemento transversal ou DNA do Documento de Aparecida.

É fato que, ao longo do Documento, a relação com este aspecto, ou seja, com a mudança de época, nem sempre será explicitada como poderia acontecer caso estivéssemos diante de um texto de perfil mais acadêmico, em que, a todo momento, é necessário regressar ao fundamento da reflexão. Contudo, há indicações muito fortes, mencionadas desde os primeiros estudos a respeito do Documento de Aparecida.

A primeira e mais importante dessas indicações é a proposta evangelizadora que Aparecida tira a partir do diagnóstico que faz como mudança de época. Trata-se do "recomeçar a partir de Jesus Cristo (DAp 12 e 49), sem dar coisa alguma por pressuposta" (DAp 549), com a "coragem de abandonar as estruturas obsoletas que já não favoreçam mais a transmissão da fé" (DAp 365), concretizando o que, na linguagem de Aparecida, se convencionou chamar de "conversão pastoral" (DAp 370). É interessante perceber que essas frases e expressões passaram a fazer parte do linguajar pastoral pós-Aparecida, sem que, entretanto, se tenha, na prática, percebido, pelo menos em nível suficiente, a conexão entre elas e as implicações decorrentes.

Por certo, não são frases apenas de efeito, mas, ao contrário, desejam pedagogicamente alertar para o perigo de não se considerar a importância da mudança de época na interação com a realidade. O risco pastoral é, neste caso, grande.

Mudança de época como reconfiguração da relação Igreja-Sociedade-Cultura

A partir do conhecido jogo de palavras *época de mudanças* e *mudança de época*, sabemos distinguir qual seja o específico do DNA

de Aparecida. As épocas de mudança afetam aspectos periféricos no jeito de ser de pessoas e povos, deixando, porém, intactos os fundamentos maiores, os que dizem respeito à identidade. Ao contrário, as mudanças de época, que geralmente começam como época de mudanças, se caracterizam exatamente por afetarem os fundamentos maiores, atingindo os alicerces da identidade, ou, no dizer da *Evangelii Nuntiandi*, "os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida" (EN 19).

Quando as realidades circundantes se alteram, mas os critérios de julgar permanecem, enfrentamos os impactos da vida sem nos perder no que de mais profundo somos. Quando, ao contrário, as novidades são tamanhas que afetam até mesmo e principalmente as identidades, deparamo-nos com o fenômeno da realidade opaca a que Aparecida se refere quando do diagnóstico (DAp 36). Uma das consequências das mudanças de época está, desse modo, na dificuldade em compreender a realidade e com ela interagir. As mudanças de época atingem seguranças, certezas e hábitos, algumas vezes seculares. Por isso, são tão radicais, não ocorrendo, por certo, a todo momento. Quando, porém, ocorrem, precisam ser compreendidas e assumidas.

Ação evangelizadora em mudança de época

Não se trata aqui tanto de definir qual seja esta mudança de época, qual seu nome, se pós-modernidade, modernidade tardia ou outro nome que venha a ser considerado mais adequado.[4] A questão aqui é a de perceber qual a incidência do atual momento histórico sobre a vida da Igreja e seu modo de cumprir sua missão evangelizadora.

---

4 BENEDETTI, Luiz Roberto. Olhar sociológico para o documento de Aparecida. *Vida Pastoral*, 257, p. 3-9, 2007.

E a resposta a essa questão aparece no que Aparecida chamou de *conversão pastoral*.

Não fosse tão radical a mudança experimentada, não se chegaria a afirmar categoricamente a necessidade de recomeçar a partir de Jesus Cristo, nada considerando como descontado. Quando olhamos essa radicalidade à luz da missão evangelizadora, percebemos que estamos diante de um momento histórico em que o modo como a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo vêm sendo apresentadas e transmitidas há séculos experimenta crescente perda de fôlego sociocultural no continente. Aqui, não se pode deixar de recordar a angústia do Papa Paulo VI, quando afirmou que "a ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época" (EN 20).

Na atual mudança de época, a Igreja Católica experimenta o que podemos, de modo bastante simples, chamar de deslocamento de seu lugar sociocultural. Já não é mais a religião única ou hegemônica do continente. Já não temos mais a configuração sociocultural à qual convencionamos chamar de *cristandade*, na qual, entre outros aspectos, a fala da Igreja, pelo fato de ser a instituição Igreja, possui plausibilidade suficiente para se fazer valer, e em que os mecanismos socioculturais para a transmissão de valores se misturam com os mecanismos para a transmissão da fé.

É por isso que, em Aparecida, encontramos textos como os já mencionados, a respeito da dificuldade das "tradições culturais (se) transmitirem de uma geração à outra com a mesma fluidez que no passado" (DAp 39), a ponto de se ter que começar do zero (DAp 549), abandonando o que não ajuda na transmissão da fé (DAp 365). É, pois, necessário que se mude o foco e se invista no que, de acordo com a linguagem de Aparecida, chamou-se de *discípulo missionário*, ou seja, alguém que receba as bases da fé, a ponto de assumir o discipulado e se tornar agente de sua transmissão (*missionário*). O que, em outros momentos da história do continente, momentos que,

em uma linguagem simples, podemos chamar de *cristandade*, ocorria com a ajuda dos mecanismos socioculturais, esta mudança de época vem nos mostrar que já não acontece mais.

É importante destacar o DNA, ou seja, a identidade ou peculiaridade do Documento de Aparecida como chave de leitura para todos os demais temas, sejam os que aparecem como destaque no próprio Documento, sejam os que, tendo recebido apenas uma referência menor, posteriormente, ao longo desses 15 anos, foram ganhando destaque. Os temas permanecem. O enfoque, todavia, precisa mudar. Família, catequese, trabalho, ecologia, compromisso social e outros temas sempre estarão presentes na vida da Igreja, que, ao se compreender desde sua origem como sal, luz e fermento, afirma a incidência existencial do anúncio e da vivência do Evangelho. O destaque para a mudança de época diz respeito aos conteúdos que são atribuídos a cada um desses aspectos, com consequências práticas relevantes.

O fato de não estarmos mais em uma cristandade não nos impede, por exemplo, de realizar a catequese, até porque cristandade é questão histórico-cultural e catequese é parte essencial do levar o Evangelho a toda criatura. Com isso, a catequese perde muito do seu caráter acadêmico para se tornar mais catecumenal. A catequese permanece, muda, no entanto, o modo de ser concebida e concretizada. E isso vale para todas as questões. O risco aqui é sempre o do anacronismo pastoral, de formas anacrônicas de presença eclesial em uma realidade que já não se identifica mais com a cristandade. E o anacronismo traz a irrelevância sociocultural, com baixos teores de incidência evangelizadora.

Jesus e a Igreja

Esta é a razão pela qual, dentre tudo que Aparecida indica, sobressaem dois aspectos: a iniciação à vida cristã e a experiência eclesial

em pequenas comunidades. A iniciação à vida cristã (DAp 286-294) implica não considerar mais Jesus Cristo, pessoa e mensagem, como tranquilamente aceito, porém como indispensável a sua explícita transmissão, começando, como Aparecida destaca, a partir do zero. Basta observar como chegam as pessoas às nossas comunidades para os serviços sacramentais ou mesmo os impactos de determinadas situações sobre a vida dos católicos, os quais parecem se deixar incidir por mentalidades algumas vezes contrárias ao Evangelho, enquanto o lógico é sempre o Evangelho incidir. Também é interessante observar o exemplo clássico da opção por não apresentar aos filhos educação religiosa alguma, deixando-lhes a escolha para quando se tornarem adultos. Os exemplos, enfim, são inúmeros.

Daí a abrangência da indicação de Aparecida para o atual momento caracterizado pela mudança de época: "a iniciação cristã, propriamente falando, refere-se à primeira iniciação nos mistérios da fé, seja (...) para os não batizados, seja (...) para os batizados não suficientemente catequisados" (DAp 288). Esse detalhe é importante porque revela a incapacidade de um contexto sociocultural em transformação em ajudar a manter a fé, com suas consequências existenciais. E esta é a razão pela qual Aparecida indica como verdadeira urgência desenvolver em nossas comunidades um processo de iniciação na vida cristã que comece pelo querigma e que, guiado pela Palavra de Deus, conduza a um encontro pessoal cada vez maior com Jesus Cristo" (DAp 289). Isso é proposto exatamente porque as instâncias socioculturais de uma realidade em mudança já não são mais capazes de cumprir funções que, nos contextos de cristandade, cumpriam. Já não há mais catecumenato social.

O segundo aspecto diz respeito à relação com a Igreja. Sem esse aspecto, não teremos efetivo recomeçar a partir de Jesus Cristo. Sabemos que teologicamente existe uma relação inalienável entre Jesus e a Igreja. Trata-se, no dizer bíblico, da relação entre Cristo Cabeça e

Igreja Corpo (Col 1,18). Também, portanto, na relação com a Igreja, Aparecida, à luz do seu DNA, indica a insuficiência dos modelos pastorais centrados nas paróquias (territoriais) e propõe sua renovação (DAp 172) a fim de que se passe "de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária" (DAp 370).

Aparecida indica alguns sinais desta atual insuficiência, como, por exemplo, o limitado número de pessoas que participam das celebrações dominicais, o crescente número dos distanciados e aqueles que não conhecem a Cristo (DAp 173). Para essa realidade desafiadora, Aparecida apresenta duas propostas. A primeira diz respeito à "reformulação" das estruturas paroquiais na direção de uma "rede de comunidades e grupos" (DAp 172). Indica claramente "a setorização (das paróquias) em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação, que permitam maior proximidade com as pessoas e grupos que vivem na região" (DAp 372). Indica, em segundo lugar, a diversificação de formas da experiência eclesial, a fim de que, num contexto fortemente marcado pela pluralidade, as pessoas tenham a chance de escolher o caminho com o qual mais se identificarem (DAp 180), sempre, é claro, numa lógica de rede, de articulação, de comunhão.[5]

Não se trata, por certo, de entrar em detalhes sobre cada um desses dois aspectos, iniciação à vida cristã e experiência eclesial. Trata-se de reconhecer que, sem esse encontro inicial com Jesus Cristo e com a comunidade de seus discípulos e discípulas, a ação evangelizadora cada vez menos encontrará fôlego sociocultural para ser levada adiante. O modelo válido para a cristandade, modelo chamado de pastoral de conservação, corresponde a um tipo de relação entre Igreja e sociedade, com sua específica forma de apresentar Jesus Cristo e viver

5 Sobre este assunto, a Igreja no Brasil produziu uma excelente reflexão: CNBB. Comunidade de Comunidades: Uma nova paróquia – Documentos da CNBB 100. Brasília: Edições CNBB, 2014.

a experiência de Igreja. Como a realidade mudou, ou seja, como estamos diante de outra configuração que não a da cristandade, a permanência em processos de transmissão e sustentação da fé em chave de cristandade tende a apresentar cada vez mais os seus limites. Por não se tratar de uma realidade uniforme no tempo e no espaço, há locais onde este tipo de configuração em chave de cristandade ainda funciona e existem outros lugares onde não funciona mais. As atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil indicam essa cautela, alertando, ainda que com outras palavras, para o perigo de uma generalização em duas direções: primeiro, na recusa da pastoral de conservação onde for válida, e, segundo, na negação de sua obsolescência, onde claramente esta já ocorreu (DGAE 70).

Pensemos, pois, nas grandes preocupações evangelizadoras da época de Aparecida. Pensemos, por exemplo, na opção pelos pobres. Se o encontro com Jesus Cristo não acontece e não é sustentado por uma concreta vida de comunidade, os riscos de desânimo ou desvirtuamento do compromisso com os pobres são grandes. A mudança de época, na medida em que desbota os mecanismos usuais para a transmissão e a manutenção da fé, acaba por não alimentar pessoas e grupos nesta mesma fé. Esta situação pode ser comparada a uma árvore que tem uma copa bem larga, mas raiz superficial. A copa, identificamos, são as diversas preocupações pastorais. A raiz é o encontro com Jesus Cristo na comunidade eclesial, condições para o discipulado missionário. Haverá um momento em que a árvore vai se esgotar.

Aparecida e o Papa Francisco

Um último aspecto diz respeito à conhecida relação entre o Documento de Aparecida e o que nos tem ensinado o Papa Francisco. Este nunca escondeu a influência de Aparecida sobre seu pensamento evangelizador. Por exemplo, uma leitura cruzada entre Aparecida e a

Evangelii Gaudium assim nos mostra. Também a indicação para que a Conferência Eclesial da América Latina e Caribe se deixasse guiar pelas grandes intuições de Aparecida é outro sinal.

Não desejo aqui recordar todas as indicações desta relação que é tranquilamente aceita. Importa, na medida em que nos voltamos para o evento Aparecida, com seu Documento, avaliarmos até que ponto temos sido capazes de acolher o que aqui foi apresentado por meio da expressão *mudança de época*. A missão evangelizadora permanece e qualquer tentativa de alteração terá por consequência macular a identidade da Igreja. Mudam, bem sabemos, os contextos nos quais essa missão ocorre. Essas mudanças podem ser periféricas, implicando somente adaptações, mas podem ser bem mais profundas, implicando novas formas de compreender a mesma e universal missão, como é o caso do atual momento da história do continente latino-americano e caribenho. Ou assumimos que estamos em uma mudança de época, ainda que em graus diferentes de afetação, ou não conseguiremos dar o passo necessário na ação evangelizadora de nosso tempo.

Mudança de época é, pois, o DNA de Aparecida, um DNA que, como tal, não desaparece com o passar do tempo, mas, ao contrário, se explicita, se esclarece e, no dia a dia, se radicaliza. Passados 15 anos da Conferência, tendo, pois, o Documento entre nós já por uma década e meia, não podemos correr o risco de considerá-lo obsoleto por decurso de prazo. Se assim for, teremos caído em uma das armadilhas mais delicadas de nosso tempo, isto é, teremos falaciosamente concluído que, pelo simples fato de ter 15 anos, Aparecida já nada mais tem a dizer sobre o mundo que aí está. Ao contrário, Aparecida e o magistério do Papa Francisco não só apresentam forte conexão, como são indicações evangelizadoras claras e indispensáveis para nosso tempo. Como foi possível observar, nesta reflexão não há

dados novos. Há dados urgentes. Mais do que descobrir novidades, importa colocar em prática o que há 15 anos já nos era dito.

Ultimamente, tem-se falado a respeito de dívidas em relação a Aparecida.[6] Listam-se vários desses débitos, preocupações efetivas, algumas destacadas pela Assembleia Eclesial da América Latina e Caribe. Importa que a mudança de época seja, para começar, uma dívida entre as outras e, mais ainda, uma chave de compreensão e superação dessas mesmas dívidas.

Referências bibliográficas

AMADO, Joel Portella. A Igreja num mundo em mudança. Conferência no Primeiro Congresso Brasileiro de Animação Bíblica da Pastoral. In: CNBB – Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética. *Animação Bíblica da Pastoral*. Brasília: CNBB, 2012. p. 17-28.

_____. Mudança de época e conversão pastoral: Uma leitura das conclusões de Aparecida. *Atualidade Teológica*, ano XII, n. 30, p. 301-316, set./dez. 2008.

_____. Uma Igreja em mudança de época. Pontos relevantes para a compreensão da Igreja na segunda década do século XXI. *REB*, v. 70, n. 279, p. 564-579, 2010.

BENEDETTI, Luiz Roberto. Olhar sociológico para o documento de Aparecida. *Vida Pastoral*, 257, p. 3-9, 2007.

CALIMAN, Cleto. *A Eclesiologia de Aparecida. Implicações para a pastoral e a catequese*. Disponível em: https://ccaliman.wordpress.com/2010/11/03/a-eclesiologia-de-aparecida/. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

6 CELAM. *Nuestras deudas con Aparecida. Balance 15 años despúes*. Bogotá: Ediciones CELAM, 2022. p. 11-15.

CELAM. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília/ São Paulo: Edições CNBB / Paulus / Paulinas, 2008.

_____. *Nuestras deudas con Aparecida. Balance 15 años despúes*. Bogotá: Ediciones CELAM, 2022. p. 11-15.

CNBB. Comunidade de Comunidades: Uma Nova Paróquia - *Documentos da CNBB 100***.** Brasília: Edições CNBB, 2014.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. O referencial teológico do Documento de Aparecida. *Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, p. 319-336, set. 2007.

STANOVINIK, Andrés. El método ver-juzgar-actuar em Aparecida. In: CELAM – Secretaría General (org.). *Testigos de Aparecida*. Bogotá: CELAM, 2008. p. 103-135.

CAPÍTULO III
Un concepto-imagen de misión en Aparecida (15 años después) Hacia nuevas re-conexiones integrales y sanadoras

Roberto Tomichá Charupá
Instituto de Misionología
Facultad de Teología San Pablo
Cochabamba, Bolívia

Además de *ser hijos de una historia que hay que custodiar, somos artesanos de una historia que hay que construir*, [pues] estamos también llamados a generar, a ser padres, madres y abuelos de alguien más.[1]

En sintonía con el documento *ad gentes* del Concilio Vaticano II, que señala la *missio Dei* o *misio Trinitatis* como fundamento y presupuesto de la *missio ecclesiae* (cf. AG 2; DAp 347), el Documento de Aparecida recuerda que "el impulso misionero es fruto necesario de la vida que la Trinidad comunica a los discípulos" (DAp 347). La armonía trinitaria experimentada por toda/o discípula/o representa el origen de la misión cristiana que comunica la Iglesia. En efecto, si el hijo de Dios vino al mundo para hacernos "partícipes de la

1 FRANCISCO. Viaje apostólico a Canadá. Homilía en "Commonwealth Stadium" de Edmonton (12 de julio de 2002); cursivas en el original. Enlace de referencia para todos los discursos del Papa en Canadá: https://www.vatican.va/content/francesco/es/travels/2022/outside/documents/canada-2022.html. Consultado el: 25 de octubre de 2022.

naturaleza divina" (2Pe 1,4), es decir, de su propia vida, que revela y comparte con inmenso amor a sus hijas e hijos, toda persona considerada discípula misionera necesita "anunciar y también escuchar, porque la gracia tiene un primado absoluto en la vida cristiana y en toda la actividad evangelizadora de la Iglesia" (DAp 348), pues como decía Pablo, "por la gracia de Dios soy lo que soy" (1Cor 15,10). Precisamente en las experiencias cotidianas de escucha interior, en el encuentro consigo misma/o y con el entorno creatural, en las múltiples resonancias entre diferentes y diversas/os, resulta urgente un proceso de discernimiento continuo para acoger, hospedar y compartir el Misterio de la Vida que emerge en los nuevos tiempo-espacios, en el actual "cambio de época, cuyo nivel más profundo es el cultural" (DAp 44).

En tal sentido, toda misión supone una experiencia previa de escucha, encuentro y contemplación del "Misterio de Vida" que se comparte más como imagen que como concepto, pues generalmente el concepto, en el sentido occidental, está asociado a la idea mental o representación general y abstracta de algo, relegando en cierta medida lo sentido, percibido, imaginado o recordado. Todo concepto limita, reduce o incluso llega a desfigurar la misma imagen. Sin embargo, se podría considerar también el concepto como una dimensión o aspecto de la imagen, siendo ésta más abarcadora, polisémica, simbólica.

En el caso de la misión, la imagen crístico-trinitaria puede tener varios conceptos, incluso en un mismo evento, como es el caso de Aparecida. En el presente compartir se opta más por un concepto-imagen, una imagen siempre en movimiento, viva, y al mismo tiempo limitada a un determinado espacio-tiempo, en este caso más relacionado con una de las raíces latinoamericanas: los pueblos originarios.

Un concepto en la imagen: "Él es Imagen de Dios invisible, Primogénito de toda la Creación"

La vida trinitaria, vida relacional armónica, experimentada por toda persona cristiana, bajo la primacía de la gratuidad, representa, el origen y fundamento de todo quehacer cotidiano que se comparte y comunica en el entorno existencial creatural. De allí que, para Aparecida, la misión tenga relación con "vivir y comunicar la vida nueva en Cristo a nuestros pueblos" (capítulo 7.1). En otras palabras, se trataría del Misterio uni-trinitario y tri-unitario hospedado, vivenciado y resignificado en la profundidad existencial de la persona creyente y, en cuanto tal, se comunica y comparte para que otras gentes – en sus variadas búsquedas personales interiores-relacionales-cósmicas – pueden ser también conectadas, atraídas e inmersas en aquel Único Misterio de Vida Plena (cf. Jn 10,10). Es un Misterio que en su intimidad es "comunión de amor de las tres Personas divinas", "no es una soledad, sino una familia" (DAp 434).

De allí que el propósito inter-conectivo y unitivo en "ese amor vivificador de Dios" (DAp 348), un amor inter-relacional que se dona constantemente en Cristo, sea siempre particular, situado y experimentado por sujetos ubicados en determinados contextos geo--existenciales. Precisamente, el misterio de la Encarnación y la misma vida de Jesús de Nazaret-Hijo de Dios, lleva a considerar tal conexión en sus variadas y biodiversas riquezas. Según Aparecida, "el misterio de la Trinidad nos invita a vivir una comunidad de iguales en la diferencia" (DAp 451); de allí que la misión de la Iglesia sea ante todo promover aquella re-conexión permanente del ser humano relacional con el Misterio Divino. Esto supone visibilizar en la práctica, con palabras, obras y testimonios creíbles aquella igualdad intrínseca de todas/os y de todo cuanto existe, sin menoscabar las diversidades, tanto a nivel personal como institucional, mediante el testimonio

comunitario creíble, con celebraciones litúrgicas inclusivas y sostenidas por teologías locales en permanente búsqueda profética y creativa. Así la misión podrá retomar su encanto atractivo si es capaz de marcar una diferencia cualitativa en un determinado contexto.

Ya en 1985, dos conocidos biblistas consideraban la misión en la Biblia como aquel "llamamiento divino para valorar y compartir la propia experiencia y las propias ideas religiosas, primeramente en el seno de la propia comunidad y tradición, y luego con personas y comunidades de otras tradiciones culturales, sociales y religiosas."[2] Esta aproximación, que integra la experiencia de vida de un pueblo con las reflexiones teológicas, está muy en sintonía con el caminar de la Iglesia y de muchos pueblos en el continente Abya Yala, cuyo punto de partida y retorno en el quehacer cotidiano es precisamente la defensa y cuidado de la vida en todas sus expresiones.

De allí el proyecto bíblico retomado por Aparecida: "para que nuestros pueblos tengan vida en Él" (DAp 1). ¿Quién es Él? Es aquella imagen-recuerdo que representa, para toda persona cristiana, el principio de convergencia, "punto arquimédico" (Romano Guardini) o *chakana* (puente, cruz…) en términos andinos; es el fundamento, razón de ser y sentido último de todo cuanto existe: Jesucristo, Hijo de Dios, "Imagen de Dios invisible, Primogénito de toda la Creación" (Col 1,15). Él es la imagen que se actualiza vivencialmente en cada comunidad que celebra y comparte el pan de la vida entre sí, con otros pueblos y con toda la Creación: "fracción del pan" (Hch 2,42; 20,7; cfr. Lc 24,35) y amor-servicio a Dios en el prójimo, expresado en el lavado de los pies (Jn 13,1-17). Aparecida recuerda que toda persona creyente está llamada "a realizar la imagen de Jesucristo, nuevo Adán (cf. 1Cor 15,45)" (DAp 28); realizar en el sentido de

---

2 SENIOR, Donald; STUHLMUELLER, Carrol. *Biblia y Misión. Fundamentos bíblicos de la misión*. Estella, Navarra: EVD, 1985. p. 15.

escuchar, acompañar, estar al lado de, dejarse encontrar por quienes buscan por diversos senderos existenciales dar plenitud a sus vidas.

Es más, Cristo está estrechamente vinculado a María su Madre, pues ella es "imagen perfecta de la discípula misionera" (DAp 364), "imagen espléndida de configuración al proyecto trinitario que se cumple en Cristo" (DAp 141). En la Madre, en cuanto prototipo de lo femenino existencial y creatural, resplandece la imagen crístico--trinitaria de todo discipulado misionero. En otras palabras, según Aparecida, la misión adquiere su perfección cuando aquella "imagen perfecta" de discipulado o principio femenino existencial y relacional se reproduce y actualiza concretamente en las imágenes de los seres vivos – mediatizados por las comunidades cristianas – llamados a contemplar el misterio de la Vida, que es "el misterio del Reino (cf. Mc 4,11.33-34)" (DAp 154, 276), "el misterio de la Trinidad" (DAp 155, 451).

Vida/s inter-relacionadas: con-vivires y com-partires en sinodalidades humano-cósmicas

El Reino de Dios es el proyecto central y transversal de Aparecida y, por tanto, de la acción misionera eclesial, en coincidencia con el mismo proyecto de Jesús de Reinado del Padre, de los cielos, o de la vida (cf. Mt 10,7). El contenido fundamental de la misión de Jesús se resume en el "Reino de la vida", en cuanto "oferta de una vida plena para todos"; de allí que "la doctrina, las normas, las orientaciones éticas, y toda la actividad misionera de la Iglesia, debe dejar transparentar esta atractiva oferta de una vida más digna, en Cristo, para cada hombre y para cada mujer de América Latina y del Caribe" (DAp 361). Por tanto, la Iglesia *en todos sus sujetos y en todas sus instancias*, sean éticas, ministeriales, rituales o teológicas, debe "someterlo todo al servicio de la instauración del Reino de vida", lo "que implica escuchar con atención y discernir 'lo que el Espíritu está diciendo a

las Iglesias' (Ap 2,29) a través de los signos de los tiempos en los que Dios se manifiesta" (DAp 366).

Por consiguiente, la misión cristiana asume y apuesta por la permanente conversión personal, pastoral e institucional (DAp 366) para vivir, anunciar e implementar el Reinado de la vida o – mejor todavía, en términos de los pueblos indígenas asumidos por el Papa Francisco – el "buen vivir" o los "buenos con-vivires", que buscan siempre aquella "armonía personal, familiar, comunitaria y cósmica, y que se expresa en su modo comunitario de pensar la existencia, en la capacidad de encontrar gozo y plenitud en medio de una vida austera y sencilla, así como en el cuidado responsable de la naturaleza que preserva los recursos para las siguientes generaciones" (QA 71).

De este modo, la misión retoma su sentido y horizonte amplio humano-cósmico del cuidado de la vida mediante actitudes concretas de escuchas, encuentros, resonancias y diálogos a todo nivel y en/desde todas sus instancias (eclesiales, sociales…) y no reducidas a relaciones simplemente horizontales, pues en la visión indígena, toda la existencia está marcada por el Misterio y se convierte en contínua celebración. En efecto, a nivel eclesial, como se ha dicho antes, la misión está llamada a reconfigurar cada una de las expresiones de la Iglesia como pueblo de Dios; no es suficiente el testimonio auténtico personal, comunitario y relacional, sino que toda la estructura organizativa e institucional, está llamada con urgencia a recrear y reinventar sus relaciones, servicios y ministerios cotidianos. Todo ello a partir de la permanente y profunda reconfiguración de su lenguaje doctrinal, más acorde a los sujetos sociales, culturales y eclesiales hoy muy marcados por lo digital, y que se ha plasmar – si se quiere una conexión efectiva, eficaz y creíble – en celebraciones vivas, incluyentes, creativas y atractivas.

Es precisamente el proyecto transformador que impulsa actualmente el Papa Francisco en los procesos sinodales en marcha, a través

de diversos caminares, pero confluyentes en la defensa de la vida en todas sus expresiones, y que se resume en el cuidado de la casa común, en la ecología integral, asumiendo e incluyendo, por ejemplo, la escucha de los saberes ancestrales indígenas y contemporáneos. A propósito, señalaba el Papa en su encuentro de este año con los indígenas de Canadá: "Esta es *una casa para todos*, abierta e inclusiva, tal como debe ser la Iglesia, familia de los hijos de Dios donde la hospitalidad y la acogida, valores típicos de la cultura indígena, son esenciales".[3] Así, por ejemplo, en el caso del pueblo guna de Panamá, la choza grande o casa común es denominada *onmmagged nega*, que traducido sería "casa del congreso" o "casa de reuniones", donde se canta, escucha, comparte y se toman decisiones importantes para el pueblo. Conviene señalar, siguiendo los relatos ancestrales, que "cada palo, tronco, hoja, sea grueso, grande, largo, delgado, pequeño o insignificante (…) tiene su importancia" pues mantienen la unidad del pueblo, la casa grande.[4] Por cierto, es una *casa* donde conviven cada una de las creaturas del cosmos, todo el entorno, pues todo vive y todo está interrelacionado e interconectado (LS).

Releyendo y profundizando Aparecida se puede decir que la Creación, o mejor, las creaturas, son "imagen" crística de lo Divino, pues "el Señor es el autor y el dueño de la vida, y el ser humano, su imagen viviente, es siempre sagrado" (DAp 388 y 112). Si la vida del ser humano depende de su relación con el entorno, entonces, su sacralidad está cuanto menos conectada con la sacralidad cósmica, cuyo único autor es el Señor. Sin embargo, el ser humano y su territorio de convivencia, particularmente para muchos pueblos, no sólo indígenas, están en proceso de destrucción permanente, debido

---

3 FRANCISCO. Encuentro con los pueblos indígenas y los miembros de la comunidad parroquial. Edmonton, 25 de julio de 2022.

4 OBALDÍA, Rolando. *El Espíritu Santo en el pueblo Guna*, texto inédito compartido en el VII Simposio de Teología India (Panamá, 3-8 de octubre de 2022), que consideró el tema: "Espíritu Santo y pueblos originarios".

a extractivismos, depredaciones e intereses neocoloniales en diversos ámbitos (QA 9).

En este contexto de muchos gemidos y gritos de los seres y de la misma tierra (LS 117), la misión cristiana, si quiere ser creíble y fiel a sus fuentes y tradición, debe apostar con mayor ahínco a defender y sanar la vida de la Creación. A la luz del proceso sinodal, no existe misión auténtica y pertinente al margen de sinodalidades y eclesialidades humano-cósmicas comprometidas real y explícitamente con el cuidado de la casa común. En este sentido se comprende la frase de Aparecida: "La dimensión comunitaria es intrínseca al misterio y a la realidad de la Iglesia que debe reflejar la Santísima Trinidad" (DAp 304). Tal misión trinitaria se realiza en una Iglesia sanadora de la vida, una Iglesia chamánica capaz de ser curada para volver a curar todo lo creado.

Misterio como abuela/o ancestral: Presencia, ternura, cercanía...

Aparecida, al hablar de la "piedad popular", recuerda la relación de la persona creyente con "una imagen que simboliza la ternura y la cercanía de Dios", en una experiencia donde "el amor se detiene, contempla el misterio, lo disfruta en silencio (…), se conmueve, derramando toda la carga de su dolor y de sus sueños" (DAp 259). Por cierto, como señalaba el Papa Benedicto XVI, en un texto que recoge Aparecida, "no se comienza a ser cristiano por una decisión ética o una gran idea, sino por el encuentro con un acontecimiento, con una Persona, que da un nuevo horizonte a la vida y, con ello, una orientación decisiva".[5] Este encuentro con la Persona-Misterio (Jesucristo para las/os cristianas/os) transforma y recrea permanentemente cada uno de los tiempo-espacios cotidianos de la persona creyente. Por cierto, el encuentro con el Misterio se experimenta según las propias situaciones personales y contextos socio-culturales y se expresa con diversos nombres y variados modos y matices.

5 BENEDICTO XVI. *Deus caritas est*. 25 de diciembre de 2005, n. 1; DAp 12.

Desde la tradición indígena de Abya Yala, donde tradicionalmente todo está interconectado, adquiere importancia lo ancestral como fuente primaria de cohesión social, cultural y religiosa de toda la vida. Así, por ejemplo, en el mundo maya, hay abuelas y abuelos que se convierten en espíritus o ancestras/os, mediadoras/es o "puentes" de comunicación entre el más acá y el más allá, por medio de las/os cuales es posible acceder a la imagen del Misterio Divino como abuela o abuelo. Ya los k'iche'es en el Popol Wuj – donde las figuras de la abuela y del abuelo son omnipresentes – así se relacionaban con la divinidad: "Gracias a ustedes hemos sido creados, hemos sido construidos, hemos sido formados, hemos sido originados. ¡Tú, abuela nuestra!; ¡Tú, abuelo nuestro!"[6] Tal imagen expresa algunos atributos o rasgos vivenciales de la Divinidad Abuela-Abuelo, muy presente en este texto antiguo y que aún perduran en la experiencia de los actuales descendientes mayas, en especial, el binomio creador-formador de todo cuanto existe. De allí la relación del abuelo con el sol – "abuelo sol"[7] – como sucede entre los gunas de Panamá, o de la abuela con la luna o con el tigre – "abuela-tigresa"[8] – según los relatos guaraní.

Entre los pueblos indígenas sudamericanos, las/os guarayú de las actuales tierras bajas bolivianas se consideran nietas/os de *Ava'ängui*, antes denominado *Tamoi* (abuelo) por las/os tupinambás,[9] quien no sólo – junto a Mbirachua y Candir – ha creado el mundo, sino que

---

6 SAM COLOP, Luis Enrique. *Popol Wuj* (edición popular); traducción al español y glosario de Sam Colop. Guatemala: F&G, 2012. Ukaj cap. IV, p. 116.
WAGUA, Aiban. *Así habla mi gente – Uegii an tule sunmake* (Anotaciones históricas y mitos kunas para niños, II). Ustupu: EMISKY, octubre 1986. p. 17.

8 BREMER, Margot. El sueño de dios Ñamandú en la creación humana y en el cosmos presente en la mitología guaraní de la creación. In: CELAM, *Teología India. IV Simposio latinoamericano de Teología India. La teología de la creación en la fe católica y en los mitos, ritos y símbolos de los pueblos originarios de América Latina. El sueño de Dios en la creación humana y en el cosmos*, vol. IV. Lima, Perú, marzo 28-abril 2 de 2011. Bogotá: CELAM, 2013. p. 99.

9 COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*. Cochabamba: Itinerarios, 2015. p. 41.

sostiene la vida cotidiana del mismo pueblo; las/os guarayas/os han de "pasar por muchos sufrimientos y trabajos para llegar a la tierra prometida del Abuelo";[10] de allí que *Ava'ängui* sea considerado el "símbolo mayor de identidad cultural",[11] un símbolo religioso que garantiza la vida de todo el pueblo.

En resumen, el Misterio de la Abuela y/o del Abuelo – que son un mismo y único Principio Divino – siguen formando y creando en la vida cotidiana de las/os indígenas. En todo caso, además de Padre--Madre, desde la vivencia indígena, el Principio Divino es percibido, vivido y celebrado también como Abuela-Abuelo, con aquellos rasgos experimentados en las propias comunidades: sabiduría de vida, transmisión de saberes ancestrales, cercanía a cada una/o, guía y referencia en momentos difíciles, autoridad moral, cuidado y respeto a la Creación, entre otros. A propósito, el mensaje final del IV Encuentro-Taller Ecuménico Latinoamericano de Teología India (Ikua Sati, Asunción, Paraguay, 6-10 mayo 2002) ya mencionaba a Dios como Abuela-Abuelo: "Dios Madre-Padre, Abuelo-Abuela, sembró en estas tierras a nuestros pueblos para hacernos florecer. También nosotros (…) sembramos la sabiduría ancestral de nuestros pueblos (…); es en esta Tierra Florida donde toda la Creación y todos los seres se vuelven preciosos, hermosos, relucientes, verdaderos, abundantes y vivificantes".[12]

---

10 AELAPI. *En busca de la tierra sin mal. Mitos de origen y sueños de futuro de los pueblos indios*. Memoria del IV Encuentro-Taller Ecuménico Latinoamericano de Teología India; Ikua Sati, Asunción, Paraguay, 6 del 10 de mayo de 2002. Quito: Abya Yala, 2004. p. 37.

11 URAÑAVI, Juan. *Ava'ängui*, *Abuelo de los Gwarayu. Símbolo Mayor de identidad cultural.* Cochabamba: Instituto de Misionología, 2009. p. 37.

12 AELAPI. *En busca de la tierra sin mal. Mitos de origen y sueños de futuro de los pueblos indios*. Memoria del IV Encuentro-Taller Ecuménico Latinoamericano de Teología India; Ikua Sati, Asunción, Paraguay, 6 del 10 de mayo de 2002. Quito: Abya Yala, 2004; Mensaje final, n. 15, p. 69.

El mismo Papa Francisco señalaba en su reciente visita a Canadá: "Gracias a nuestros abuelos recibimos *una caricia de parte de la historia*; aprendimos que la bondad, la ternura y la sabiduría son raíces firmes de la humanidad. (…) la fe se comunica esencialmente así, se comunica 'en lengua materna', se comunica en dialecto, se comunica a través del afecto y el estímulo, el cuidado y la cercanía. (…) somos hijos porque somos nietos".[13] A partir de esta experiencia humana, personal y familiar, podemos tal vez comprender mejor un rasgo de Misterio Divino como Abuela-Abuelo, en cuanto Ancestra/o y depositaria/o de Sabiduría de Vida.

La misión cristiana, por tanto, está llamada a re-conectarse con las sensibilidades de los varones y mujeres de hoy en sus búsquedas del Misterio Último, de aquella imagen capaz de dar sentido a sus vidas, como lo es, en el caso indígena tradicional, la imagen de la Ancestra Abuela y/o del Ancestro Abuelo, que ha creado y formado el mundo y que se expresa concretamente en sembrar sabidurías de vida, hacer florecer la tierra y los campos, cuidar y proteger la Creación, embellecer cada instante de la vida, escuchar y dejarse guiar por los espíritus que reflejan la voz del Gran Espíritu.

Asombros y estupores integrales: corazonares, senti-pensares caosmicos

El asombro, el estupor, la fascinación, al mismo tiempo que la incertidumbre, el desasosiego, la crisis, son siempre parte de la vida-misión de quien, como Jesús de Nazaret, se deja "empujar" por el Espíritu divino (cf. Mc 1,12). Así Jesús comienza su misión, como quien necesita ser lanzado a lo nuevo y desconocido, a iniciar su caminata, su encuentro, testimonio y anuncio con la única confianza-certeza de la Presencia Viva de Su Padre. En cuanto ser humano encarnado

13 FRANCISCO. Viaje apostólico a Canadá. Homilía en "Commonwealth Stadium" de Edmonton (12 de julio de 2002); subrayado en el texto. Cf. DAp 27.

sintió, al mismo tiempo, como Moisés, el temor y la fascinación ante lo nuevo y desconocido, que suscitaba encanto y atracción. Y, como Abraham, que confió en la Promesa Divina que le acompañaba, comenzó a salir de sí mismo; y como peregrino y forastero, probablemente caminó también "sin saber a dónde iba" (Heb 11,8).

Aparecida recuerda cómo Jesús "despertaba" en sus discípulas/os aquellas "aspiraciones profundas" de atracción, "asombro" y "fascinación que responde al deseo de realización humana, al deseo de vida plena" (DAp 277); los primeros discípulos de Jesús, sin duda, "quedaron fascinados y llenos de estupor ante la excepcionalidad de quien les hablaba, ante el modo cómo los trataba, correspondiendo al hambre y sed de vida que había en sus corazones" (DAp 244). Ellas/os eran atraídas/os y llegaron a ser discípulas/os "por la sabiduría de sus palabras, por la bondad de su trato y por el poder de sus milagros, por el asombro inusitado que despertaba su persona" (DAp 19). Aquel mismo asombro y estupor debe seguir atrayendo a las/os discípulas/os misioneras/os de hoy en los diversos escenarios de la vida, para compenetrarse existencialmente con el mismo Jesucristo y, al mismo tiempo, comunicarlo con alegría a las nuevas generaciones, buscando suscitar fascinación a tantas personas inquietas.

En efecto, la misión cristiana está llamada a recuperar el asombro, estupor y fascinación de los personajes bíblicos que confiaron y se abandonaron a la Presencia-Promesa divina, que se manifiesta y revela en los procesos continuos de transformaciones integrales existenciales, donde la persona creyente descubre también con asombro aquel mismo Misterio fascinante en medio del caosmos cotidiano, pues el caos y cosmos conviven en la historia y no necesariamente se contraponen.[14] En la caminata, muchas veces nomádica como la de

14 Cf. SÁEZ RUEDA, Luis. Del Cosmos al Caosmos en la reapropiación actual del Barroco. Una nueva normatividad para afrontar la crisis epocal. *Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, v. 35, n. 1, p. 51-75, 2018.

Abraham, se realizan encuentros inusitados entre diferentes, encuentros que interpelan, y que invitan a renovar los propios esquemas, para recuperar y volver al estilo de Jesús. Son, sin embargo, asombros y estupores que denotan también la gran miseria humana reconocida en los abusos eclesiales latentes, clericalismos, discriminaciones variadas, intereses neocoloniales, depredaciones de todo tipo, maltratos a la casa común… En este contexto la fascinación se convierte en principio interpelante y creativo de la misión cristiana, una misión llamada a ser siempre, en todo tiempo-espacio, atractiva y atrayente, simbólica y artística, más allá de todo proselitismo y autoreferencialidad. En otras palabras, la misión – y por supuesto la misionología (VG 3) – en cuanto vida es un "laboratorio" permanente donde las diversidades pueden escucharse y encontrarse – aunque no siempre dialoguen – para articular proyectos de vida auténtica a favor de todo lo creado.

Autocríticas y desaprendizajes: "descolonizar las mentes, el conocimiento, recuperar la memoria histórica"

Aparecida, al referirse a los Seminarios y Casas de formación religiosa, insistía en "ofrecer una formación intelectual seria y profunda, en el campo de la Filosofía, de las Ciencias Humanas y, especialmente de la Teología y la misionología", "con atención crítica (…) al contexto cultural de nuestro tiempo y a las grandes corrientes de pensamiento y de conducta" contemporáneas (DAp 323) y que interpelan el quehacer evangelizador. En tal sentido, la "crítica" supone, al mismo tiempo, la "autocrítica" pastoral y misionera y su correspondiente justificación teológica (misionología). En el primer caso, se menciona, entre varias "sombras", "una evangelización con poco ardor y sin nuevos métodos y expresiones, un énfasis en el ritualismo sin el conveniente itinerario formativo" (DAp 100c); "lenguajes poco significativos para la cultura actual, y en particular, para los

jóvenes", irrelevancia "de la Iglesia en la generación de cultura", pues la familia ya no trasmite la fe (DAp 100d); abandono del catolicismo "para pasarse a otros grupos religiosos" (DAp 100f); falta de "valentía, persistencia y docilidad a la gracia" para así ser consecuentes con las decisiones de las anteriores Conferencias Generales.

Ante esta situación, marcada también por la "mentalidad colonial" que impregna el imaginario y quehacer eclesial, Aparecida señala con claridad la alternativa pastoral y teológica en relación con las diversidades sociales, culturales y religiosas: "descolonizar las mentes, el conocimiento, recuperar la memoria histórica, fortalecer espacios y relaciones interculturales" (DAp 96). Como alternativa autocrítica a la colonización/colonialidad introyectada en la praxis misionera y en la Teología, Aparecida propone la formación a la interculturalidad, que conlleva el reconocimiento del verdadero estatuto epistemológico de teologías latinoamericanas otras, también cristianas y católicas, como las indígenas, afrodescendientes, feministas, entre otras. Estas teologías, en constante proceso de resignificación y que acompañan las prácticas eclesiales des/decoloniales, reúnen algunas características:

a) "desenmascarar la complicidad de la Teología con las relaciones coloniales en la historia y el presente";
b) "elaborar herramientas teológicas que ayudan a defenderse de la hegemonía epistemológica de la cultura dominante";
c) "poner su producción teológica al servicio de los subalternos y elaborarla en diálogo con ellos mismos".[15]

Años después, el *Instrumentum laboris* del Sínodo panamazónico (2019) retomará esta vía misional iniciada en Aparecida: "Dado que todavía persiste una mentalidad colonial y patriarcal, es necesario profundizar un proceso de conversión y reconciliación" (IL 117), lo que "implica desaprender, aprender y reaprender" modelos, esquemas, estilos de

15 SILBER, Stefan. *Poscolonialismo. Introducción a los estudios y a las teologías poscoloniales*. Cochabamba: Itinerarios, 2018. p. 95.

vida, nada acordes a la espiritualidad fundante de Jesús de Nazaret y del cristianismo primitivo; de allí la urgente necesidad de "una mirada crítica y autocrítica que nos permita identificar aquello que necesitamos *desaprender*, aquello que daña a la casa común y a sus pueblos" (IL 102). En tal sentido, "la Iglesia está incluida en esta llamada a desaprender, aprender y reaprender, para superar así cualquier tendencia hacia modelos colonizadores que han causado daño en el pasado".[16]

En este proceso de desaprendizajes creativos, y particularmente en relación los pueblos indígenas y afrodescendientes, ocupa un lugar central la sanación de las memorias profundamente heridas y que requieren nuevas re-conexiones interiores desde nuevos cristianismos más jesuánicos integrales, comunitarios, histórico-cósmicos. El Papa Francisco en su visita a Canadá se refería a propósito: "un proceso de sanación eficaz requiere acciones concretas",[17] que implica la misma formación y educación, que "siempre debe partir del respeto y de la promoción de los talentos que ya están en las personas (…), porque educar es la aventura de explorar y descubrir juntos el misterio de la vida".[18] Este "descubrir juntos" es precisamente el camino sinodal, que supone ante todo un camino espiritual de conversión a los mitos profundos de vida, tanto cristianos como culturales, ancestrales y contemporáneos, donde el Espíritu Santo ha estado siempre presente: "la mística del estar juntos tan agradable al Espíritu Santo favorezca la sanación de la memoria herida".[19] Así la misión cristiana regresa a sus orígenes tradicionales de *salus animarum*, que se entiende como

16 ASAMBLEA ESPECIAL PARA LA REGIÓN PANAMAZÓNICA, Documento Final, n. 81.

17 FRANCISCO. Discurso a las delegaciones de los pueblos indígenas de Canadá (1 de abril de 2022); Idem, Encuentro con los pueblos indígenas y los miembros de la comunidad parroquial, Edmonton (25 de julio de 2022).

18 FRANCISCO. Encuentro con los pueblos indígenas y los miembros de la comunidad parroquial, Edmonton (25 de julio de 2022).

19 FRANCISCO. Encuentro con los pueblos indígenas y los miembros de la comunidad parroquial, Edmonton (25 de julio de 2022).

salud, sanación, salvación, no sólo de las personas, sino de todo lo creado: *salus creaturarum*.

Imágenes misioneras sinodales: "repensando el lenguaje, las estructuras, la liturgia, los ministerios"

En este sentido, entre los 41 desafíos señalados por la Asamblea Eclesial de América Latina y el Caribe (26 de noviembre de 2021), se insiste en "reafirmar y dar prioridad a una ecología integral" en la vida de las comunidades cristianas, "denunciando las acciones que atentan contra la casa común", en particular, contra la vida de los más pobres (AEALyC, desafío 10, orientaciones pastorales). En el proceso permanente de "conversión integral", "ecológica", que ha de vivir cada discípula/o misionera/o, en todo tiempo-espacio se ha de "fortalecer la dimensión social de la evangelización" (desafío 13). De allí la urgencia de "vivir la fe" en los nuevos escenarios, "repensando el lenguaje, las estructuras, la liturgia, los ministerios, estando abiertos a descubrir los signos del Verbo en los nuevos areópagos" (desafío 38, orientaciones pastorales). Repensar es otro modo de decir y aplicar en la vida eclesial el criterio transversal de "desaprender, aprender y reaprender" como vía de la misión a discernir en todos los ámbitos de la Iglesia-comunidad, desde lo teológico y celebrativo hasta lo ministerial y testimonial, con todas sus implicancias. En este proceso, "descubrir los signos del Verbo" será posible si existe apertura sincera y confiada a la escucha profunda del Espíritu, que sigue interpelando a todos los miembros de la Iglesia, a vivir la sinodalidad en todas sus dimensiones, para que pueda ser realmente integral, plena, e incluyente de todo lo creado.

De este modo, las intuiciones y propuestas misioneras expresadas en Aparecida en torno a la conversión interior, personal, pastoral y permanente (DAp 226, 234, 365-372, 382) son releídas, ampliadas y unificadas 15 años después – siguiendo al Papa Francisco – en una única "conversión integral" o "conversión sinodal", que supone e incluye la

"conversión ecológica", es decir, la conversión personal, comunitaria, teológica, pastoral y eclesial (cf. AEALyC, desafíos 21, 36, 10, 17, 19, 25). Por tanto, no habrá una auténtica misión cristiana creíble y atractiva sin una cotidiana, profunda y permanente conversión integral y sinodal.

Referencias bibliográficas

AELAPI. *En busca de la tierra sin mal. Mitos de origen y sueños de futuro de los pueblos indios*. Memoria del IV Encuentro-Taller Ecuménico Latinoamericano de Teología India; Ikua Sati, Asunción, Paraguay, 6 del 10 de mayo de 2002. Quito: Abya Yala, 2004. p. 37; Mensaje final, n. 15. p. 69.

ASAMBLEA ESPECIAL PARA LA REGIÓN PANAMAZÓNICA DEL SÍNODO DE LOS OBISPOS (6-27 de octubre de 2019). *Instrumentum laboris*.

ASAMBLEA ESPECIAL PARA LA REGIÓN PANAMAZÓNICA. *Documento Final*.

BENEDICTO XVI. *Deus caritas est*. 25 de diciembre de 2005.

BREMER, Margot. El sueño de dios Ñamandú en la creación humana y en el cosmos presente en la mitología guaraní de la creación. In: CELAM. *Teología India. IV Simposio latinoamericano de Teología India. La teología de la creación en la fe católica y en los mitos, ritos y símbolos de los pueblos originarios de América Latina. El sueño de Dios en la creación humana y en el cosmos*, vol. IV, Lima, Perú, marzo 28-abril 2 de 2011. Bogotá: CELAM, 2013.

COMBÈS, Isabelle. *De la una y otra banda del río Paraguay. Historia y etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*. Cochabamba: Itinerarios, 2015.

DOCUMENTO DE APARECIDA. V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano y del Caribe. 29 junio 2007.

FRANCISCO. Exhortación apostólica postsinodal Querida Amazonia. 02 de febrero de 2020.

_____. Carta encíclica *Laudato Si'*. 24 de mayo de 2015.

_____. Constitución Apostólica *Veritatis Gaudium* sobre las universidades y facultades eclesiásticas. 27 de diciembre de 2017.

_____. Discurso a las delegaciones de los pueblos indígenas de Canadá. 1 de abril de 2022.

_____. Encuentro con los pueblos indígenas y los miembros de la comunidad parroquial, Edmonton 25 de julio de 2022.

_____. Viaje apostólico a Canadá. Homilía en "Commonwealth Stadium" de Edmonton. 12 de julio de 2002. Enlace de referencia para todos los discursos del Papa en Canadá: https://www.vatican.va/content/francesco/es/travels/2022/outside/documents/canada-2022.html. Consultado el: 25 de octubre de 2022.

OBALDÍA, Rolando. *El Espíritu Santo en el pueblo Guna*, texto inédito compartido en el VII Simposio de Teología India. Panamá, 3-8 de octubre de 2022.

SÁEZ RUEDA, Luis. Del Cosmos al Caosmos en la reapropiación actual del Barroco. Una nueva normatividad para afrontar la crisis epocal. *Revista Anales del Seminario de Historia de la Filosofía*, v. 35, n. 1, p. 51-75, 2018.

SAM COLOP, Luis Enrique. *Popol Wuj* (edición popular); traducción al español y glosario de Sam Colop. Guatemala: F&G, 2012. Ukaj cap. IV, p. 116.

SENIOR, Donald; STUHLMUELLER, Carrol. *Biblia y Misión. Fundamentos bíblicos de la misión*. Estella, Navarra: EVD, 1985.

SILBER, Stefan. *Poscolonialismo. Introducción a los estudios y a las teologías poscoloniales*. Cochabamba: Itinerarios, 2018. p. 95.

URAÑAVI, Juan. *Ava'ängui*, *Abuelo de los Gwarayu. Símbolo Mayor de identidad cultural*. Cochabamba: Instituto de Misionología, 2009.

WAGUA, Aiban. *Así habla mi gente – Uegii an tule sunmake* (Anotaciones históricas y mitos kunas para niños, II). Ustupu: EMISKY, octubre 1986.

CAPÍTULO IV
A opção pelos pobres na Conferência de Aparecida e no Magistério do Papa Francisco

Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Departamento de Teologia da PUC-Rio, Brasil

O Concílio Vaticano II e a Igreja dos pobres

O Santo Papa João XXIII um mês antes do início do Concílio Vaticano II, em 11 de setembro de 1962, pronunciou uma importante radiomensagem na qual traçava algumas linhas mestras para o Concílio. Nesta ocasião, surpreendeu o mundo e a Igreja afirmando: "Com relação aos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta como é e quer ser: a Igreja de todos, e, particularmente, a Igreja dos pobres". Fazia irrupção, através das palavras do Pontífice, naquele momento, o tema Igreja dos pobres.

O contexto mundial da época era marcado pela Guerra Fria e pelo rápido processo de descolonização da Ásia, Oriente Médio, Magreb e África com a emergência do chamado Terceiro Mundo.[1] O problema da fome e da pobreza deixava de ser uma questão difusa que permeava praticamente todos os países e passava a ser geograficamente situado. Criava-se uma divisão geográfica entre um Norte rico, dividido em dois blocos, um capitalista e outro comunista, e

1 Ver o artigo publicado por Alfred Sauvy no jornal francês *L'observateur* em 14 de agosto de 1952 onde aparece pela primeira vez o conceito de Terceiro Mundo.

um Sul pobre, que lutando por independência e por tornar-se sujeito de seu próprio destino emergia como novo ator internacional. As Conferências de Bandung em abril de 1955 – que reuniu 29 países da Ásia, Oriente Médio e África – e de Belgrado em 1961 – que incorporou também países da América Latina – marcam o início de uma coalizão dos países do Terceiro Mundo e a afirmação de novas lideranças mundiais terceiro-mundistas como Nasser do Egito, Sukarmo da Indonésia, Chu En-Lai da China, Kwame Nkrumah de Gana, Ahmed Sékou Touré da Guiné, Patrice Lumumba (ex Congo Belga) e Hailé Selassié da Etiópia. Afirmam-se como princípios: oposição sistemática ao imperialismo e ao colonialismo, participação em conjunto em assuntos econômicos e de política internacional, a construção de um mundo baseado na justiça e na paz e o não alinhamento aos dois blocos da Guerra Fria.

Esta nova realidade torna fundamental a questão da evangelização dos pobres e da presença da Igreja nestas regiões. Desde o final do século XIX, a Igreja já tinha consciência do afastamento que havia se introduzido entre ela o mundo dos operários e dos pobres na Europa.[2] A questão agora se agravava após a desautorização vaticana, em meados da década de 1950, da experiência dos padres operários na França,[3] com o avanço da secularização e com o fortalecimento dos partidos comunistas na Europa Continental e das estruturas sindicais a eles ligadas. A Igreja volta-se para o Terceiro Mundo:[4] perderia ela também os povos pobres que emergiam como novos sujeitos no mundo em acelerada transformação? Esta era a preocupação do Papa e de importantes setores da Igreja.

---

2 Cf. RICARDI, A. Chiesa e povertà in età contemporanea. In: DI FRANCIA, Annibale. *La Chiesa e la povertà*. *Studium*, Roma, 1992, p. 151-170.

3 Ver MENOZZI, D. *Chiesa, Poveri. Società nell'età moderna e contemporanea*. Brescia: Querigana, 1980. p. 71-73.

4 Ver a obra de 1974 de BUHLMANN, W. *O terceiro mundo e a terceira igreja*. São Paulo: Paulinas, 1976.

Como resposta à radiomensagem de João XXIII, forma-se desde outubro de 1961 um grupo informal, posteriormente intitulado Igreja dos Pobres, que passa a se reunir no Colégio Belga. O Arcebispo Melquita Georges Hakim de Akka-Nazaré (Galiléia) havia estimulado Pe. Gauthier (padre francês que tinha sido professor e diretor do seminário de Dijon e que desde a segunda metade dos anos 1950 morava em Nazaré onde trabalhava como padre operário e fundara a família religiosa "Os companheiros e as companheiras de Jesus carpinteiro") a escrever um primeiro texto[5] sobre a questão, que foi difundido entre os Padres Conciliares antes da abertura do Concílio. Identificados com o conteúdo deste manifesto, atendendo a um convite de D. Himmer, Bispo de Tournei (Bélgica), e de D. Hakim, um grupo de 12 bispos se reúne em 26 de outubro de 1962 sob a presidência do Cardeal Gerlier de Lion (França). Entre estes se encontravam dois latino-americanos de expressiva liderança: Hélder Câmara (Brasil) e Manuel Larraín (Chile). Na segunda reunião, presidida pelo Patriarca Melquita de Jerusalém, D. Máximo IV, comparecem 50 bispos, entre os quais se encontram mais bispos latino-americanos e da África Mediterrânea. Para integrar o grupo, foi convidado o Cardeal Lercaro de Bolonha, que se faz representar pelo seu assessor teológico Padre Dossetti.[6] O grupo tinha o propósito de sensibilizar os Padres Conciliares para a questão da pobreza no mundo, da necessidade do testemunho evangélico frente a esta realidade e de se constituir uma eficaz presença evangelizadora nos meios populares.

Entretanto, não obstante a intensa ação do grupo Igreja dos Pobres, o Concílio permanece um Concílio europeu e não assume de

---

5 O texto foi posteriormente publicado: GAUTHIER, P. *Les pauvres, Jésus et l'Église*. Paris: Éditions Universitaires, Chrétienté Nouvelle, 1963.

6 Ver LOREFICE, C. *La Chiesa povera e dei poveri nella prospecttiva del Concilio Vaticano II*. Milano: Paoline, 2011. p. 131-133.

forma estrutural a questão do pobre. Apesar de se referir aos pobres e à pobreza por pelo menos 63 vezes[7] e do significativo texto da *Gaudium et Spes* sobre a questão econômico social (63-72), o Concílio assume a perspectiva da relação entre pobreza e Igreja explicitamente apenas em um significativo parágrafo da *Lumen Gentium* (LG 8,3). Ali afirma-se a relação intrínseca que existe entre a Igreja e a pobreza e que esta se enraíza na própria cristologia:

> Mas, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a seguir pelo mesmo caminho para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo Jesus "que era de condição divina (...) despojou-se de si próprio tomando a condição de escravo" (Fil 2,6-7) e por nós, "sendo rico, fez-se pobre" (2Cor 8,9): assim também a Igreja, embora necessite dos meios humanos para o prosseguimento da sua missão, não foi constituída para alcançar a glória terrestre, mas para divulgar a humildade e abnegação, também com o seu exemplo. Cristo foi enviado pelo Pai "a evangelizar os pobres (...) a sarar os contritos de coração" (Lc 4,18), "a procurar e salvar o que perecera" (Lc 19,10).

Mas, não se pode dizer de nenhum modo que o grupo Igreja dos Pobres e as ações do Cardeal Lercaro não tenham tido um profundo significado e não tenham marcado de forma definitiva o futuro da Igreja.[8] Durante o Concílio, um de seus feitos mais significativos encontra-se na elaboração de duas moções, reservadas, que receberam a assinatura de cerca de 500 Padres Conciliares. Uma das moções tratava da "Simplicidade e Pobreza Evangélica" e outra da

---

7 LOREFICE, C. *La Chiesa povera e dei poveri nella prospecttiva del Concilio Vaticano II*. Milano: Paoline, 2011. p. 260.

8 Cf. PELLETIER, D. Une Marginalité Engangée: Le Groupe "Jésus, L'Eglise et les Pauvres". In: LAMBERRIGTS, M.; SOETENS, C.; GROOTAERES, J. (eds.). *Les Commissions Concialiares à Vatican II*. Louvain: Université Catholique de Louvain, 1996. p. 63-89, especialmente p. 88-89.

"Evangelização dos pobres e do mundo do trabalho".[9] Em resposta à primeira moção, um gesto forte e significativo de Paulo VI foi feito: o secretário do Pontífice, D. Pericle Felice, anunciou que o Papa doaria sua tiara em favor dos pobres. Na Celebração Eucarística do dia 13 de novembro de 1964, o Papa deposita, durante o ofertório, a tiara sobre o Altar de São Pedro. A tiara foi comprada pelos católicos norte-americanos através do Cardeal Spellman de Nova Iorque e o valor arrecadado foi doado aos pobres da África. Ao final do Concílio, outro gesto: o Papa doa um anel simples aos Bispos Conciliares. Como última ação, quase ao fim do Concílio, no dia 16 de novembro de 1965, cerca de 40 bispos do movimento Igreja dos Pobres celebram a Eucaristia nas catacumbas de Santa Domitila e assinam um documento que se tornou conhecido como Pacto das Catacumbas e que constitui como que uma síntese das duas moções que permaneceram "sub secreto", comprometendo-se com uma Igreja pobre para os pobres.[10]

Sensibilizado com o tema da Igreja dos pobres, Paulo VI solicitou ao Cardeal Lercaro, durante o Concílio, a preparação de um esquema que deveria servir para a elaboração de uma Encíclica sobre a Igreja e os Pobres.[11] Tal Encíclica não foi elaborada e em seu lugar surgiu a *Populorum Progressio*. Na perspectiva da Igreja dos pobres, três pontos devem ser destacados nesta encíclica. O primeiro é do estabelecimento de um nexo intrínseco entre a missão evangélica

---

9 Cf. GAUTHIER, P. *El Evangelio de la Justicia y los Pobres*. Salamanca: Sigueme, 1969. p. 231. Também PELLETIER, D. *Une Marginalité Engangée: Le Groupe "Jésus, L'Eglise et les Pauvres"*, p. 86-87.

10 Alguns também o chamaram de Esquema 14, o Esquema sobre os pobres que se juntaria aos outros 13 completando o Concílio. Cf. KLOPENPURG, B. (org.). *Concílio Vaticano II. Vol V, Quarta Sessão*. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 526-528. Também PELLETIER, D. *Une Marginalité Engangée: Le Groupe "Jésus, L'Eglise et les Pauvres"*, p. 87-88.

11 O texto de Lercaro encontra-se publicado em: LERCARO, G. *Per la Forza dello Spirito*. Discursi Conciliari, Nuova edizzione a cura di Saretta Marotta. Bolonha: EDB, 2014. p. 151-163.

confiada à Igreja e o processo de desenvolvimento econômico social dos povos:

> O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade. (PP 1)

Não se trata de qualquer forma de desenvolvimento, mas sim do que é chamado por Paulo VI de "desenvolvimento integral" ou do "desenvolvimento da pessoa humana" (PP 6, 15). Para Paulo VI, o desenvolvimento social e econômico inclui-se na própria ordem da Criação e, nesse sentido, não é uma opção. Fazendo parte do desígno de Deus Criador, o desenvolvimento social e econômico é parte indissociável do desenvolvimento humano integral e da vocação humana. A luta pelo desenvolvimento e contra a miséria e a exclusão é, portanto, parte da missão salvífica da Igreja e não consequência dessa:

> Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. E é dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e de qualidades para as fazer render: desenvolvê-las será fruto da educação recebida do meio ambiente e do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes

> constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais. Por outro lado, este crescimento da pessoa humana não é facultativo. Como toda a Criação está ordenada em relação ao Criador, a criatura espiritual é obrigada a orientar espontaneamente a sua vida para Deus, Verdade primeira e soberano Bem. Assim o crescimento humano constitui como que um resumo dos nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia, pedida pela natureza e enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, é chamada a ultrapassar-se. Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem entra num desenvolvimento novo, num humanismo transcendente que o leva a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal. (PP 15-16)

O segundo ponto é o da centralidade do pobre na missão da Igreja. A Encíclica de Paulo VI afirma de modo inequívoco a centralidade dos pobres nos Evangelhos e na missão de Jesus e, portanto, na necessidade de que a missão da Igreja se desenvolva a partir dessa centralidade: "Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres, (Lc 7,22) a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo" (PP 12). Nesse contexto, o Papa chega a recordar sua presença na Assembleia das Nações Unidas, nas quais se fez "advogado dos pobres", recordando um antigo título patrístico e medieval dos episcopos (*procurator et dispensator pauperum*): "Enquanto decorria em Roma o Concílio Ecumênico Vaticano II, circunstâncias providenciais levaram-nos a dirigir-nos à Assembleia Geral das Nações Unidas: fizemo-nos, diante deste vasto areópago, o advogado dos povos pobres" (PP 4). Os termos "pobre", "países pobres" e "pobreza" aparecem 25 vezes na Encíclica.

O terceiro ponto constitui-se na rejeição da perspectiva liberal e na afirmação da necessidade de uma intervenção dos Estados e da sociedade para regular a vida econômica em favor dos pobres, bem como de uma ação conjunta mundial, articulada por organismos internacionais, em favor dos países pobres. Paulo VI afirma sobre o nascimento do capitalismo que:

> Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro". [GS 71, 6] Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do homem. [QA AAS23, 1031, p. 212]. (PP 26)

Na Encíclica, a partir da centralidade dos pobres e dos conceitos patrísticos de que "o supérfluo por direito é dos pobres" e da "destinação universal dos bens", Paulo VI afirma a necessidade de que os ricos e os países mais ricos auxiliem de modo concreto os pobres e as nações pobres, assim como relativiza o direito de propriedade privada, quando esse se torna um obstáculo à superação da pobreza e da exclusão social:

> Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, "o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos". Surgindo algum conflito "entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais", é

> ao poder público que pertence "resolvê-lo, com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais" [Lettre à la Semaine sociale de Brest, em L'homme et la révolucion urbaine, Lyon, Chronique sociale,1965, p. 8-9]. (PP 23)

A Igreja dos pobres e a América Latina: de Medellín a Santo Domingo

O grupo Igreja dos Pobres contou em sua formação com uma presença forte de bispos latino-americanos e mais especificamente brasileiros.[12] Estes bispos possuíam uma visão convergente com a perspectiva terceiro mundista e sob a liderança de D. Hélder (Brasil) e D. Larraín (Chile, infelizmente desaparecido tragicamente em um acidente automobilístico em 1966), dão continuidade à questão Igreja dos pobres na América Latina, promovendo o surgimento de uma nova pastoral e de novas estruturas eclesiais assim como incentivando a elaboração de uma nova teologia. Logo após a promulgação da Encíclica *Populorum Progressio*, foi lançado o Documento Manifesto dos Bispos do Terceiro Mundo, encabeçado por D. Hélder, que teve grande repercussão, ao preconizar uma Igreja pobre para os pobres, comprometida com as lutas de libertação econômico-sociais e com processos revolucionários populares. Os bispos no Manifesto afirmam: "Nós os exortamos a permanecerem firmes e intrépidos, como fermento evangélico no mundo do trabalho, confiados na palavra de Cristo: Ponham-se de pé e levantem a cabeça, pois a vossa libertação está próxima (Lc 21,18)" .[13]

---

12 No grupo inicial, dos 45 participantes, 20 eram latino-americanos e dentre estes, nove eram brasileiros. Cf. PELLETIER, D. *Une Marginalité Engangée: Le Groupe "Jésus, L'Eglise et les Pauvres"*, p. 67.

13 O texto se encontra na revista Paz e Terra, ano II (6), abril de 1968, p. 205-215, Rio de Janeiro. Dos 17 bispos, oito eram brasileiros e apenas um da América espanhola. Recorde-se que D. Larraín faleceu em um acidente automobilístico no Chile em junho de 1966.

Antes do fim do Concílio, D. Larraín e D. Hélder insistem junto a Paulo VI para que se convocasse uma nova Conferência Geral do Episcopado Latino-americano com a finalidade de aplicar o Concílio à realidade continental.[14] Paulo VI, que desde os anos 1950 mantinha vínculos de amizade com D. Hélder,[15] atende ao pedido e em 1968 realiza-se a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Medellín.

Note-se que nesta ocasião, para estar presente na abertura da Conferência de Medellín, o Papa Paulo VI fez a primeira visita apostólica de um Pontífice à América Latina. Na Celebração Eucarística ocorrida em Bogotá, no campo San José pelo "Dia do Desenvolvimento" em 23 de agosto, na presença de 300 mil camponeses, na véspera da Abertura da Conferência de Medellín, Paulo VI pronuncia uma homilia de importância fundamental sobre a questão dos pobres. Nesta homilia, Paulo VI afirma:

> Viemos a Bogotá para honrar Jesus em seu Mistério Eucarístico, e estamos cheios de alegria por termos tido a oportunidade de fazê-lo, vindo entre vocês para celebrar a presença do Senhor entre nós, no meio de sua Igreja e no mundo, no seu povo. Vocês são um sinal, vocês são uma imagem, vocês são um mistério da presença de Cristo. O sacramento da Eucaristia oferece-nos a sua presença oculta, viva e real; vocês também são um sacramento, isto é, uma imagem sagrada do Senhor entre nós, como um reflexo representativo, mas não oculto, de seu rosto humano e divino. Recordamos o que um grande e sábio Bispo, Bossuet, disse certa vez sobre a "eminente dignidade dos pobres". E toda a tradição da Igreja reconhece nos pobres o sacramento de Cristo, certamente não idêntico à realidade da Eucaristia, mas em perfeita correspondência analógica e mística com ela.

---

14 Cf. MESA POSADA, C. Medellín 1968. *Anuario de Historia de la Iglesia*, 5, p. 416-421, 1996.

15 Cf. RAMPON, I. *Paulo VI e Dom Helder Camara. Exemplo de uma amizade espiritual*. São Paulo: Paulinas, 2014.

> Afinal, o próprio Jesus nos disse isso em uma página solene de seu Evangelho, onde proclama que todo homem que sofre, todo faminto, todo enfermo, todo miserável, todo necessitado de compaixão e ajuda, é Ele.[16]

Paulo VI, na mesma homilia, afirmou também ter a Igreja, em decorrência disto, uma "afeição preferencial" pelos mais pobres. Expressão esta que de certa forma antecipa, de modo embrionário, pois aqui se trata de uma afeição e não ainda de opção, a expressão opção preferencial pelos pobres que se encontra em Puebla.

Nas conclusões da Conferência de Medellín, a perspectiva da Igreja pobre e dos pobres é plenamente acolhida nos seus pontos fundamentais. O Documento Quatorze de Medellín sobre "Pobreza da Igreja" recebe praticamente na íntegra o texto do Pacto das Catacumbas. Esta perspectiva também se faz plenamente presente nos documentos Justiça, Paz e Educação.

A Teologia da Libertação, que começava a se desenvolver nos fins dos anos 1960, ganha impulso a partir de Medellín, sendo concebida por Gustavo Guttierrez não como sendo uma teologia de um tema (teologia de genitivos), mas como sistema teológico global, que tem como ponto de partida a questão do que significa ser cristão em um continente de pobres explorados e oprimidos. É a mesma perspectiva que tinha parte do grupo Igreja dos Pobres e o Cardeal Lercaro para os quais a questão dos pobres, entendida como Mistério dos Pobres em relação íntima com a Cristologia e a Economia da Salvação, não poderia ser apenas um tema teológico ou um tema do Concílio, mas

---

16 Ver o texto da homilia de Paulo VI em https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823.html. Estas ideias durante o Concílio haviam sido desenvolvidas pelo Cardeal Lercaro. No dia 6 de dezembro de 1962, durante a 35ª Congregação Geral do Concílio, Lercaro fez uma extensa intervenção que tem por título Igreja e Pobreza que causou forte impacto. Retomou depois o tema, aprofundando-o, em uma conferência pronunciada em Beirute em 12 de abril de 1964. Os textos encontram-se em: LERCARO, G. *Per la Forza dello Spirito. Discursi Conciliari*. Nuova edizzione a cura di Saretta Marotta. Bolonha: EDB, 2014.

sim o eixo de toda Eclesiologia e do Concílio todo. A Teologia da Libertação procura acompanhar a prática pastoral de uma Igreja que se faz pobre, se coloca ao lado dos pobres e se compromete com os processos de libertação de todas as formas de opressão e marginalização. Observe-se, entretanto, que a expressão literal "opção pelos pobres" surgirá apenas após Medellín, no início dos anos 1970, para então se tornar a marca identitária fundamental da Igreja latino-americana e caribenha, traduzindo esta realidade. Esta expressão apareceu inicialmente em 1970 nos escritos de Júlio de Santa Ana. Em G. Gutierrez, embora ele já tivesse usado em 1971 em sua obra *Teologia da Libertação Perspectivas* a expressão opção pelo oprimido, a expressão literal opção pelos pobres aparecerá pela primeira vez apenas em 1972 na conferência que pronunciou no Encontro do Escorial.[17] Foi a partir deste ano que a expressão se tornou central na Teologia latino-americana e caribenha, na Pastoral Popular e em muitos Documentos Pastorais.

Esta opção possui para a Igreja latino-americana e caribenha dois significados fundamentais inseparáveis. Em primeiro lugar, nela afirma-se a necessidade de uma solidariedade concreta e efetiva com os pobres que implica uma mudança de lugar social, ou seja, em assumir a perspectiva do pobre, seus interesses, suas dores e anseios e, mais radicalmente, no compromisso da Igreja "com a pobreza material", o que a deve levar a despojar-se, em sentido real, das riquezas. Trata-se de uma solidariedade concreta que leva a uma mudança epistemológica traduzida na expressão "ver o mundo com os olhos dos pobres". Esta solidariedade exige um compromisso profético com a denúncia das estruturas injustas que produzem a pobreza e a

17 SANTA ANA, J. Notas para uma ética de la liberacion a partir de la Bíblia. *Cristianismo y Sociedad (C y S)*, n. 24-25, p. 55-56, 1970. Ver LOIS, J. *Teologia de la Liberacion. Opcion por los Pobres*. Madri: IEPALA, 1988. p. 336. Para as reflexões apresentadas no encontro do El Escoria em 1972 ver: EL ESCORIAL. *Fe Cristiana y cambio social en América Latina. Encuentro de El Escorial*. Salamanca: Sígueme, 1973.

opressão e o apoio aos movimentos de libertação (Mendellín 14,5). O segundo significado contido nesta expressão consiste no fato de que esta opção e solidariedade exigem um agir pastoral que permita criar condições para que o pobre emerja como sujeito eclesial, isto é agente evangelizador de toda a Igreja, e sujeito político-social responsável pelas transformações necessárias para o estabelecimento da justiça e de uma nova sociedade. Não se trata de uma Igreja que tem como objeto o pobre, mas sim de uma Igreja que o acolhe como sujeito pleno, na qual exerce cidadania.

A opção latino-americana e caribenha pelos pobres sofrerá já desde o início dos anos 1970 forte oposição articulada por setores ligados às classes dominantes na América Latina. No caso do Brasil, são setores minoritários, mas ruidosos, que contam com o decisivo suporte dos meios de comunicação no contexto da ditadura militar que dominava o país. Os anos 1970 são palco de uma grande disputa eclesial e em meio aos ataques à Igreja dos pobres o episcopado brasileiro se mantém hegemonicamente firme na defesa da Pastoral Popular, das Comunidades de Base e da Teologia da Libertação. A Igreja dos pobres é vista pelos setores conservadores como uma deturpação marxista. Uma acusação semelhante à feita nos anos 1950 ao movimento francês dos Padres Operários.

Em 1979, ocorre a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Puebla, já sob o papado de João Paulo II. A preparação de Puebla é marcada por intenso debate e o discurso inaugural do recém-eleito Pontífice possui muitas reticências frente à Igreja dos pobres. Não obstante, Puebla reafirma a opção pelos pobres, acrescentando, porém, a expressão "preferencial", e afirmando não ser ela nem exclusiva nem excludente (DP 1134-1165). Essa afirmação foi muitas vezes usada pelos adversários da Igreja dos pobres pra reduzir esta opção a uma mera atenção especial aos pobres, transformando-os novamente em objeto e retirando da opção o

caráter estruturante de toda a Igreja, embora esta não fosse a intenção da maior parte dos bispos reunidos em Puebla.[18]

Apesar da oposição sofrida, o caminhar da Igreja latino-americana e caribenha, acolhendo a perspectiva da Igreja dos pobres levou, por fim, João Paulo II a assumir o conceito da opção pelos pobres na Doutrina Social da Igreja, tanto em 1988, na Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (42) quanto em 1991, na Encíclica *Centesimus Annus* (CA 11, 57). A opção pelos pobres, ainda que em sentido mitigado, ganhou deste modo cidadania no Magistério Pontifício. Entretanto, se, por um lado, o Pontífice reconhece que "o amor da Igreja pelos pobres (...) é decisivo e pertence à sua constante tradição", o que significa um grande avanço neste momento frente às posições conservadoras que negavam o privilégio dos pobres, de outro, ao alargar o conceito de pobre, incluindo a miséria cultural e religiosa, descaracteriza em parte tal opção (CA 57). A Igreja latino-americana e caribenha e a Teologia da Libertação sempre estiveram de acordo com os estudos de A. Romeo e J. Dupont que foram assumidos pelo Cardeal Lercaro em sua intervenção conciliar e que demostram que não se pode espiritualizar o sentido e a realidade da pobreza nas afirmações neotestamentárias sobre a centralidade e os privilégios dos pobres na Economia da Salvação, assim como com a perspectiva de Paulo VI expressa na homilia pronunciada na Celebração Eucarística

18 Observe-se que em Puebla, ao lado da opção preferencial pelos pobres, existem mais duas opções. A opção pelos jovens (DP 1186-1187) e a opção pela família (DP 568-616). Estas três opções não possuem a mesma importância nem se colocam no mesmo nível. Enquanto a opção pelos pobres pertence à própria essência da Igreja, e permanente, estrutural e estruturante, as outras duas são pastorais e conjunturais. São afirmadas num certo contexto geográfico e temporal. São feitas em Puebla devido a necessidades específicas que existiam naquele momento e que exigiam um cuidado pastoral especial voltado aos jovens e à família na América Latina. Alguns setores não reconhecem esta diferença fundamental e colocam equivocadamente estas três opções no mesmo nível.

ocorrida em Bogotá, no campo San José, em 23 de agosto conforme referido acima.[19]

A Igreja latino-americana e caribenha continuou nos anos seguintes a reafirmar seguidamente a opção pelos pobres. Em 1992, na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano em Santo Domingo, esta é reafirmada de modo claro em ao menos oito parágrafos (50, 178-181, 275, 296, 302). Prossegue assim o caminhar de nossa Igreja.

A opção pelos pobres em Aparecida

Em seu discurso inaugural na V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em 2007, em Aparecida, o Papa Bento XVI refere-se à opção pelos pobres nos seguintes termos: "a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza".

A Conferência de Aparecida, sob a presidência do então Cardeal Bergoglio, reafirmará enfaticamente a opção pelos pobres. O Documento de Aparecida possui 554 parágrafos numerados. Os pobres aparecem em ao menos 89 deles. A expressão "opção preferencial pelos pobres" aparece em dez parágrafos: 110b, 146, 179, 391, 395, 396, 409, 446e, 491 e 501. Nos parágrafos 128, 397-399 usa-se a expressão original, que antecede Puebla, "opção pelos pobres".

No Documento de Aparecida os bispos afirmam claramente (DAp 396): "Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feitas nas Conferências anteriores", citando explicitamente as Conferências de Medellín (14,4-1), Puebla

---

19 Ver LOREFICE, C. *La Chiesa povera e dei poveri nella prospecttiva del Concilio Vaticano II*, p. 138-114; ROMEO, A. Beatitudine. In: *Enciclopedia Cattolica*. Città del Vaticano, 1949, v. II, cl 1101-1107; e DUPONT, J. *Les Beatitudes Tome I e II*, J Gabalda et Cte Éditeurs, 1969 (primeira edição publicada na Bélgica em 1954) assim como DUPONT, J. *Les Beatitudes Tome III*, J Gabalda et Cte Éditeurs, 1973. Conforme já citado, o texto da homilia de Paulo VI encontra-se em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/homilies/1968/documents/hf_p-vi_hom_19680823.html.

(1134-1165) e Santo Domingo (178-181). Em Aparecida emerge de modo claro e maduro o rosto e a identidade particular da Igreja na América Latina, consolidada em uma tradição que, tendo se iniciado no pós-Concílio, prossegue initerruptamente até os dias de hoje, através das sucessivas Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano, como sendo o de uma Igreja que realiza em si o que havia pedido profeticamente o Papa João XXIII nas vésperas da abertura do Concílio Vaticano II: "Com relação aos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta como é e quer ser: a Igreja de todos, e, particularmente, a Igreja dos pobres", conforme citamos na introdução deste artigo. Afirmam os bispos em Aparecida: "A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha" (DAp 391).

Aparecida condena o fato de ocorrerem algumas vezes débeis vivências da opção pelos pobres (DAp 110b). Reconhece que esta opção é um dom de Deus (DAp 128) e que esta opção está implícita na fé cristológica, como havia afirmado o Papa Bento XVI na abertura da Conferência (DAp 392-393). Esta opção exige a proximidade para com os pobres (DAp 398) que são reconhecidos como sujeitos da evangelização (DAp 257) e sujeitos da libertação integral (DAp 399).

A centralidade do pobre para a Igreja latino-americana e caribenha é clara em Aparecida. Nela podemos considerar superadas todas as polêmicas passadas que se deram em torno à opção pelos pobres como uma exigência evangélica fundamental. Trata-se aqui de uma das mais profundas contribuições que a Igreja latino-americana e caribenha trouxe para a Igreja universal.

O Papa Francisco e a opção pelos pobres

A eleição do Papa Francisco fez com que a questão da Igreja dos pobres irrompesse com novo vigor no Magistério Supremo da Igreja.

Francisco reafirma a opção pelos pobres e a temática da Igreja pobre e para os pobres em seu sentido originário, que se encontra em Lercaro e nas duas moções propostas pelo grupo Igreja dos Pobres, assim como no Pacto das Catacumbas, e, sobretudo, no desenvolvimento posterior latino-americano e caribenho de Medellín a Aparecida. Papa Francisco, logo no início de seu pontificado, no discurso pronunciado no dia 16 de março durante o encontro que manteve com os representantes dos meios de comunicação social afirmou, ao explicar a adoção do nome Francisco: "como eu queria uma Igreja pobre e para os pobres!". Expressão depois retomada outras vezes, e explicitada na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (EG 198): "Por isso, desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar. Além de participar do *sensus fidei*, nas suas próprias dores conhecem Cristo sofredor. É necessário que todos nos deixemos evangelizar por eles."

Ainda na *Evangelii Gaudium* Francisco afirma:

> Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, "os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho" e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos! (EG 48)

O chamado para ser instrumento de Deus "a serviço da libertação e promoção dos pobres" é dirigido a todos, sem exclusão, e a falta de solidariedade concreta com os pobres influi diretamente na nossa relação com Deus (EG 187). Afirma ainda o Papa:

> Nesta linha, se pode entender o pedido de Jesus aos seus discípulos: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mc 6,37), que envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o

> desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos. Embora um pouco desgastada e, por vezes, até mal interpretada, a palavra "solidariedade" significa muito mais do que alguns atos esporádicos de generosidade; supõe a criação duma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. (EG 188)

As duas dimensões da opção pelos pobres da Igreja latino-americana e caribenha também são afirmadas por Francisco já em sua Exortação Apóstolica *Evangelii Gaudium*. Somos chamados a *ver o mundo com os olhos dos pobres*. É o que se encontra na *Evangelii Gaudium* 191:

> Animados pelos seus Pastores, os cristãos são chamados, em todo o lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres, como bem se expressaram os Bispos do Brasil: "Desejamos assumir, a cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas em seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o fato de saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deve à má repartição dos bens e da renda. O problema se agrava com a prática generalizada do desperdício".

A segunda dimensão, a que acolhe o pobre como sujeito eclesial e sociopolítico, também é plenamente afirmada pelo Papa Francisco:

> Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus "manifesta a sua misericórdia antes de mais" a eles (...) A nova evangelização é um convite a reconhecer a força salvífica das suas vidas, e a colocá-los no centro do

> caminho da Igreja. Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles (EG 191), (...) o nosso compromisso não consiste exclusivamente em ações ou em programas de promoção e assistência; aquilo que o Espírito põe em movimento não é um excesso de ativismo, mas primariamente uma atenção prestada ao outro "considerando-o como um só consigo mesmo". Esta atenção amiga é o início duma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, desejo procurar efetivamente o seu bem. Isto implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com a sua cultura, com a sua forma de viver a fé. O amor autêntico é sempre contemplativo, permitindo-nos servir o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independentemente da sua aparência: "Do amor, pelo qual uma pessoa é agradável à outra, depende que lhe dê algo de graça". Quando amado, o pobre "é estimado como de alto valor", e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir desta proximidade real e cordial é que *podemos acompanhá-los adequadamente no seu caminho de libertação*. Só isto tornará possível que "os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como 'em casa'". (EG 199).

Em 24 de maio de 2015, o Papa Francisco promulga sua primeira Encíclica Social, a *Laudato Si'* cujo tema central é a atual crise socioambiental que abala o mundo de hoje. Nela, o Pontífice assume o método caro à Teologia latino-americana e caribenha – ver, julgar e agir – anteriormente usado no Documento Conciliar *Gaudium et Spes*, e nos Documentos do Episcopado Latino-americano, de Medellín a Aparecida. Na *Laudato Si'* o primeiro capítulo corresponde ao ver, o segundo e terceiro ao julgar, e os seguintes às linhas de ação. No primeiro capítulo encontra-se um corajoso diagnóstico da atual

crise ambiental e social. O Pontífice assume lucidamente os dados fornecidos pela comunidade científica atual, destacando os efeitos da ação humana na geração de grave poluição e nas mudanças climáticas que afetam o planeta. Preocupa-se com a questão da água e da redução da disponibilidade de água potável que atinge de modo especial os mais pobres, com a perda da biodiversidade e com a deterioração da qualidade de vida humana e a degradação social, bem como com a desigualdade social. Um dos pontos mais fortes da Encíclica está em afirmar a relação e unidade entre a crise social e ambiental de modo que se deve falar mais apropriadamente não de duas crises, mas de uma crise maior, socioambiental (LS 139). Esta crise tem sua raiz em um sistema econômico tecnocrático que se tornou global (LS 109). Uma economia que, como o Papa afirmou com muita clareza no discurso dirigido aos participantes do II Encontro Mundial dos Movimentos Populares que pronunciou na Bolívia, em 9 de julho de 2015, mata, exclui e destrói a Mãe Terra (3.1).

Na *Laudato Si'* encontramos 48 referências aos pobres. Esta crise socioambiental atinge os pobres de um modo maior, sendo a opção pelos pobres uma exigência ética fundamental para que se possa realizar efetivamente o bem comum, e deste modo superar a atual crise que ameaça o mundo:

> Nas condições atuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (123) – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje,

> esta opção é uma exigência ética fundamental para a efectiva realização do bem comum. (LS 158)

Em outubro de 2020, o Papa Francisco publica sua terceira Encíclica, a *Fratelli Tutti*. Nela constam 31 referências aos pobres e aos países pobres. Aqui também se conclama a solidariedade concreta com os pobres, a se tornar vizinho aos pobres (FT 233) e a centralidade que deve ter a opção pelos pobres na Igreja e na política, assumindo-os como sujeitos e não objetos da ação transformadora (FT 169).

A centralidade da opção pelos pobres é uma constante em seus ensinamentos. Podemos ainda recordar aqui suas catequeses sobre a pandemia, feitas no decorrer de nove Audiências Gerais, entre 5 de agosto e 30 de setembro de 2020. Estas Audiências foram chamadas de catequeses "Curar o Mundo" e desenvolveram os seguintes temas:

i) Introdução (5/8)
ii) Fé e Dignidade Humana (12/8)
iii) A Opção Preferencial pelos Pobres e a Virtude da Caridade (19/8)
iv) O Destino Universal dos Bens e a Virtude da Esperança (26/8)
v) A Solidariedade e a Virtude da Fé (2/9)
vi) Amor e Bem Comum (9/9)
vii) Cuidado da Casa Comum e Atitude Contemplativa (16/9)
viii) Subsidiariedade e Virtude da Esperança (23/9)
ix) Prepara o Futuro com Jesus que Salva e Cura (30/9)

Nestas catequeses, o Papa retoma alguns dos ensinamentos que havia desenvolvido sobre a pandemia anteriormente, aprofundando alguns temas. A pandemia irrompeu em nosso mundo e em nossa época como um evento que abriu uma profunda crise. Ao atravessarmos uma crise de tal magnitude, nunca saímos dela do mesmo

modo como entramos. Podemos sair melhores ou piores. Esta crise não é um Juízo, um castigo de Deus para a humanidade, mas ela abre uma ocasião de juízo. Diante dela somos chamados a tomarmos uma posição clara. A pandemia revela ao mesmo tempo nossa interdependência e a doença que nos atinge, e que não se reduz ao vírus letal. A pandemia revela que vivemos em um mundo doente, cujas estruturas econômicas matam as pessoas e destroem a Mãe Terra. Um mundo profundamente desigual e injusto. Embora estejamos todos no mesmo barco, como estavam os passageiros do Titanic, não estamos na mesma classe. Alguns têm à disposição potentes botes salva vidas, víveres e condições de enfrentar a crise com poucos riscos, outros encontram quase que inevitavelmente a morte, sofrem violentamente a fome e o desamparo. Ao desvelar isto, a pandemia nos ofereceu uma grande oportunidade de mudar a realidade. Para mudar esta realidade é necessário instaurar novas estruturas em que o princípio da fraternidade seja a base, e que os que hoje são excluídos e descartados tenham lugar como sujeitos.

O princípio da opção pelos pobres, da identificação entre os pobres e Cristo e da destinação universal dos bens é fortemente sublinhado por Francisco. O Papa faz também uma interpretação nova do princípio da subsidiariedade. Este princípio inclui para o Papa tornar os membros mais vulneráveis de nossa sociedade sujeitos de seus destinos. Trata-se de torná-los protagonistas. Não podemos nos reduzir apenas a ser a voz do que não tem voz, mas temos de buscar dar voz aos que não têm voz. A sociedade deve ser construída de baixo para cima. Do mesmo modo o princípio da destinação universal dos bens implica que todos têm direito aos cuidados necessários à vida e que as vacinas não podem ser propriedade de um grupo ou país, mas que devem ser acessíveis a todos. Jesus médico nos oferece a cura de nossas doenças físicas, espirituais e sociais. Nestas catequeses, o princípio da opção pelos pobres se constitui no princípio hermenêutico que

guia tanto a interpretação da realidade atual como a construção de caminhos para superar tal situação.

Concluindo, devemos dizer que, em seu Magistério, o Papa Francisco reafirma continuamente a tradição latino-americana e caribenha da opção pelos pobres tal como foi consolidada em Aparecida. Com Francisco, a questão da Igreja dos pobres, introduzida por João XXIII, ganha plena centralidade no Magistério Pontifício em continuidade com o Magistério dos Bispos Latino-americanos de Medellín a Aparecida. O mistério dos pobres e sua relação com a Economia da Salvação tem de se traduzir na estrutura da Igreja e em sua ação no mundo. A Igreja sendo Sacramento do Cristo Pobre, Messias e Juiz Escatológico, é a Igreja de todos, enviada para a Salvação do mundo e ela não pode ser outra, senão a Igreja dos pobres.

Referências bibliográficas

BUHLMANN, W. *O terceiro mundo e a terceira igreja*. São Paulo: Paulinas, 1976.

DUPONT, J. *Les Beatitudes Tome I e II*. J. Gabalda et Cte Éditeurs, 1969.

_____. *Les Beatitudes Tome III*. J. Gabalda et Cte Éditeurs, 1973.

EL ESCORIAL. *Fe Cristiana y cambio social en América Latina. Encuentro de El Escorial*. Salamanca: Sígueme, 1973.

GAUTHIER, P. *El Evangelio de la Justicia y los Pobres*. Salamanca: Sígueme, 1969.

_____. *Les pauvres, Jésus et l'Église*, Éditions Universitaires. Paris: Chrétienté Nouvelle, 1963.

KLOPENPURG, B. (org.). *Concílio Vaticano II. Vol V, Quarta Sessão*. Petrópolis: Vozes, 1966.

LERCARO, G. *Per la Forza dello Spirito. Discursi Conciliari*, Nuova edizzione a cura di Saretta Marotta. Bolonha: EDB, 2014.

LOIS, I. *Teologia de la Liberacion. Opcion por los Pobres*. Madri: IEPALA, 1988.

LOREFICE, C. *La Chiesa povera e dei poveri nella prospecttiva del Concilio Vaticano II.* Milano: Paoline, 2011.

MENOZZI, D. *Chiesa, Poveri, Società nell'età moderna e contemporanea*. Brescia: Querigana, 1980.

MESA POSADA, C. Medellín 1968. *Anuario de Historia de la Iglesia*, 5, p. 416-421, 1996.

PAOLO VI. *Pelegrinação Apostólica em Bogotà*. Santa Missa pelos "campesinos" colombianos. Homilia, dia 23 de agosto de 1968.

PELLETIER, D. Une Marginalité Engangée: Le Groupe "Jésus, L'Eglise et les Pauvres". In: LAMBERRIGTS, M.; SOETENS, C.; GROOTAERES, J. (eds.). *Les Commissions Concialiares à Vatican II*. Louvain: Université Catholique de Louvain, 1996. p. 63-89.

RAMPON, I. *Paulo VI e Dom Helder Camara. Exemplo de uma amizade espiritual*. São Paulo: Paulinas, 2014.

RICARDI, A. Chiesa e povertà in età contemporanea. In: DI FRANCIA, Annibale. La Chiesa e la povertà. *Studium*, Roma, 1992. p. 151-170.

ROMEO, A. Beatitudine. In: *Enciclopedia Cattolica*, Città del Vaticano, v. II, cl 1101-1107, 1949.

SANTA ANA, J. Notas para una ética de la liberacion a partir de la Bíblia. *Cristianismo y Sociedad (C y S)*, n. 24-25, p. 55-56, 1970.

SAUVY, Alfred. Artigo publicado no jornal francês *L'observateur*, em 14 de agosto de 1952: por pela primeira vez aparecer o conceito de Terceiro Mundo.

CAPÍTULO V
Movimientos populares y Aparecida
La cultura de la vida, la cultura de la muerte y la cultura del encuentro

Emilce Cuda
Argentia – Vaticano
Secretaria de la Pontificia Comisión para América Latina
Miembro de la Pontificia Academia de Ciencias Sociales
y de la Pontificia Academia para la Vida (Santa Sede)

Al comenzar mi exposición, quiero agradecer primero y especialmente a la profesora, doctora y amiga Maria Clara Bingemer. Es para mí un honor que ella me presente en este importante Congreso a 15 años de Aparecida: porque ha sido una pionera de las teólogas en América Latina y ya hace muchos años que la sigo, y es un honor (y casi increíble) que me presente ella. Muchísimas gracias también por todo el trabajo que has hecho junto con tu equipo, con todas las universidades y centros que llevaron adelante este evento académico sobre la Conferencia de Aparecida, que es tan importante no solamente porque es la expresión de la voz del Episcopado Latinoamericano (que tiene una larga tradición y que, según mi punto de vista, es la novedad que América Latina aporta al mundo, no la única). No siendo el *centro*, se trata sí de una novedad que llega desde las *periferias*. Y que tiene gran relevancia al tener actualmente al Papa

Francisco, un Pontífice que viene de nuestra América Latina y que está aquí en Roma. Como me gusta decir, si bien es argentino, es la expresión de todo un continente, por lo menos de este documento del cual ha sido su relator. Él me ha convocado a trabajar y colaborar con la Iglesia latinoamericana aquí desde Roma.

Así entonces, el aporte que yo quiero hacer humildemente a este Congreso, donde hay tantos colegas prestigiosos (que además nos conocemos), es un aporte que tiene que ver con una mirada *hacia adelante*. Creo que luego de la ponencia del profesor Paulo Fernando Carneiro, ese recorrido histórico que nos lleva a Aparecida quizás sea una buena articulación. Esto tiene que ver con lo que todavía resta cumplir, que es mucho. Recordemos que cuando el Papa Francisco llegó a Roma, empezó a regalar el Documento de Aparecida a los presidentes que venían a visitarlo. Este gesto era para que tuvieran en cuenta que esa es la deuda con nuestros pueblos.

Dado que me han pedido que hable de los movimientos populares, quiero destacar que es algo que aparece mucho antes de Aparecida, pero que con ese nombre aparecen después de Aparecida. Y esto porque, como todos los académicos sabemos, la realidad aparece cuando se la visibiliza, es decir, cuando la ponemos en distintos lenguajes: en el lenguaje de la palabra, en el lenguaje del arte, en el lenguaje de los números. Por ejemplo, cuando mostramos la gran acumulación de la riqueza, la desproporcionada distribución de la riqueza en nuestros pueblos, denunciamos la causa real de la pobreza. Como esos movimientos populares aparecen invisibilizados (a partir de Aparecida), entonces, decidimos hablar de los movimientos populares, como se decía en Aparecida.

Asumo que no se me ha pedido hacer una *exégesis* del documento sobre ese punto, sino ver (según pienso) los *desafíos* que nos presenta Aparecida: ¿Cómo se relacionan con la casa común donde esos movimientos populares se originan? ¿Cómo, atendiendo estos

desafíos, podemos contribuir a hacernos cargo de esos *clamores* de los cuales los movimientos populares son sujetos activos? De ahí entonces que como subtítulo a mi presentación, particularmente le pongo "la cultura de la vida, la cultura de la muerte y la cultura del encuentro". Esto a raíz de que "cultura de la vida", "cultura de la muerte" es la gran paradoja que presenta el Documento de Aparecida. El Papa Francisco asume esta gran contradicción. En relación con una "cultura de la vida" y una "cultura de la muerte", está la propuesta, que es la "cultura del encuentro". En ese sentido, me parece pertinente mencionar que el Documento de Aparecida empieza con una introducción del Papa Benedicto XVI que gira en torno de la palabra "vida". La vida es el vocablo recurrente a lo largo de todo el Documento: Para que en Él tengan vida, más aún, para que nuestros pueblos en Él tengan vida. Esto es muy importante ya que, el sujeto del que estamos hablando es un sujeto colectivo. Remite a que los pueblos tengan vida y que esa vida la tengan en abundancia, tal cual dice el Evangelio de Juan (Jn 10,10). Es decir, no nos está haciendo referencia a la simple supervivencia, sino a una vida en abundancia que está atravesada por muchas necesidades naturales y culturales de nuestros pueblos. Esto no me parece algo menor, dado que esta frase se repite 13 veces en el Documento.

Quince años después de Aparecida, exactamente el 24 de febrero de 2022, cuando desde la Pontificia Comisión para América Latina propusimos al Santo Padre hacer un encuentro en vivo con los jóvenes universitarios de todo el continente americano, se dio la siguiente situación: cuando le dimos la palabra a un joven de Haití (luego de una preparación previa que duró cuatro meses), lo único que repitió a los gritos y desesperadamente fue "¡No tenemos vida, no tenemos vida, no tenemos vida, no tenemos vida!" No pudo decir otra cosa. Reitero, 15 años después de Aparecida, un joven haitiano lo único que repetía es "¡no tenemos vida!" Ni siquiera podía hacer

una propuesta, ni una crítica iluminada al sistema (ni hablar de corrupción, ni hablar de deuda externa, ni hablar de medios hegemónicos etc., palabras que nosotros, "los doctos", utilizamos como si con eso pudiésemos dar la vida). Este joven universitario solo gritaba "¡no tenemos vida!". Esa es la situación hoy de Haití. No podemos hablar de la parábola del Buen Samaritano (cf. *Fratelli Tutti*, cap. 2) si no nos hacemos cargo de nuestros pobres y de los méritos de nuestros jóvenes, con el ejemplo que ponía de la situación que hoy está atravesando Haití.

Interrogantes para una Teología más profética

En relación con el Documento de Aparecida, recordemos que se refiere, particularmente en este momento (2007), a los movimientos afroamericanos, a sus reclamos, a sus luchas. Se mencionan varios puntos que a mí me parece que hoy podríamos tomar en cuenta, para ver en torno a qué reclamos hoy se organizan estos movimientos. Por ejemplo: la lucha por identidades. Ahí yo pondría un poco la atención. Bien podríamos preguntarnos: esta lucha por identidades, ¿es una lucha que busca la unidad (qué es la Iglesia Católica) y de la que tanto habla el Papa Francisco? ¿O es manipulada para multiplicar infinitamente una crisis, una división, que no busca más que el protagonismo de algunos sectores?

Un segundo ejemplo son los derechos a los ciudadanos: ¿Podemos hoy seguir hablando de derechos a los ciudadanos cuando tenemos grandes mareas migratorias, que no son ciudadanos, sino habitantes? Vemos la situación dramática de migraciones forzadas por falta de trabajo, que hoy tocan a los pobres pero, de no frenarse el problema climático, van a ser los sectores medios y ricos los que se conviertan en migrantes en nuestro planeta. Entonces, nos preguntamos, ¿cómo podríamos hablar hoy de esa categoría de ciudadanos?

Un tercer ejemplo, vinculado al anterior, es el tema de las parroquias: ¿Cuál es mi territorio si soy un migrante? Un migrante que se mueva *en las periferias*, porque me desalojan todo el tiempo. Un *migrante trabajador* donde cada dos o cuatro años tengo que cambiar de trabajo, porque no existe más trabajar en una fábrica 20 años hasta que me den "la medalla de oro", como era antes. Pensemos también en la migración de los profesionales que vamos de un lado al otro. ¿Cuál es mi parroquia hoy? Cuando hablamos de las zonas de misión, ¿son esos territorios exóticos de los que se hablaba a principio del siglo XX o es el espacio virtual? Es decir, (los territorios de misión son hoy) los centros y no las periferias.

Un cuarto ejemplo es cuando hablamos del racismo y de la única ideología, ¿cuál es hoy la ideología? Aquí inserto una experiencia personal: recuerdo que cuando yo estudiaba la ideología, cuando le decían a alguien "eso es un discurso ideológico", todo el mundo entendía que estaba hablando en términos marxistas. Pero hoy nombramos como ideología a discursos ultra capitalistas, financistas y endeudadores. Nos dirigimos a estos movimientos y teorías como ideologías, como se referían a otras posiciones en el siglo XX.

Un quinto ejemplo que propongo son las economías solidarias de las que habla el Documento de Aparecida. Aquí pensemos que, cuando hablamos de movimientos, también tenemos que preguntarnos: estos movimientos, ¿son movimientos sociales o movimientos populares? ¿Es lo mismo una organización social que una organización popular? ¿Los movimientos sociales reclaman las mismas cosas que los movimientos populares? ¿No hay a lo largo de nuestro continente una manipulación de la *Laudato Si'* por movimientos sociales que no necesariamente son populares? Los movimientos populares, ¿son solo movimientos económicos que reclaman por comida? ¿O pueden dar el paso de convertirse en movimientos políticos reclamando por derechos? Los sujetos constructores de la historia nueva,

de la que habla Aparecida, ¿son individuos, son comunidades o son pueblos? Bueno, ya hemos escuchado que *el sujeto es el pueblo.* Pero fuera de nuestras reuniones académicas, los católicos realmente no siempre reconocen a los pueblos como sujetos.

Un sexto ejemplo es la diversidad de la que solemos hablar: la riqueza de la biodiversidad, el colorido de la Creación, esa diferencia, que es maravillosa, ¿es igual a la diferencia creada culturalmente? ¿Toda diferencia une o hay diferencias que hay que desarmar? ¿No son creadas diferencias culturales, discursivamente, para después poder explotar, segregar y excluir? ¿Unimos todas las diferencias? ¿O primero nos encargamos de que esas diferencias económicas y sociales desaparezcan?

Un séptimo ejemplo es el diálogo social o la escucha, de la que habla el Sínodo sobre la Sinodalidad: ¿Es una escucha *psicoanalítica*? ¿Es una escucha *policíaca*, donde escucho al otro desde el lugar del saber, desde el lugar de la superioridad? ¿O es una escucha que *reconoce al otro en su diferencia con un interlocutor válido*? Y aquí pienso en la escucha entre los trabajadores y los patrones, que a lo largo del siglo XX daba como resultado los Convenios Colectivos de Trabajo: ahí sí hay una escucha, donde cada uno reconoce la posición distinta y llega a un acuerdo. Pero la escucha de la que hablamos ahora, ese diálogo que nos pide Aparecida, primero debería hacer el paso de reconocer en el otro a un interlocutor válido.

El octavo ejemplo son las comunidades: ¿De qué comunidades hablamos? ¿Las comunidades eclesiales, las comunidades católicas, las comunidades de base? Cuando hablamos de comunidades eclesiales, ¿qué papel juegan estos movimientos populares? Estos movimientos populares, que no necesariamente son católicos (aunque ciertamente en su mayoría son católicos), trabajan ecuménicamente. Estos movimientos populares son también Comunidades Eclesiales de Base Católicas. Entonces, ¿cómo los incluimos? Estas comunidades, ¿son experiencias

personales, comunitarias? ¿Son individualismos comunitarios, como los llama el Papa? Estas comunidades, que son los movimientos populares, ¿son experiencias de salvación comunitaria, como les dice Francisco? (LS 149). Podemos ver a estos movimientos populares (que creen el mismo Credo que nosotros y que se organizan en torno a los principios del Magisterio Social Católico) como comunidades de salvación mística. Puesto que no son sólo económicas, estemos atentos, como dice el Papa Francisco en *Fratelli Tutti*, a identificar las falsas místicas comunitarias (FT 28). Es decir, aquellas que terminan siendo comunidades cerradas en sí mismas e individualistas. Los invito a que cuando hablamos de *discípulos misioneros*, pensemos que esta llamada es también para los movimientos populares. ¿Reconocemos que ahí (en los movimientos populares como comunidades organizadas místicamente de acuerdo con los principios cristianos) también hay una llamada?

Y esto lo señalo porque hablamos de "la llamada" solamente en relación con movimientos o comunidades hasta ahora consideradas y reconocidas, de manera exclusiva, eclesiales. Cuando hablamos de evangelizar al pobre, que está organizado, ¿no caemos a veces en posiciones progresistas iluminadas? ¿No podemos pensar, acaso, que en este proceso de evangelización también la periferia tiene que evangelizar al centro? Lo que quiero enfatizar es este punto: ¿Por qué siempre los del centro salimos a las periferias? Por otra parte, se trata de un centro que, por los niveles de consumo, está poniendo esa vida, de la que habla Aparecida, en riesgo de la muerte. Ese centro, ¿no debería ser hoy territorio de misión? ¿Y no cumplirían ahí un rol importante los movimientos populares (como discípulos misioneros)?

Predicación del Evangelio y movimientos populares: la mejor política democrática

Quince años después de Aparecida, tenemos la nueva Constitución Apostólica de la Curia Romana *Praedicate Evangelium*, "Predicad el

Evangelio": ahí se dice que predicar el Evangelio es la tarea que el Señor Jesús encomendó a sus discípulos; y que la Iglesia cumple su mandato, sobre todo, cuando da testimonio de palabra y obra. Todos estamos seguros de qué entendemos por evangelizar, por predicar el Evangelio, o sea, (predicar con) palabra y obra. Dice en el preámbulo de "Predicad el Evangelio" que el ejemplo es que "Nuestro Señor y Maestro nos dejó ejemplo de esto cuando lavó los pies a sus discípulos" (cf. Jn 13,14-17). Y dice a continuación: "De este modo 'la comunidad evangelizadora se mete con obras y gestos en la vida cotidiana de los demás, achica distancias, se abaja hasta la humillación si es necesario, y asume la vida humana, tocando la carne sufriente de Cristo en el pueblo'" (PE 1), remitiendo a una frase de *Evangelii Gaudium* (EG 24). Según esto, ¿no es acaso eso mismo lo que hacen hoy nuestros católicos organizados en movimientos populares? ¿No están esos evangelizando, si son ellos los que se están ocupando de esta carne sufriente?

Digo esto porque hay una tendencia a ver en esos reclamos por la vida (como gritaba este joven de Haití que mencionaba al comienzo), no evangelización, sino política. Aunque todos nosotros lo tengamos muy claro, hoy se sigue hablando de que la Iglesia no puede meterse en política ni tomar posiciones partidarias, pero sí los laicos. ¿Y cómo es esto? ¿Los laicos no son Iglesia? Me parece que eso tenemos que aclararlo. Por otro lado, si no hacemos política partidaria (menciono esto porque está en el Documento de Aparecida) hacemos política totalitaria. ¿Qué tiene de malo la política partidaria? Pensemos que sin partido hay totalitarismo, y que sin partido no hay democracia. Por haber vivido horas dramáticas, particularmente en América Latina, la humanidad debería haber aprendido esta lección.

Me parece pertinente que nos detengamos a reflexionar qué es la política partidaria: la política *de partidos* es algo que aparece a partir de la Revolución Industrial. Antes había gremios, más bien eran

cofradías que luchaban por poner una persona en el poder de la que luego se beneficiarían. A partir de dicha revolución surge el modo liberal de la política; cabe destacar que la política liberal es una política *partidaria*. Pero, ¿qué significa *partido*? Significa *parte*. Las dos partes de la sociedad se organizan y compiten democráticamente en un acto electoral para poner sus representantes en un Parlamento. Si nos preguntamos cuáles son en el mundo moderno esas partes, sabemos que son aquellas a las que se conocía hasta hoy como los *de arriba* y los *de abajo*: los de abajo eran trabajadores organizados en sindicatos y después en partidos para pelear por sus derechos, para que sus necesidades fuesen *derechos*. La otra parte, los de arriba, era la parte patronal, organizadas en Cámaras y luego en partidos para pelear por sus *intereses*. Eso es esencial en el sistema liberal: es el sano diálogo de la política.

Ahora bien, entonces, ¿puede haber una política no partidaria? ¡Por supuesto! De hecho, *de facto*, en América Latina tuvimos en 100 años más de 200 dictaduras militares. Ahí hay una política no partidaria, sino autoritaria. Sin embargo, desde Europa, a nuestro continente no pocas veces se lo percibe desde la supuesta amenaza del marxismo. Aquí hago una referencia que se vincula a mi propia experiencia: yo nací en el año de la solemne clausura del Concilio Vaticano II y desde que nací, hasta el día de hoy, nunca vi a los marxistas gobernar en Latinoamérica. Puede ser que sean "muy malos y coman niños", pero lo que yo vi fueron las dictaduras militares, que se llevaron 30.000 desaparecidos y muertos en Argentina, y otros tantos en Brasil, y otros tantos en otros países, incluyendo a muchos mártires, como los obispos Óscar Romero (El Salvador), Enrique Angelelli (Argentina) y Juan José Gerardi (Guatemala), ni más ni menos que "los Santos Padres de América Latina", como decía J. Comblin.

O sea, puede ser que el marxismo haya sido un problema para Europa y puede ser que haya sido terrible si hubiese gobernado

Latinoamérica, pero la verdad es que yo no lo sé, porque el problema mío fue otro, fueron dictaduras militares que cambiaron el eje económico, con énfasis en el latifundio y el libre comercio, que endeudaron a los países de una manera irrecuperable. Un cambio de eje de familias que dominaron de un sector a otro. Hubo muertos, desaparecidos, repito, ¡mártires! ¡Hermanos en la fe que fueron perseguidos y masacrados! Esa fue la historia, con política sin partidos, sin democracia, por lo menos en muchos de los países latinoamericanos. Cuando se habla de ese marxismo, tengamos en cuenta que se está hablando con un lenguaje que no es el nuestro. Esto es llamativo, porque hay teóricos europeos que hablan directamente sobre Latinoamérica, hay gente en Europa que tiene planes de cómo ir a evangelizar Latinoamérica. Incluso hay gente que se va a vivir a Latinoamérica para evangelizar y explicarle a la gente lo que tiene que hacer, a gente que no tiene nada para hacer porque son los descartados del sistema económico actual. Se trata de algo que, aunque parezca mentira, pasa todos los días.

En las experiencias autoritarias a las que me referí, se trató obviamente de una política donde no están las partes, a través de sus representantes, debatiendo en los Parlamentos. Entonces, cuando decimos "no a la política de partidos", tengamos cuidado, porque en ese caso, ¿cuál es la política? Porque siempre hay política, aun cuando se la niegue. Eso de decir "yo no tengo ideología, yo no hago política" en sí mismo siempre revela una posición política. Si no, habría que callarse la boca y no hablar. Dice la leyenda que Pirrón de Elis se había quedado mudo, no hablaba, pero señalaba con el dedo.

Entonces, según lo dicho, ¿hay otra política que no sea partidaria en Latinoamérica? Efectivamente: la política de movimientos, la que emerge de los que ya no tienen parte, los descartados, los desempleados estructurales del actual sistema productivo. Tengamos en cuenta que los movimientos son distintos a los partidos, porque

los partidos representan personas incluidas, es decir, trabajadores que están trabajando, explotados, pero están trabajando, y por eso aún tienen una parte – aunque mínima – de esa economía, y los patrones que tienen otra parte. Pero, ¿qué pasa hoy con los que no tienen parte? Como bien explicó Jacques Rancière, los que no tienen *parte* no tienen *partido*, y en ese caso se organizan en *movimiento*. Así, ¿podemos hablar de una política de movimientos? Por supuesto que sí. Pero, ¿es una política representativa o no? Bueno, habría que analizarlo. Hay una política de movimientos que en el momento del acto electoral organiza un partido para participar de las elecciones y sentar sus representantes. Pero, al margen de ese partido, sigue actuando como movimiento. Ejemplos de eso hay en México, en Brasil, en Argentina.

Así, considero que hay que utilizar con más cuidado las palabras, porque en el siglo pasado quizás esto era muy obvio, pero hoy ya no lo es. Si una persona no participa en política, ¿cómo hace para que sus necesidades se conviertan en derechos? ¿De qué otra manera – legal y legítima – lo consigue? ¿De qué otra manera, al margen de la política como diálogo social, va a defender sus derechos, sus necesidades, tanto los de las personas como los de pueblos segregados y los del planeta? La Encíclica *Fratelli Tutti* del Papa Francisco es muy clara en esto, puesto que habla de la importancia de la política y de la responsabilidad que todos tenemos de hacer esa sana política, que por supuesto es tomar una posición. Es decir, no es verdad que no tomamos posición por algún discurso.

Algunos signos de este tiempo

Ahora bien, si seguimos recorriendo el Documento de Aparecida, vemos que aparece el tema de la familia. Pero aquí cabe también interrogarse: ¿Cuál es el modelo de familia hoy? ¿Nos seguimos basando en el modelo (edulcorado) de la televisión norteamericana de

los años 1950? ¿Quiénes son los que tienen derecho a ese modelo de familia? Hoy sólo las clases medias y altas, pero ¿cómo es la familia en los sectores periféricos, cómo se conforma, qué espacio tienen? Pensemos en los padres, los hijos (con sus complejas relaciones con la sexualidad, con la educación etc.) y, algo que le interesa en especial al Papa Francisco, ¿qué espacio tienen para tener con ellos a sus abuelos? ¿Qué relación hay con los abuelos y con los padres? Reflexionamos sobre esto teniendo ante nosotros grandes mareas de migrantes.

Más allá de esto, ciertamente, también la familia hoy constituye Estados paralelos en Latinoamérica. Me refiero a familias poderosas, familias mafiosas, familias narcos que conforman una para-estatalidad. Tenemos que aclarar entonces cuál es el rol de la familia, habiendo familias que pueden estar desplazando el rol del Estado. Así, en Estados vaciados, los jóvenes *discípulos misioneros*, ¿son solo los jóvenes de las comunidades eclesiales? ¿O son también los jóvenes universitarios católicos? ¿Y los jóvenes sindicalistas católicos? ¿Y los jóvenes católicos militantes de partidos políticos?

Así como lo fue en su momento Aparecida, un signo positivo de este tiempo es lo que está aconteciendo a través de la convocatoria hecha por el Papa Francisco a Asís. Allí tenemos muchos jóvenes que vienen desde movimientos populares. Los jóvenes que vienen de los movimientos populares y participan de la Economía de Francisco no se anotaron de manera individual. Esta *Economía de Francisco y Clara* (como la llaman en Brasil), al principio era una plataforma donde personas individuales se anotaban. Pero los movimientos lo entendieron de otra manera en Latinoamérica: empezaron a anotarse representantes de una organización. Por ejemplo, en Argentina tenemos el caso de los Hogares de Cristo, que no es una comunidad eclesial, sino una mezcla entre lo que en Latinoamérica sería una Comunidad de Base y un movimiento popular que tiene un gran desarrollo de economía popular y al mismo tiempo lucha políticamente

por derechos. Son los Hogares de Cristo como comunidad la que se anota para participar de Asís, y si no puede ir uno va a otro. Esto es un ejemplo de cómo, en Latinoamérica, la *Economía de Francisco* se asumió de manera colectiva. Y esto es algo muy bonito, porque significa que esta conciencia de pueblo y de sujeto comunitario, a 15 años de Aparecida, está presente en nuestros jóvenes que tienen entre 18 y 25 años.

Otra experiencia a destacar es la educativa ecológica, algo nuevo a partir de Aparecida que pone la mirada en la vida. El problema ecológico, que es socio-ambiental, y dice la Encíclica *Laudato Si'* que la causa de la crisis ambiental es social. Es decir, la vida en el planeta no está amenazada por un meteorito que vaya a golpear la Tierra. Está amenazada por un modo productivo absolutamente consumidor. Consumidor de las riquezas naturales, pero también consumidor de personas. Cuando hablamos de adicciones deberíamos pensar también en la adicción al consumo, en la adicción a la renta, en la adicción al mecanismo financiero. ¡Esto es una adicción! La gente no puede salir de esos sistemas. Ahí también tenemos que ir a evangelizar, quizás ahí primero que a otros lados, porque son víctimas de esa adicción, absolutamente rentista. Curiosamente, esa tarea la están realizando los movimientos populares católicos.

Ahora bien, en el tema específicamente ambiental tenemos que actuar como adultos, de manera lúcida, porque no es que voy a parar la crisis ecológica porque yo no use desodorante en aerosol, o porque en mi casa no utilice plástico. ¡Eso no es la solución! Que en la mayoría de los países toda esa basura va a un mismo lugar porque no tenemos la tecnología para clasificarla, todos lo sabemos. Pero entonces el problema ecológico no se resuelve con un ascetismo individual. Como ningún otro problema se resuelve de manera individual. ¡Ni la ecología, ni la política, ni la deuda externa! Entendamos que las soluciones son colectivas porque el trabajo es colaborativo. Curiosamente

hoy son los movimientos populares los que estan misionando por una conversión ecológica, haciendo del reciclaje una actividad laboral y al mismo tiempo "vigilando" las prácticas extractivistas.

Ahora bien, estamos en un momento hoy en el mundo donde se está volviendo atrás debido a una guerra, donde se están activando ya todos los mecanismos de consumo, de gas etc. Entonces, ¿cómo frenamos esto? ¿No utilizando más aerosol en mi casa? Si no usamos la herramienta sana de la política, ¿cómo creen que vamos a salvar el planeta? ¿Agarrándonos todos de las manos y cantando? Puesto que, por ejemplo, Latinoamérica no puede usar más sus recursos naturales, sus riquezas naturales, que las llaman "recursos", no podría vivir más de eso, porque el planeta está por explotar. En ese caso, entonces, ¿de qué vivimos?

En la división internacional del trabajo del siglo XIX vivimos solamente de la exportación de nuestros recursos. ¿Cómo lo hacemos? Sin extractivismo, pero eso implica una maquinaria que no tenemos, y que para adquirirla tenemos que endeudarnos más, internacionalmente. Entonces, ¿cómo hacemos? Hay que pensar en serio en la economía, que no es decirles a los pobres que se organicen en movimientos populares para que cuiden el mundo, que sean creativos, que planten el maíz familiarmente, y que se saquen una foto ecológica… Eso es decirle a la gente "¡sobrevivan como puedan!", lo contrario de "Él vino para que tengamos vida en abundancia"; eso termina siendo un absoluto cinismo. La economía familiar no puede ser de supervivencia, desconociendo todos los derechos laborales que nosotros, las familias de trabajadores, alcanzamos en 100 años. Podemos correr el riesgo de caer en la explotación infantil, en la explotación entre vecinos, en el uso indiscriminado del agua, por poner algunos ejemplos.

Entonces, las soluciones siempre tienen la *mediación del Estado*. Eso no significa que la comunidad no se haga cargo, que no haga

propuestas, pero para eso están los mecanismos de la política. Así, la *Economía de Francisco y Clara* no hay que entenderla de manera ingenua, utópica, como si sólo fuera algo lindo y creativo y cada uno se debe contentar con una planta en el balcón. ¡Es un poco más complicado que eso!

Por eso enfatizo la importancia de los movimientos populares. Para dar un ejemplo, desde el contexto argentino conozco muy bien estos movimientos populares, que comienzan con movimientos económicos para sobrevivir. Luego se transforman en movimientos políticos, pasan de pedir *comida* a perder *derechos*. ¡Ahí hay política! Y esto está en relación con lo que siempre digo: ¡Los seres humanos no somos mascotas! ¡No pedimos agua y comida! ¡Pedimos derechos! Entonces estos movimientos populares se empiezan a organizar, e incluso armaron una federación nacional. Uno de estos movimientos, a tal nivel, también existe en Brasil. En los países andinos están los movimientos populares por la defensa de las semillas, por la defensa de la tierra y están muy organizados. Por eso dije al comienzo que cuando se elaboró el Documento de Aparecida tales movimientos no tenían la visibilidad que hoy tienen. Hoy estan mucho más organizados, son visibles y por supuesto, al momento del acto eleccionario, que no es el único momento de la política, toman partido por alguna de las posiciones y lo manifiestan.

Estos movimientos populares participan en la liturgia, dan gracias, y lo hacen con su murga, con sus bombos, con sus cantos, que son los mismos con los que se manifiestan en la vía pública por derechos sociales. Resulta que, quienes los ven desde afuera – o desde el centro – dicen que están haciendo política dentro del templo. Hay que diferenciar esto, sobre todo en los que trabajan la estética; o seamos miopes: ¡La gente en la calle no se manifiesta en canto gregoriano!

El Credo de nuestros pueblos, principio y fundamento de unidad, vida y encuentro

Para finalizar, quiero retomar algo de lo que nos habla Aparecida: la oración. Nosotros sabemos que la oración es un Credo y que el Credo es una oración. A veces perdemos de vista que cuando yo repito el Credo, ahí está toda una teología. Y lo repito porque confío en esto, es decir, no hago demasiadas preguntas, no pido explicaciones científicas. Como muy bien explicó el Cardenal Joseph Ratzinger, creo, repito y afirmo, o sea, tomo posición por la vida. Ahora, a 15 años de Aparecida, ¿estamos seguros que el Credo que repetimos y rezamos es el Credo del símbolo Niceno-Constantinopolitano? ¿O estamos repitiendo otro credo, engañados por los medios masivos de comunicación, que no es solo la televisión (también son las escuelas y las universidades)?

Entonces, para terminar, pienso que lo que puedo aportar desde el campo de la Teología Moral Social, mirando desde Aparecida hacia el futuro, tiene que ver con pensar en esta nueva organización política y católica que son los movimientos populares. A ellos el Papa Francisco, en el segundo discurso que les dirigió, les dijo: "Hay que transformar la pasión en acción comunitaria". Recordemos que la pasión, que a veces es amor (y a veces es bronca), tiene que convertirse en acción comunitaria, en encuentro. Es decir, constituirse en una unidad para conseguir derechos para las personas y para nuestra casa común. Eso es una sana política, más aún, esa es la mejor política, según nos dice el Papa Francisco (FT cap. 5). Siempre que tengo la oportunidad de expresarlo, no me canso de decir que los cristianos debemos perder el miedo a la política, ¡no pierdo las esperanzas de que eso suceda!

Claro está que no tengo respuestas para todas las preguntas que fui señalando. Pero son los desafíos que a nosotros, a nuestra

generación, hoy le toca afrontar. Hay muchos en este Congreso que han dado muchas respuestas a estos temas, pero creo que falta más o, en todo caso, falta visibilizar más esas respuestas. Quizás saliendo de los claustros académicos y publicando más en los medios de comunicación masivos y seculares, como lo hacen muchos de ustedes, como la misma Maria Clara Bingemer con sus columnas. Creo que esos son los grandes trabajos que, como teólogos, podemos hacer para seguir adelante con ese gran programa que es Aparecida y que desde 2013 se ve reflejado con claridad meridiana y profética en *Evangelii Gaudium*.

Como dice Aparecida, el tema de la vida es urgente porque Él vino para que tengamos vida, sin embargo los jóvenes gritan "¡no tenemos vida!". Entonces, mientras haya un joven latinoamericano gritando "¡no tenemos vida!", Aparecida está inconclusa.

¡Muchas gracias!

CAPÍTULO VI
Da comunhão à sinodalidade
O diálogo ecumênico a partir da Conferência de Aparecida

Marcial Maçaneiro
Departamento de Teologia da PUCPR, Curitiba, Brasil
Teólogo da Comissão Internacional de Diálogo Católico-Pentecostal, Vaticano

O diálogo ecumênico tem lugar no tópico *5.5.* do Documento de Aparecida, n. 227 a 234 – reunidos no subtítulo *5.5.1.* (total de oito parágrafos). Ali são apresentados os elementos essenciais da unidade dos cristãos, em conexão com a eclesiologia de comunhão e o discipulado missionário – que é uma ênfase da V Conferência. Como veremos a seguir, Aparecida põe-se em linha de recepção do Concílio Vaticano II, de cujo empenho ecumênico os Papas Paulo II e Bento XVI foram continuadores (cf. DAp 234). A *unidade* é assumida como vocação do povo de Deus, a solicitar oração e conversão, conhecimento e participação da parte dos vários sujeitos eclesiais (DAp 230-232). Todos esses aspectos e os desdobramentos para a sinodalidade são desenvolvidos nas páginas adiante.

O tópico *5.5.* do Documento contempla também "a relação com o Judaísmo e o diálogo inter-religioso" (DAp 235-239), no subtítulo específico *5.5.2.* (total de cinco parágrafos). Embora o

encontro com as Igrejas cristãs e a relação com as demais religiões se caracterizem semelhantemente pela postura dialógica e propositiva, não se trata do mesmo diálogo – como adverte o Documento (DAp 232). Enquanto o diálogo inter-religioso parte de fundamentos soteriológicos, operando-se em *diálogo e anúncio* para a proclamação do Evangelho e a busca do bem comum (DAp 236 e 239), o diálogo ecumênico parte de fundamentos eclesiológicos, operando-se como busca da *plena comunhão* entre os que foram batizados, "para que o mundo creia" (Jo 17,21: cf. DAp 227-228). Respeitando as questões próprias do diálogo inter-religioso e o limite dessas páginas, tratamos aqui do *diálogo ecumênico* a partir de Aparecida.

Antes, porém, de seguir em nossa análise, é interessante notar que o tópico *5.5.* do Documento de Aparecida (DAp 227-239) representa uma contribuição da Igreja no Brasil – mediante a Comissão Episcopal para o diálogo ecumênico e inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – em texto partilhado e assumido, enfim, pela Assembleia Geral dos Bispos em Aparecida (2007). Ocorreu que, poucos meses antes de se inaugurar esta Conferência, a CNBB considerou oportuno publicar sua posição a respeito da unidade dos cristãos e do diálogo inter-religioso, por dois motivos: 1) afirmar o compromisso da Igreja Católica com esses diálogos, em fidelidade ao Concílio Vaticano II e em reconhecimento das realizações históricas da CNBB em campo ecumênico e inter-religioso; 2) comunicar a percepção de que a unidade dos cristãos e o diálogo inter-religioso poderiam avançar na América Latina, com desafios e oportunidades além do que se propunha no *Instrumentum Laboris* da V Conferência, que mencionava o assunto com extrema síntese.

Por isso, Dom Odilo Scherer, então secretário geral da CNBB, solicitou a Dom Oneres Marchiori e a Pe. Marcial Maçaneiro SCJ – respectivamente, presidente e assessor da Comissão Episcopal para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso – que redigissem uma

declaração sobre o tema, com fundamentos do magistério e perspectivas de ação. O texto foi redigido e publicado pelos órgãos de comunicação da CNBB entre março e abril de 2007, além do periódico eclesial SEDOC (*Serviço de Documentação*) e algumas revistas teológicas, com o título "O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência".[1]

Além da publicação, coube a Dom Oneres Marchiori apresentar o texto aos bispos responsáveis pelo diálogo ecumênico e inter-religioso de todas as Conferências Episcopais da América Latina e Caribe, em reunião presencial na sede do CELAM, em Bogotá – dois meses antes da realização da Conferência Geral. Deste modo, a mencionada declaração chegou a Aparecida, incidindo nos debates e subsidiando diretamente a redação do tópico *5.5.* (DAp 227-239), como se pode verificar mediante comparação dos dois textos.

Narrado este interessante episódio, passemos então a analisar o que diz o Documento de Aparecida, não voltando à gênese dos parágrafos, mas examinando o que ali se propõe e as perspectivas que abre, inclusive para a sinodalidade.

Comunhão eclesial e diálogo ecumênico

O tópico *5.5* do Documento de Aparecida se abre com uma afirmação peculiar: "A compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduzem ao diálogo ecumênico" (DAp 227). Disso nos vem uma indagação: Por que Aparecida, antes mesmo de expor as razões do diálogo ecumênico, menciona a *compreensão* e a *prática* da eclesiologia de comunhão? – Dentre as respostas possíveis, notamos aqui uma advertência sobre as incompreensões e práticas contrárias à comunhão. A Igreja se compreende como "o povo congregado na

1 MAÇANEIRO, Marcial. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. *Revista Serviço de Documentação SEDOC*, v. 39, p. 558-564, 2007; MARCHIORI, Oneres; MAÇANEIRO, Marcial. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. *Revista Eletrônica de Teologia Reveleteo*, PUC-SP, n. 1, p. 40-44, 2007.

unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (LG 4); contudo, na vida eclesial há compreensões e práticas coerentes com a comunhão e outras, incoerentes.

Como exemplo, podemos citar as expressões de individualismo, de clericalismo, de pouca participação do laicato nas instâncias de decisão; a concepção monárquica de Igreja no exercício do ministério, que ainda perdura em alguns comportamentos; a carência de uma pastoral de conjunto que integre carismas e ministérios na pastoral diocesana; o caso de alguns movimentos com pouca inserção na Igreja local; e ainda expressões de dissenso, extremismo e violência suscitadas entre os fiéis por parte de grupos que se pretendem "católicos" no discurso, mas que atuam com intransigência, sectarismo e até ódio. Com razão, os bispos reunidos em Aparecida dizem "lamentar algumas tentativas de voltar a um certo tipo de eclesiologia e espiritualidade contrárias à renovação do Concílio Vaticano II", bem como "algumas leituras e aplicações reducionistas da renovação conciliar" e as "infidelidades à comunhão" (DAp 100b). Os bispos também reconhecem certa "falta [de] solidariedade na comunhão de bens no interior das igrejas locais e entre elas" e o caso de "alguns movimentos eclesiais" que "nem sempre se integram adequadamente na pastoral paroquial e diocesana", admitindo, por outro lado, que "algumas estruturas eclesiais não são suficientemente abertas para acolhê-los" (DAp 100e).

Certamente esses casos não retratam, por si só, todo o rosto da nossa Igreja, na qual há luminosas expressões de comunhão e de partilha, como a ação solidária e missionária de leigos e leigas, o serviço dedicado de presbíteros e diáconos, a integração dos carismas na Igreja diocesana, as Pastorais organizadas e a ajuda mútua entre projetos e dioceses – como lemos no mesmo Documento (DAp 99).

Ao considerar esses aspectos positivos e negativos (DAp 99-100), a Conferência de Aparecida nos traz um ensino claro: à medida que

se fragiliza a eclesiologia de comunhão, se fragiliza também o diálogo ecumênico; e à medida que se revigora a eclesiologia de comunhão, se revigora igualmente o diálogo ecumênico. Pois o diálogo entre cristãos de diferentes confissões – enquanto fato eclesial – não se realiza *apesar* da Eclesiologia católica, mas *em decorrência* desta mesma Eclesiologia, que professa a Igreja como comunhão (*koinonía*) batismal e eucarística, social e espiritual, histórica e escatológica (cf. LG 8).

Isso nos faz notar que em algumas manifestações de desapreço ou oposição a qualquer iniciativa ecumênica existe uma fragilidade eclesiológica a ser discernida. Dizemos *em algumas* manifestações, porque imperam ainda muitas carências de formação teológica, histórica e metodológica para que os evangelizadores sejam qualificados a promover a unidade dos cristãos por vias ecumênicas de fato. Em todo caso, a eclesiologia de comunhão – testificada no Novo Testamento e explicitada pelo magistério desde o Vaticano II – é referência fundamental para a unidade do povo de Deus, seja *na* Igreja, seja *entre* as Igrejas.

Da *comunhão* se denotam alguns elementos, como o batismo, o discipulado e a missão, sem esquecer a participação de todos e todas na Comunidade eclesial. Isso não vale apenas *intra ecclesia* para os fiéis congregados numa específica Comunidade, mas também *inter ecclesia* para a relação das Igrejas e Comunidades entre si, sobretudo na oração e promoção da unidade enfatizada por Jesus: "Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste" (Jo 17,21-23 em DAp 227). Por isso, Aparecida diz: "A relação com os irmãos e irmãs batizados de outras Igrejas e Comunidades eclesiais é um caminho irrenunciável para o discípulo e missionário, pois a falta de unidade representa um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo" (DAp 227). Essas

são palavras fortes e criteriosas – reiteradas pelo magistério recente (cf. UR 1, UUS 3, EG 246) – que merecem mais atenção dos nossos programas de formação, espiritualidade e ação pastoral.

Caminho de conversão e reconciliação

Coerente com a fé apostólica (cf. Jo 17,21-23; Rm 12; Ef 2,14-16; Ef 4,3-6; 1Jo 1,3), a Conferência de Aparecida caracteriza a *comunhão* como batismal, teologal, discipular e missionária (cf. DAp 227-228). Há, portanto, uma clara intenção de priorizar as razões teológico-eclesiais que animam a espiritualidade, as práticas e as instâncias ecumênicas, como dito: "o ecumenismo não se justifica por uma exigência simplesmente sociológica, mas evangélica, trinitária e batismal", em testemunho daquela "comunhão real, ainda que imperfeita, que já existe entre os que foram regenerados pelo batismo" (DAp 228). No encontro recíproco, cresce e frutifica entre os cristãos a sua consciência do Batismo – sacramento que os une conjuntamente a Cristo, de cujo Corpo são membros pela graça: o Batismo validamente ministrado vincula a todos os cristãos, nas diferentes denominações. Logo, as relações ecumênicas não partem da divisão, como poderia parecer, mas sim do vínculo sacramental que o Batismo estabelece entre todos os crentes. O Batismo remete à plena comunhão, inaugurando um percurso de encontro e diálogo para a unidade, em "concreto testemunho de fraternidade" (DAp 228).

Ao afirmar o teor evangélico e sacramental do ecumenismo, a Conferência de Aparecida não quer preterir as centenas de ações ecumênicas em campo civil, humanitário, alimentar, sanitário, ecológico e educacional – pelas quais acontece o "concreto testemunho de fraternidade" (DAp 228). Mas quer destacar, antes de tudo, o "caráter trinitário e batismal do esforço ecumênico" como fato teologal, de onde "o diálogo emerge como atitude espiritual e prática, em um caminho de conversão e reconciliação" (DAp 228).

Em outras palavras, a Conferência de Aparecida adverte que não bastam documentos, cursos, semanas de oração e campanhas pela unidade dos cristãos, se as pessoas se posicionam como intransigentes, fechadas e até agressivas nas suas relações com outros cristãos. Como já dizia o Concílio e o ensino de João Paulo II, o caminho da unidade é "um caminho de conversão e reconciliação" (DAp 228, aludindo a UR 6 e UUS 6). Não há ecumenismo sem Igreja; não há Igreja sem vida teologal; não há vida teologal sem conversão; não há conversão sem compromisso com a comunhão de todos e todas no Corpo de Cristo. Por isso, antes de discorrer sobre os propósitos ecumênicos da Igreja, o Documento insiste: "uma via fecunda para avançar para a comunhão é recuperar em nossas comunidades o sentido do compromisso do Batismo" (DAp 228).

O primado do Espírito

A unidade dos cristãos, seja nas Comunidades hoje congregadas, seja na comunhão plena que se busca entre todos os crentes, não é um produto de metodologias ecumênicas, mas dom do Espírito Santo – princípio e agente da comunhão (cf. 1Cor 12,13; Gl 3,27-28). De fato, o Espírito de Deus ambienta todas as relações de comunhão, confirmando o Evangelho nos corações, iluminando o discernimento conjunto, suscitando a cura da memória, promovendo a conciliação em vista da plena unidade. É *in Spirito Sancto* que se operam as iniciativas ecumênicas, sobretudo aquelas explicitamente eclesiais (cf. UR 1; DAp 232, final).

Sobre isto, diz o Concílio: "O Espírito Santo, que habita nos crentes, que enche e governa toda a Igreja, é quem realiza aquela admirável comunhão dos fiéis e une todos tão intimamente em Cristo, de modo a ser o princípio da unidade da Igreja" (UR 2). Portanto, a vocação e realização da Igreja de Cristo em unidade acontece *na* e *pela* economia do Espírito Santo, mediante sua atuação: ele vivifica,

santifica e une. Trata-se do primado do Espírito no diálogo ecumênico, que, por sua vez, corresponde à constituição pneumatológica da própria Igreja, que é simultaneamente Corpo de Cristo e Templo do Espírito (cf. LG 2-4).

Vias e resultados do diálogo ecumênico

Partindo desses enunciados, a Conferência de Aparecida diz: "Faz mais de quarenta anos que o Concílio Vaticano II reconheceu a ação do Espírito Santo no movimento pela unidade dos cristãos. Desde então, temos colhido muitos frutos" (DAp 231). Que frutos seriam? – O Documento de Aparecida se refere aos resultados dos diversos "diálogos bilaterais e multilaterais" (DAp 231) em matéria de fé, testemunho, evangelização, eclesiologia, hermenêutica bíblica, cristologia, moral, sacramentos, mariologia e carismas, entre outros temas. Além dos documentos e declarações publicados por cada Diálogo bilateral, dispomos de um relatório complexivo organizado por Kasper, editado com o título "Colhendo os frutos" (2011).

De fato, nos impressiona a extensa ignorância desses resultados, firmados e publicados pela Igreja para o ensino e aplicação pastoral. Grande parte dos evangelizadores na América Latina, inclusive ministros ordenados e liderança leiga, desconhece os avanços ecumênicos nessas matérias – fato que levanta muitas perguntas sobre a formação ecumênica oferecida nos seminários e nos estudos teológicos de graduação, na qualificação do laicato em Dioceses e Movimentos, sem esquecer a atuação de um "responsável diocesano" ou "Comissão para o ecumenismo" nas Igrejas locais (VE 9; DE 41). Qualificar ministros para a unidade dos cristãos – entre clero, laicato e religiosos, com alicerce eclesiológico e práticas ecumênicas – é um empenho permanente de todos, a começar dos bispos: pastores solícitos, cuidarão da "formação ecumênica de todo o povo de Deus" com "amor à verdade e caridade", atentos a que "a dimensão ecumênica esteja

presente em todos os aspectos e disciplinas da formação dos cristãos" (VE 11 e 12).

Tendo presente tal empenho, a Conferência de Aparecida nos sugere três vias a percorrer para a efetiva promoção da unidade dos cristãos:

a) *A via da qualificação*: "necessitamos de mais agentes de diálogo e mais bem qualificados. É bom tornar mais conhecidas as declarações que a própria Igreja Católica tem subscrito no campo do ecumenismo desde o Concílio. Os diálogos bilaterais e multilaterais têm produzido bons frutos. Também é oportuno estudar o Diretório ecumênico e suas indicações em relação à catequese, à liturgia, à formação presbiteral e à pastoral" (DAp 231).

b) *A via da participação*: "Incentivamos os ministros ordenados, aos leigos e à vida consagrada a participarem de organismos ecumênicos com cuidadosa preparação e esmerado seguimento dos pastores, e realizarem ações conjuntas nos diversos campos da vida eclesial, pastoral e social" (DAp 232). Neste sentido, "a mobilidade humana, característica do mundo atual, pode ser ocasião propícia para o diálogo ecumênico da vida" (DAp 231, referindo-se aos migrantes).

c) *A via do encontro*: "Na verdade, o contato ecumênico favorece a estima recíproca, convoca à escuta comum da palavra de Deus e chama à conversão aqueles que se declaram discípulos e missionários de Jesus Cristo" (DAp 232).

Dito isto, os bispos se voltam uma vez mais ao Paráclito e expõem sua esperança, em tom de compromisso: "Esperamos que a promoção da unidade dos cristãos, assumida pelas Conferências Episcopais, se consolide e frutifique sob a luz do Espírito Santo" (DAp 232). A esperança se alicerça nas três vias de unidade sugeridas, como esperança ativa que suscita disposição, formação e participação

ecumênicas. O compromisso, além de incluir "ministros ordenados, leigos e vida consagrada" (DAp 232), menciona as Conferências Episcopais que *assumem* a promoção da unidade dos cristãos no âmbito de suas responsabilidades (cf. DAp 232).

Com efeito, muitas Conferências Episcopais, bem como o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), têm investido na formação e nas ações ecumênicas em suas regiões, com encontros de liderança, cursos abertos, publicação de subsídios, comissões de diálogo, semanas de oração e vários projetos de ação ecumênica em prol da infância e da juventude, dos migrantes; com simpósios de formação catequética e missionária; em projetos de geração de renda, apoio à vacinação, segurança alimentar e direitos humanos, sem esquecer a espiritualidade, em retiros e plataformas fraternas com católicos, reformados, evangélicos e pentecostais. A propósito, o Documento cita "as escolas de ecumenismo" e a "colaboração ecumênica em assuntos sociais e outras iniciativas" (DAp 99g).

Tudo isso evidencia o esforço da Conferência de Aparecida em valorizar o empenho ecumênico das Igrejas locais e tirar da invisibilidade as centenas de iniciativas ecumênicas em andamento, tão diversas quanto promissoras para uma *evangelização* que pretende ser efetivamente *nova* (cf. DAp 99e, 287, 307).

Diálogo ecumênico para a nova evangelização

Certamente a unidade dos cristãos se radica na vocação mesma do povo de Deus, que tem na comunhão sua marca não só vocacional, mas missionária: "Que sejam um, para que o mundo creia" (Jo 17,21-23). O Concílio Vaticano II é assertivo, quando diz: "a Igreja, em Cristo, é como que o sacramento, ou sinal, e o instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano" (LG 1). Ora, esta universalidade – como sinal para todos os povos, culturas e nações (cf. Mt 28,19; At 1,8) – requer a comunhão dos

cristãos, na diversidade de dons, serviços e vocações (cf. 1Cor 12; Ef 4,11-13). Não se trata de uniformidade, mas de *koinonía* eclesial a exemplo da Trindade – "modelo e princípio" da comunhão eclesial (cf. UR 2).

Neste sentido, as questões eclesiológicas têm sido tratadas – com significativas convergências e consensos – no diálogo com protestantes e orientais, seja nas Comissões bilaterais, seja no Conselho Mundial de Igrejas (CMI), como verificamos nos documentos *Batismo, Eucaristia, Ministério* (1984) e especialmente *Igreja – uma visão comum* (2013), elaborados pela Comissão de Fé e Constituição, que é a instância teológica do CMI, da qual a Igreja Católica participa plenamente. Esses documentos oferecem luzes bíblicas, hermenêuticas e pastorais para o presente e o futuro de nossas Igrejas, em vista da reconciliação e do testemunho comum dos cristãos. Sua abordagem contempla a eclesiologia bíblica, desenvolve o mistério e a realização da Igreja como povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo – sinal histórico, sacramental e escatológico do Reino de Deus –, resultando numa eclesiologia integral, cujos elementos essenciais representam um consenso entre os cristãos.

Importa observar que tais documentos têm interface direta com as práticas ministeriais e pastorais das Igrejas e Comunidades: as representações que participam das Comissões ecumênicas, tanto bilaterais quanto multilaterais, trazem para o diálogo os desafios e esperanças, os limites e as perspectivas concretas de suas comunidades locais, com questões candentes sobre laicato, iniciação cristã, regime pastoral, disciplina dos sacramentos, governo sinodal e congregacional, carismas e missão, sem esquecer a presença pública da Igreja. De fato, o ecumenismo permite discernir os elementos originários da eclesiologia do Novo Testamento, frente aos desafios atuais da evangelização, numa dinâmica de diálogo e compromisso que, por fim, favorece a renovação, santificação e reforma da Igreja segundo o

Evangelho. A novidade, neste caso, está na abordagem conjunta dos temas e das decisões por parte de Igrejas e Comunidades engajadas no diálogo.

Trata-se de uma recuperação da catolicidade e da profecia do povo de Deus, com atitude teologal, crítica e propositiva. Como diz Galli, "a catolicidade do povo de Deus é o lugar hermenêutico da nova evangelização".[2] Estar juntos, discernir juntos, deliberar juntos e testemunhar juntos traduz em gesto a *koinonía* que a caridade, o Batismo e o Paráclito já nos permitem partilhar: esta é a novidade que o diálogo ecumênico oferece aos cristãos, inclusive em termos de diaconia e pastoral. Como pensar uma nova evangelização se nos resignamos às divisões? – Com efeito, orar juntos e testemunhar juntos o Evangelho de Jesus – mediante a fraternidade visível, as obras de misericórdia e outras formas de cooperação ecumênica – é uma novidade evidente em termos de evangelização.

A Conferência de Aparecida abre-se a tal novidade quando diz: "Nesta nova etapa evangelizadora, queremos que o diálogo e a cooperação ecumênica se encaminhem para despertar novas formas de discipulado e missão em comunhão" (DAp 233). Ademais, "onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo, crescem o conhecimento recíproco e o respeito, e se abrem possibilidades de testemunho comum" (DAp 233). A Conferência não ignora os resultados doutrinais e eclesiológicos do diálogo ecumênico – cujas "declarações" devem ser "mais conhecidas" (DAp 231) – mas valoriza, sobretudo, as relações interpessoais, o discipulado comum e a cooperação entre as diferentes lideranças cristãs no terreno em que atuam, tirando da invisibilidade a "cooperação ecumênica" já em ato, e promovendo "novas formas de discipulado e missão em comunhão" (DAp 233).

---

2 GALLLI, Carlos María. En la Iglesia está soplando el viento del Sur. In: CONSEJO EPISTOPAL LATINOAMERICANO. *Hacia una nueva evangelización*. Bogotá: Publicaciones CELAM, 2012. p. 181.

Deste modo, como diz Catavid Duque, o "diálogo ecumênico" situa-se entre "os desafios pastorais" de Aparecida para a "nova evangelização".[3]

Iniciativas de cooperação ecumênica

Desde o Concílio, várias iniciativas e ações ecumênicas despontam como testemunho do Evangelho por parte de cristãos de diferentes Igrejas. Mencionamos aqui algumas dessas, que contam com presença e/ou adesão na América Latina e têm se mantido ativas desde a Conferência de Aparecida em 2007:

a) *Comunidades ecumênicas de vida*: em alguns países há comunidades formadas por famílias de distintas Confissões cristãs, como Focolari, Taddeide e Alleluia; com destaque, na América Latina, para algumas Comunidades Novas católicas cujo carisma inclui o "ministério de reconciliação" (2Cor 5,18-19) entre os cristãos: Comunità di Gesù (Argentina e Brasil, RJ), Comunidade Adorai (MG), Comunidade Coração Novo (RJ) e Comunidade Bom Pastor (RJ), entre outras.

b) *Vida consagrada entre fiéis das Igrejas ortodoxa, católica, luterana, reformada, anglicana, batista e metodista*: Irmãos de Taizé (Alagoinha, BA), Irmandade Evangélica de Maria (Curitiba, PR), Fraternidade Anglicana de Espiritualidade Franciscana (São Paulo, SP), com eventuais conexões com as Irmãs de Grandchamp, o Mosteiro de Chevetogne e a Comunidade Monástica de Bose. Há também três fundações de vida consagrada dedicadas à unidade dos cristãos, com atuação na América Latina: os Frades Franciscanos da Reconciliação

3 CATAVID DUQUE, Álvaro. Fundamentos teológicos y pastorales de la nueva evangelización. In: CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO [CELAM]. *Hacia una nueva evangelización*. Bogotá: Publicaciones CELAM, 2012. p. 108-110.

(fundados por Paul Wattson em 1898), o Instituto Misioneras de la Unidad e o ramo masculino Misioneros de la Unidad (ambos fundados por Julián García Hernando em 1962), também conhecidos como Siervos de la Unidad.

c) *Associações e agências ecumênicas de promoção humana, cidadania e combate à fome; com programas de direitos humanos, promoção da mulher, educação e cuidado ambiental*: Foro Cristiano Global en América Latina (sigla inglesa GCF, de articulação internacional), Coordenadoria Ecuménica de Serviço (CESE, Salvador), Fórum Ecumênico Brasil (FE-BRASIL, nacional), Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço (KOINONÍA, países da América Latina), World Vision América Latina (WV-AL, países latino-americanos e caribenhos), Comité de Iglesias para Ayudas de Emergencia (CIPAE, Asunción), entre outras.

d) *Centros de formação bíblico-pastoral, com educação teológica, social e missionária voltada às lideranças cristãs, sobretudo leigos e jovens*: Centro Ecumênico de Ação e Reflexão (CEAR, Rio de Janeiro), Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI nacional, sede em São Leopoldo, RS), Ikumeni – Laboratorio de Buenas Prácticas Ecuménicas (IKUMENI, Lima), Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP, São Paulo), Associação Cristã de Jovens (sigla inglesa YMCA, em vários países), Centro Regional Ecuménico de Asesoría y Servicio (CREAS, países da América do Sul), Alianza Latino-Americana de Acción Conjunta de Iglesias (ACT-Alianza, países da América Latina), Serviço de Aconselhamento Interconfessional (SICA, Brasil), Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais (RELEP, no Brasil com parcerias latino-americanas), entre as quais a Comisión para el Estudio de la Historia de la

Iglesia en Latinoamérica y Caribe (CEHILA, países latino--americanos e caribenhos).

e) *Centros de referências para o diálogo, documentação, formação e espiritualidade*: Centro Ecuménico Cristiano de Córdoba (CCEC, Córdoba, Argentina), Casa da Reconciliação (São Paulo, SP), Centro Ecuménico Diego de Medellín (CEDM, Santiago do Chile), Centro Ecuménico de Documentação e Informação (CEDI, Rio de Janeiro e São Paulo), Centro Ecuménico para América Latina de Comunicación (CEPALC, Medellín, Colômbia), Associação Inter-Religiosa de Educação (ASSINTEC, Curitiba, PR), Casa de Oração pela Unidade (Itapevi, SP).

f) *Simpósios e congressos de ecumenismo, de nível nacional, regional e continental, com foco na formação continuada, partilha de experiências e recursos, construção de estratégias e discernimento de ações integradas*: Simpósio de Formação Ecumênica (CNBB, anual); Congreso para la Historia del Ecumenismo en Latinoamérica (PUC Chile, Santiago do Chile, 2017), cujos resultados foram publicados por Arenas e Polanco;[4] Encuentro Mundial de Bogotá do Global Christian Forum (GCF, Bogotá, 2018) com atas publicadas por Miller;[5] Congreso sobre Iglesias Pentecostales y Movimientos Carismáticos en Guatemala y América Central (CELAM & Conferência Episcopal Alemã, Ciudad de Guatemala, 2018) com as atas publicadas por Eckholt e Valenzuela;[6] Congressos Internacionais da Rede Latino-Americana

---

4 ARENAS, Sandra; POLANCO, Rodrigo (eds.). *Ecumenismo – un panorama latinoamericano*. Santiago do Chile: UAH Ediciones, 2021.

5 MILLER, Larry (ed.). *"Let mutual love continue" (Hb 13:1) – Report of the Global Gathering of the Global Christian Forum (Bogotá, 2018)*. Bonn: VKW, 2021.

6 ECKHOLT, Margit; VALENZUELA, Rodolfo (coords.). *Las Iglesias Pentecostales y los Movimientos Carismáticos en Guatemala y América Central como desafío para la Iglesia Católica*. Ciudad de Guatemala: Editorial Cara Parens & Universidad Rafael Landívar, 2019.

de Estudos Pentecostais (RELEP em Vitória, Florianópolis, Curitiba, 2016-2018), como lemos em Lima, Costa e Gandra (2018); Congressos Ecumênicos de Teologia da PUCPR (Curitiba, evento periódico), com resultados publicados por Wolff, Zeferino, Colet e Andrade;[7] e o Congreso Ecuménico Continental "Llamados a la unidad para que el mundo crea" (CELAM, Bogotá, 2022) promovido por um Comitê Ecumênico de 15 instituições em parceria: CELAM, Plataforma QONAKUY de Universidades Evangélicas, Laboratorio IKUMENI de Buenas Prácticas Ecuménicas, Comité Ecuménico de Panamá (COEPA), Centro Regional Ecuménico de Asesoría y Servicio (CREAS), World Vision, Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais (RELEP), Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Fraternidad Pentecostés, Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, Bíblica Virtual (BV) e Comunhão Anglicana, com o apoio da Universidad Pontificia Bolivariana (UPB, Medellín), a Duke Divinity School (Duke University) e o Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, Curitiba).

g) *Plataformas comunitárias de encontro, oração e testemunho, com participação de cristãos identificados com a experiência carismático-pentecostal*: Comunión Renovada de Evangélicos y Católicos en el Espíritu Santo (CRECES, Argentina); Encontro de Cristãos em Busca de Unidade e Santidade (ENCRISTUS, Brasil) com material publicado por Aleixo e Marion;[8] *F*raternidad Pentecostés (Peru); Misión Somos

7 WOLFF, Elias; ZEFERINO, Jefferson; COLET, Raquel; ANDRADE, Rodrigo (orgs.). *Ecclesia semper reformanda: reflexões para além dos 500 anos da Reforma Protestante*. Curitiba: PUCPRESS, 2019.

8 ALEIXO, Iete Nanci; MARION, José Carlos (orgs.). *Dá-me um pouco de tua água: depoimentos dos participantes da Equipe de Serviço do ENCRISTUS*. São Paulo: Impacto Publicações, 2017.

Uno (rede latino-americana com sede no Rio de Janeiro) com documentos publicados por MISSÃO SOMOS UM.[9]

h) *Alianças confessionais e Conselhos de Igrejas*: *Conselho Latino-Americano de Igrejas* (CLAI), *Alianza de Iglesias Presbiterianas, Reformadas y Evangélicas de América Latina y Caribe* (AIPRAL), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC, Brasil), Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão (CIER, Brasil), Confraternidad Cristiana de Iglesias (CCI) em Santiago do Chile, Comisión Ecuménica de Iglesias Cristianas (CEIC) em Buenos Aires, entre outras iniciativas.

i) *Grupos de trabalho e Comissões bilaterais de diálogo*: Foro Pentecostal Latino-Americano (FPL), Comisión Evangélica Pentecostal Latinoamericana del CMI (CEPLA-CMI, internacional), Comissão Nacional Anglicano-Católica do Brasil (Brasil), Comissão Bilateral Católico-Presbiteriana (Brasil), Comissão Nacional de Diálogo Católico-Luterano (Brasil), Grupo de Trabalho Católico-Pentecostal do Brasil (Brasil).

j) *Redes e iniciativas em campo social, ambiental e alimentar, com foco na democracia e na inclusão*: Comité de Cooperación para la Paz em Chile (Santiago do Chile), Rede Ecumênica da Água (REDA, Brasil), Campanhas da Fraternidade Ecumênicas (CFE-CONIC, Brasil), Comisión Paz y Esperanza (Lima), Federación por la Vida y la Familia de Paraguay (Asunción), Comunidad Ecuménica Inclusiva "El Camino" (Lima), entre outras.

Essas iniciativas e projetos constituem uma "resposta generosa à oração do Senhor *para que todos sejam um* (Jo 17,21)" (DAp 234). Enquanto alguns cristãos se mantêm indiferentes ou até contrários a qualquer iniciativa ecumênica, muitos outros desenvolvem ações

9 MISSÃO SOMOS UM [MSU]. *Dossiê Missão Somos Um: um caminho possível para a unidade entre católicos e evangélicos*. Rio de Janeiro: Edições MSU, 2019.

relevantes e eficazes, "avançando pacientemente" no "corajoso caminho da unidade" (DAp 234). Afinal, como disse o Papa Bento XVI, para promover a unidade dos cristãos "não bastam as manifestações de bons sentimentos" (em DAp 234). Pois, sustentados pela oração, devemos protagonizar "gestos concretos que penetrem nos espíritos e sacudam as consciências, impulsionando cada um à conversão interior, que é o fundamento de todo progresso no caminho do ecumenismo" (Bento XVI em DAp 234).

Mais recentemente, o Papa Francisco valorizou a *via do encontro* para a unidade dos cristãos (cf. DAp 232) e sublinhou a reciprocidade experimentada no caminhar juntos:

> São tantas e tão valiosas as coisas que nos unem! E, se realmente acreditamos na ação livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós. (EG 246)

Além de "receber informações" uns dos outros – que é um procedimento metodológico do diálogo ecumênico, sobretudo bilateral –, o Papa Francisco invoca um procedimento teologal e pneumatológico, em continuidade com as afirmações do Documento de Aparecida: "recolher o que o Espírito semeou" entre nossos irmãos ortodoxos, anglicanos, reformados, luteranos, batistas ou pentecostais como "um dom também para nós" (EG 246). Trata-se daquela abertura à graça que o Concílio propôs, reiterada também por João Paulo II: "tudo o que a graça do Espírito Santo realiza nos irmãos separados pode também contribuir para a nossa edificação" (UUS 48, citando UR 4). É o chamado *ecumenismo de recepção*, a partir do "intercâmbio de dons" (EG 246) entre os crentes que se encontram, dialogam e partilham a sua experiência de fé.

O horizonte da sinodalidade

Além da oração e da conversão interior, outro horizonte que se abre para o diálogo e o agir ecumênicos é a sinodalidade: "O Processo Sinodal é também uma oportunidade para aprofundar o caminho ecumênico com as outras confissões cristãs, bem como o nosso diálogo com outras tradições de fé" (*Vademécum para o Sínodo* 2.4, item 5). De fato, a metodologia do caminho sinodal prevê a "comunicação" e a "escuta" de "grupos e movimentos ecumênicos", com seus "delegados" entre os participantes do Sínodo diocesano (*Vademécum para o Sínodo* 2.3: sugestão 12ª, 3.1, 4.1 e Apêndice C, item *Participantes*).

Cabe ainda lembrar que em 1995 o Papa João Paulo II reconheceu o diálogo ecumênico como uma promessa sinodal, enquanto percurso de encontro e discernimento: "Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se, de modo irreversível, a percorrer o caminho da busca ecumênica, colocando-se assim à escuta do Espírito do Senhor, que ensina a ler com atenção os sinais dos tempos" (UUS 3). Em diálogo, as Igrejas e Comunidades buscam a unidade, ouvem o Espírito e leem os sinais dos tempos; de modo que este discernimento se verifica nos resultados do diálogo, não só em termos teológicos, mas também espirituais, ministeriais, pastorais e humanitários, nas várias Declarações conjuntas, atuação em conselhos e fóruns, com programas efetivos pela justiça, paz e integridade da Criação.

Em 2007, durante o pontificado de Bento XVI, a Conferência de Aparecida também prospectou um possível caminho sinodal, ao afirmar que a missão se faz em "anúncio e diálogo" (DAp 237), com atenção aos diferentes interlocutores "dos centros urbanos e das periferias, cristãos e não cristãos" (DAp 518), incluindo os "novos sujeitos" (DAp 51) da hodierna cultura urbana e midiática. De todos

esses sujeitos a Igreja é chamada a *ir ao encontro*, em *saída missionária*, animada por um *novo Pentecostes* (cf. DAp 362 e 548). Encontro e diálogo, participação e missão caracterizam a experiência de Aparecida em si, qual ensaio daquela sinodalidade constitutiva da "vida e missão da Igreja" que Papa Francisco tem promovido, como "o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio" (*Vademécum para o Sínodo* 1.2). A respeito, o mesmo Papa Francisco toma por exemplo o diálogo católico-ortodoxo: "no diálogo com os irmãos ortodoxos, nós, os católicos, temos a possibilidade de aprender algo mais sobre o significado da colegialidade episcopal e sobre a sua experiência da sinodalidade" (EG 246).

Em unidade, para que o mundo creia

Retomando o texto de Aparecida, notemos que "sair ao encontro" (DAp 548) não é um mover-se desvairado e sem propósito, mas sim um caminhar *para a comunhão* e *desde a comunhão* (cf. DAp 159-163). Pois a comunhão de onde partimos para evangelizar é também a comunhão a que pretendemos chegar, no encontro com os discípulos de Jesus congregados nas demais Igrejas e Comunidades:

> A Igreja, como "comunidade de amor" (DCE 79) é chamada a refletir a glória do amor de Deus, que é comunhão, e assim atrair as pessoas e os povos para Cristo. No exercício da unidade desejada por Jesus, os homens e mulheres de nosso tempo se sentem convocados e recorrem à formosa aventura da fé: "Que também eles vivam unidos a nós para que o mundo creia" (Jo 17,21). A Igreja cresce, não por proselitismo, mas "por atração: como Cristo atrai tudo para si com a força do seu amor" (BENTO XVI, *Homilia de Abertura da V Conferência*). A Igreja "atrai" quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se amarem uns aos outros como Ele nos amou (cf. Rm 12,4-13; Jo 13,34-35). (DAp 159)

A comunhão em amor constitui essencialmente a Igreja, comunidade de discípulos-missionários convocados pelo Evangelho, vinculados pelo Batismo e animados pelo mesmo Espírito (cf. DAp 161-163). Nesta perspectiva, a catolicidade se encontra com a ecumenicidade; e a ecumenicidade se realiza na catolicidade, compondo uma "unidade orgânica" na "diversidade de funções"; evidenciando a "vitalidade missionária" da Igreja de Cristo para "a reconciliação e paz de nossos povos" (DAp 162). Tanto a unidade intra-eclesial, quanto a comunhão plena à qual o diálogo ecumênico serve, correspondem ao mesmo mandamento do Senhor: "Nisto todos reconhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros" (Jo 13,34-35 em DAp 159).

Nenhuma divisão histórica ou peculiaridade eclesiológica ou distinção doutrinal está acima da *caridade*, que é o princípio e fundamento da comunhão e do testemunho que a mesma comunhão nos credita. Num mundo ferido por divisões e discórdias, dar testemunho de comunhão – indo das disposições interiores ao encontro e ao serviço ecumênico – resulta em credibilidade do Evangelho e da evangelização; tanto quanto a divisão, em efeito contrário, tem fragilizado a credibilidade das Igrejas e da missão cristã no mundo. Jesus mesmo conecta amor, comunhão e missão quando ora ao Pai:

> Não rogo somente por estes [meus discípulos], mas também por aqueles que por sua palavra hão de crer em mim. Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste. Dei-lhes a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste, como amaste a mim. (Jo 17,20-23)

O primado do amor conecta intrinsecamente a comunhão e a missão, tornando ainda mais exigente o diálogo ecumênico: este não

se restringe ao campo das doutrinas, mas se move no *campo missionário* mediante "formas comuns de anúncio, de serviço e de testemunho" – como exorta Papa Francisco (EG 246). O caráter missionário dos cristãos não pode ser descuidado, com a escusa de que ainda não alcançamos todos os consensos teológicos pretendidos. Enquanto seguimos no diálogo teológico, urge atuar juntos "para que todos tenham vida" (Jo 10,10) pela prática ecumênica das bem-aventuranças (cf. Mt 5,1-12).

O Documento de Aparecida diz, ainda, que o nexo entre amor e comunhão se mostra na relação entre os discípulos, e destes com Jesus: "O novo mandamento é o que une os discípulos entre si, reconhecendo-se como irmãos e irmãs" e "obedientes ao mesmo Mestre", todos "unidos à mesma Cabeça e, por isso, chamados a cuidarem uns dos outros (cf. 1Cor 13; Cl 3,12-14)" (DAp 161). Este retrato bíblico e comunitário da *koinonía* foi afirmado também pelo Encontro Mundial de Bogotá do *Fórum Global Cristão* de 2018 – com o lema "Que o amor mútuo persevere" (Hb 13,1). Este Encontro Mundial buscou sanar certas expressões de intransigência, surdez e proselitismo entre os cristãos, ao reforçar as práticas de hospitalidade, de encontro e de partilha da vida teologal entre "as Igrejas históricas mais antigas (anglicana, católica, ortodoxa e protestante) e aquelas mais jovens (evangelicais, independentes, pentecostais)".[10]

Do amor partilhado e estendido a todos, a começar dos mais pobres e vulneráveis, brotam muitas oportunidades ecumênicas para a promoção da *vida plena* em sinal do *Reino de Deus*, ao qual todas as Igrejas pretendem *servir* (cf. DAp 95).

***

10 MILLER, Larry (ed.). Introduction. In: *"Let mutual love continue" (Hb 13:1) – Report of the Global Gathering of the Global Christian Forum (Bogotá, 2018)*. Bonn: VKW, 2021. p. v-vi.

O Documento de Aparecida reconhece os desafios que o diálogo ecumênico comporta, mas não se deixa paralisar pelo ressentimento advindo, sobretudo, do proselitismo e do fundamentalismo de alguns grupos evangélicos e neopentecostais. Notemos que, na Conferência de Santo Domingo em 1992, o ressentimento católico em matéria de diversidade religiosa comprometeu seriamente as disposições e as condições para a busca da unidade dos cristãos na América Latina (cf. DSD 139-141). Pois embora Santo Domingo tenha reafirmado os princípios eclesiológicos do ecumenismo e proposto uma adequada formação teológico-pastoral a respeito, "a atitude reativa – no campo das práticas – suplantou a atitude proativa que o diálogo requer, diminuindo as chances de aproximação e de encontro com o *outro* em termos sociorreligiosos".[11] Neste aspecto, porém, a escolha de Aparecida é outra: em face dos "novos grupos religiosos" e dos "obstáculos", Aparecida incentiva aos "ministros ordenados, fiéis leigos e à vida consagrada a participarem de organismos ecumênicos com cuidadosa preparação e esmerado acompanhamento dos pastores" (DAp 232). Em mais de 50 anos de relações ecumênicas na América Latina, as manifestações de proselitismo (agravadas por tensões de natureza ideológico-partidária) pedem acurada análise sociorreligiosa e pastoral por parte da Igreja Católica, para discernir suas causas, prospectar estratégias e encontrar interlocutores válidos e responsáveis no diversificado meio protestante e evangélico, que favoreçam o encontro, a convergência e a colaboração ecumênicas.

Outro aspecto presente na Conferência de Aparecida é a *sinodalidade* como promessa ecumênica, ao propor o encontro, a escuta e a colaboração com cristãos de outras Igrejas e Comunidades: "Nesta nova etapa evangelizadora, queremos que o diálogo e

---

11 MAÇANEIRO, 2007, p. 256

MAÇANEIRO, Marcial. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. *Revista Serviço de Documentação SEDOC*, v. 39, p. 558-564, 2007. p. 256.

a cooperação ecumênica se encaminhem para despertar novas formas de discipulado e missão em comunhão" (DAp 233). Aparecida situa a abertura ecumênica no campo discipular-missionário da nova evangelização, como prática do *ecumenismo de recepção* que põe em ato diversas dinâmicas de diálogo e escuta, discernimento e partilha – coerentes com o espírito sinodal e suas metodologias, como apontamos acima (cf. *Vademécum para o Sínodo* 2.3, 3.1, 4.1 e Apêndice C).

Por fim, resta o desafio da conversão de mentes, corações e práticas: na vida eclesial "o diálogo emerge como atitude espiritual e prática, num caminho de conversão e reconciliação" (DAp 228). Isso, contudo, não se opera apenas no nível objetivo dos princípios teológicos, das abordagens pastorais e das agendas ecumênicas em curso, mas também no nível subjetivo das motivações, da convicção interior e da construção da identidade religiosa, entre feridas e aprendizados, abertura ou fechamento. Mais que nunca, advertimos a necessidade de uma formação teológico-pastoral adequada em matéria ecumênica, que inclua a espiritualidade e a formação de atitudes, como problema moral e psicológico – além de catequético e doutrinal – orientado por uma convicta "eclesiologia de comunhão" (DAp 227). A unidade dos cristãos como graça batismal e vocação do povo de Deus pede que, em todos os currículos formativos, se passe da *história das divisões* (factualmente proposta ao tratar da Igreja do Ocidente e Oriente) para a *história da unidade* (hermeneuticamente proposta, desde sua raiz bíblica, como caminho histórico-teológico das Igrejas em busca da plena comunhão). Em suma: o presente e o futuro da unidade dos cristãos nos pedem um intencional e programático investimento na formação ecumênica, como exposto no recente *Vademécum Ecumênico* (2020), mirando especialmente às novas gerações de evangelizadores.

Referências bibliográficas

ALEIXO, Iete Nanci; MARION, José Carlos (orgs.). *Dá-me um pouco de tua água: depoimentos dos participantes da Equipe de Serviço do ENCRISTUS*. São Paulo: Impacto Publicações, 2017.

ARENAS, Sandra; POLANCO, Rodrigo (eds.). *Ecumenismo – un panorama latinoamericano*. Santiago do Chile: UAH Ediciones, 2021.

CATAVID DUQUE, Álvaro. Fundamentos teológicos y pastorales de la nueva evangelización. In: CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO [CELAM]. *Hacia una nueva evangelización*. Bogotá: Publicaciones CELAM, 2012. p. 95-118.

COMISIÓN DE FE Y CONSTITUCIÓN. *La Iglesia – hacia una visión común*. Conselho Mundial de Igrejas, Documento de 2013.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen Gentium* [LG]. In: VIER, Frederico (coord.). *Compêndio do Vaticano II*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 37-113 [numeração marginal 1-160].

_____. Decreto *Unitatis Redintegratio* [UR]. In: VIER, Frederico (coord.). *Compêndio do Vaticano II*. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 307-332 [numeração marginal 751-829].

IV CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Santo Domingo – nova evangelização, promoção humana, cultura cristã* [DSD]. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO [CELAM]. *Documento de Aparecida* [DAp]. Brasília: Edições CNBB, 2007.

ECKHOLT, Margit; VALENZUELA, Rodolfo (coords.). *Las Iglesias Pentecostales y los Movimientos Carismáticos en Guatemala y América Central como desafío para la Iglesia Católica*. Ciudad de Guatemala: Editorial Cara Parens & Universidad Rafael Landívar, 2019.

FRANCISCO, Papa. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium* [EG]. São Paulo: Paulinas, 2013.

GALLLI, Carlos María. En la Iglesia está soplando el viento del Sur. In: CONSEJO EPISTOPAL LATINOAMERICANO. *Hacia una nueva evangelización*. Bogotá: Publicaciones CELAM, 2012. p. 161-260.

JOÃO PAULO II, Papa. *Encíclica Ut unum sint* [UUS]. São Paulo: Paulinas, 1995.

KASPER, Walter. *Colhendo os frutos*. São Paulo: Paulinas, 2011.

LIMA, Adriano; COSTA, Moab; GANDRA, Valdinei (orgs.). *O Espírito e as Igrejas.* São Paulo: Editora Recriar, 2018.

MAÇANEIRO, Marcial. O diálogo inter-confessional às vésperas da V Conferência. *Revista Serviço de Documentação SEDOC*, v. 39, p. 558-564, 2007.

MARCHIORI, Oneres; MAÇANEIRO, Marcial. O diálogo inter--confessional às vésperas da V Conferência. *Revista Eletrônica de Teologia REVELETEO*, PUC-SP, n. 1, p. 40-44, 2007.

MILLER, Larry (ed.). *"Let mutual love continue" (Hb 13:1) – Report of the Global Gathering of the Global Christian Forum (Bogotá, 2018)*. Bonn: VKW, 2021.

MISSÃO SOMOS UM [MSU]. *Dossiê Missão Somos Um: um caminho possível para a unidade entre católicos e evangélicos*. Rio de Janeiro: Edições MSU, 2019.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Diretório ecumênico* [DE], 1993.

_____. *Vademécum ecumênico – O bispo e a unidade dos cristãos* [VE]. Cidade do Vaticano: Ed. Typis Polyglotis Vaticanis, 2020.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *Vademécum para o Sínodo sobre a Sinodalidade*. Cidade do Vaticano, 2021.

WOLFF, Elias; ZEFERINO, Jefferson; COLET, Raquel; ANDRADE, Rodrigo (orgs.). *Ecclesia semper reformanda: reflexões para além dos 500 anos da Reforma Protestante*. Curitiba: PUCPRESS, 2019.

CAPÍTULO VII
A concepção de catequese que brota de Aparecida

Abimar Oliveira de Moraes
Departamento de Teologia da PUC-Rio

A catequese sempre teve um lugar central na vida e na ação pastoral da Igreja. Em um primeiro estudo, em coautoria com o prof. Eduardo Calandro,[1] já pudemos destacar que o que a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho de Aparecida tem a dizer a respeito da catequese não se reduz aos 15 números que no documento final foram dedicados ao tema (DAp 286-300), pois uma série de temas podem e devem ser lidos em chave catequética.

Para compreendermos a concepção de catequese que brota da Conferência de Aparecida, gostaríamos de iniciar destacando alguns aspectos que consideramos de suma importância. Para Alves de Lima, a originalidade de Aparecida, no campo catequético, encontra-se em propor "a retomada na Igreja da dimensão iniciática da fé, ou seja, a perspectiva catecumenal".[2] Nesse sentido, um dos textos fundamentais é o seguinte:

---

1 MORAES, A.; CALANDRO, E. A. A Iniciação à Vida Cristã a partir de Aparecida: perspectivas catequéticas após o primeiro decênio da Conferência. *Pesquisas em Teologia*, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2018. O presente capítulo retoma algumas ideias nossas já publicadas neste artigo.

2 ALVES DE LIMA, L. *A catequese do Vaticano II aos nossos dias: a caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã*. São Paulo: Paulus, 2016. p. 210.

> Assumir esta iniciação cristã exige não só uma renovação de modalidade catequética da paróquia. Propomos que o processo catequético de formação adotado pela Igreja para a iniciação cristã seja assumido em todo o continente como a maneira ordinária e indispensável de introdução na vida cristã e como a catequese básica e fundamental. (DAp 294)

A dinâmica catecumenal apresentada por Aparecida, mais do que nos colocar diante de um caminho metodológico novo, em verdade, nestes últimos 15 anos, nos situou diante de um desafio ainda maior: a construção de um novo paradigma evangelizador que permeie todas as ações de uma comunidade eclesial. Paradigma este que temos chamado de catequese a serviço da iniciação à vida cristã ou *catequese de inspiração catecumenal*.

É preciso reconhecer que o processo de construção desse novo paradigma tem acontecido e continuará acontecendo ao lado de experiências pastorais que permanecem entendendo a catequese como instrução e aprendizado intelectual. É nesse cenário de "permanências" que devemos assumir o grande desafio de recolocar a catequese dentro do grande quadro da iniciação à vida cristã, onde ela, de fato, nasceu. Especificamente, como educação da fé, após aproximadamente 16 séculos, a catequese foi convidada a encontrar um novo caminho, à medida que vem redescobrindo suas origens, isto é, o estar a serviço da iniciação à vida cristã.

Somente aí, movida por uma inspiração catecumenal, segundo a Conferência de Aparecida, a catequese encontrará seu futuro e suas possibilidades; tornando-se um potente instrumento formador de discipulado missionário.

Embora a preocupação com a catequese esteja presente em todo o Documento, entre os números 268 e 300, encontramos estritas referências sobre o processo catequético. O Documento de Aparecida critica o longo período em que a catequese não ajudou na construção

de uma identidade cristã sólida (DAp 297), transformando-se numa ação pastoral que antecede os ritos sacramentais (DAp 298). Critica, também, o longo período em que a catequese foi concebida como momento meramente doutrinal, não se dedicando à formação da fé integralmente (DAp 299).

O tema da *catequese a serviço da iniciação à vida cristã* aparece, em especial, no sexto capítulo do Documento. É nesse capítulo que ela é apresentada como processo de formação dos discípulos-missionários. Assim se expressa Aparecida:

> Ser discípulo é dom destinado a crescer. A iniciação cristã dá a possibilidade de uma aprendizagem gradual no conhecimento, no amor e no seguimento de Cristo. Dessa forma, ela forja a identidade cristã com as convicções fundamentais e acompanha a busca do sentido da vida. (DAp 291)

No parágrafo seguinte, o Documento apresenta algumas características para o discipulado missionário, insistindo que a catequese seja a comunicação de uma experiência (DAp 145) de encontro com a pessoa de Jesus Cristo:

> Como características do discípulo, indicadas pela iniciação cristã, destacamos: que ela tenha como centro a pessoa de Jesus Cristo, nosso Salvador e plenitude de nossa humanidade, fonte de toda maturidade humana e cristã; que tenha espírito de oração, seja amante da Palavra, pratique a confissão frequente e participe da Eucaristia; que se insira cordialmente na comunidade eclesial e social, seja solidário no amor e fervoroso missionário. (DAp 292)

O Documento de Aparecida explicita sua grande preocupação com os "cristãos afastados" (DAp 286-288), batizados, não suficientemente evangelizados. A afirmação de que existem "cristãos

afastados" soa como forte crítica aos nossos processos catequéticos; questiona a maneira como até aqui educamos na fé. Afirma: "ou educamos na fé, colocando as pessoas realmente em contato com Jesus Cristo e convidando-as para segui-lo, ou não cumpriremos nossa missão evangelizadora" (DAp 286).

Para Aparecida, a catequese deve ser uma formação orgânica e sistemática da fé, não se reduzindo a uma atividade meramente conceitual, mas conduzindo ao seguimento, à experiência. Tampouco, ela deve ser entendida como momento prioritário de preparação aos sacramentos (Batismo, Crisma e Eucaristia), mas, como preparação para o discipulado-missionário, para uma vivência cristã que se expressa tanto na Igreja como no tecido social.

O Documento recorda a importância da apresentação do querigma cristão, propondo que a catequese se deixe animar pela Palavra de Deus. A catequese precisa ser *querigmática*, não tomando nada por certo ou adquirido previamente.

A catequese a serviço da iniciação à vida cristã forja, assim, uma nova identidade cristã: a dos discípulos missionários cristocêntricos, animados pela Palavra de Deus, capazes de expressar a fé mediante a prática dos sacramentos e inseridos nas comunidades eclesial e social (DAp 292).

O Documento augura, também, por uma catequese *mistagógica*, ou seja, que tenha caráter experiencial-celebrativo (DAp 289), dando "a possibilidade de uma aprendizagem gradual no conhecimento, no amor e no seguimento de Cristo" (DAp 291), no cultivo da amizade com Cristo através da vida orante, no apreço (não meramente estético) pela celebração litúrgica, na experiência comunitária e no compromisso de serviço para com os demais seres (DAp 129).

Guiada pelo querigma e pela mistagogia, a catequese promoverá adesão pessoal a Cristo numa comunidade concreta. Por isso mesmo,

a iniciação à vida cristã não pode ser entendida como missão exclusiva da pastoral da catequese, mas como uma tarefa que envolverá toda a comunidade, em sua diversidade ministerial, mas a partir de um plano pastoral orgânico:

> Os desafios que apresenta a situação da sociedade na América Latina e no Caribe requerem identidade católica mais pessoal e fundamentada. O fortalecimento dessa identidade passa por uma catequese adequada que promova adesão pessoal e comunitária a Cristo, sobretudo nos mais fracos na fé. É tarefa que cabe a toda comunidade de discípulos. (DAp 297)

Para Aparecida, é importante que as Conferências Episcopais promovam um processo orgânico e progressivo, tendo como base a indicação de que é na direção de uma catequese adulta com adultos que a catequese precisa se organizar (DGC 172-176).

Em todo esse processo, segundo Aparecida, a paróquia é o lugar por excelência da iniciação à vida cristã, desde que ela se entenda em necessário *estado de conversão pastoral* (DAp 293), assumindo um compromisso de renovação de suas estruturas e da sua modalidade catequética.

O Documento recorda a importância da *valorização da religiosidade popular* e destaca o *papel da família* na catequese:

> Deve-se dar catequese apropriada que acompanhe a fé já presente na religiosidade popular. Maneira concreta pode ser a oferta de um processo de iniciação cristã com visitas às famílias, onde não só se comuniquem a elas os conteúdos da fé, mas que também as conduza à prática da oração familiar, à leitura orante da Palavra de Deus e ao desenvolvimento das virtudes evangélicas, que as consolidem cada vez mais como Igrejas domésticas. (DAp 300)

Para que a família seja a primeira escola da fé,[3] a catequese deve dialogar com as mulheres e os homens de nosso tempo que queiram abraçar a vocação matrimonial cristã, reconhecendo suas potencialidades, mas também suas debilidades, medos e incertezas com relação à experiência familiar.[4]

O Documento sugere uma catequese mais *atenta às juventudes*, a fim de que estas sejam introduzidas no mistério de Cristo. Ela buscará apresentar-lhes a beleza da vivência cristã, levando-as a descobrir nela o *Cristo vivo* e o mistério fascinante da pertença à sua comunidade discipular (DAp 446d).

Diante de uma catequese de conteúdos não atrativos, o Documento propõe a *revisão dos conteúdos* dos diversos itinerários catequéticos (adultos, jovens, adolescentes, crianças, dentre outros) e *das atividades*, a fim de favorecer a acolhida do anúncio, a identidade cristã e a vocação de serviço na Igreja e na sociedade (DAp 463a).

Diante do contexto atual, de grande virada tecnológica e digital, o Documento destaca o valor da *cultura digital* no campo da catequese.[5] Em nossos tempos, o primeiro anúncio e aprofundamento da fé não podem prescindir desta cultura digital. Por essa razão, nesse campo, Aparecida indica oito compromissos pastorais:

---

3 A esse respeito, ver os dois artigos em preparação ao Sínodo das Famílias e após a publicação de *Amoris Laetitia*: MORAES, A. Família, "lugar primeiro" da transmissão da fé: desafios catequéticos a partir do Magistério. *Perspectiva Teológica*, v. 47, n.1 31, p. 71-88, jan./abr. 2015; MORAES, A. Desafios e perspectivas à Pastoral Familiar a partir da Amoris Laetitia. *Atualidade Teológica*, v. 20, n. 54, p. 580-598, set./dez. 2016.

4 Acerca da proposição de processos catecumenais matrimoniais, ver: MORAES, A.; PERES, D. Una pareja no nace cristiana, se hace Cristiana: catequesis con personas llamadas al matrimonio a la luz del Directorio para la Catequesis. In: DÍAZ TEJO, J.; MORAES, A.; OSPINO, H. *Catequesis para una nueva normalidad. Pistas provocativas*. Santiago: Ediciones Universidad *Finis Terrae*, 2022. p. 361-391.

5 Desde a Conferência de Medellín, o CELAM sempre esteve atento às questões relativas à Comunicação Social. A esse propósito ver: MORAES, A. A comunicação social na reflexão do Conselho Episcopal Latino-americano: um balanço histórico-teológico. In: PIVA, E. D. (org.). *Evangelização. Legado e perspectivas na América Latina e no Caribe*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 90-114.

> a) Conhecer e valorizar esta nova cultura da comunicação. b) Promover a formação profissional na cultura da comunicação de todos os agentes e cristãos. c) Formar comunicadores profissionais competentes e comprometidos com os valores humanos e cristãos (...). d) Apoiar e otimizar, por parte da Igreja, a criação de meios de comunicação social próprios (...). e) Estar presente nos meios de comunicação de massa (...). f) Educar na formação crítica quanto ao uso dos meios de comunicação (...). g) Animar as iniciativas existentes ou a serem criadas neste campo, com espírito de comunhão. h) Suscitar leis para promover nova cultura que proteja as crianças, os jovens e as pessoas mais vulneráveis (...). i) Desenvolver uma política de comunicação capaz de ajudar tanto as pastorais da comunicação como os meios de comunicação de inspiração católica. (DAp 486)

Recorda, também, a necessidade de criar oportunidades para a utilização da arte ou *via da beleza* na catequese, assim como, nas diferentes pastorais da Igreja (DAp 499) e propõe que a ação catequética deve ser sempre inserida num determinado contexto vital, nunca alienada. Por isso, o Documento destaca *a importância da dimensão sociotransformadora* da catequese. É tarefa da catequese promover o anúncio e o testemunho do amor e da justiça, para que se despertem na sociedade as forças espirituais necessárias e se desenvolvam valores cristãos sociais (DAp 385). O Documento se compromete com uma catequese sociotransformadora incisiva, pois a vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas mudanças sociais e políticas (DAp 505).

Após essa sucinta análise de alguns aspectos catequéticos presentes no texto de Aparecida, passamos a apresentar três desafios educativos para que a catequese se coloque a serviço da concepção presente: 1) investir nos processos que conduzam à maturidade cristã; 2) formar sinodalmente a comunidade cristã; e 3) educar a uma correta vivência litúrgica.

É óbvio que tais desafios não são os únicos, mas aqueles que gostaríamos de destacar para suscitar o debate acerca dos primeiros 15 anos do processo de recepção criativa do Documento de Aparecida.

Investir nos processos que conduzam à maturidade cristã

Todo o quarto capítulo do Documento de Aparecida é dedicado à vocação dos discípulos missionários (DAp 129-153). Nele se recorda que, admirando-se pela pessoa de Jesus (DAp 136), o discípulo missionário experimenta uma vinculação íntima com Ele, assumindo "seu estilo de vida e suas motivações" (DAp 131). As características requeridas para tal discipulado, contudo, não são mero fruto das capacidades pessoais do discípulo, mas são fruto de um itinerário pedagógico gradual que lhe deve ser ofertado.

O período catecumenal entendeu que a iniciação ao conhecimento do Evangelho e a sua integração na vida não se dariam em pouco tempo, mas requereriam longo tempo e momentos sucessivos de maturação. Em nossos dias, inspirados por Aparecida, faz-se necessário precisar e articular, na catequese, esses diversos momentos, que, segundo o RICA (Ritual de Iniciação Cristã de Adultos), podem ser divididos em quatro: querigma, catecumenato/catequese, purificação/iluminação e mistagogia.

A possibilidade de identificar, portanto, no catecumenato antigo a consciência de um itinerário cristão por ser percorrido em momentos sucessivos, tem nos ajudado a pôr em ato uma catequese de inspiração catecumenal e a serviço da iniciação à vida cristã, entendida como animação bíblica do itinerário formativo do discipulado missionário (DAp 248), que o habilita gradualmente a entrar em sintonia com a Escritura e o depósito da fé, levando-o, consequentemente, a conviver com Cristo e anunciá-lo a seus irmãos e irmãs (DAp 247).

Neste sentido, os textos do Novo Testamento vêm sendo considerados "catecismos fontais", isto é, indicativos do conteúdo e do espírito característico dos diversos momentos desse itinerário de formação discipular,[6] produzindo aquilo que chamamos de *animação bíblica da catequese*.

O que queremos aqui destacar é que a intenção primeira e específica da catequese é servir ao processo de maturidade cristã, mediante momentos sucessivos: querigma, introdução à vida comunitária, orientação para a evangelização/missão e maturidade litúrgica/contemplativa. A catequese, colocada na perspectiva da construção do discipulado missionário, aflora uma experiência de atitudes de fé mais conformes ao que Aparecida considera ser necessário para a nova etapa que a igreja latino-americana e caribenha está vivendo (DAp 247).

Formar sinodalmente a comunidade cristã

Diz o Documento de Aparecida que "Jesus está presente em meio a uma comunidade viva na fé e no amor fraterno" (DAp 256). A comunidade "é o lugar onde o discípulo (...) cultiva uma relação de profunda amizade com Jesus Cristo e procura assumir a vontade do Pai" (DAp 255).

Nessas indicações podemos perceber a importância que a dimensão comunitária tem na formação e na vida do discípulo missionário, à luz de Aparecida. É preciso reconhecer que, durante muito tempo, a vida cristã foi caracterizada por suas dimensões individuais, devido, em grande medida, ao enfraquecimento da noção de que a Igreja é assembleia, congregação, povo reunido.

Embora, na prática, devemos reconhecer que viver em comunidade seja um grande desafio, é preciso afirmar que a experiência

6 BENTO XVI, Papa. Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 3.

cristã tem vigência na medida em que é pujante a vida comunitária. Quando a fé é convicção pessoal de todos os membros do grupo, a conversão se traduz seja em suas expressões individuais, seja em expressões do que estamos chamando hoje de *sinodalidade*. Nesse sentido, se expressa Aparecida:

> A vocação ao discipulado missionário é convocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão. Diante da tentação, muito presente na cultura atual de ser cristãos sem Igreja e das novas buscas espirituais individualistas, afirmamos que a fé em Jesus Cristo nos chegou através da comunidade eclesial e ela "nos dá uma família, a família universal de Deus (...). A fé nos liberta do isolamento do eu, porque nos conduz à comunhão". Isto significa que uma dimensão constitutiva do acontecimento cristão é o fato de pertencer a uma comunidade concreta na qual podemos viver uma experiência permanente de discipulado e de comunhão. (DAp 156)

A partir do que diz o Documento, parece-nos possível afirmar que uma comunidade eclesial é constituída por pessoas que creem em Jesus de Nazaré, o Crucificado-Ressuscitado. Essa fé comum é a base e o fundamento de qualquer comunidade cristã. Dito de outro modo, o que especifica a comunidade cristã não são as características humanas do grupo (ainda que tenham sua importância), mas a capacidade de construção de relações sinodais, familiares, fraternais/sororais a partir da fé em Jesus, o Crucificado-Ressuscitado.

O mais característico e decisivo numa comunidade cristã é, evidentemente, a fé no querigma cristão, mesmo quando esse ainda não foi aprofundado em suas diversas dimensões. O Espírito Santo é derramado sobre todos, não estando reservado a um determinado grupo ou estado na Igreja (Gl 6,1). O poder e a missão, que capacitam ao testemunho na história, pertencem a toda Igreja e todos os

seus membros. Todos formam um povo régio, profético e sacerdotal, destinado a anunciar as maravilhas de Deus (1Pd 2,9; Ap 1,6; 5,10; 20,6). O testemunho da fé é confiado a todos os que acreditam no querigma. Essa verdade cristã tão fundamental e originária, que ficou durante muito tempo adormecida, emerge em nossos tempos com muita força.

A *Dei Verbum* (DV) afirma que a Igreja transmite a sua fé não somente em fórmulas de fé, mas também mediante "tudo o que ela é, tudo o que ela crê" (DV 8). As experiências de fé de todos os membros da família eclesial fazem parte integrante dessa. Tais experiências do único e mesmo querigma tendem a variar na medida em que um membro seja um "simpatizante", um "catecúmeno/ouvinte", um "eleito", um "neófito" ou um "adulto", para usar a distinção clássica oriunda do catecumenato.

Nesse sentido, é normal nos depararmos com discrepâncias entre a doutrina, a experiência cultual e a vivência quotidiana e comunitária dos diversos membros e seus "estados de pertença eclesial" (o que nos nossos tempos não é raro). Não é possível resolver tais conflitos e tensões, sem dedicarmos nossa atenção à *formação à sinodalidade* de todos os membros da comunidade eclesial, respeitadas, contudo, as suas situações concretas de aprofundamento do querigma, no sentido que o Papa Francisco deu ao termo na *Evangelii Gaudium* (EG), isto é, anúncio *principal*, que sempre se tem de voltar de diferentes maneiras em todas as suas etapas e momentos da vivência da fé (EG 164).

Aos "simpatizantes" será oferecido o "pré-catecumento", aos "ouvintes" o "catecumenato", aos "eleitos" a "preparação imediata aos sacramentos", aos "neófitos" a "mistagogia", aos "adultos" a "formação permanente". Tais etapas formativas devem ser entendidas, porém, como uma tarefa básica do caminho sinodal realizado pela comunidade de fé.

Para levar a cabo essa ação catequética, toda a comunidade precisa perceber-se em estado permanente de iniciação, em outras palavras, a iniciação não é uma tarefa que a comunidade oferece aos "de fora que querem entrar", mas é sim, sua raiz.

Na comunidade, uns são para os outros catequistas, pois a própria catequese é criadora da sinodalidade, fazendo com que, de algum modo, todos os membros sejam "simpatizantes", "catecúmenos", "eleitos", "neófitos" e "adultos", ao mesmo tempo. A primitiva distinção entre esses estratos, ainda que tenha validade e importância onde o catecumenato se dá *stricto sensu*, é quase fictícia pois diante do querigma temos sempre que progredir na profissão, na celebração, na vivência, no testemunho de fé, no caminho sinodal.

Educar a uma correta vivência litúrgica

O Documento de Aparecida considera a liturgia como um lugar de revelação de Jesus Cristo e de educação para o discípulo missionário:

> Encontramos Jesus Cristo, de modo admirável, na Sagrada Liturgia. Ao vivê-la, celebrando o mistério pascal, os discípulos de Cristo penetram mais nos mistérios do Reino e expressam de modo sacramental sua vocação de discípulos e missionários. A Constituição sobre a Sagrada Liturgia do Vaticano II nos mostra o lugar e a função da liturgia no seguimento de Cristo, na ação missionária dos cristãos, na vida nova em Cristo e na vida de nossos povos nele. (DAp 250)

Percebemos, no Documento, como ela é entendida como a plenitude da vida divina que se difunde no tempo e progressivamente transforma e transfigura a vida do discípulo de Cristo. O consórcio entre revelação e educação constitui uma verdadeira riqueza e pode ser pensado como uma contribuição específica que a liturgia oferece à formação do discípulo missionário.

A liturgia é educação enquanto é revelação. Revelando o plano divino da salvação (*mystérion*), ela educa a esse plano, isto é, introduz sempre mais o discípulo na vida divina, modelando a sua existência segundo a forma de Cristo. Ao mesmo tempo, educando, a liturgia desvela as múltiplas dimensões do plano divino da salvação, ajuda a compreender a inexaurível superabundância do amor de Deus, revelado pelo Cristo, na força do Espírito e introduz na verdade da vida cristã.

Cabe destacar que o sentido do verbo "revelar" não é somente desvelar, mas, também, velar novamente. A liturgia, assim, pode ser entendida como um momento iluminador, mas que segue a limitada possibilidade humana de enxergar o mistério do Deus Triuno. Dessa forma, entramos num círculo virtuoso feito de repetições, mas que trazem consigo sempre algo inaudito. A inteligência do discípulo é convidada a compreender de maneira sempre nova e o seu coração ardente é estimulado a aderir sem a pretensão de exaurir a riqueza do mistério da salvação.

Seguindo a *Sacrosanctum Concilium* (SC), o Documento de Aparecida entendeu que a liturgia é uma fonte que dessedenta a todos,[7] sem se esgotar, permanecendo sempre disponível a quem deseja penetrar a inefabilidade do mistério divino.

Contudo, nessa relação entre dimensão reveladora e educadora da liturgia, o primado permanece sendo da revelação, do ser sobre o agir. Nesse sentido, podemos afirmar que, revelando, a liturgia reestabelece o primado da verdade sobre a liberdade, da contemplação sobre a argumentação, do sentimento sobre a razão.[8]

É nesse sentido que Aparecida diz:

---

7 SC 10: "a Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana toda a sua força".

8 GUARDINI, R. *Lo spirito della liturgia: i santi segni*. Brescia: Morcelliana, 2005, p.110.

> É necessário formar os discípulos em uma espiritualidade da ação missionária, que se baseia na docilidade ao impulso do Espírito, a sua potência de vida que mobiliza e transfigura todas as dimensões da existência. Não é uma experiência que se limita aos espaços privados da devoção, mas que procura penetrá-los completamente com seu fogo e sua vida. (DAp 284)

O discípulo missionário precisa ser ajudado a tornar-se um místico, um contemplativo dos mistérios de Deus. O objetivo dessa mística é a restauração da totalidade em meio à fragmentação dos tempos atuais, é o reencontrar um centro de equilíbrio, mesmo nas horas de dor e de violência. Assim, a liturgia se apresenta, contemporaneamente, como vértice da história da salvação e como centro da vida concreta do discípulo missionário.

Espaço onde ele é convidado a conjugar o *ephapax* (uma vez) e o *hosakis* (toda vez), isto é, a dialética entre o mistério pascal realizado uma vez por todas nas profundezas da história e toda vez nas múltiplas dimensões de sua vida concreta. Essa dialética exprime a dinâmica essencial da ação educativa promovida pela liturgia.

O primeiro meio próprio de educação à liturgia é a catequese (GE 4), desde que esta assuma sempre mais a forma mistagógica, que consiste no manter a unidade entre *lex orandi*, *lex credendi* e *lex vivendi* (MD 3). Em sua origem, o adágio atribuído a Próspero de Aquitânia queria expressar, em síntese, que a liturgia veicula o dado da fé e a experiência concreta vivida por uma comunidade. A expressão traz consigo um tríplice significado: doutrinal, espiritual e eclesial.

Em primeiro lugar, evidencia que a liturgia é regra e norma de fé, porque nela se encontra expresso "aquilo que a Igreja crê e aquilo que a Igreja espera" (DV 8). Na liturgia, se alimenta e se exprime o conteúdo de fé e se constrói o ato de fé.

Ao mesmo tempo, a expressão sublinha que a fé não é somente um ato (*actus*), mas também uma atitude persistente da liberdade

(*habitus*), uma incessante renovação dos atos, uma realização constante da existência. A liturgia, portanto, define não somente a profissão de fé, mas toda a vida do discípulo missionário e a infinita série de situações, emoções, linguagens, atitudes que compõem essa vida.

O Papa Francisco afirma que:

> A Liturgia é o sacerdócio de Cristo que nos foi revelado e ofertado na sua Páscoa, e que se torna hoje presente e ativo mediante os sinais sensíveis (...) porque o Espírito, mergulhando-nos no mistério pascal, trasforma toda a nossa vida (...) A contínua redescoberta da beleza da Liturgia não é a busca de um "estetismo" ritual que se compraz somente no cuidado com a formalidade exterior de um rito ou se sacia mediante uma escrupulosa observância rubricista. (*Desiderio desideravi*, 21-22)

A inter-relação entre ato de fé e atitude de fé só é possível num contexto vital: a comunidade cristã. A liturgia é o ambiente no qual o discípulo missionário é educado à vida comunitária, é convidado a aprender a pensar a fé e vivê-la *cum Ecclesia* e *in Ecclesia*.

A catequese mistagógica promovendo a unidade entre fé celebrada, professada e vivida, ou seja, entre ato de fé, atitude de fé e contexto de fé, resulta o meio mais apropriado para promover uma educação que ajude o discípulo a viver individual e comunitariamente o mistério de Cristo. A catequese mistagógica se caracteriza como uma pedagogia a serviço da vida, pois intenciona favorecer o processo vital da progressiva empatia da vida de Cristo na vida do discípulo missionário (SC 64).

***

Vimos que a concepção de catequese que brota da Conferência de Aparecida está relacionada ao serviço à iniciação à vida cristã, serviço eclesial essencial para a formação e o crescimento da Igreja e,

dentro dela, do discípulo missionário. Sem essa concepção de catequese, Aparecida não acredita que teremos pessoas maduras na vida da comunidade eclesial missionária. A catequese deve oferecer a iniciação aos mistérios divinos, bem como um itinerário formativo, que é um processo de educação da fé.

A catequese que inclui o querigma é um modo prático de colocar o interlocutor em contato com Jesus Cristo e introduzi-lo no discipulado missionário, dando-nos, também, a oportunidade de fortalecer a unidade da *lex credendi*, da *lex orandi* e da *lex vivendi* e aprofundar suas múltiplas e ricas inter-relações. A concepção de catequese, no Documento, refere-se à primeira iniciação nos mistérios da fé, mediante processos catecumenais para os não batizados, seja na forma de inspiração catecumenal pós-batismal para os batizados em vias de aprofundamento da fé ou não suficientemente evangelizados (DAp 288).

O conceito de catequese que a Conferência de Aparecida propõe encontra-se intimamente ligado com a proposta pedagógica de um caminho de crescimento na fé e de formação para o discipulado missionário. Nesses primeiros 15 anos de recepção criativa de Aparecida, fomos convocados a dar um salto significativo em nossa missão evangelizadora. Fomos impelidos a ultrapassar os limites de uma pastoral catequética de conservação para uma pastoral decididamente missionária, propondo itinerários catequéticos de amadurecimento da fé e metodologias capazes de suscitar discípulas e discípulos e gerar a consciência de vida cristã que culmina na missão.

Sem prolongar muito, podemos afirmar que tal elã missionário da catequese presente no Documento de Aparecida estende-se a toda Igreja com o pontificado do Papa Francisco, em sua *Evangelii Gaudium*, quando ele discorre sobre a necessidade de uma catequese

querigmática e mistagógica (EG 163-168),[9] mas também, em outros apontamentos pastorais que tem feito e que estão registrados na *Amoris Laetitia*, na *Gaudete et Exsultate*, na *Laudato Si'*, na *Querida Amazônia*, na *Christus Vivit*, na *Fratteli Tutti*, na *Antiquum Ministerium*, na *Desiderio desideravi* e no *Diretório para Catequese*, aprovado durante seu pontificado.

No Brasil demos passos significativos na ação evangelizadora da catequese com o *Estudo 97* da CNBB,[10] cujo pedido lato está no Documento de Aparecida. Em consonância com a Conferência, o episcopado brasileiro intensificou, ainda mais, os seus esforços de conversão das estruturas pastorais, por meio das publicações de documentos, como: *DGAE 2011-2015* (2011); *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia* (2014); *DGAE 2015-2019* (2015); *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade* (2016); *Iniciação à Vida Cristã: itinerário para formar discípulos missionários* (2017), e, mais recentemente, as *DGAE 2019-2023*.

Além de estar em consonância com a última Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho, a CNBB mostra-se naturalmente comprometida com a reforma missionário-catequética proposta pelo Papa Francisco (EG 20-27), valorizando a mais recente caminhada das diversas experiências catequéticas no Brasil e incentivando a histórica variedade de experiências que está expressa nas dioceses e prelazias brasileiras.

Destaca-se, nesse campo, em 2014, o significativo passo dado com a publicação do *Itinerário Catequético* com propostas para a prática da catequese a serviço da iniciação à vida cristã nas Igrejas

---

9 A esse respeito, ver o estudo: MORAES, A. A Catequese hoje: reflexões teológico-pastorais a partir da *Evangelii Gaudium*. In: AMADO, J. P.; FERNANDES, L. A. (orgs.). *Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. p. 263-276.

10 CNBB. *Iniciação à Vida Cristã. Um processo de inspiração catecumenal*. Brasília: Edições CNBB, 2009. Estudo 97.

particulares;[11] em 2017, fruto da Assembleia Anual da Conferência Episcopal, a publicação do *Documento 107* com a proposta de um itinerário para formar discípulos missionários;[12] e há pouco tempo, na última Assembleia Geral, a aprovação dos *Critérios e Itinerários para a Instituição dos Ministérios de Catequista*, texto este que já havia sido publicado em forma de subsídio pastoral-experimental.

A catequese promove um contato, um encontro pessoal, uma transmissão e uma geração de vida, um explorar a vida de Cristo. A catequese a serviço da vida cristã entende que esta última não começa "por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva" (DAp 12).

Diante de um mundo em processo de profunda mudança, a Conferência de Aparecida sentiu a urgência de recuperar essa dimensão existencial da vida cristã, recuperar o caminho missionário que consiste no anúncio explícito de Jesus Cristo com a palavra e o testemunho pessoal e comunitário do Evangelho.

Tal recuperação fez com que a catequese assumisse uma natureza mais evangelizadora, missionária, no sentido de estar sempre retornando ao núcleo central da fé, ao anúncio de Jesus Cristo, à proposta de um itinerário experiencial da fé e de inspiração catecumenal.

Nesse sentido é que intencionamos destacar os três aspectos: a consciência de que a vida cristã é composta de etapas de amadurecimento, vividas numa comunidade eclesial missionária, em espírito sinodal, e celebrada em sua liturgia. Nossa intenção foi tentar indicar

---

11 COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Itinerário Catequético*. Iniciação à vida cristã – um processo de inspiração catecumenal. Brasília: Edições CNBB, 2014.

12 CNBB. *Iniciação à Vida Cristã. Itinerário para formar discípulos missionários*. Brasília: Edições CNBB, 2017. Doc. 107.

Moraes foi um dos peritos assessores que trabalhou tanto na fase prévia, como durante toda a 55ª Assembleia Geral da CNBB.

mais claramente alguns traços da face do novo paradigma de catequese em nossos dias.

Tudo isso faz com que a catequese, especificamente, como educação da fé, vá encontrando um novo caminho, à medida que redescobre suas origens. Mas, ao mesmo tempo, percebemos que ela está ardentemente solicitada pelas questões atuais que interessam e envolvem a pessoa humana, os povos latino-americanos e caribenhos e a comunidade eclesial.

Gradualmente a catequese vem renovando-se em sua fonte e em seus prolongamentos. Forçoso é confessar que, nesse tocante, a catequese tateia ainda no período dos ensaios. Por essa razão, não esteve e não estará isenta de tensões várias em muitos temas, nestes últimos 15 anos. Contudo, cremos que, em muitos aspectos, estamos dando passos significativos na construção desse novo paradigma evangelizador.

Tentamos salientar alguns traços que julgamos importantes e característicos da caminhada catequética nesses primeiros 15 anos após a Conferência de Aparecida. Ao fazermos isso, demo-nos conta de que foi construída tanto uma retrospectiva quanto uma prospectiva, uma vez que tais traços estão em função de um movimento que a catequese a serviço da iniciação à vida cristã precisa ainda continuar realizando.

Consideramos que esses sejam traços tanto do nosso passado recente, quanto de nosso futuro próximo. Muito já fizemos, mas nos encontramos ainda com muito por fazer em nosso cuidado em sermos um serviço à iniciação à vida cristã, um itinerário para formar discípulos missionários.

Referências bibliográficas

ALVES DE LIMA, L. *A catequese do Vaticano II aos nossos dias: a caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã*. São Paulo: Paulus, 2016.

BENTO XVI, Papa. *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Sacramentum Caritatis sobre a Eucaristia fonte e ápice da vida e da missão da igreja*. 2022.

_____. Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. In: CELAM. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.* Brasília/ São Paulo: Edições CNBB / Paulus / Paulinas, 2008.

CELAM. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília/ São Paulo: Edições CNBB / Paulus / Paulinas, 2008.

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA. *Itinerário Catequético*. Iniciação à vida cristã – um processo de inspiração catecumenal. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. In: VIER, F. (org.). *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 119-139.

_____. Constituição Dogmática *Sacrosanctum Concilium* sobre a Liturgia. In: VIER, F. (org.). *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 255-306.

_____. Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a Educação Cristã. In: VIER, F. (org.). *Compêndio do Vaticano II*. Constituições, Decretos, Declarações. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 579-596.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral para a Catequese*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1997.

CNBB. *Iniciação à Vida Cristã. Itinerário para formar discípulos missionários*. Brasília: Edições CNBB, 2017. Doc. 107.

CNBB. *Iniciação à Vida Cristã. Um processo de inspiração catecumenal*. Brasília: Edições CNBB, 2009. Estudo 97.

FRANCISCO, Papa. Carta apostólica Desiderio desideravi sobre a formação litúrgica do povo de Deus. *Vatican News*, 2022.

_____. Exortação apostólica Evangelii Gaudium sobre o Anúncio do Evangelho no mundo actual. *Vatican News*, 2013.

GUARDINI, R. *Lo spirito della liturgia: i santi segni*. Brescia: Morcelliana, 2005.

MORAES, A.; CALANDRO, E. A. A Iniciação à Vida Cristã a partir de Aparecida: perspectivas catequéticas após o primeiro decênio da Conferência. *Pesquisas em Teologia*, v. 1, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2018.

MORAES, A.; PERES, D. Una pareja no nace cristiana, se hace Cristiana: catequesis con personas llamadas al matrimonio a la luz del Directorio para la Catequesis. In: DÍAZ TEJO, J.; MORAES, A.; OSPINO, H. *Catequesis para una nueva normalidad. Pistas provocativas*. Santiago: Ediciones Universidad *Finis Terrae*, 2022. p. 361-391.

MORAES, A. A Catequese hoje: reflexões teológico-pastorais a partir da *Evangelii Gaudium*. In: AMADO, J. P.; FERNANDES, L. A. (orgs.). *Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014. p. 263-276.

_____. A comunicação social na reflexão do Conselho Episcopal Latino-americano: um balanço histórico-teológico. In: PIVA, E. D. (org.). *Evangelização***.** *Legado e perspectivas na América Latina e no Caribe*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 90-114.

_____. Desafios e perspectivas à Pastoral Familiar a partir da *Amoris Laetitia*. *Atualidade Teológica*, v. 20, n. 54, p. 580-598, set./dez. 2016.

_____. Família, “lugar primeiro” da transmissão da fé: desafios catequéticos a partir do Magistério. *Perspectiva Teológica*, v. 47, n.1 31, p. 71-88, jan./abr. 2015.

PIO XII, Papa. Carta Encíclica Mediator Dei sobre a Sagrada Liturgia. *Vatican News*, 2011.

CAPÍTULO VIII
El antes, el durante y el después de la VCG de Aparecida desde la Comunicación

Susana Nuin Nuñez
CEBITEPAL – CELAM

Gracias por la invitación a este importante evento de celebración de los 15 años de la VCG de Aparecida, evento que es una memoria *activa y propositiva* de la V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano de Aparecida. Mi agradecimiento a los organizadores.

La presentación que desarrollaré está situada en tres momentos: antes, durante y después. Me parece importante recorrer estos tres momentos porque una virtud que tuvo la Comunicación en todo el evento Aparecida fue de realizarse ya en proceso.

Al mismo tiempo esta comunicación lleva consigo un análisis de cuanto se desarrolló, junto a un timbre vivencial y experiencial por haber sido convocada desde la primera hora de la preparación de la VCG.

Junto a esta observación no puedo dejar de mencionar una constatación realizada de cómo el Espíritu acompaña los procesos, dando la posibilidad de discernimiento, de corrección de opciones elegidas, de avances superadores, de reales obstáculos, en fin, una serie de instancias donde pudimos constatar que se trataba de un proceso vital, abierto en una suerte de movimiento espiralado, donde siempre, aún

con movimientos variados, se avanza y se está abierto a la novedad que trae consigo.

El antes de la VCG de Aparecida desde la Comunicación

Marcó el inicio del proceso de Aparecida el exhaustivo análisis realizado por el Obispo presidente del Departamento de Comunicación del CELAM, Mons. Héctor Gutiérrez Pabón, colombiano, y el secretario ejecutivo en ese momento del mismo Dpto. el P. David Gutiérrez, venezolano. Gutiérrez Pabón habiendo participado de la Conferencia de Santo Domingo, poseía en primera persona la experiencia significativa que se dio en comunicación al no haber podido unificar por motivos de peso ideológico las dos oficinas de prensa que surgieron, la oficial y una alternativa contrapuesta.

Considerando que la experiencia de Santo Domingo signa un verdadero desafío en la comunión y comunicación, para la VCG de Aparecida es que se empieza un proceso en el cual se va estableciendo un camino previo para analizar políticas de comunicación, criterios, desafíos y posibles diagnósticos en relación a cómo debería ser la comunicación en la V Conferencia de Aparecida.

Se comienza un año y medio antes dicho proceso con un grupo de asesores de la mano del gran maestro y experto en ética de la comunicación, el colombiano Javier Darío Restrepo, periodista de alta talla, colaborador de la Conferencia Episcopal Colombiana y también del CELAM y esta servidora, Susana Nuin Núñez, en conjunto con las comisiones de comunicación de las distintas Conferencias Episcopales. Tanto Javier Darío Restrepo como mi persona fuimos los encargados de pilotear este proceso previo a la Conferencia.

Del análisis se desprende la importancia de generar un camino de diálogo como metodología, sólidamente fundado en parámetros ofrecidos en el mismo Evangelio. Se presentan temáticas y metodologías novedosas, donde se concibe que el diálogo debe ayudar a

no generar ni resistencias ni enfrentamientos indebidos y al mismo tiempo obtener la fecundidad de un proceso de comunicación en comunión. Por lo mismo la propuesta será que el camino y la meta sean de comunión, superando la limitada concepción que el fin justifica los medios, se trataba de generar un tejido verídico, desde el inicio fundado en dimensiones comunionales que nos llevarán a su máxima expresión en la Conferencia misma y después, donde el testimonio tuviese su real espacio. Diálogo que gracias a la apertura del presidente del CELAM de ese momento, el Arzobispo chileno Francisco Javier Errázuriz y el secretario gral. del CELAM el argentino Andrés Stanovich, inclusive se efectuó con las organizaciones más avanzadas del continente, y en un escenario destacable por la comprensión de las miradas diferentes que se ofrecían en la preparación de la VCG.

Se recorren meses de trabajo, de diálogo con los Departamentos de Comunicación de las 22 Conferencias Episcopales, de escucha, de intercambio enriquecedor, con expertos en comunicación, con los obispos que componían el Departamento de Comunicación del CELAM y con la misma presidencia. Tiempos muy enriquecedores, donde creció exponencialmente la comunión entre todos efectiva y afectivamente. Proceso que nos fue ilustrando aciertos, errores, y grandes posibilidades hacía adelante.

El durante de la VCG de Aparecida desde la Comunicación

Se compone un equipo que conduciría el servicio de Comunicación en la VCG de Aparecida, totalmente fundado en la gratuidad y nombrado por la secretaría general del CELAM, con la participación del Obispo argentino Mons. Jorge Lozano, y tres asesores, el experto en Comunicación venezolano O'Sullivan, el sacerdote ecuatoriano Rolando Calle, y mí persona. Junto a un equipo intercultural conformado por periodistas reconocidos como Jaime Coiro de Chile,

Pedro Sánchez de Perú, y el mismo P. David Gutiérrez, con la participación del sacerdote colombiano P. Jorge Luis Rodriguez. Un equipo intercultural, Argentina, Chile, Ecuador, Perú, Uruguay, Venezuela, Colombia.

Como asesores, la función fue acompañar el proceso consistente en las Conferencias de prensa diaria, los artículos emitidos por la Oficina de prensa, el seguimiento de las noticias que iban comentándose en la prensa, las televisaciones, la retroalimentación a los obispos con la visión de la opinión pública sobre la VCG y el diálogo constante con la prensa de todo el mundo presente en Aparecida.

Debemos destacar que de los aprendizajes previos ya mencionados se obtuvo un servicio dialógico, unificado en clave transparente y positiva. Una novedad de aprendizaje y de importancia fueron las conferencias de prensa cotidianas, de manera que en esa conferencia de prensa se pudiera expresar en forma unitaria: eran dos o tres obispos y expertos que hablaban y que podían ser de distintas regiones y de distintas, inclusive, miradas. Eso fue lo valioso, pero una realidad comunional que se presentaba de unidad en la diversidad.

También, se hizo un fuerte ejercicio de lectura de la prensa cotidiana dentro de la Conferencia, para esto, se unificó un trabajo por el cual todos los días se ponía en el casillero de la correspondencia de cada obispo, lo que sucedía y como lo vivenciaba la prensa ofreciéndolo a la sociedad latinoamericana. De manera de no solo estar enterados de que estaba pasando adentro de la V Conferencia, sino qué resonancia se estaba teniendo para la sociedad, o sea, la sociedad y nuestros pueblos como estaban acogiendo lo que allí se sucedía y se decía. Hubo momentos en que hubo necesidad de rectificaciones, inclusive en algún momento el muy valorado discurso del Papa Benedicto XVI, allí presente, y al mismo tiempo no faltaron algún tipo de críticas de las cuales se notificaron a los obispos presentes en

la Asamblea y se trató en las conferencias de prensa de dar la correspondiente respuesta.

¿Hubo dificultades?, podemos preguntarnos. Sí. Hubo dificultades con algún tipo de servicio mediático latinoamericano que se apropió de una significativa distorsión, diciendo que 30 obispos se habían retirado sin aprobar el documento, lo cual no fue verdad. Se retiró Monseñor Cipriano de Perú porque consideró que no debía estar allí en esa aprobación y Monseñor Moronta, el obispo venezolano, por razones de salud familiar, pero en realidad no existieron 30 obispos en desacuerdo con el documento.

Nosotros como equipo de diálogo en la persona de Mons. Lozano y en mí persona consideramos fundamental conversar con el director de esa agencia de noticias, pidiendo la rectificación de esa noticia falsa, fuimos a dialogar con ellos, les pedimos rectificación, no existió, pero bueno, nos quedó claro que es un servicio mediático que no está a favor de la veracidad de la noticia, y que manipula la información según su postura ideológica y sus intereses.

Otra dificultad al presentar el documento fue la resistencia por parte de algunos sectores en el reconocer las sugerencias, aportes y alguna posible corrección al documento final por parte del Vaticano en su revisión antes de su publicación. No faltaron comentarios más punzantes, pero al mismo tiempo se abrió en la Iglesia un capítulo nuevo, es aquel del reflejo de la misma experiencia de Aparecida, abierta y dialogante. En relación con las diferencias que obviamente por distintas expresiones pueden darse en una vivencia de comunión, entendemos que siempre, todo documento generado en un continente, que aún siendo global de ese continente es puesto a consideración de la Santa Sede y obviamente siempre hay aportes o puede haber aportes. En este caso tuvieron distintas resonancias, según también las intencionalidades de quienes fueron recibiéndolo.

Un periodista también nos preguntó si la comunión y convergencia que había entre los obispos era *light* por el hecho del fluir de las temáticas, las distintas miradas, que pudieran caminar juntos en comunión. Lo cual no fue así, porque esa comunión requería mucha apropiación de la temática, mucha deferencia, mucha atención, mucha escucha y, sin duda, superar también las limitaciones de las diversidades y de las distintas miradas, fue muy interesante y en ningún momento *light* constatar cómo se dio esa comunión.

También tengo que decir que hubo una gran vinculación de todos los departamentos de comunicación de las conferencias episcopales con este equipo de comunicación que se generó para la Conferencia de Aparecida. Todas las conferencias episcopales tienen sus equipos de comunicación y todos trabajaron al unísono con el equipo existente y que iba proporcionando las noticias y que iba generando la noticia en la Conferencia, en la misma Conferencia de Aparecida.

Muy intenso fue el servicio-trabajo en Comunicación durante la VCG, y al mismo tiempo fue afable, muy fraterna, y muy comprometida, por cuanto nos propusimos en todo el proceso previo y la calidad humana y de compromiso cristiano de sus miembros. De la misma manera la fluidez que se estableció con la presidencia y la sec. gral. del CELAM que permitió resolver temas no secundarios a la brevedad y con la mayor pertinencia posible.

El después de la VCG de Aparecida desde la Comunicación

El texto, en realidad, el Documento de la VCG, fue una obra de arte en la cual el Papa actual, allí Arzobispo de Buenos Aires Jorge Mario Bergoglio, fue elegido en la misma VCG como quien se encargaría de conducir el proceso en efectuar la redacción del mismo, junto a otras celebres personalidades también cardenales y obispos del continente.

Se dice que Aparecida fue un *texto en contexto*, esta es quizás una de las mejores definiciones, porque no fue solo un texto de teólogos o expertos o especialistas, sino que fue un texto que realmente consideró la celebración de la Palabra, de la Eucaristía, la comunión y la diversidad de las voces, el ver, el juzgar, y el actuar en las distintas regiones, a través de las distintas voces, sean de los obispos, sea de la vida consagrada, sea de aquellos que estaban allí en carácter de invitados, se puede decir que fue un texto muy bien elaborado, muy convergente y muy interesante, en un contexto de comunión, no solo de experticias o especialistas, en un contexto particularmente especial mariano, todo esto se dio en el seno del mismo Santuario de Aparecida, en el subsuelo, en la interioridad del Santuario, haciendo experimentar a todos una fuerte presencia de María, madre de la unidad, unidad sin duda, en la diversidad, pero unidad forjada en una intensa comunión. No era necesario ir a dialogar con María, todo sucedió en el corazón mismo del bello y gran Santuario, se estaba allí, se respiraba ese clima.

- *Texto en contexto* de las múltiples voces, miradas y gritos de dolor de nuestros pueblos y de nuestras Iglesias locales.
- *Texto en contexto* de una concepción superadora del sujeto evangelizador, y de la evangelización en el continente, muy significativamente representado en la expresión: *discípulos misioneros*, ya no dos realidades, una única y potente identidad, ser discípulos incluye la misión, y no se puede ser misioneros sin el seguimiento de Jesús que supone el ser discípulos. Una expresión que produjo en el América Latina y en los demás continentes un fuerte impacto renovador.

Las novedades de la comunicación, desde cuanto deseamos expresar aquí en esta presentación nos lleva a subrayar que se realizó:

- una comunicación en proceso;
- con políticas como el arte de signar la convivencia y hacerla posible me refiero a las políticas de comunicación, entendiendo políticas como formas orgánicas de hacer posible la convivencia;
- otro elemento es la concepción de discípulos misioneros, una expresión comunicativa síntesis que en su brevedad expresa toda una realidad teológica, espiritual, bíblica, y comunicativa;
- la comunicación abierta y dialogada como camino metodológico a la coherencia comunicacional;
- la cultura digital ya se manifiesta en una amplia expresión y todos los medios actuando en acción al unísono.

Podemos decir que la V Conferencia del Episcopado Latinoamericano y del Caribe fue forjada en la comunicación, con un proceso anticipado donde se pudo hacer un diagnóstico previo, una lectura profunda de lo sucedido anteriormente y como sucede en la Iglesia todo aquello que nos precedió, también es motivo de análisis y también motivo de mejoría, de superación y de valorar las dificultades que puedan haber existido y realizar un aprendizaje.

Este proceso creemos que llevó a una comunicación dinámica, trasparente y al mismo tiempo generativa que dio mucha luz posteriormente a las oficinas de comunicación y a los departamentos de las conferencias episcopales en el continente. Sin duda el Documento, ese texto en contexto, tuvo una particular recepción continental y mundial, si bien el nombramiento del Cardenal Bergoglio a Papa habiendo sido uno de los mayores artífices del mismo, lo llevo a una nueva cumbre, más aún cuando se puede constatar que ha sido un humus, materia prima de sus posteriores encíclicas.

CAPÍTULO IX
Balanço Pastoral da produção no Brasil envolvendo Aparecida

Geraldo Luiz De Mori
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)
Belo Horizonte, MG, Brasil

O ato de fazer memória é fundamental na existência humana em geral e na fé cristã. Com efeito, na vida comum, a comemoração dos 15 anos reveste-se de um sentido particular. Para uma pessoa, ela sinaliza a passagem à etapa da juventude, que a torna capaz de tomar a palavra e assumir pouco a pouco seus atos. Na Igreja, também essa idade corresponde ao momento a partir do qual o fiel pode assumir publicamente sua fé. Isso se traduz no sacramento da Confirmação, a partir do qual, pelo dom do Espírito, o/a jovem passa a testemunhar, em palavras e atos, aquilo que ele/a é segundo a fé professada. No caso específico da Conferência de Aparecida, a celebração de seus 15 anos pode ser motivo para perguntar-se sobre o ingresso da Igreja numa juventude que a faz testemunhar um modo específico de ser cristão na América Latina e no Caribe. De fato, sob muitos pontos de vista, o que aconteceu em Aparecida em 2007 e o Documento que buscou expressar o consenso dos bispos do continente, é, ao mesmo tempo, a decantação do caminho iniciado em 1955, com a criação do Conselho Episcopal Latino-americano e Caribenho (CELAM), e

uma espécie de novo começo, pois de Aparecida, como muitos intérpretes da Igreja Católica reconhecem, emergiu o novo elã que hoje impulsiona o conjunto da Igreja, uma vez que um dos principais atores da V Conferência, o Cardeal Jorge Mario Bergoglio, se tornou, em 2013, sua principal liderança, o Papa Francisco.

O tema aqui proposto é bastante amplo, complexo e, sob certo ponto de vista, quase que impossível de ser abordado, pois falar em "balanço" supõe ter acesso a dados. E os dados em questão são relacionados à "pastoral" e à "produção" no Brasil envolvendo Aparecida. Um texto publicado pela presidência do CELAM, em maio de 2022, que tem como título *Nuestras deudas con Aparecida*. *Balance 15 años después*, já propõe um balanço desses 15 anos.[1] O Instituto Nacional de Pastoral Padre Alberto Antoniazzi (INAPAZ), que elabora as Análises de Conjuntura Eclesial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já realizou uma análise desses 15 anos no primeiro semestre de 2022.[2] O Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa, foi o autor do texto então elaborado. Esses dois textos já propõem, portanto, um "balanço pastoral" desses 15 anos de recepção de Aparecida, seja em geral, nas Igrejas da América Latina, seja em particular, na Igreja do Brasil. Com relação à "produção" envolvendo Aparecida, esse termo evoca produção acadêmica, sobretudo bibliográfica. A proposta desse texto é, inicialmente, retomar alguns aspectos das leituras já feitas sobre a recepção de Aparecida, sobretudo no Brasil, e alguns dados relacionados à produção acadêmica referente a esse acontecimento na vida da Igreja no país. Antes, porém, de passar à apresentação dessa segunda parte, será necessário

1 CELAM. *Nuestras deudas con Aparecida. Balance 15 años después*. Bogotá: CELAM, 2022.

2 A análise, apresentada na 59ª Assembleia da CNBB, em 25/04/2022, não tinha sido disponibilizada no site da CNBB quando esse texto foi escrito. As referências a ela serão feitas da seguinte maneira: COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022.

um "desvio" pela história da Teologia no Brasil, que permitirá uma melhor compreensão dos tipos de "produção" que a inteligência da fé tem elaborado para os diferentes "públicos" com os quais dialoga e de quem está ao serviço.

Aparecida: dois "balanços"

O texto do CELAM, elaborado ao redor das ideias de "contribuições" e "dívidas", aponta, primeiramente, as seguintes contribuições da V Conferência: 1) A recuperação do sentimento de uma "Igreja continental com características próprias, portadora de um caminho original e com capacidade de oferecer contribuições substanciais à Igreja universal" (n. 29); 2) A retomada e renovação das opções das conferências anteriores, que levaram as Igrejas do continente a centrarem sua missão "na evangelização da cultura", a se preocuparem com o "desenvolvimento integral, ambiental e socialmente sustentável", a assumirem a "opção preferencial pelos pobres", a buscarem "novas formas de fazer política" (n. 30); 3) O apelo à "conversão pastoral", baseado na dimensão comunitária da fé, superando assim as leituras intimistas, que prescindiam da Igreja para pensar a existência cristã (n. 31). Nessa perspectiva, o anúncio de Cristo se tornou central, definindo a perspectiva do discipulado missionário, levando a Igreja a entrar em "estado permanente de missão", transformando mentalidades e estruturas, para que se tornassem de fato missionárias (n. 32-34). A conversão discipular-missionária coloca-se, por sua vez, ao serviço da vida plena dos povos latino-americanos e caribenhos, resgatando a relação entre evangelização e promoção humana integral, e a valorização das figuras samaritana e profética da Igreja (n. 35-36); 4) Enfatiza-se a necessidade de se valorizar a formação de novos sujeitos da evangelização, homens e mulheres (n. 37-38); 5) Elenca-se, enfim, uma série de "preocupações" que necessitam estar mais atentas aos protagonistas, como a animação bíblica da pastoral,

a centralidade da Eucaristia, a renovação da opção preferencial pelos pobres, a necessidade de um estilo pastoral marcado pela proximidade, o esforço de transformação missionária das estruturas da Igreja, a promoção e o acompanhamento do compromisso eclesial na vida pública (n. 39).

Por "dívidas" o texto compreende cinco tarefas pendentes, embora já estivessem presentes em Aparecida: 1) "Missão e estado de missão", que supõe que a América Latina e o Caribe já não herdam uma situação de cristandade, demandando por isso pensar a dimensão missionária em termos "paradigmáticos" e "programáticos". Para isso, é necessário recuperar o ardor missionário, a ousadia de ir ao encontro do outro em atitude de hospitalidade, o serviço aos que sofrem, a saída na direção das pessoas no cotidiano, o diálogo com o mundo sociopolítico, cultural, do trabalho e da empresa, a entrada no "continente digital" (n. 42-45); 2) "Conversão pastoral", que demanda um verdadeiro processo sinodal, que permeie o conjunto da pastoral e leve à criação de novas linguagens para o anúncio do evangelho (n. 46-48); 3) "Reforma das estruturas", através da reativação dos conselhos pastorais e econômicos, do discernimento sobre o tamanho das paróquias, da transformação da periferia em centro, do discernimento sobre a própria estrutura da Conferência Episcopal, do processo de renovação do CELAM (n. 49-51); 4) "Clericalismo", expresso nas relações de poder mal exercidas, com traços autoritários, autorreferenciais e fechados à escuta, como também a necessidade de formação no itinerário do discipulado missionário, fomentando assim a escuta, o diálogo, o discernimento e a corresponsabilidade (n. 52-53); 5) "Cuidado da casa comum", cuja consciência cresceu no continente, mas que precisa ser integrado na formação do discípulo-missionário, no diálogo ecumênico e inter-religioso, na reflexão teológica, articulando-se às iniciativas das "economias de Santa Clara e São Francisco" (n. 54-55).

O segundo "balanço" pastoral, feito pelo INAPAZ e escrito por Dom Paulo Cezar Costa, retoma, num primeiro momento, as principais "contribuições" e "frutos" de Aparecida, indicando, em seguida, como essas "contribuições" e "frutos" compõem as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE). Dentre as contribuições e frutos de Aparecida apresentadas pelo INAPAZ no texto do Cardeal Arcebispo de Brasília se destacam: 1) O centrar-se no discipulado missionário; 2) A constatação de que há transformações profundas no mundo, que afetam também a vida e a missão da Igreja; 3) O diagnóstico de que há uma "mudança de época", cujo nível mais profundo é o cultural, com transformações profundas na compreensão do ser humano, expressas, de modo particular, na supervalorização da subjetividade. Do ponto de vista econômico, o texto recorda a leitura da V Conferência sobre os impactos do fenômeno da globalização no continente latino-americano e caribenho; 4) A constatação da gravidade da crise ecológica; 5) O tom de alegria que permeia o Documento final de Aparecida, que foi retomado pelo Papa Francisco na Exortação *Evangelii Gaudium*; 6) O apelo à "conversão pastoral" e à renovação missionária das comunidades, saindo da "pastoral da conservação" para uma pastoral que seja efetivamente toda "missionária".[3]

Vários desses elementos coincidem com o "balanço" proposto pelo texto da presidência do CELAM. Na vida da Igreja do Brasil, eles fecundaram profundamente sua caminhada pastoral, expressa, dentre outros textos, nas quatro DGAE elaboradas desde então: as de 2008-2010, as de 2011-2015, as de 2015-2019, e as de 2019-2023. Nas Diretrizes de 2008, observa Dom Paulo Cezar Costa, o título do capítulo II é "Discípulos Missionários numa Igreja em estado permanente de missão". O número 172 dessas Diretrizes afirma que

3 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 2-7.

"discipulado e missão são como duas faces da mesma moeda".[4] As Diretrizes de 2011, continua o Cardeal Arcebispo de Brasília, adotam a linguagem das "urgências", falando de uma "Igreja em estado permanente de missão", além de afirmar, no n. 30, que a "Igreja é missionária por natureza", existindo para "anunciar, por gestos e palavras, a pessoa e a mensagem de Jesus Cristo". No n. 31 das mesmas Diretrizes, se afirma que, "No atual período da história, marcado pela mudança de época, a missão assume um rosto próprio, com pelo menos três características: urgência, amplitude e inclusão", além de reiterar a necessidade de suscitar "em cada batizado e em cada forma de organização eclesial uma forte consciência missionária". Essa redescoberta da identidade missionária da Igreja faz emergir o papel de cada pessoa batizada em todos os lugares e situações em que se encontram.[5] As Diretrizes de 2015, já fecundadas pela Exortação *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, repetem o esquema das urgências, evocando de novo a temática da "Igreja em estado permanente de missão". As últimas Diretrizes propõem como estrutura dessa Igreja em estado permanente de missão o modelo das Comunidades Eclesiais Missionárias, pensadas como "casa da Palavra, casa do Pão, casa da caridade" e abertas à ação missionária, além de recordar a necessidade da "conversão pastoral".[6]

Além da ênfase missionária, presente desde 2008 nas Diretrizes, Dom Paulo Cezar Costa recorda que elas também assumiram outros temas importantes de Aparecida. Dentre esses temas, ele destaca: 1) Iniciação à vida cristã: as Diretrizes de 2008 falam da formação dos discípulos missionários, sobretudo no n. 91, que diz que "esse

---

4 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 7-8.
5 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 8-9.
6 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 9.

itinerário formativo deve partir de um encontro pessoal, cada vez maior, com Jesus Cristo, perfeito Deus e perfeito homem", experimentado como plenitude da humanidade. Todo esse processo mistagógico se dá através do anúncio do querigma, do testemunho da comunidade, da participação nos sacramentos, constituindo assim uma autêntica catequese. Nas Diretrizes de 2011, a Igreja é apresentada como "casa da iniciação à vida cristã". Nas de 2015, essa mesma perspectiva é retomada, apresentada como uma das "urgências na ação evangelizadora", e nas de 2019, ao falar do Pilar da Palavra, a iniciação à vida cristã é de novo lembrada;[7] 2) Animação bíblica da pastoral, presente em todas as Diretrizes desde 2008, vem ganhando mais ênfase ainda a partir da promulgação da Exortação pós-sinodal *Verbum Domini*, de 2010;[8] 3) Renovação das estruturas da pastoral, sobretudo das paróquias, tratada nas Diretrizes de 2008 à luz da ideia de sua setorização em unidades menores. Em 2011, surgiu o conceito de Igreja como "comunidade de comunidades", que, nas Diretrizes de 2015, passou a ser vista como uma das "urgências da ação evangelizadora" e, nas Diretrizes de 2019, receberam o nome de Comunidades Eclesiais Missionárias;[9] 4) Igreja ao serviço da vida plena. Esse tema é tratado nas Diretrizes de 2008 a partir da ideia de ministério da caridade. Em 2011 retoma-se Aparecida, com a ideia de a Igreja estar ao "serviço da vida plena para todos". Em 2015, essa ideia é tratada como uma das "urgências" da Igreja ao serviço da vida plena para todos e, em 2019, elas se tornam o "Pilar da Caridade", ao "serviço da vida plena".[10]

---

7 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 10-12.

8 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 12-13.

9 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 13-15.

10 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 15-16.

Um ponto importante ainda a ser assinalado nos dois balanços apresentados acima é o que se refere às "coisas novas" que surgiram depois de Aparecida ou que ganharam mais relevo. Para o texto do CELAM, as principais questões surgidas desde então foram: 1) O aprofundar-se da crise antropológica, com os fenômenos do transumanismo, as novas tendências no mundo do trabalho, a tentação da guerra e a privatização da fé (n. 57-61); 2) O apelo à sinodalidade promovido pelo Papa Francisco (n. 62-63); 3) O crescimento da consciência da igualdade e da dignidade da mulher na sociedade e na Igreja (n. 64); 4) Os abusos eclesiais de poder, de consciência e sexuais (n. 65-66); 5) A nova sensibilidade para a diversidade com as discussões sobre gênero (n. 67-69); 6) A nova consciência com relação aos povos originários e afrodescendentes, bem como a importância do mundo urbano e das novas periferias, criadoras dos movimentos sociais que lutam por terra, teto e trabalho (n. 70-74); 7) A polarização provocada pelo acirramento das forças econômicas e políticas, a queda da qualidade de vida, o aumento da desigualdade e da pobreza, potencializadas com a pandemia, o crescimento do fenômeno migratório (n. 75-77); 8) A preocupação com o cuidado da casa comum (n. 78); 9) O lugar ocupado pela ciência, tecnologia e informação no mundo da vida, com a tecnificação e digitalização de seus diversos âmbitos, impactando profundamente as relações entre as pessoas (n. 79-81); 10) O diálogo ecumênico e inter-religioso (n. 82). No texto do INAPAZ, Dom Paulo Cezar Costa lembra, sobretudo, o "trânsito religioso" em muitos países da América Latina e Caribe. Segundo ele, em Aparecida já se dispunha de boas análises sobre o fenômeno, mas o problema não foi suficientemente enfrentado.[11]

---

11 COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022, p. 4.

Os "públicos" e as "disciplinas" da Teologia

Antes de propor um "balanço das produções" bibliográficas elaboradas a partir e em diálogo com o Documento de Aparecida, é importante recordar a distinção, proposta pelo teólogo estadunidense David Tracy, entre os três "públicos" da Teologia, a saber, a Igreja, a sociedade e a academia. Esses públicos estabelecem distintas relações com a Teologia e dão origem às suas diferentes "disciplinas". Assim, o público Igreja demanda a reflexão da Teologia sistemática; o público sociedade dá origem à Teologia prática; e o público academia, suscita, enfim, a demanda de uma Teologia fundamental.[12]

Aparecida, com a centralidade que conferiu ao discipulado, o qual supõe o anúncio do "mistério da fé", que é o próprio Cristo, levando ao encontro com Ele, o qual modifica a vida de quem O experimenta como fonte de sentido, implica, sob muitos pontos de vista, a Teologia sistemática. Mas, o envio missionário, igualmente centrado no anúncio e no encontro com o Cristo, supõe muitos elementos da Teologia prática, tal qual a propõe o teólogo estadunidense. Algo parecido se pode dizer dos desafios apontados pela V Conferência do CELAM e que demandam da Teologia que ela dialogue com a academia.

Desde o final do século XIX, quando o Brasil adotou o regime republicano, a primeira Constituição do país instituiu a separação entre Igreja e Estado, interrompendo o longo período de vigência do padroado régio, no qual o catolicismo era a religião oficial da nação portuguesa e sua colônia e da nova nação independente. Isso teve uma série de consequências, uma das quais foi o não reconhecimento, por

---

12 Sobre o significado dos "públicos" na Teologia no teólogo de Chicago, ver: TRACY, D. Retrato social do teólogo. Os três públicos da Teologia: sociedade, academia, Igreja. In: TRACY, D. *A imaginação analógica. A teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 19-72; TRACY, D. A teologia na esfera pública: três tipos de discurso público. *Perspectiva Teológica*, v. 44, n. 122, p. 29-51, 2012.

mais de cem anos, pelos órgãos reguladores da educação nacional, da Teologia como disciplina acadêmica.[13] Esse não reconhecimento pelas instâncias do Estado reverberou no mundo acadêmico, que tampouco reconhecia a Teologia como saber científico. A produção teológica ficou então circunscrita ao "público" Igreja, com certa repercussão no "público" sociedade, embora, segundo a racionalidade moderna, sendo questão de convicção, não tinha implicação nas diversas instâncias que compunham o tecido social, pois essas instâncias eram "laicas".

O modelo de Igreja que se estabeleceu no país já antes do regime republicano, fortemente crítico do mundo moderno, tornou-se hegemônico nas primeiras décadas do século XX. As mudanças na estratégia pastoral de alguns bispos devem ser vistas na perspectiva da eclesiologia do Concílio Vaticano I, para a qual a Igreja era uma "sociedade perfeita", contraposta ao mundo, no qual vigorava o pecado a ser evitado, numa perspectiva de salvação da "alma", oferecida através dos méritos dos sacramentos. Isso é evidente, por exemplo, em Dom Sebastião Leme, que criou o Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, como instância para dialogar com intelectuais marcados pela razão moderna e que, a partir de 1928, com Alceu Amoroso Lima, foi um dos principais lugares no país de diálogo entre Igreja e modernidade. Algo parecido se pode dizer da Ação Católica, grupo de leigos e leigas que, nos anos que antecederam o Concílio Vaticano II, levaram o Evangelho a tantos "ambientes" que na sociedade moderna tinham se tornado hostis à fé.[14]

---

13 Sobre a Igreja no Brasil nos séculos XIX e XX, ver: SOUZA, N. Catolicismo, sociedade e Teologia no Brasil império. *Atualidade Teológica*, v. 46, p. 127-144, 2013; CALDEIRA, R. C. Bases temporais para o estudo histórico da Igreja católica do século XX. *Horizonte*, v. 5, n. 10, p. 56-74, 2007.

14 Para um breve sobrevoo sobre a Teologia desse período e dos períodos que se seguiram, ver: DE MORI, G. L. Antropofagia e teologia. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 2, p. 295-319, 2022.

A eclesiologia do Concílio Vaticano II, pensada à luz da Santíssima Trindade, como "povo de Deus", "corpo de Cristo" e "templo do Espírito Santo", busca, mais que opor-se ao mundo, descobrir em suas "dores e angústias", "alegrias e esperanças" (GS 1), os germes da busca do reino de Deus, ao serviço do qual as comunidades cristãs são chamadas a se colocarem no mundo.[15] Uma verdadeira "reforma" da Igreja deveria então se estabelecer, o que, na Igreja do Brasil, efetivamente aconteceu com o Plano de Pastoral de Conjunto (PPC), elaborado e aprovado pela CNBB na última sessão do Concílio. Esse Plano marcou a vida e a pastoral da Igreja Católica até meados da década de 1990, organizando-a ao redor das seis linhas a partir das quais os documentos conciliares buscaram pensar a identidade e a missão da Igreja no mundo contemporâneo: 1) Promoção da unidade visível no seio da Igreja Católica; 2) Promoção da ação missionária; 3) Promoção da ação catequética, do aprofundamento doutrinal e da reflexão teológica; 4) Promoção da ação litúrgica; 5) Promoção da ação ecumênica; 6) Promoção da inserção do povo de Deus como fermento da construção de um mundo segundo os desígnios de Deus. Essas seis linhas estão na origem da maioria das iniciativas da Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as pastorais às quais elas deram origem.[16]

O diálogo com os "públicos" Igreja e sociedade foi fortemente impulsionado a partir desse Plano, não mais na perspectiva da Igreja como sociedade perfeita, fora da qual não havia salvação, mas num verdadeiro diálogo com todas as forças nas quais o "Espírito" agia, de "um modo só de Deus conhecido" (GS 22). O "público" Igreja

---

15 Para uma compreensão do evento conciliar e sua recepção no Brasil, ver: LIBANIO, J. B. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005; GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATO, V, I. *Concílio Vaticano II. Análise e Prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004; BEOZZO, J. O. A recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil. In: Centro Manuel Larraín: Santiago, 2018.

16 CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. Brasília: CNBB, 2004.

deu então origem a uma reflexão teológica fortemente preocupada em traduzir os conteúdos da Palavra divina e da doutrina da fé numa linguagem acessível ao conjunto dos fiéis, despertando-os para as implicações de sua fé no seio da sociedade. Para isso, inicialmente foram criados vários institutos de caráter teológico-pastoral em nível nacional, como o Instituto Superior de Pastoral Catequética (ISPAC), o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (ISPAL), o Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IBRADES), alguns dos quais, na década de 1970, foram reunidos no Instituto Nacional de Pastoral (INP), principal "lugar" de elaboração da reflexão teológica na Igreja do Brasil entre as décadas de 1970-2000.[17] Muitas dioceses criaram centros de pastoral, que, além de pensar a formação das lideranças na perspectiva da recepção do Vaticano II, também se tornaram lugar de reflexão e elaboração teológica, muitas vezes associados com faculdades de Teologia em nível local ou regional, como o Instituto Teológico de Recife (ITER), para o Regional Nordeste 2 da CNBB, ou o Instituto Teológico de Petrópolis, para a vida religiosa de inspiração franciscana, ou a Faculdade de Teologia Nossa Sra. da Assunção, para São Paulo.

O método ver-julgar-agir, utilizado pela Ação Católica, tornou-se importante na elaboração do "fazer teológico".[18] No momento do ver, recorria-se às ferramentas analíticas das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia, da Política, da Economia, da Pedagogia e da Antropologia. O "ver" que movia a reflexão teológica era um ver engajado, pois a reflexão proposta "tomava partido", a saber, o da

---

17 Ver a esse respeito: BEOZZO, J. O. *A recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil*. In: Centro Manuel Larraín: Santiago, 2018, p. 12.

18 Clodovis Boff foi um dos principais teólogos brasileiros a pensar o método a partir da pastoral. Ver: BOFF, C.; BOFF, L. *Como fazer teologia da libertação?* Petrópolis: Vozes, 1984; BOFF, C. *Como trabalhar com o povo?* Petrópolis: Vozes, 1984; BOFF, C. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

opção preferencial pelos pobres, não como opção ideológica, de inspiração política, mas como deixar-se afetar pela dor do outro, que move à compaixão e leva à solidariedade e ao serviço. Nesse sentido, surge uma Teologia "prática", não pensada apenas em criar estruturas eclesiais para o anúncio da fé, mas em colocar a Igreja ao serviço dos que sofrem e de suas diversas lutas por uma vida mais digna, de filhos e filhas de Deus. Muitos agentes de pastoral e muitos teólogos e teólogas deslocaram-se então para as "periferias", geográficas e existenciais, tornando a Igreja presença profética de luta pelos direitos dos mais pobres. Para isso, estabeleceram um diálogo fecundo com o saber acadêmico, através, sobretudo, de leigos e leigas oriundos da Ação Católica envolvidos no ensino, na pesquisa e na produção universitária. Não por acaso, quando foi criada a Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER), em 1985, estavam igualmente presentes alguns desses intelectuais, que continuamente inspiraram a Teologia naquele período e nas décadas que se seguiram.[19]

O período posterior ao Concílio, que viu a imbricação mútua dos três "públicos" da Teologia no Brasil, fecundando-a e tornando-a significativa e relevante frente a esses três públicos, foi também marcado por um outro movimento, inaugurado com o pontificado de João Paulo II, mais focado na formação dos membros do clero para o exercício de seu ministério. Para isso, o Pontífice incentivou a criação de seminários nas dioceses, que muito contribuíram para a ampliação do número de padres na Igreja do país.

O Brasil possui três faculdades eclesiásticas de Teologia com reconhecimento pontifício. Essas faculdades podem conceder títulos eclesiásticos de bacharelado, mestrado e doutorado: a que hoje se encontra em Belo Horizonte, na FAJE, e foi criada em São Leopoldo,

---

19 Sobre a ação dos jovens católicos ligados à Ação Católica, nos movimentos políticos no decorrer da década de 1960, ver: SOUZA, L. A. G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

RS, com reconhecimento da Santa Sé em 1949; a Faculdade Nossa Senhora da Assunção, ligada à arquidiocese de São Paulo, também reconhecida em 1949; e a da PUC-Rio, reconhecida em 1972. Essas faculdades ofereciam, além do bacharelado, cursos de mestrado e doutorado eclesiástico, mas sem reconhecimento civil já na década de 1970.[20] O mesmo acontecia com a Faculdade de Teologia dos Luteranos, em São Leopoldo (RS), e com alguns cursos de Ciência da Religião criados na PUC-SP, na UFJF, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em São Bernardo do Campo, e na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Em meados da década de 1990, esses cursos solicitaram credenciamento junto à agência do Ministério da Educação do Brasil (MEC) encarregada da pós-graduação no país, a Coordenação de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Boa parte foi credenciada e reconhecida ainda na década de 1990, constituindo uma subárea da Filosofia e sendo desde então avaliada pela CAPES.[21]

Motivadas por esse "reconhecimento" civil de seus cursos de pós-graduação, algumas instituições nas quais eles eram oferecidos também solicitaram ao MEC a autorização de seus bacharelados em Teologia. Em 1999, o curso dos luteranos de São Leopoldo iniciou esse processo. Um primeiro parecer, positivo, foi então dado e nos

---

20 Em 2019, a Faculdade Eclesiástica de Teologia ligada à FAJE completou 70 anos. Para a ocasião foi organizado o livro: DE MORI, G. L.; KONINGS, K.; GODOY, M. *Uma escola de teologia. A Faculdade de Teologia dos Jesuítas do Brasil em seus 70 anos*. São Paulo: Loyola, 2019. Algo parecido foi feito em 2013, por ocasião dos 45 anos da Faculdade da PUC-Rio, ver: TEPEDINO, A. M. *Memória, Identidade, Missão. Teologia da PUC-Rio – 45 anos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013. Por ocasião dos 50 anos da Faculdade da Assunção, ver: SOUSA, N. 50 anos de saber e sabor. Um olhar histórico sobre a formação teológica e presbiteral em São Paulo, no jubileu da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. *Cultura Teológica*, n. 28, p. 73-89, jul./set. 1999; ZIONI, V. A. J. M. A Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e a formação do clero brasileiro. *Cultura Teológica*, n. 28, p. 37-42, jul./set. 1999.

21 Sobre a criação da área Ciências da Religião e Teologia, ver: SENRA, F. Estudos de Ciência(s) da(s) Religião(ões) e Teologia no Brasil: situação atual e perspectivas. *REVER*, v. 15, n. 2, p. 196-214, 2015.

anos seguintes várias instituições fizeram o mesmo caminho. Porém, o Conselho Nacional de Educação (CNE) levantou dúvidas sobre o parecer anterior e uma série de discussões foi então iniciada, com audiência pública no MEC, grupos de trabalho e elaboração de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Teologia. Estava em questão, entre outras coisas, o caráter confessional da Teologia, problemático para as avaliações às quais são submetidos os cursos de todas as áreas do saber reconhecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), do MEC. Uma das mediações para essas avaliações é o Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes (ENADE). A Resolução nº 4, do CNE/CES, de 16/09/2016, homologada pela Portaria nº 264, de 08/09/2016, do MEC, concluiu, enfim, o processo que conferiu cidadania acadêmica à ciência teológica, obrigando-a a justificar-se perante os demais saberes universitários.[22]

A conquista de "cidadania" pela Teologia no mundo acadêmico nacional implicou também várias exigências. No âmbito da pós-graduação, as avaliações, inicialmente trienais, e, nos últimos anos, quadrienais, demandando uma série de adequações do que é considerado "produção" acadêmica e dinâmica da própria "área". No âmbito da graduação, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais tornou a Teologia objeto da avaliação dos órgãos do Estado, através do ENADE, além de demandar visitas regulares por parte do INEP. Num país cuja constituição assegura a laicidade do Estado, marcado igualmente por um enorme pluralismo religioso, esses tipos de avalição são bem desafiadores.

---

22 Resolução nº 4 do CNE, de 08/09/2016. Disponível em: rces004_16 (mec.gov.br). Acesso em: 8 de setembro de 2022. Para uma visão geral do processo de elaboração das Diretrizes, ver: REGA, L. S. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Teologia: história e alguns critérios. In: DE MORI, G.; OLIVEIRA, P. A. R, de. (orgs.). *Religião e educação para a cidadania.* São Paulo: Paulinas, 2011, v. 1, p. 243-276.

As "produções" relacionadas à recepção e à reflexão sobre Aparecida

Tendo em vista os diversos "públicos" da Teologia e o caminho que ela fez no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, com seu reconhecimento civil e as exigências que isso implica, é possível avaliar os tipos de "produção" da Teologia feita no país em diálogo com a Igreja, com a sociedade ou com a academia. É o que será feito na classificação que é proposta a seguir, que trará alguns dados genéricos e tentará identificar: 1) As "produções" relacionadas ao "público" Igreja; 2) As "produções" que estão ao serviço do "público" sociedade; 3) As "produções" que seguem os critérios do público academia.

O primeiro e principal tipo de "produção" teológica relacionado à V Conferência do CELAM no Brasil são as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja, da CNBB. O texto do INAPAZ, evocado acima na primeira parte, mostra como elas expressam, para o público Igreja, o ato de recepção e implementação das principais orientações do Documento de Aparecida nas dioceses do país. Com efeito, a análise apresentada por Dom Paulo Cezar Costa indica que elementos foram mais valorizados, tornando-se eixos articuladores das comunidades de fé no Brasil. A essa "produção", feita pelos bispos e pelos organismos que assessoram a CNBB, deve-se ainda acrescentar a que foi elaborada nos Regionais da Conferência e nas dioceses e paróquias, através de subsídios que traduziram as orientações do Documento de Aparecida nos diferentes contextos eclesiais do país. Sob muitos pontos de vista, pode-se dizer que nesses espaços e nos espaços a eles vinculados, foi elaborada, nesses últimos 15 anos, uma reflexão profundamente marcada pela V Conferência, traduzindo-a no corpo eclesial e dando-lhe os contornos dos diversos lugares nos quais esse processo foi sendo implementado. Vários documentos do episcopado desse período e as iniciativas de evangelização típicas da

Igreja brasileira, como a Campanha da Fraternidade, o mês das vocações, o mês da Bíblia, o mês missionário, o tempo de advento, veicularam e tornaram viva a Teologia elaborada em Aparecida, sendo impossíveis de serem "contabilizados" em "produtos" identificáveis e classificáveis, mas podendo ser captados na linguagem e na vida dos fiéis.

A esse primeiro tipo de "produção" teológica deve ainda ser associada uma série de conferências, palestras, artigos e livros elaborada por teólogos e teólogas do país tendo em vista subsidiar, de modo crítico e construtivo, os processos vividos no seio da ação pastoral da Igreja do Brasil à luz do Documento de Aparecida. Seguindo a tradição que se consagrou no período pós-conciliar na reflexão teológica nacional, grande parte da Teologia visando o público Igreja está profundamente articulada com a Teologia visando o público sociedade, ou seja, não se compreende a fé separada da vida e do agir dos fiéis nos vários âmbitos em que testemunham sua fé no mundo. Embora as grandes intuições da V Conferência sejam marcadas por uma concentração no discipulado missionário, indicando certo privilégio da Teologia sistemática, que se dirige ao público Igreja, a perspectiva da missão não está circunscrita à existência pessoal dos fiéis ou das comunidades de fé. Como indicam três dos quatro capítulos da terceira parte do Documento de Aparecida, dedicados aos temas da dignidade humana (VIII), da família (IX) e da cultura (X), o discipulado missionário é promotor da vida plena, ou seja, tem como horizonte o público sociedade, demandando por isso a reflexão da Teologia prática.

Não é o caso de repertoriar aqui todas as produções teológicas elaboradas em função dos públicos Igreja e sociedade. Como acima foi observado, na recepção de Aparecida pelo público Igreja, as DGAE jogaram um papel fundamental, como também alguns documentos elaborados pela CNBB, aprofundando temas tratados em Aparecida. É o caso dos Documentos 88: *Projeto nacional de evangelização: o*

Brasil na missão continental (2008); 97: *Discípulos e servidores da palavra de Deus na missão da Igreja* (2012); 100: *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia, a conversão pastoral da paróquia* (2014); 107: *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo* (2017). A esses textos é importante acrescentar alguns artigos e livros escritos por Agenor Brighenti, Mário de França Miranda e João Batista Libanio, sem dúvida os teólogos que mais se destacaram na reflexão teológica relacionada à V Conferência.[23]

---

23 BRIGHENTI, A. Rumo à V Conferência de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 39, n. 107, p. 103-118, 2007; BRIGHENTI, A. Conferência de Aparecida: o discurso inaugural do Papa Bento XVI. Síntese e destaques. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 1025-1031, 2007; BRIGHENTI, A. Aparecida: as surpresas, sua proposta e novidades. *Perspectiva Teológica*, v. 39, n. 109, p. 307-330, 2007; BRIGHENTI, A. Documento de Aparecida. O contexto do texto. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 772-800, 2007; BRIGHENTI, A. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2008; BRIGHENTI, A. *Aparecida em resumo*. São Paulo: Paulinas, 2008; BRIGHENTI, A. *Para compreender o documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008; BRIGHENTI, A. O contexto de uma ousadia que continua fazendo caminho: a propósito dos 40 anos de Medellín. *Revista Pistis & Praxis*, v. 1, n. 2, p. 415-434, 2009; BRIGHENTI, A. A missão continental e a conversão pastoral e pessoal. In: CELAM. *Aparecida y la Iglesia misionera en América Latina hoy*. Bogotá: CELAM, 2012. p. 63-76; BRIGHENTI, A. Por uma evangelização realmente nova. *Perspectiva Teológica*, v. 45, n. 125, p. 83-106, 2013; BRIGHENTI, A. Documento de Aparecida: o texto original, o texto oficial e o Papa Francisco. *Revista Pistis & Praxis*, v. 8, n. 3, p. 673-713, 2016; BRIGHENTI, A.; PASSOS, J. D. (orgs.). *Compêndio das conferências dos bispos da América Latina e Caribe*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2018; MIRANDA, M. F. *Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2006; MIRANDA, M. F. A eclesiologia do documento de Aparecida. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 843-864, 2007; MIRANDA, M. F. Cultura e evangelização no Documento de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 40, n. 110, p. 77-85, 2008; MIRANDA, M. F. O desafio de Aparecida: uma configuração eclesial para a América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 69, n. 273, p. 77-102, 2009; LIBANIO, J. B. A caminho da V Conferência de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 38, n. 105, p. 187-210, 2006; LIBANIO, J. B. Conferência de Aparecida. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 816-842, 2007; LIBANIO, J. B. Conferência de Aparecida. *Vida Pastoral*, v. 48, n. 257, p. 20-26, 2007; LIBANIO, J. B. *Conferências gerais do episcopado latino-americano.* São Paulo: Paulus, 2007; LIBANIO, J. B. *Discursos do Papa na visita. Conferências gerais do episcopado latino-americano: do Rio de Janeiro a Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 67-74; LIBANIO, J. B. Formação dos discípulos missionários. *Vida Pastoral*, v. 49, n. 261, p. 25-31, 2008; LIBANIO, J. B. A dimensão conflituosa da missão na sociedade do conhecimento. In: BRIGHENTI, A.; HERMANO, R. (orgs.). *A missão em debate. Provocações à luz de Aparecida*. *Ecclesia*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 41-50.

É importante ainda observar o lugar que ocupam, na formação do público em geral e de agentes de pastoral, algumas revistas publicadas por instituições eclesiais no Brasil, que atingem sobretudo os públicos Igreja e sociedade. Revistas de caráter devocional, como *Mensageiro do Coração de Jesus*, editada por Edições Loyola, ou de divulgação, como *Família Cristã*, editada por Edições Paulinas, que formam grande parte do povo católico, publicaram no período pequenos textos reverberando Aparecida, embora sem os aprofundar. Para agentes de pastoral mais especializados, cumprem esse papel as revistas *Vida Pastoral*, editada pela Paulus e distribuída ao clero e seminaristas, e *Convergência*, editada pela Conferência dos Religiosos/as do Brasil (CRB) e assinada pelas comunidades de vida consagrada no país. Uma pesquisa no site de *Vida Pastoral*, por exemplo, indica 82 ocorrências para "Conferência de Aparecida". Analisando os títulos dos artigos nos quais essas ocorrências aparecem, 30 estão relacionados com temas tratados na V Conferência. Algo parecido se percebe em *Convergência*, que publicou, entre 2007-2022, 13 artigos com temas relacionados com Aparecida. Duas outras revistas, a *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), ligada à Editora Vozes, dos Franciscanos de Petrópolis, e *Encontros Teológicos*, ligada à Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), também se destacam pela publicação de artigos mais voltados para os públicos Igreja e sociedade. A primeira publicou, nesse período, 22 artigos e a segunda 42.

Os temas abordados nos artigos dessas revistas contemplam, entre outros, os seguintes aspectos ligados à V Conferência: o caminho que conduziu a Aparecida; visão geral da V Conferência, seu contexto, o Documento enquanto tal, chaves de sua leitura e como deve ser sua recepção; o laicato; o diálogo na Igreja e o diálogo com outras igrejas e religiões; a configuração eclesial; propostas de ênfases e temáticas provenientes de algumas instituições; a ecologia; a relação de Aparecida com as Conferências anteriores; a questão do método

ver-julgar-agir, com ênfase nas mudanças no modo de pensar o ver, visto a partir da centralidade cristológica e teologal; o tema da mudança de época; a análise do discurso inaugural de Bento XVI; a questão do discipulado e da missão; a catequese e a liturgia na perspectiva de Aparecida; a questão da comunicação; os desafios da recepção de Aparecida nas estruturas pastorais da Igreja; a formação do discípulo-missionário; o perfil do presbítero; as CEBs; a opção pelos pobres; o tema da migração; o planejamento pastoral à luz de Aparecida; as mudanças socioculturais e a Igreja do Brasil; a vida religiosa consagrada; a conversão pastoral e a renovação missionária a partir das CEBs; a questão ética; as paróquias; a família; a espiritualidade à luz de Aparecida.

O público academia, como acima foi assinalado, busca dialogar com os demais saberes presentes nas universidades e faculdades. No Brasil, os cursos de graduação e de pós-graduação em Teologia são oferecidos por instituições confessionais. Isso não exime, porém, a Teologia de justificar-se perante os demais saberes. As avaliações feitas nas visitas e aferidas pelo ENADE, para o bacharelado, e pelas avaliações quadrienais, acompanhadas pela CAPES, levam em conta, sobretudo, produções acadêmicas bibliográficas e técnicas, bem como o impacto que produzem na pesquisa da área e nas dinâmicas sociais. São avaliadas as produções de docentes, discentes e egressos. Na avaliação dessas produções, foram estabelecidos certos parâmetros, envolvendo a qualidade dos periódicos, dos livros, dos anais de congressos nos quais os membros do Programa publicaram e a qualidade dos produtos técnicos que criaram, sendo muito valorizadas as participações em congressos da área, com apresentação de comunicações.

Os principais periódicos assumidos por Programas de Pós-Graduação em Teologia no Brasil que publicaram textos sobre Aparecida nesses 15 anos foram: *Perspectiva Teológica* (FAJE): 14;

Atualidade Teológica (PUC-Rio): 14; *Pistis & Praxis* (PUCPR): 9; *Cultura Teológica* (PUC-SP): 7; *Teocomunicação* (PUCRS): 3; *Fronteira* (UNICAP): 2. O periódico *Estudos Teológicos*, do Programa da Faculdade Luterana, de São Leopoldo, não teve nenhum artigo publicado com os temas tratados em Aparecida. Outros periódicos importantes, publicados por Programas de Pós-Graduação em Ciências da Religião, como *Horizonte* e *Interações* (PUC Minas), *Caminhos* (PUC Goiás), *Reflexão* (PUC-Campinas), *REVER* (PUCSP), *Estudos de Religião* (UMESP), praticamente não possuem artigos abordando temas relacionados com a V Conferência na Igreja do país.

A CAPES possui um portal que serve de repositório para dissertações e teses elaboradas no Brasil. Uma consulta rápida nesse portal a partir das expressões "Conferência de Aparecida", "Documento de Aparecida" ou "Aparecida" informa que essa temática ainda não tem sido objeto de muitas pesquisas no Brasil. Dos temas abordados, destacam-se: laicato, discipulado missionário, missão, encontro com Cristo, espiritualidade do discípulo-missionário, pastoral urbana, paróquia, seguimento Cristo.[24] Uma visão mais completa necessitaria também consultar os portais das instituições teológicas estrangeiras nas quais brasileiros fazem seus estudos de mestrado e doutorado.

---

24 Dentre as pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Teologia repertoriados, ver: DI FIORE, A. G. *Laicato e corresponsabilidade: protagonismo no Documento de Aparecida*. Dissertação, PUCSP, 2016; LEME, P. S. *A missão na cidade a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUCSP, 2016; SILVA, V. P. *O encontro com Cristo como sentido da vida a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2012; POZZEBON, M. *A espiritualidade do discípulo missionário a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2011; FILLUS, C. R. *Reconfigurar a paróquia através de uma conversão pastoral à luz do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2015; MONTEIRO, L. F. *O seguimento de Jesus*. Hermenêutica do discipulado à luz do Documento de Aparecida. Dissertação, FAJE, 2017; FONSECA, J. L. *Igreja e missão à luz de Aparecida*. Dissertação, PUCPR, 2013; KAERCHER, R. A. *A partir da Conferência de Aparecida (2007) elucidar a missão continental da América Latina no anúncio do Reino de Deus*. Dissertação, PUCRS, 2009; ANDREATTA, A. *A missão do cristão leigo na Igreja e no mundo. Uma leitura teológico-pastoral à luz dos Documentos do CELAM*. Dissertação, FAJE, 2009; MIKUSZKA, G. L. *O discípulo missionário na perspectiva de José Comblin. Implicações para uma paróquia missionária*. Tese, FAJE, 2016.

Os artigos publicados nos periódicos dos Programas de Pós-Graduação nesses 15 anos abordam temas gerais, como o caminho que conduziu à V Conferência, aspectos da Teologia nela valorizados, chaves de leitura do conjunto dos textos. Outros artigos abordam os seguintes temas: relação entre cultura e evangelização; a figura de presbítero exigida pelo Documento; a nova evangelização; o laicato; a fundamentação pastoral-educativa do Documento; a relação entre o texto original e o texto oficial; o Ofício Divino à luz da V Conferência; a relação entre cristianismo e sociedade; a hermenêutica bíblica depois de Aparecida; a leitura popular da Bíblia e Aparecida; a problemática da "mudança de época"; a esperança e a conversão pastoral; a imagem da Igreja samaritana; os princípios éticos que emanam do Documento; o planejamento pastoral; a reconfiguração institucional da Igreja; a mariologia. Outros textos, enfim, fazem a retrospectiva das cinco Conferências do CELAM, apontando o aporte específico de Aparecida; o influxo do Documento de Aparecida no magistério do Papa Francisco, cuja ação, como coordenador na comissão de redação em Aparecida, foi fundamental no Documento final.

***

Ao ser consultado pela direção do CELAM sobre a possibilidade de convocar uma VI Conferência do Episcopado Latino-americano e Caribenho, o Papa Francisco provocou o conjunto da Igreja Católica da região dizendo que Aparecida ainda não tinha sido inteiramente assimilada por ela. Ao invés de convocar uma nova Conferência, ele propôs que fosse realizada uma Assembleia Eclesial, que teve um período intenso de escuta em 2021, culminando no encontro, entre 21-28/11/2021, reunindo, em Guadalupe, 100 pessoas presencialmente, e cerca de 900 pelas plataformas digitais. O tema proposto, "Somos todos discípulos-missionários em saída", vincula-se com

Aparecida, como se pode ver no material coletado na escuta e nos desafios urgentes elegidos pela Assembleia.

Durante a Assembleia, 41 desafios receberam a atenção dos que participaram, e 12 foram escolhidos como mais os mais urgentes: 1) Reconhecer e valorizar o protagonismo dos jovens na comunidade eclesial e na sociedade; 2) Acompanhar as vítimas das injustiças sociais e eclesiais nos processos de reconhecimento e reparação; 3) Impulsionar a participação ativa das mulheres nos ministérios, instâncias de governo, discernimento e decisão eclesial; 4) Promover e defender a dignidade da vida e da pessoa humana da concepção à morte natural; 5) Incrementar a formação na sinodalidade para erradicar o clericalismo; 6) Promover a participação dos leigos nos espaços de transformação cultural, político, social e eclesial; 7) Escutar o clamor dos pobres, excluídos e descartados; 8) Reformar os itinerários formativos dos seminários, incluindo temáticas como ecologia integral, povos originários, inculturação, interculturalidade e pensamento social da Igreja; 9) Renovar o conceito e a experiência de Igreja povo de Deus, em comunhão com a riqueza de sua ministerialidade, evitando o clericalismo e favorecendo a conversão pastoral; 10) Reafirmar e dar prioridade a uma ecologia integral nas comunidades de fé, a partir dos quatro sonhos de *Querida Amazônia*; 11) Propiciar o encontro pessoal com Jesus Cristo encarnado na realidade do continente; 12) Acompanhar os povos originários e afrodescendentes na defesa da vida, terra e culturas.

Esses desafios e os que emergiram da escuta do processo sinodal em curso, apontam para o caminho aberto por Aparecida e que o Papa Francisco propõe para ser vivido por toda a Igreja, tornando-a realmente sacramento da presença de Cristo e do reinado por ele inaugurado no mundo. Somente assim ela poderá dar sentido à existência do "público" que a compõe, tornando-o "sal da terra e luz do mundo" e abrindo-o para um diálogo fecundo com os saberes através

dos quais a inteligência humana capta e dá sentido a cada aspecto da realidade, tornando-o compreensível e portador de significado.

Referências bibliográficas

ANDREATTA, A. *A missão do cristão leigo na Igreja e no mundo. Uma leitura teológico-pastoral à luz dos Documentos do CELAM*. Dissertação, FAJE, 2009.

BEOZZO, J. O. A recepção do Concílio Vaticano II na Igreja do Brasil. In: Centro Manuel Larraín: Santiago, 2018.

BOFF, C.; BOFF, L. *Como fazer teologia da libertação?* Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, C. *Como trabalhar com o povo?* Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRIGHENTI, A. Rumo à V Conferência de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 39, n. 107, p. 103-118, 2007.

_____. Conferência de Aparecida: o discurso inaugural do Papa Bento XVI. Síntese e destaques. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 1025-1031, 2007.

_____. Aparecida: as surpresas, sua proposta e novidades. *Perspectiva Teológica*, v. 39, n. 109, p. 307-330, 2007.

_____. Documento de Aparecida. O contexto do texto. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 772-800, 2007.

_____. *A desafiante proposta de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *Aparecida em resumo*. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. *Para compreender o Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008.

_____. O contexto de uma ousadia que continua fazendo caminho: a propósito dos 40 anos de Medellín. *Revista Pistis & Praxis*, v. 1, n. 2, p. 415-434, 2009.

_____. A missão continental e a conversão pastoral e pessoal. In: CELAM. *Aparecida y la Iglesia misionera en América Latina hoy*. Bogotá: CELAM, 2012. p. 63-76.

_____. Por uma evangelização realmente nova. *Perspectiva Teológica*, v. 45, n. 125, p. 83-106, 2013.

_____. Documento de Aparecida: o texto original, o texto oficial e o Papa Francisco. *Revista Pistis & Praxis*, v. 8, n. 3, p. 673-713, 2016.

_____.; PASSOS, J. D. (orgs.). *Compêndio das conferências dos bispos da América Latina e Caribe*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2018.

CALDEIRA, R. C. Bases temporais para o estudo histórico da Igreja Católica do século XX. *Horizonte*, v. 5, n. 10, p. 56-74, 2007.

CELAM. *Nuestras deudas con Aparecida. Balance 15 años después*. Bogotá: CELAM, 2022.

CNBB. *Plano de Pastoral de Conjunto 1966-1970*. Brasília: CNBB, 2004.

COSTA, P. C. *Aparecida 15 anos depois: contribuições, perspectivas e desafios*. Brasília, pro manuscripto, 2022.

DE MORI, G. L. Antropofagia e teologia. *Perspectiva Teológica*, v. 54, n. 2, p. 295-319, 2022.

DE MORI, G. L; KONINGS, K.; GODOY, M. *Uma escola de Teologia. A Faculdade de Teologia dos Jesuítas do Brasil em seus 70 anos*. São Paulo: Loyola, 2019.

DI FIORE, A. G. *Laicato e corresponsabilidade: protagonismo no Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC SP, 2016.

FILLUS, C. R. *Reconfigurar a paróquia através de uma conversão pastoral à luz do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2015.

FONSECA, J. L. *Igreja e missão à luz de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2013.

GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATO, V, I. *Concílio Vaticano II. Análise e Prospectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

KAERCHER, R. A. *A partir da Conferência de Aparecida (2007) elucidar a missão continental da América Latina no anúncio do Reino de Deus.* Dissertação, PUC RS, 2009.

LEME, P. S. *A missão na cidade a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC SP, 2016.

LIBANIO, J. B. A caminho da V Conferência de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 38, n. 105, p. 187-210, 2006.

_____. Conferência de Aparecida. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 816-842, 2007.

_____. Conferência de Aparecida. *Vida Pastoral*, v. 48, n. 257, p. 20-26, 2007.

_____. *Conferências gerais do episcopado latino-americano.* São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Discursos do Papa na visita. Conferências gerais do episcopado latino-americano: do Rio de Janeiro a Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007, p. 67-74.

_____. Formação dos discípulos missionários. *Vida Pastoral*, v. 49, n. 261, p. 25-31, 2008.

_____. A dimensão conflituosa da missão na sociedade do conhecimento. In: BRIGHENTI, A.; HERMANO, R. (orgs.). *A missão em debate. Provocações à luz de Aparecida. Ecclesia*. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 41-50.

_____. *Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005.

MIRANDA, M. F. *Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. A eclesiologia do documento de Aparecida. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 67, n. 268, p. 843-864, 2007.

_____. Cultura e evangelização no Documento de Aparecida. *Perspectiva Teológica*, v. 40, n. 110, p. 77-85, 2008.

_____. O desafio de Aparecida: uma configuração eclesial para a América Latina. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 69, n. 273, p. 77-102, 2009.

MIKUSZKA, G. L. *O discípulo missionário na perspectiva de José Comblin. Implicações para uma paróquia missionária*. Tese, FAJE, 2016.

MONTEIRO, L. F. *O seguimento de Jesus. Hermenêutica do discipulado à luz do Documento de Aparecida*. Dissertação, FAJE, 2017.

POZZEBON, M. *A espiritualidade do discípulo missionário a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2011.

REGA, L. S. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em teologia: história e alguns critérios. In: DE MORI, G.; OLIVEIRA, P. A. R, de. (orgs.). *Religião e educação para a cidadania.* São Paulo: Paulinas, 2011, v. 1, p. 290-317.

Resolução nº 4 do CNE, de 08/09/2016. Disponível em: rces004_16 (mec.gov.br). Acesso em: 8 de setembro de 2022.

SENRA, F. Estudos de Ciência(s) da(s) Religião(ões) e Teologia no Brasil: situação atual e perspectivas. *REVER*, v. 15, n. 2, p. 196-214, 2015.

SILVA, V. P. *O encontro com Cristo como sentido da vida a partir do Documento de Aparecida*. Dissertação, PUC PR, 2012.

SOUSA, L. A. G. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, N. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil império. *Atualidade Teológica*, v. 46, p. 127-144, 2013.

_____. 50 anos de saber e sabor. Um olhar histórico sobre a formação teológica e presbiteral em São Paulo, no jubileu da Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. *Cultura Teológica*, n. 28, p. 73-89, jul./set. 1999.

TEPEDINO, A. M. *Memória, Identidade, Missão. Teologia da PUC--Rio – 45 anos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.

TRACY, D. Retrato social do teólogo. Os três públicos da teologia: sociedade, academia, Igreja. In: _____. *A imaginação analógica. A teologia cristã e a cultura do pluralismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 19-72.

_____. A teologia na esfera pública: três tipos de discurso público. *Perspectiva Teológica*, v. 44, n. 122, p. 29-51, 2012.

ZIONI, V. A. J. M. A Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e a formação do clero brasileiro. *Cultura Teológica*, n. 28, p. 37-42, jul./set. 1999.

CAPÍTULO X
Después de 15 años... ¿Donde está la mujer?

Maria Clara Lucchetti Bingemer
Departamento de Teologia da PUC-Rio, Brasil

La Conferencia de Aparecida cumple 15 años. Y sin duda es tiempo de celebrar. Hay mucho por que hacer esta celebración. Fue una conferencia muy positiva, en la cual se sintió de vuelta el soplo profético de las Conferencias de Medellín y Puebla. Además, releyendo Aparecida desde el momento en el cual estamos, vemos ya en su documento de conclusiones muchos de los puntos que hoy vivimos y que constituyen la Primavera de Francisco. Se reconoce la mano del entonces Cardenal Bergoglio en el Documento y se ve que Aparecida dio nacimiento a muchas cosignas del actual pontificado que nacieron de la V Conferencia del Episcopado Latino-americano. Uno de ellos es la cultura del encuentro, otro la Iglesia en salida etc.

En cuanto a la cuestión de la mujer, Aparecida a mi entender trae más que nada una conciencia más clara de la situación y de la urgencia de la promoción de la mujer en la Iglesia. A pesar de la persistencia del predominio del patriarcalismo y machismo en la cultura del continente latinoamericano, la conciencia sobre la importancia de caminar hacia una liberación plena de la mujer y hacia un estado de igualdad entre ella y el varón ha ido creciendo. Puede que no en la proporción que se desearía. Ni en la proporción que ya se encontraba

en la mente y el corazón de incluso algunos obispos aún antes de empezar la Conferencia.

Yo estaba en Aparecida como asesora por la CNBB para los obispos, juntamente con Dom Joel (entonces Padre Joel) y otros. Y escuché por ejemplo a Dom Erwin Krautler decir en una de las sesiones que teníamos juntos fuera del aula: "No podemos dejar de decir una palabra para la mujer. Porque si la mujer se va de la Iglesia estamos perdidos". Dom Erwin hablaba con apertura y cordialidad, en su estilo lleno de humor y bondad. Pero lo que decía era cierto. Crecía en la Iglesia latinoamericana una conciencia de que las mujeres son los pilares de la vida eclesial. Y si persistieran en no sentirse valoradas, en sus personas y su quehacer, la Iglesia corría el riesgo de perderlas, y a su servicio abnegado, dedicado, de calidad.

Cuando Aparecida enumera, en el Mensaje Final, al n. 5 del mismo, lo que cree y espera, menciona explícitamente una mayor participación de la mujer. Así dice el DAp (p. 31):

> En Medellín y en Puebla terminamos diciendo "CREEMOS". En Aparecida, como lo hicimos en Santo Domingo, proclamamos con todas nuestras fuerzas: CREEMOS Y ESPERAMOS. Esperamos… *Impulsar la participación activa de la mujer en la sociedad y en la Iglesia*. (Mensaje final)

Ahora bien, examinándonos con apertura y trasparencia, en cuanto comunidad eclesial, ¿se puede decir con sinceridad que el DAp ha realmente contribuido para que esa participación de la mujer resultara en realidad palpable en la sociedad y en la Iglesia? Creemos que en alguna medida sí. Un ejemplo es el cuidado en usar el lenguaje inclusivo a lo largo de todo el Documento. No se habla de hombres, ni se dice "el hombre" cuando se quiere mencionar la humanidad o el pueblo, sino de hombres y mujeres. Esto es un avance

significativo, que no se encuentra en los documentos de las conferencias anteriores, donde todavía se usa el género masculino para significar la humanidad o el colectivo de personas.

Somos seres de palabra y el lenguaje no solamente expresa exteriormente la realidad, sino que la hace, la crea. Cuidar el lenguaje es cuidar el futuro de las utopías, de los sueños, de los deseos. Eso pasa con el lenguaje inclusivo que atestigua una y otra vez que el referente masculino no corresponde a la totalidad de lo humano, sino que la humanidad es creada y compuesta de hombre y mujer, femenino y masculino, macho y hembra. Y eso trae consecuencias teológicas importantes, como que no se puede tampoco hablar de Dios solamente en masculino, ya que la analogía para un discurso sobre el Misterio Santo de la fe es antropológica y no androcéntrica.

Por otro lado, mirando a la realidad hoy, 15 años después de la Conferencia, se nota que si bien las reivindicaciones del feminismo habían venido de la sociedad e interpelado a las iglesias, ahora sobre todo con la pandemia y en muchos países de América Latina la situación de la mujer se ha precarizado más. El n. 48 de Aparecida dice:

> En esta hora de América Latina y el Caribe, urge tomar conciencia de la situación precaria que afecta la dignidad de muchas mujeres. Algunas, desde niñas y adolescentes, son sometidas a múltiples formas de violencia dentro y fuera de casa: tráfico, violación, servidumbre y acoso sexual; desigualdades en la esfera del trabajo, de la política y de la economía; explotación publicitaria por parte de muchos medios de comunicación social, que las tratan como objeto de lucro.

¿Como aparece hoy el "estado del arte" de esa grave denuncia hecha por los obispos en Aparecida? El Observatorio Mundial de las Mujeres hace un relatorio amplio sobre el panorama del impacto del Covid-19 en las mujeres latinoamericanas y caribeñas. Ahí

se levantan elementos que traducen las consecuencias para mujeres de varios países del continente durante el periodo de dos años de la pandemia. Si toda la humanidad ha sido afectada por el virus, lo que aquí leemos es que las mujeres lo han sido especialmente en algunas dimensiones y aspectos de su vida. O sea, además del confinamiento que todos han tenido que soportar, para las mujeres ha sido algo especialmente fuerte. Por su mayor vulnerabilidad en comparación con los hombres, y la discriminación que sufren hace siglos, el deterioro que ha afectado a todos las ha afectado especialmente. Todas las encuestas que aparecen en el documento del Observatorio no hacen más que describir el impacto de la pandemia en la vida de las mujeres que es previa al inicio de la misma, y que, durante la misma no hizo más que agudizarse, profundizarse y agravarse.

Lo primero que se detecta es el aumento importante de la violencia de género. Las mujeres se han visto confinadas 24 horas al día con sus agresores, – en la mayoría de las veces maridos o compañeros – que con ellas conviven adentro de su casa. Si antes salían para trabajo o para alguna otra actividad o encuentro, ahora se vieron todo el tiempo al lado del agresor, teniendo que soportar diariamente sus investidas violentas, psicológicas o aun físicas. El feminicidio aumentó enormemente durante este tiempo. El Papa Francisco se ha pronunciado fuertemente contra esto en varias ocasiones, pero se trata de una verdadera llaga social, que la pandemia no hizo más que aumentar.

Además de la violencia de género, el estado del arte da cuenta de otros dolores que las mujeres han tenido que sufrir con mayor intensidad durante y después de la pandemia. Son ellos: la continua inequidad y deterioro de la autonomía económica que ha aumentado considerablemente, con la pérdida del trabajo formal y la menor cantidad de oportunidades para conseguir otro empleo; la segregación sexual que tiene lugar en el mismo trabajo, impactando en la salud

y la vida de las mujeres. Al hablar de salud, el documento menciona que habla de salud no solo física sino también mental y psíquica. La profundización de la situación de precariedad y pobreza, juntamente con la violencia de género amenazan no solamente la seguridad física y corporal de la mujer, pero también su salud mental, su equilibrio psíquico al verse permanentemente en situación de acoso y ataque, teniendo constantemente que crear estrategias para sobrevivir.

Está igualmente mencionada la menor inclusión digital que sufren las mujeres en lo que respeta a educación y trabajo. Teniendo delante de si mismas el permanente desafío de conciliar familia, tareas domésticas y trabajo, la pandemia agregó a eso una dependencia importante de la internet y las conexiones digitales a fin de poder asistir clases, dar clases o trabajar desde casa. La brecha digital o aun la exclusión digital golpea más a las mujeres y en esos tiempos, eso implica mayor precariedad y gravedad.

Finalmente, el empobrecimiento y carencia siempre mayor de recursos incluso en ítems tan básicos como la higiene y el cuidado de si hacen con que las mujeres se experimenten decaídas en cuanto seres humanos y no puedan defenderse, ni a sus hijos muchas veces por no poder tomar las necesarias medidas higiénicas y sanitarias. Es mencionado igualmente que la pobreza que se vuelve miseria golpea especialmente mujeres que además de su precaria condición socioeconómica aún tienen otra sobrecarga como por ejemplo hijos discapacitados y especiales, o son ellas mismas de género transexual. Esto levanta un punto importante, me parece que nos remite al DAp.

Aparecida afirma que los cambios culturales que vivimos han modificado los roles tradicionales de varones y mujeres, quienes buscan desarrollar nuevas actitudes y estilos de sus respectivas identidades, tratando de potenciar sus dimensiones humanas en la convivencia cotidiana, en la familia y en la sociedad. Eso dice el n. 49 y agrega: pero "a veces por vías equivocadas."

Sucede que desde Aparecida hasta hoy ha crecido en los estudios de género la mirada sobre otras categorías que se reconocen en la llamada comunidad LGBTQIA+. No voy a detenerme aquí en ese delicado punto que ya ha sido objeto de discretas menciones o actitudes por parte hasta de autoridades eclesiásticas. Solo lo menciono porque creo que es algo que pasa y crece en la sociedad y que la Iglesia no puede sencillamente ignorar. En el Documento de Aparecida se siente una intuición y preocupación con este estado de cosas, como se puede ver en el número 116: "Bendecimos a Dios por haber creado al ser humano varón y mujer, aunque hoy se quiera confundir esta verdad".

La mujer es apenas una parte de la actual agenda social del género, y sigue siendo una parte debilitada y oprimida, y más después de la pandemia. Aparecida ya reconocía todo este sufrimiento. Cuando el Documento enumera los rostros sufrientes del continente, incluye a la mujer.

> Esto nos debería llevar a contemplar los rostros de quienes sufren. Entre ellos, están las comunidades indígenas y afroamericanas, que, en muchas ocasiones, no son tratadas con dignidad e igualdad de condiciones; muchas mujeres, que son excluidas en razón de su sexo, raza o situación socioeconómica; jóvenes, que reciben una educación de baja calidad y no tienen oportunidades de progresar en sus estudios ni de entrar en el mercado del trabajo para desarrollarse y constituir una familia; muchos pobres, desempleados, migrantes, desplazados, campesinos sin tierra, quienes buscan sobrevivir en la economía informal; niños y niñas sometidos a la prostitución infantil, ligada muchas veces al turismo sexual; también los niños víctimas del aborto. (DAp 65)

Más adelante, en el n. 75, Aparecida reconoce que la mujer es un nuevo actor social, juntamente con los afroamericanos, los indígenas

y otros que contribuyen para fortalecer una democracia participativa y están creando mayores espacios de participación política. Pero hace mucho más hincapié en el lugar de la mujer en la familia. Creo que hoy, 15 años después, hay más conciencia por parte de la mujer y de la sociedad como un todo y por varios sectores de la Iglesia que el matrimonio no es la única vocación o el único destino de la mujer. Además de la vida consagrada femenina que florece en la Iglesia, en el tejido social latinoamericano una visión de la mujer que busca una carrera, que no pretende constituir familia o posterga su maternidad para mucho más tarde empiezar a crecer y ganar volumen y espacio. Y eso levanta nuevas demandas a la Iglesia.

Muchas mujeres en nuestros días reaccionaron y han dejado el ámbito privado y doméstico a fin de participar del espacio público incluso disputándolo con el hombre, deseando ser dueñas de su propia vida. Sin embargo, la visión machista y patriarcal obstaculiza ese movimiento de liberación con su deseo de dominación y control de las mujeres. Los cambios que resultan de esa emancipación femenina han sido difíciles de ser aceptados, en diversas sociedades, que reaccionan con un aumento de la violencia contra la mujer.

Permanece vivo el factor cultural y social que concibe la mujer como inferior al hombre. La introyección de la superioridad del modelo masculino, el mimetismo de acción constante en relación con las generaciones anteriores a la nuestra, muestra la permanencia de un patrón familiar de subordinación y de un no cuestionamiento de las imposiciones masculinas.

Aunque la sociedad venga pasando por modificaciones en relación a la libertad de la mujer y la concientización del patriarcalismo, en las relaciones establecidas entre hombres y mujeres, de modo general, aún son los hombres que asumen el poder sobre las mujeres, ya que la supremacía masculina es introyectada por ambos en cuanto real, en prejuicio de la femenina. De esa forma, cuando la mujer no

acepta como "natural" el papel a ella impuesto es común que los hombres recurran a la violencia, desde las formas más sutiles hasta la violencia física.

La primera gran violencia de la cual es víctima la mujer empieza en la educación. Esta viene agregarse a lo que se entiende por "feminización de la pobreza". En los países más pobres y subdesarrollados como los de nuestro continente, América Latina, se da el fenómeno de la "feminización de la pobreza" eso es una realidad muy presente.[1] Una persona pobre, siendo también mujer, es doblemente pobre.

La discriminación contra mujeres se trata de una de las violaciones a los derechos humanos más sistemáticas y extendidas. Pasa por la educación, ya que el número de mujeres analfabetas es asustador, así como de niñas que no van a la escuela. Está arraigada en estructuras sociales construidas en base a la dominación de género más que en acciones individuales o acciones al azar; trasciende límites de edad, socioeconómicos, educacionales y geográficos; afecta a todas las sociedades; y es un obstáculo importante para eliminar la inequidad de género y la discriminación a nivel global. Hay muchos movimientos hoy de resistencia que se levantaron contra eso y la Iglesia puede ser un actor importante en esa lucha.

Pero hay otro punto de Aparecida que creo que se debería rescatar con especial atención hoy cuando se habla de la mujer: la maternidad. El Documento dice:

> Urge valorar la maternidad como misión excelente de las mujeres. Esto no se opone a su desarrollo profesional y al ejercicio de todas sus dimensiones, lo cual permite ser fieles al plan originario de Dios que da a la pareja humana, de forma conjunta, la misión de mejorar la tierra. La mujer es

1 La introducción a este concepto es dada por la pensadora estadounidense Diane Pearce en su artículo publicado en 1978. Para ella, la feminización de la pobreza es un proceso que se desarrolla cuando mujeres, sin el apoyo de su marido o pareja, deben asumir la responsabilidad del cuidado y bienestar de sus hijos.

> insustituible en el hogar, la educación de los hijos y la transmisión de la fe. Pero esto no excluye la necesidad de su participación activa en la construcción de la sociedad. Para ello, se requiere propiciar una formación integral de manera que las mujeres puedan cumplir su misión en la familia y en la sociedad. (DAp 456)

Con todo lo que intentamos demostrar aquí, parece que ese excelente deseo todavía no se ha vuelto realidad tanto cuanto seria deseable.

Sin embargo, me parece que esto será totalmente imposible sin una conversión del hombre. Nosotros en cuanto Iglesia hemos reforzado a lo largo de los siglos ese estado de cosas que genera el patriarcalismo y el machismo tan presente en la sociedad. La mujer no podrá pasar del privado a lo público, no podrá dar toda su medida de creatividad y contribución en la sociedad y la Iglesia si el hombre no hace también él una travesía, un pasaje del público a lo privado. Y es el asumir de su paternidad, desde la concepción hasta la edad adulta de los hijos que lo ayudará a esto.

Nuestro continente está plagado de hijos sin padre, de hijos que son creados apenas por las madres, que ni conocen ni saben el nombre de los padres. Esto si por un lado ha desarrollado en las mujeres una fuerza fuera de lo común cuando se trata de sacar adelante a los hijos y cuidarlos hasta después de muertos, por otro lado ha generado una alienación por parte de los varones con relación a la tremenda responsabilidad que tienen generando otras vidas. Es urgente una conversión del patriarcado a la paternidad, y la Iglesia puede ayudar muchísimo a eso en la Teología y en la pastoral.

El número 457 de Aparecida dice cosas lindísimas sobre la maternidad y en el 458 hace una lista de puntos para las acciones pastorales que pueden impulsar a la pastoral y potenciar el genio femenino y el protagonismo de las mujeres. En los números 459 y 463 se habla

del varón, del cual dice que está muchas veces alejado de la Iglesia. Igualmente, que debe formar una familia y ahí valorar la riqueza del aporte de la mujer comentando sin embargo que desafortunadamente, en su vocación de discípulo misionero acaba delegando la responsabilidad a las mujeres o esposas. Aunque no utilize directamente el término, Aparecida, al lado de constatar la situación desfavorable que vive la mujer, también ya intuye lo que hoy se ha ido explicitando en las Ciencias Sociales y Humanas en cuanto "crisis de las masculinidades". El patriarcalismo penaliza sobre todo a la mujer, pero el varón no está fuera de sufrir las consecuencias malignas de esa llaga social.

Me parece que hoy, 15 años después de la gran Conferencia de Aparecida y trascurridos nueve años del pontificado de Francisco, que ha hecho a la mujer más visible en la Iglesia, se ve que la llaga del patriarcalismo sigue presente y doliente en la Iglesia. Es responsabilidad de todos y todas trabajar para erradicarla so pena de que la Iglesia no corresponda al sueño de Jesús y no presente un rostro credible al mundo de hoy.

CAPÍTULO XI
La dignidad de las mujeres: Algunos desafíos actuales, reflexiones desde el Magisterio Pontificio y las teologías hechas por mujeres

Virginia R. Azcuy
Pontificia Universidad Católica de Chile
Centro Teológico Manuel Larraín

La situación de la/s mujer/es en el Documento conclusivo de la V Conferencia General del Episcopado Latinoamericano y del Caribe ya ha sido motivo de reflexión por parte de algunas teólogas latinoamericanas.[1] La temática puede considerarse en conexión con la opción por los pobres y la dignidad humana, ya que a veces aparece explicitada en este Documento como dignidad de la/s mujer/es (cf. DAp 6, 48, 406, 451, 453). También se han publicado diferentes estudios sobre la cristología de la V Conferencia, pero no son frecuentes los desarrollos específicos sobre el binomio fe cristológica y dignidad de las mujeres y ese es uno de los enfoques asumidos en esta presentación.

En términos generales, llama la atención que, en el Documento de Aparecida, rara vez se establezca una conexión entre los pobres y

1 Entre ellas, cf. VELASCO, C. Navia. Otro modo de ser Iglesia, desde el ágape y la sororidad: la Iglesia de Betania. *Alternativas*, 30, p. 147-156, 2005; VELEZ CARO, O. C. Mujer, discipulado y misión. Una reflexión a propósito de la V Conferencia de Aparecida. *Teología*, 94, p. 457-471, 2007.

las mujeres, como lo evidencian los números dedicados a cada una de estas realidades, a excepción de unas pocas expresiones como, por ejemplo, la "doble marginación" de las mujeres pobres, indígenas y afroamericanas (DAp 454).[2] Maria Clara Bingemer da cuenta de una interpretación generalizada en nuestro ámbito: "si una persona es pobre, es excluida. Si es pobre y mujer, es doblemente excluida. Si es pobre, mujer y negra [o indígena], lo es triplemente".[3] La ausencia de esta reflexión explícita en Aparecida resulta significativa por cuanto ya en el Documento de Puebla se hablaba de la "mujer pobre como doblemente oprimida", ¡aunque se hiciera en la única nota al pie existente en todo el Documento! (cf. DP 1135). En *Ecclesia in America* se introducía la realidad de la feminización de la pobreza, al señalar a una mayoría de mujeres entre los más pobres y excluidos, precisamente por encontrarse asociadas las discriminaciones de distinto signo (socioeconómica, cultural, étnica, religiosa etc.). Si la pobreza tiene rostro de mujer, es importante explicitarlo con claridad, habida cuenta de la opción preferencial por los pobres que sostiene la Iglesia latinoamericana y mundial.

Una lectura del tema de la/s mujer/es en el Documento de Aparecida pide indicar, además, los aspectos cristológicos que el texto presenta en relación con ella/s. En este sentido, se destaca sobre todo *la praxis de Jesús en una época de marcado machismo* como criterio de la dignidad de la mujer y su valor insustituible: "habló con ellas (cf. Jn 4,27), tuvo singular misericordia con las pecadoras (cf. Lc 7,36-50; Jn 8,11), las curó (cf. Mc 5,25-34), las reivindicó en su dignidad

2 La temática de la mujer no aparece expresamente en los números que tratan sobre la "opción preferencial por los pobres y excluidos" (DAp 391-398), aunque el 391 utiliza un lenguaje inclusivo: "millones de latinoamericanos y latinoamericanas". Tampoco aparece entre los "rostros sufrientes que nos duelen" (DAp 407-430), aunque se habla de "niños y niñas" y "hombres y mujeres" (cf. 409.422).

3 BINGEMER, M. C. L. Aparecida, esperanzas y temores. *Criterio*, 2326, p. 242-249, 2007, p. 245. Esta perspectiva prepara la reflexión sobre las diversas opresiones en una clave de interseccionalidad.

(cf. Jn 8,1-11), las eligió como primeras testigos de su resurrección (cf. Mt 28,9-10), e incorporó mujeres al grupo de personas que le eran cercanas (cf. Lc 8,1-3)" (DAp 451). El Documento las presenta como "las primeras transmisoras de la fe y colaboradoras de los pastores, quienes deben atenderlas, valorarlas y respetarlas" (DAp 455), lo que nos hace pensar en las tareas pendientes. En cuanto a la *igual dignidad de la mujer*, tienen primacía los textos que se refieren a Gén 1,27 (cf. DAp 104, 451, 464, 480, 537), aunque también existen algunos textos cristológicos referidos a la dignidad humana en general que abren algunas pistas de reflexión en relación con el seguimiento, la ejemplaridad, la redención, el bautismo y la filiación (cf. 41, 43, 104, 382, 480). Entre ellos, el contenido del párrafo que abre la sección titulada "la buena noticia de la dignidad humana" resulta más logrado teológicamente, como se aprecia en esta fórmula: "lo bendecimos [a Dios] por hacernos hijas e hijos suyos en Cristo, por habernos redimido con el precio de su sangre y por la relación permanente que establece con nosotros, que es fuente de nuestra dignidad absoluta, innegociable e inviolable" (DAp 104). Las mujeres bendecimos a Dios por hacernos hijas suyas en Cristo.

Una relectura actualizada de los textos de Aparecida sobre la/s mujer/es podría asumir diversas direcciones. En esta presentación, junto a algunos aspectos del Documento conclusivo de la V Conferencia, se propone establecer un marco de reflexión que incluya la voz del Magisterio de Francisco, en algunos pasajes de su Exhortación Apostólica *Evangelii Gaudium* (cf. EG 102-104) y la voz de las teologías hechas por mujeres. Esta opción está en consonancia con la solicitud del Papa, dirigida a pastores y teólogos, de ayudar a reconocer el lugar de las mujeres en la Iglesia, en relación especialmente con la toma de decisiones (cf. EG 104).

Haciendo una lectura inclusiva del texto y por tratarse de la participación de las mujeres, parece indispensable considerar algunas

voces de teólogas. Estos aportes son imprescindibles porque valoran las "experiencias de mujeres" como punto de partida en la elaboración de diversas propuestas teológicas y pastorales que puedan contribuir a ampliar su presencia de un modo significativo tanto en la Iglesia como en la sociedad. Esta doble perspectiva en la relectura del tema en Aparecida, la voz magisterial y la voz teológica femenina – sin ser excluyente –, sirve para enfocar de manera más concreta la invitación de Francisco en orden a "una presencia femenina más incisiva en la Iglesia" (EG 103).[4] Al mismo tiempo, en razón de esa misma invitación, esta reflexión otorga un espacio privilegiado a la palabra de las mujeres cristianas que se dedican a la Teología desde su condición de hijas de Dios en Cristo.

La dignidad de las mujeres y la fe cristológica en Aparecida

En el Discurso Inaugural de la V Conferencia de Aparecida, Benedicto XVI presenta los temas de unidad del amor a Dios y al prójimo en continuidad con la carta apostólica *Deus Caritas est* y con las perspectivas de las Conferencias Latinoamericanas de Medellín, Puebla y Santo Domingo, que fueron perfilando y profundizando la opción preferencial.[5] En el DI, se dice que *la fe en Cristo y la vida en* Él *no es una fuga hacia el intimismo, hacia el individualismo religioso, un abandono de la realidad urgente de los grandes problemas económicos, sociales y políticos de América Latina y del mundo*. Y que "el encuentro con Dios es, en sí mismo y como tal, encuentro con los hermanos, un

4 Para una visión general del tema, cf. JUNKAL GUEVARA, M. El Magisterio de Francisco sobre la mujer. Continuidad, novedad y desafío. *Teología y Vida*, LXI, p. 473-496, 2020.

5 En esta sección, se retoman algunas reflexiones publicadas en la primera sección de AZCUY, V. R. La dignidad de las mujeres, verdad implícita en la fe cristológica. Reflexiones para una nueva ciudadanía a la luz de Gál 3,28, 1Cor 11,5 y Gén 1,27. In: ECKHOLT, M.; ORTIZ, G. (eds.). *Ciudadanía, democracia y perspectiva de género*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2010. p. 473-505.

acto de convocación, de unificación, de responsabilidad hacia el otro y hacia los demás. En este sentido, *la opción preferencial por los pobres está implícita en la fe cristológica*, en aquel Dios que se ha hecho pobre por nosotros, para enriquecernos con su pobreza (cf. 2Cor 8,9)" (cf. DI 3). Además, el mismo discurso contiene una expresión relativa a las relaciones varón-mujer que nos abre el panorama de lo que se desarrollará en el Documento: *critica la mentalidad machista persistente que ignora la novedad del cristianismo que reconoce y proclama la igual dignidad y responsabilidad de la mujer respecto del varón* (cf. DI 5). El machismo es contrario al plan de Dios.

El Documento de Aparecida asume ambos aspectos, como se verá en lo que sigue. En relación con la fórmula sobre Cristo y los pobres, la comenta en los párrafos dedicados a la opción preferencial: "esta opción nace de nuestra fe en Jesucristo, el Dios hecho hombre, que se ha hecho nuestro hermano" (cf. Hb 2,11-12), "si esta opción está implícita en la fe cristológica (…) estamos llamados a contemplar, en los rostros sufrientes de nuestros hermanos, el rostro de Cristo que nos llama a servirlo en ellos", "de nuestra fe en Cristo, brota también nuestra solidaridad" (DAp 392-394).[6] Dos comentarios teológicos ayudan a profundizar la expresión magisterial. En la revista *Páginas*, Gustavo Gutiérrez se dedica a tratar la fórmula seleccionada del discurso en dos aspectos: "cómo es considerada la relación entre la fe en Cristo y la opción mencionada (…) [y] de qué pobre se está hablando".[7] Sobre lo segundo, el teólogo peruano se explica en términos de *insignificancia social e injusticia*, causada no sólo por estructuras económicas, sino también por categorías mentales y atavismos sociales, prejuicios sociales y religiosos, culturales y

6 Junto al texto bíblico de 2Cor 8,9 del DI, estos párrafos incorporan la idea de hermandad de Cristo de la carta a los Hebreos y la identificación de Cristo con los pequeños de Mt 25,31ss.

7 GUTIÉRREZ, G. Benedicto XVI y la opción por el pobre. *Páginas*, 205, p. 6-13, 2007.

de género – aclarando que la mayor parte de los pobres son mujeres. Esto confirma aspectos poco integrados en el Documento.

Por su parte, el teólogo argentino José Carlos Caamaño también comenta la fórmula, en el marco de la cristología del Documento: "Aparecida desarrolla, aunque de modo un tanto disperso, una cristología integral que encuentra en la teología del pobre, como lugar cristológico privilegiado, el momento más maduro de su reflexión en nuestro tema". [8] Para Caamaño, que la opción preferencial esté implícita en la fe cristológica se explica con otra expresión: "todo lo que tenga que ver con Cristo tiene que ver con los pobres y todo lo relacionado con los pobres reclama a Jesucristo" (DAp 393). ¿Se podrá decir algo semejante sobre Cristo y las mujeres? [9] De hecho, distintas teólogas católicas como Elisabeth Schüssler Fiorenza y Rosemary Radford Ruether en EE.UU. o María Pilar Aquino e Ivone Gebara en América Latina, junto a otras, han hecho lo suyo al respecto.[10] Lo mismo se puede decir del magisterio de *Mulieris Dignitatem* siguiendo las huellas del Concilio Vaticano II, al afirmar que la eterna verdad sobre el ser humano, varón y mujer, constituye un misterio que sólo se esclarece a la luz de Cristo (cf. MD 2), en clara relectura del pasaje de GS 22 que anuda la cristología y la antropología en un texto de referencia.

Al pensar *la dignidad de las mujeres como verdad implícita en la fe cristológica* desde esta propuesta reflexiva, no se piensa primeramente

---

8 CAAMAÑO, J. C. Cristo y la vida plena. Aportes para una recepción de Aparecida. *Teología*, 94, p. 445-456, 2007, p. 451.

9 Me he referido a esta perspectiva en AZCUY, V. R. Fe cristológica y dignidad de las mujeres. Sugerencias para una travesía de des-ocultamiento y compañerismo. *Stromata*, LXIV, 1/2, p. 1-14, 2008.

10 Cf. SCHÜSSLER FIORENZA, E. Feminist Theology as a critical Theology of Liberation. *Theological Studies*, 36, p. 605-626, 1975; RADFORD RUETHER, R. Feminist Theologies in Latin America. *Feminist Theology*, 25, p. 18-32, 2000; GEBARA, I. La opción por el pobre como opción por la mujer. *Concilium*, 214, p. 463-472, 1987; AQUINO, M. P. Qué es hacer teología desde la perspectiva de la mujer. In: IX Congreso de Teología, *Iglesia y derechos humanos*. Madrid, Grafinat, 1989, p. 175-189.

en las mujeres en situación de pobreza, para lo cual bastaría con agregar a "pobres" la aclaración "varones y mujeres", ni tampoco exclusivamente en las mujeres, sino en un planteo *inclusivo*: la dignidad de toda persona humana, varón y mujer, está incluida en la fe en Cristo, porque en Él fuimos creados y redimidos, como está sugerido en el párrafo 104 del DAp. El hecho de concentrar la mirada, en este caso, *preferentemente* en las mujeres obedece a la razón de dar prioridad a quienes están históricamente entre los/as que más han sufrido la invisibilidad y la marginalidad, tal como lo reconoce DAp 406. En este sentido, se afirma la dignidad de las mujeres en esta reflexión, como en una opción preferencial, *no de forma exclusiva ni excluyente* (cf. DAp 392), sino a la manera de un subrayado ético-religioso fundamental. Como la preferencia, este nuevo imperativo ético busca garantizar la inclusión; de este modo, se trata de una promoción real o solidaridad inclusiva, que no se descompromete o desentiende de los varones, los/as jóvenes y adolescentes, los/as niños/as.

La búsqueda de una "cristología en clave de mujer"[11] o de una "antropología inclusiva"[12] surge en atención a la situación de subordinación que viven las mujeres. "Que innumerables mujeres no sean valoradas en su dignidad", pide una "urgente dignificación y participación" y exige "superar una mentalidad machista que ignora la novedad del cristianismo" (DAp 453). La discriminación a causa del

---

11 Al respecto, ver JOHNSON, E. A. La masculinidad de Cristo. *Concilium*, 238, p. 489-499, 1991; PORCILE SANTISO, M. T. Cristología en femenino. *Ephemerides Mariologicae*, 47, p. 183-198, 1997; TEPEDINO, A. M. ¿Qué dicen las mujeres que soy yo? In: ACOSTA, J. J. Tamayo (ed.). *Diez palabras clave sobre Jesús de Nazareth*. Madrid: Verbo Divino, 2000. p. 415-452; BEDFORD, N. E. Hacia una doctrina saludable para mujeres pertinaces. *Cuadernos de Teología*, 22, p. 105-121, 2003.

12 Cf. BORRESEN, K. *Subordination and Equivalence. The Nature and Role of Woman in Augustine and Thomas Aquinas*. Kampen: Pharos Publishing, 1995 (1968); RUSSELL, L. M. *The Future of Partnership*. Philadelphia: The Westminster Press, 1979; PORCILE, M. T. *La mujer, espacio de salvación. Misión de la mujer en la Iglesia, una perspectiva antropológica*. Madrid: Claretianas, 1995 (1991); JOHNSON, E. A. *The Church women want. Catholic Women in Dialogue.* New York: Crossroad, 2002.

sexo-género, que puede llamarse sexismo, señala la ruptura de mutualidad entre los dos géneros. El *sexismo* como prejuicio contra las mujeres contradice la antropología cristiana que resalta la igual dignidad entre varón y mujer, en razón de ser ambos creados a imagen y semejanza de Dios (cf. DI 5; DAp 451). La lectura de la realidad permite afirmar que en el sexismo, al igual que el racismo, "se elevan las características físicas a la categoría de elementos esenciales del ser humano, violando de este modo la dignidad humana fundamental de la persona".[13]

El sexismo se manifiesta en la desigualdad de las mujeres frente a los varones, expresada en los índices referidos a alimentación y educación según género a escala mundial,[14] y en todas las situaciones, estructuras y modelos que confirman la detención del poder dominante por parte de los varones y toman lo masculino como normativo para toda la humanidad. En Aparecida, no sólo se critica el machismo, sino que se interpela la responsabilidad del varón y padre de familia ante "la tentación de ceder a la violencia, infidelidad, abuso de poder, drogadicción, alcoholismo, machismo, corrupción y abandono de su papel de padres" (DAp 461). El sexismo, denominado "machismo" en nuestro contexto, es una realidad contraria al plan de Dios (cf. GS 29), un pecado social que genera desigualdad, ofende la dignidad de las mujeres y produce un dislocamiento en las relaciones familiares y sociales. El sexismo es un pecado estructural.

Frente a esta realidad, el anuncio de las Iglesias debe ser liberador para promover la vida plena y la justicia del reino que vienen de Dios, como lo recuerdan Benedicto XVI (cf. DI 4) y los obispos en Aparecida: "urge tomar conciencia de la situación precaria que afecta

---

13 JOHNSON, E. A. *La cristología, hoy. Olas de renovación en el acceso a Jesús*. Santander: Sal Terrae, 2003. p. 116.

14 Cf. NUSSBAUM, M. C. *Las mujeres y el desarrollo humano. El enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder, 2002.

la dignidad de muchas mujeres, algunas desde niñas y adolescentes son sometidas a múltiples formas de violencia dentro y fuera de la casa" (DAp 48), "urge escuchar el clamor, tantas veces silenciado, de mujeres que son sometidas a muchas formas de exclusión y de violencia" (DAp 454). Benedicto XVI insiste en la importancia de "hablar del problema de las estructuras, sobre todo de las que crean injusticia", reafirma la importancia de "las estructuras justas como condición indispensable para una sociedad justa" y recuerda que ellas no se dan "sin un consenso moral de la sociedad sobre los valores fundamentales" (DI 4). Para impulsar esta renovación, la Teología puede hacer su aporte afirmando que la dignidad de las mujeres y la necesaria solidaridad con ellas es una verdad implícita en la fe cristológica, que no excluye a los varones sino pide incluir a las mujeres y a las niñas, para denunciar la in*e*quidad de género como injusticia interpretándola teológicamente como in*i*quidad humana, personal y social.[15]

La lectura realizada de los textos de Aparecida en la clave "fe cristológica y dignidad de las mujeres" permite constatar algunas afirmaciones centrales y sus fundamentos bíblicos dominantes para seguir pensando. Una mirada de conjunto, al pensar *la dignidad de las mujeres como verdad implícita en la fe cristológica*, lleva a distinguir claramente la afirmación central sobre la "igual dignidad entre varón y mujer, en razón de ser creados a imagen y semejanza de Dios" (DAp 451), con una fundamentación bíblica implícita en el texto de Gén 1,27 (cf. 104, 451, 464, 480, 537). Al parecer, Aparecida sigue las enseñanzas de *Mulieris Dignitatem* (cf. MD 2, 6ss), aunque llama la atención la total ausencia de referencia al texto de Gál 3,28

15 Me he referido a este tema en AZCUY, V. R. Teología e inequidad de género. Diálogo, interpretación y ética en el cruce de disciplinas. In: BEDFORD, N.; BACHMANN, M. Garcia; STRIZZI, M. (eds.). *Puntos de encuentro*. Buenos Aires: Instituto Teológico Universitario ISEDET, 2005. p. 37-63.

presente en MD 11 y 16. En orden a la explicitación cristológica de la dignidad de las mujeres, sobresale otra expresión citada antes en la cual se bendice a Dios "por hacernos hijas e hijos suyos en Cristo, por habernos redimido con el precio de su sangre" (DAp 104); la alusión en este caso, en un contexto relativo a pecado-redención--restauración de la imagen de Dios en el ser humano, corresponde a Rm 5,12-21 acercándose a las citas empleadas en GS 22. En busca de una "cristología de la dignidad de las mujeres", queda planteada la necesidad de una exploración de los fundamentos bíblicos: ¿Cuál puede ser la relevancia de Gál 3,28 sobre la dignidad de la mujer?, ¿cómo se sitúa este texto en relación con la tradición paulina y con los relatos de la creación, particularmente Gén 1,27?, ¿qué claves y límites ofrecen los textos del *corpus paulinum* para pensar la dignidad de las mujeres?[16]

¿Una presencia femenina incisiva en la Iglesia?

La Exhortación Apostólica *Evangelii Gaudium* de Francisco dedica algunos párrafos a la cuestión de la/s mujer/es en la Iglesia y la sociedad. Estos textos se ubican en el capítulo II del documento, que se titula "En la crisis del compromiso comunitario" y analiza "I. Algunos desafíos del mundo actual" (EG 52-75) y "II. Tentaciones de los agentes pastorales" (76-107). La clave de lectura está dada al comienzo de este capítulo: "Lo que quiero ofrecer va más bien en la línea de un *discernimiento evangélico*" (EG 50), en coherencia con la fuerza del Espíritu Santo, quien alimenta con su luz la mirada de los discípulos y las discípulas misioneras. Se trata de un discernimiento que asume los signos de los tiempos, reconoce las mociones del buen espíritu y rechaza las del malo, para alentar los dinamismos de

16 Sobre este punto, cf. AZCUY, V. R. La dignidad de las mujeres, verdad implícita en la fe cristológica. Reflexiones para una nueva ciudadanía a la luz de Gál 3,28, 1Cor 11,5 y Gén 1,27. In: ECKHOLT, M.; ORTIZ, G. (eds.). *Ciudadanía, democracia y perspectiva de género*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2010. p. 484-496.

renovación misionera de la Iglesia (cf. EG 51).[17] Cabe preguntarse, en el tema que se aborda en estas reflexiones, qué atención se ha dado a estos planteos en la vida y la teología de las Iglesias de América Latina y el Caribe.

En cuando a la mención de *algunos desafíos del mundo actual*, todos ellos sin duda se dirigen a mujeres y varones que habitan el planeta. Sin embargo, al tratar sobre *desafíos de la inculturación de la fe* (cf. EG 68-70), se constata "la siembra del Espíritu" en los pueblos de América Latina, el valor de una "cultura popular evangelizada" (68), así como la importancia de proseguir con la evangelización de la cultura y reconocer aquellos elementos que "necesitan de purificación" (69). El texto señala que el discernimiento evangélico de la cultura y los grupos sociales está llamado a descubrir las debilidades que deben ser sanadas por el Evangelio, las primeras tres: "el machismo, el alcoholismo, [y] la violencia doméstica" (69).[18] Esta referencia que ubica en primer lugar al *machismo* tiene un significado destacado, por cuanto ella está en continuidad con lo señalado en la Conferencia de Aparecida (cf. DI 5) y, además, porque se relaciona con lo planteado en la segunda sección del capítulo de EG dedicada a las dificultades que viven los agentes pastorales, en relación con el clericalismo (cf. 102-104).

Los comentarios hechos por Francisco sobre el clericalismo y su relación con las mujeres son realmente contundentes: "[ellas] no pueden ser reducidas a siervas de nuestro recalcitrante clericalismo (…) son protagonistas en la Iglesia latinoamericana".[19] La subordi-

---

17 Sobre el carisma ignaciano en el Magisterio de Francisco, cf. BINGEMER, M. C. La consolación y el bien mayor. Sobre la espiritualidad y la inteligencia de la fe del Papa Francisco. *Medellín*, 168, p. 531-550, 2017.

18 Sabido es que el machismo, el alcoholismo y la violencia doméstica produce inexorablemente una mayoría de víctimas mujeres y niños/as.

19 FRANCISCO, Papa. Viaje apostólico a Colombia: Encuentro con el Comité directivo del Celam, 7 de septiembre de 2017.

nación de las mujeres en el plano social y el eclesial lleva la dolorosa marca de la dominación masculina. Las dimensiones negativas en la cultura atraviesan de lleno la vida de las iglesias y no pueden concebirse al margen de ellas, por lo cual no es difícil pensar que las instituciones religiosas insertas en culturas androcéntricas tengan este sesgo.[20] Sin una responsable autocrítica, nuestras iglesias no podrán avanzar hacia una mayor igualdad de género.[21]

Al tratar sobre las *tentaciones de los agentes pastorales*, Francisco caracteriza la problemática que dificulta la participación de los laicos y en particular de las mujeres con los términos de "un excesivo clericalismo" (EG 102). Esta "tentación" eclesial se explica porque "se identifica demasiado la potestad sacramental con el poder", si bien en la Iglesia "la gran dignidad viene del Bautismo, que es accesible a todos" (EG 104). El clericalismo pone en jaque la eclesiología y afecta directamente la participación de laicos varones y mujeres – aunque el texto se refiere sobre todo a las mujeres – en la toma de decisiones (EG 103-104). Como ha señalado Sandra Arenas, la tensión clero-laicado es y ha sido históricamente una "tensión de género"; por lo mismo, la autora sostiene que "revisitar la historia, la doctrina y la norma con estos lentes ayudará a destrabar procesos internos, y revitalizará la misión comunitaria".[22] Dentro del capítulo que habla de la *crisis del compromiso comunitario* (cf. EG II), resulta evidente que el clericalismo obstaculiza la vida comunitaria y plantea la necesidad de revisar las formas inadecuadas de vivir la función sacerdotal que siguen dinámicas de poder y autoritarismo

---

20 Cf. TANNER, K. *Theories of Culture. A new Agenda for Theology*. Minneapolis: Fortress Press, 1997, p. 61ss.

21 Cf. AZCUY, V. R. Pasos de la Iglesia católica hacia la igualdad de género. In: BRAVO, P. Ruiz (coord.). *Pensando el género: lecturas contemporáneas*. Lima: Cátedra UNESCO de igualdad de género/Pontificia Universidad Católica de Perú (en prensa).

22 ARENAS, S. Sin exclusiones: catolicismo, mujeres y liderazgo distribuido. *Teología y Vida*, LXI, p. 537-553, 2020, p. 545.

en lugar del servicio.[23] Por otra parte, las dinámicas de clericalismo y abuso en la Iglesia son señaladas por Francisco como contrarias a la eclesiología de pueblo de Dios, es decir, como impedimentos a la vida común entre quienes han recibido la misma dignidad fundamental por el Bautismo.[24] Se trata de impulsar nuevas formas de ejercicio de la autoridad y el liderazgo en la Iglesia, para recrear la cualidad evangélica de comunidad eclesial.[25]

En los párrafos dedicados por Francisco a la situación de las mujeres en la Iglesia, se recuerda que ellas no pueden acceder al ministerio ordenado, pero sí poseen la dignidad bautismal; al mismo tiempo de marca una prioridad de la santidad eclesial con respecto a la función jerárquica, introduciendo el modelo mariano: "de hecho, una mujer, María, es más importante que los obispos" (EG 104).[26] Dejando aparte que "el sacerdocio [está] reservado a los varones (…) una cuestión que no se pone en discusión" (EG 104), cabe preguntarse por los nuevos ministerios bautismales que pueden ser promovidos para los laicos y en particular para las mujeres.

Tal como ha argumentado la teóloga italiana Cettina Militello en referencia a la subjetividad bautismal de las mujeres, "el Espíritu no se niega a la mujer", por lo cual se hace necesario sacar todas las consecuencias de esta dignidad bautismal, sobre todo en el ámbito de

---

23 Se habla del clericalismo como el gran obstáculo de la sinodalidad, por lo cual también queda en evidencia la importancia de plantear el tema. Cf. LUCIANI, R. Hacia una efectiva sinodalización de toda la Iglesia. In: LUCIANI, R.; NOCETI, S.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Sinodalidad y reforma. Un desafío eclesial*. Madrid: PPC, 2022. p. 115-135, p. 128ss.

24 Cf. AZCUY, V. R. Espiritualidad evangelizadora "en salida" (II). Algunas claves de discernimiento para la Iglesia que peregrina en Chile. *Teología*, 130, p. 101-136, 2019, p. 109-111.

25 Cf. ARENAS, S. Sin exclusiones: catolicismo, mujeres y liderazgo distribuido. *Teología y Vida*, LXI, p. 537-553, 2020, p. 546-551.

26 Subyace aquí la distinción entre el principio petrino y el principio mariano de la Iglesia, desarrollada por importantes teólogos como H. U. von Balthasar y J. Ratzinger y asumida por el Magisterio de Juan Pablo II y sus sucesores. Su consideración excede las posibilidades de esta presentación.

los ministerios laicales.[27] En este sentido, G. Routhier plantea que esta cuestión está exigiendo una "conversión ministerial difícil", por cuanto en 60 años no se ha logrado establecer una diversidad ministerial en la Iglesia.[28] La falta de una traducción jurídica en relación con la participación laical en la propuesta de sinodalidad evidentemente no colabora.[29]

Con fórmulas semejantes a Routhier, S. Arenas habla de "una tensión de género (no resuelta en el Concilio Vaticano II ni en su recepción posterior)" y de la necesidad de sincerarla para poder avanzar en la plena inclusión de las mujeres como sujetos eclesiales.[30] A su vez, la teóloga chilena vincula esta conversión al proceso sinodal iniciado por Francisco en la Iglesia Católica y entiende que la sinodalidad es "tarea de una generación".[31] En definitiva, "si queremos una nueva y vivaz etapa de la fe en el continente, no la vamos a obtener sin las mujeres", así lo ha dicho claramente Francisco en otro contexto.[32] Así también lo han afirmado teólogas y teólogos de nuestro tiempo, lo que puede resumirse con la expresión de Margit Eckholt: *Ohne die Frauen ist keine Kirche zu machen*, sin mujeres no

---

27 MILITELLO, C. Le donne e le riscoperta della dignità battismale. In: PERRONI, M.; MELLONI, A.; NOCETI, S. (eds.). *"Tantum aurora est". Donne e Concilio Vaticano II*. Münster: LIT Verlag, 2012. p. 219-254, p. 241.

28 ROUTHIER, G. Los nuevos ministerios. Una conversión ministerial de la Iglesia católica. In: LUCIANI, R.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Reforma de estructuras y conversión de mentalidades. Retos y desafíos para una Iglesia Sinodal*. Madrid: Ediciones Khaf, 2020. p. 347-366, p. 353.

29 Cf. SCHICKENDANTZ, C. Una teología y praxis eclesial carente de *accountability.* Análisis de una forma de proceder en el posconcilio. In: LUCIANI, R.; NOCETI, S.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Sinodalidad y reforma. Un desafío eclesial*. Madrid: PPC, 2022. p. 427-449, p. 434.

30 Cf. ARENAS, Sin exclusiones: catolicismo, mujeres y liderazgo distribuido. *Teología y Vida*, LXI, p. 537-553, 2020, p. 552.

31 Cf. ARENAS, Sin exclusiones: catolicismo, mujeres y liderazgo distribuido. *Teología y Vida*, LXI, p. 537-553, 2020, p. 553.

32 FRANCISCO, Papa. Viaje apostólico a Colombia: Encuentro con el Comité directivo del Celam, 7 de septiembre de 2017.

puede haber Iglesia.[33] Una vez más se debe señalar que la esperada "presencia incisiva" de las mujeres en la Iglesia (EG 103) no puede pasar por alto la dimensión ministerial.

Finalmente, unas breves palabras sobre María y las mujeres en el contexto del planteo magisterial. Las mariologías hechas por mujeres han advertido sobre la importancia de revisar los modelos marianos en función de promover la dignidad y la libertad de las mujeres, dado que muchas veces la figura de María ha sido utilizada para fijar una comprensión tradicional de la mujer que la ubica en el lugar de la subordinación.[34] Incluso el mismo Francisco ha sabido aportar una perspectiva de discernimiento en este sentido: "La mariología (…) está llamada a buscar espacios más dignos para las mujeres en la Iglesia, empezando por la común dignidad bautismal".[35]

***

La Iglesia latinoamericana ha sido pionera a la hora de proponer una opción por los pobres con talante teológico, espiritual y pastoral. La V Conferencia de Aparecida ha rubricado esta opción preferencial como verdad implícita en la fe cristológica y nos ha llamado a contemplar a Cristo en los rostros de los pobres y ponernos a su servicio (DAp 393). En esta contemplación y discernimiento de la realidad latinoamericana, urge visibilizar más y mejor a tantas mujeres y niñas que padecen distintas opresiones al mismo tiempo.

---

33 Cf. ECKHOLT, M. *Ohne die Frauen ist keine Kirche zu machen. Der Aufbruch des Konzils und die Zeichen der Zeit*. Ostfildern: Matthias Grünewald Verlag, 2012. El capítulo que trata sobre este tema puede consultarse en: http://hdl.handle.net/10900/124291.

34 Cf. RAIMONDO, N.; RIVERA, S. Robles. Trayectos y aportes de marialogía. In: AZCUY, V. R.; BANDEIRA, B. Besa; TEMPORELLI, C. M. (coords.). *Marialogía. Un caleidoscopio y variadas figuras*. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2022. p. 13-36.

35 FRANCISCO, Papa. Discurso a los profesores y alumnos de la Pontificia Facultad Teológica Marianum de Roma, 24 de octubre de 2020.

Las teologías hechas por mujeres han hecho y siguen haciendo importantes aportes en este sentido, pero la escucha y la recepción de estas contribuciones ha sido escasa y esporádica. Sin tomarlas en cuenta, nuestras iglesias e instituciones teológicas quedan al debe en lo que se refiere a la unidad eclesial y la igual dignidad bautismal.

La *tensión de género* en nuestras comunidades pide dar pasos más decididos para una renovación inclusiva de la eclesiología que haga posible la "presencia femenina más incisiva" que ha pedido Francisco ya hace una década (cf. EG 103). ¿Podríamos pensar que una presencia incisiva de las mujeres es una verdad implícita en la fe pneumatológica? Creer en la acción del Espíritu Santo en la vida de las mujeres exige tomar con mayor seriedad y honestidad lo que la santa *Ruaj* divina está diciendo, por ellas, a nuestras iglesias.

Referencias bibliograficas

AZCUY, V. R. La dignidad de las mujeres, verdad implícita en la fe cristológica. Reflexiones para una nueva ciudadanía a la luz de Gál 3,28, 1Cor 11,5 y Gén 1,27. In: ECKHOLT, M.; ORTIZ, G. (eds.). *Ciudadanía, democracia y perspectiva de género*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2010.

AQUINO, M. P. Qué es hacer teología desde la perspectiva de la mujer. In: IX Congreso de Teología, *Iglesia y derechos humanos*. Madrid: Grafinat, 1989, p. 175-189.

ARENAS, S. Sin exclusiones: catolicismo, mujeres y liderazgo distribuido. *Teología y Vida*, LXI, p. 537-553, 2020.

AZCUY, V. R. Teología e inequidad de género. Diálogo, interpretación y ética en el cruce de disciplinas. In: BEDFORD, N.; GARCIA BACHMANN, M.; STRIZZI, M. (eds.). *Puntos de encuentro*. Buenos Aires: Instituto Teológico Universitario ISEDET, 2005. p. 37-63.

_____. Fe cristológica y dignidad de las mujeres. Sugerencias para una travesía de des-ocultamiento y compañerismo. *Stromata*, LXIV, 1/2, p. 1-14, 2008.

_____. Espiritualidad evangelizadora "en salida" (II). Algunas claves de discernimiento para la Iglesia que peregrina en Chile. *Teología*, 130, p. 101-136, 2019.

_____. Pasos de la Iglesia católica hacia la igualdad de género. In: BRAVO, P. Ruiz (coord.). *Pensando el género: lecturas contemporáneas.* Lima: Cátedra UNESCO de igualdad de género / Pontificia Universidad Católica de Perú (en prensa).

BEDFORD, N. E. Hacia una doctrina saludable para mujeres pertinaces. *Cuadernos de Teología*, 22, p. 105-121, 2003.

BINGEMER, M. C. L. Aparecida, esperanzas y temores. *Criterio*, 2326, p. 242-249, 2007.

_____. La consolación y el bien mayor. Sobre la espiritualidad y la inteligencia de la fe del papa Francisco. *Medellín*, 168, p. 531-550, 2017.

BORRESEN, K. *Subordination and Equivalence. The Nature and Role of Woman in Augustine and Thomas Aquinas*. Kampen: Pharos Publishing, 1995 (1968).

CAAMAÑO, J. C. Cristo y la vida plena. Aportes para una recepción de Aparecida. *Teología*, 94, p. 445-456, 2007.

ECKHOLT, M. *Ohne die Frauen ist keine Kirche zu machen. Der Aufbruch des Konzils und die Zeichen der Zeit*. Ostfildern: Matthias Grünewald Verlag, 2012.

FRANCISCO, Papa. *Viaje apostólico a Colombia: Encuentro con el Comité directivo del Celam*, 7 de septiembre de 2017.

_____. *Discurso a los profesores y alumnos de la Pontificia Facultad Teológica Marianum de Roma*, 24 de octubre de 2020.

GEBARA, I. La opción por el pobre como opción por la mujer. *Concilium*, 214, p. 463-472, 1987.

GUTIÉRREZ, G. Benedicto XVI y la opción por el pobre. *Páginas*, 205, p. 6-13, 2007.

JOHNSON, E. A. La masculinidad de Cristo. *Concilium*, 238, p. 489-499, 1991.

_____. *The Church women want. Catholic Women in Dialogue*. New York: Crossroad, 2002.

JUNKAL GUEVARA, M. El Magisterio de Francisco sobre la mujer. Continuidad, novedad y desafío. *Teología y Vida*, LXI, p. 473-496, 2020.

LUCIANI, R. Hacia una efectiva sinodalización de toda la Iglesia. In: LUCIANI, R.; NOCETI, S.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Sinodalidad y reforma. Un desafío eclesial*. Madrid: PPC, 2022. p. 115-135.

MILITELLO, C. Le donne e le riscoperta della dignità battismale. In: PERRONI, M.; MELLONI, A.; NOCETI, S. (eds.). *"Tantum aurora est". Donne e Concilio Vaticano II*. Münster, LIT Verlag, 2012. p. 219-254.

NAVIA VELASCO, C. Otro modo de ser Iglesia, desde el ágape y la sororidad: la Iglesia de Betania. *Alternativas*, 30, p. 147-156, 2005.

NUSSBAUM, M. C. *Las mujeres y el desarrollo humano. El enfoque de las capacidades*. Barcelona: Herder, 2002.

PORCILE, M. T. *La mujer, espacio de salvación. Misión de la mujer en la Iglesia, una perspectiva antropológica*. Madrid: Claretianas, 1995 (1991).

_____. Cristología en femenino. *Ephemerides Mariologicae*, 47, p. 183-198, 1997.

RADFORD RUETHER, R. Feminist Theologies in Latin America. *Feminist Theology*, 25, p. 18-32, 2000.

RAIMONDO, N.; ROBLES RIVERA, S. Trayectos y aportes de marialogía. In: AZCUY, V. R.; BESA BANDEIRA, B.; TEMPORELLI, C. M. (coords.). *Marialogía. Un caleidoscopio y variadas*

figuras. Córdoba: Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2022. p. 13-36.

ROUTHIER, G. Los nuevos ministerios. Una conversión ministerial de la Iglesia católica. In: LUCIANI, R.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Reforma de estructuras y conversión de mentalidades. Retos y desafíos para una Iglesia Sinodal*. Madrid: Ediciones Khaf, 2020. p. 347-366.

RUSSELL, L. M. *The Future of Partnership*. Philadelphia: The Westminster Press, 1979.

SCHICKENDANTZ, C. Una teología y praxis eclesial carente de *accountability.* Análisis de una forma de proceder en el posconcilio. In: LUCIANI, R.; NOCETI, S.; SCHICKENDANTZ, C. (coords.). *Sinodalidad y reforma. Un desafío eclesial*. Madrid: PPC, 2022. p. 427-449.

SCHÜSSLER FIORENZA, E. Feminist Theology as a critical Theology of Liberation. *Theological Studies*, 36, p. 605-626, 1975.

TANNER, K. *Theories of Culture. A new Agenda for Theology*. Minneapolis: Fortress Press, 1997.

TEPEDINO, A. M. ¿Qué dicen las mujeres que soy yo? In: TAMAYO ACOSTA, J. J. (ed.). *Diez palabras clave sobre Jesús de Nazareth*. Madrid: Verbo Divino, 2000. p. 415-452.

VELEZ CARO, O. C. Mujer, discipulado y misión. Una reflexión a propósito de la V Conferencia de Aparecida. *Teología*, 94, p. 457-471, 2007.

Posfácio

Fernando Soler
Pontificia Universidad Católica de Chile
Secretario de la COCTI

Cada página de este libro ha sido el testimonio de una comunidad académica amplia, latinoamericana y caribeña, que ha aceptado el desafío de pensar teológicamente cómo la V Conferencia del Episcopado Latinoamericano y del Caribe ha impactado, concretamente, nuestra Iglesia, el alcance de su mensaje y, particularmente, su vigencia. No se ha tratado de un ejercicio autocomplaciente, sino que crítico, consciente, cumpliendo el rol de "ir más allá" que tiene la Teología, como recientemente le ha recordado el Papa Francisco a la Comisión Teológica Internacional. Esto significó, en lo concreto, que se han presentado no solamente buenas revisiones de la enseñanza de la Asamblea, sino que también algunos de los trabajos nos han iluminado acerca de las lagunas de la Conferencia de Aparecida, planteando desafíos para la Iglesia y la Teología.

En este sentido, el presente volumen no es un libro sin contexto, como un mero ejercicio del pensar teológico, ya que no solamente su motivación y realización se da dentro de las puertas de la Iglesia, sino que también pretende ser una especie de voz teológica para las comunidades de Latinoamérica y el Caribe, realizando así no solamente la vocación eclesial de la Teología, sino también la tan a menudo olvidada vocación teológica de la Iglesia. Ella es una comunidad que

brota del encuentro con Jesús, y este encuentro se da cada día en contextos diferentes, no solamente modulados en sentido cronológico, sino que también geográfico: así, este libro refleja, de manera amplia, el pensamiento teológico de los países de nuestra región.

Aparecida, la Conferencia y su Documento, como todo acto eclesial estuvo marcado por una dialéctica entre continuidad y discontinuidad respecto a las conferencias anteriores: continuidad en la metodología, discontinuidad en algunos de temas, ya que estos siempre están marcados por el contexto, que inevitablemente influirá en la prioridad, profundización y hasta en la colocación de los temas dentro del documento. Consecuentemente, este libro, que celebra los 15 años de la Conferencia, también muestra nuevas continuidades y discontinuidades, las cuales manifiestan los nuevos contextos sociales y eclesiales, sobre todo marcados por la pandemia del Covid-19 y las diversas crisis que vive la Iglesia (y las religiosidades en general).

Este libro se ha escrito en medio de un tiempo especial, pues el amainar de la pandemia nos ha traído un viento de esperanza y reencuentro, también nos ha hecho más conscientes del dolor de los demás, cuán frágiles son las personas y las cosas importantes, y de la importancia de la presencia corporal. Es un tiempo especial también porque en nuestra Iglesia vuelve a sonar una palabra que no solamente ya rondaba el espíritu de Aparecida, sino que también ha sido un signo del cristianismo desde su comienzo: sinodalidad.

Las páginas que ahora concluyen son fruto del trabajo de muchas personas, y este trabajo ha sido posible porque las instituciones teológicas de nuestra región se han puesto a la escucha del llamado del Espíritu Santo que nos invita a colaborar, a generar redes, y, de esta manera, a pensar de manera comunitaria nuestros tiempos y nuestra Iglesia. El trabajo ya ha sido hecho, y eso es lo que el lector y la lectora están a punto de concluir; sin embargo, en un sentido muy real, también el trabajo está por hacerse. Ese trabajo estará en las manos de ustedes y de sus comunidades.

Posfácio

Fernando Soler
Pontificia Universidad Católica de Chile
Secretário do COCTI

Cada página deste livro foi um testemunho de uma ampla comunidade acadêmica, latino-americana e caribenha, que aceitou o desafio de pensar teologicamente sobre como a V Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe impactou, concretamente, nossa Igreja, o alcance de sua mensagem e, particularmente, sua vigência. Não foi um exercício autossatisfeito, mas um exercício crítico, consciente, cumprindo o papel de "ir além" que a Teologia tem, como o Papa Francisco lembrou recentemente à Comissão Teológica Internacional. Isto significou, em termos concretos, que não só foram apresentadas boas revisões dos ensinamentos da Assembleia, mas também que algumas das comunicações nos iluminaram sobre as lacunas da Conferência de Aparecida, colocando desafios para a Igreja e para a Teologia.

Assim, o presente volume não é um livro sem contexto, como mero exercício de pensamento teológico, já que sua motivação e realização não está somente dentro das portas da Igreja, mas também pretende ser uma espécie de voz teológica para as comunidades da América Latina e do Caribe, realizando assim não somente a vocação eclesial da Teologia, mas também a tão frequentemente olvidada vocação teológica da Igreja. É uma comunidade que nasce do encontro

com Jesus, e esse encontro acontece todos os dias em diferentes contextos, não só cronológicos, mas também geográficos: assim, este livro reflete, de forma ampla, o pensamento teológico dos países de nossa região.

Aparecida, a Conferência e seu Documento, como todos os atos eclesiais, foi marcada por uma dialética entre continuidade e descontinuidade em relação às conferências anteriores: continuidade na metodologia, descontinuidade em alguns dos temas, já que estes são sempre caracterizados pelo contexto, o que inevitavelmente influencia a prioridade, o aprofundamento e até mesmo a colocação dos temas dentro do documento. Consequentemente, este livro, que celebra 15 anos da Conferência, também mostra novas continuidades e descontinuidades, que manifestam os novos contextos sociais e eclesiais, especialmente marcados pela pandemia da Covid-19 e as diversas crises que a Igreja (e as religiosidades em geral) está vivenciando.

Este livro foi escrito em meio a um tempo especial, porque a mitigação da pandemia trouxe-nos um vento de esperança e de reencontro, também nos tornou mais conscientes da dor dos outros, de quão frágeis são as pessoas e as coisas importantes, e da importância da presença corporal. É também um momento especial porque em nossa Igreja estamos ouvindo mais uma vez uma palavra que não foi apenas no espírito de Aparecida, mas que foi também um sinal de cristianismo desde o início: sinodalidade.

As páginas que agora concluem são fruto do trabalho de muitas pessoas, e este trabalho foi possível porque as instituições teológicas de nossa região escutaram o chamado do Espírito Santo que nos convida a colaborar, a trabalhar em rede e, desta forma, a pensar comunitariamente sobre nosso tempo e nossa Igreja. O trabalho já foi feito, e é isso que o leitor está prestes a concluir; não obstante, em um sentido muito real, o trabalho também ainda está por fazer. Esse trabalho está nas mãos de vocês e de suas comunidades.